

Relatório de atividade  
e contas anuais

2015



**ASF**

Autoridade de Supervisão  
de Seguros e Fundos de Pensões

## Ficha Técnica

**Título**

Relatório de atividade e contas anuais 2015

**Edição**

Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

Av. da República, n.º 76  
1600-205 Lisboa  
Portugal

Telefone: 21 790 31 00  
Endereço eletrónico: [asf@asf.com.pt](mailto:asf@asf.com.pt)

[www.asf.com.pt](http://www.asf.com.pt)

Ano de Edição: 2016

ISSN 2183-7759

---

# RELATÓRIO DE ATIVIDADE E CONTAS ANUAIS

2015

---

Inclui:

ASF – Autoridade de Supervisão  
de Seguros e Fundos de Pensões

FGA – Fundo de garantia Automóvel

FAT – Fundo de Acidentes de Trabalho

Lisboa, 2016



## ÍNDICE

<b>ÍNDICE .....</b>	<b>3</b>
<b>LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS .....</b>	<b>5</b>
<b>ÍNDICE DE FIGURAS .....</b>	<b>7</b>
<b>ÍNDICE DE QUADROS .....</b>	<b>9</b>
<b>A. MENSAGEM DO PRESIDENTE .....</b>	<b>11</b>
<b>B. AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES.....</b>	<b>13</b>
1. Missão e valores .....	13
2. Organização.....	14
<b>C. O MERCADO SEGURADOR E DOS FUNDOS DE PENSÕES EM 2015 .....</b>	<b>16</b>
1. A evolução da economia global e europeia .....	16
2. A economia nacional .....	19
3. Evolução do mercado segurador e dos fundos de pensões .....	23
<b>D. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS.....</b>	<b>31</b>
1. Supervisão Prudencial.....	31
Empresas de seguros.....	31
Fundos de Pensões .....	38
Mediação de seguros .....	44
Autorizações e registo – empresas de seguros e fundos de pensões.....	51
2. Supervisão Comportamental.....	55
Atividades a destacar genericamente no âmbito da supervisão comportamental .....	55
Tratamento de denúncias e reclamações.....	55
Ações de supervisão <i>on-site</i> .....	56
Ações supervisão <i>off-site</i> .....	57
Mediação de seguros e de resseguros.....	58
Monitorização e supervisão da publicidade e da comercialização à distância.....	60
3. Política regulatória .....	61
Regime Solvência II .....	61
Outras iniciativas regulatórias .....	62
Iniciativas legislativas da União Europeia.....	64
Iniciativas da Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma (“EIOPA”) .....	66
Outras iniciativas internacionais.....	71
4. Sanções, contraordenações e outras matérias jurídicas.....	72
5. Desenvolvimento de estudos técnicos e de análises macroprudenciais .....	75
Relatórios de análise de riscos do setor segurador e dos fundos de pensões.....	75
Exercício europeu de <i>stress test</i> das instituições de realização de planos de pensões profissionais .....	75

Exercício europeu de avaliação quantitativa das instituições de realização de planos de pensões profissionais.....	77
Orientação de estágios curriculares .....	77
6. Cooperação Interinstitucional.....	79
Nacional .....	79
Internacional .....	81
7. Apoio ao consumidor de seguros e fundos de pensões .....	83
Gestão e análise de reclamações / pedidos de esclarecimento.....	83
Atendimento ao público e apoio ao consumidor .....	89
Formação Financeira .....	92
Estudos e publicações.....	95
Biblioteca.....	95
8. Gestão de recursos financeiros .....	98
Balanço.....	98
Demonstração dos Resultados.....	99
Orçamento.....	100
9. Gestão de recursos humanos .....	102
Evolução e caracterização do quadro de pessoal .....	102
Formação.....	105
10. Controlo Interno e Análise de Riscos .....	107
11. Gestão patrimonial, de instalações e de recursos materiais .....	108
12. Sistemas de informação .....	109
13. Gestão dos fundos autónomos.....	111
Fundo de Garantia Automóvel.....	111
Fundo de Acidentes de Trabalho .....	125
<b>E. LINHA DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA PARA O TRIÉNIO 2016-2018 .....</b>	<b>136</b>
<b>F. PRINCIPAIS OBJETIVOS PARA 2016 .....</b>	<b>138</b>
<b>G. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS, REFERÊNCIAS E ANEXOS .....</b>	<b>140</b>
1. Proposta de aplicação de resultados.....	140
2. Referências .....	141
<b>H. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....</b>	<b>143</b>
ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.....	143
FGA – Fundo de Garantia Automóvel.....	191
FAT – Fundo de Acidentes de Trabalho .....	215
<b>I. RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO.....</b>	<b>237</b>
<b>J. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS.....</b>	<b>243</b>
<b>K. RELATÓRIOS DOS AUDITORES.....</b>	<b>249</b>

## LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

**ANPC** – Autoridade Nacional de Proteção Civil

**ARES** – Assessment do Risco das Empresas de Seguros

**ASEL** – Associação de Supervisores de Seguros Lusófonos

**ASF** – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

**BCE** – Banco Central Europeu

**BdP** – Banco de Portugal

**CEDIC** – Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo

**CEIOPS** – Committee of European Insurance and Occupational Pensions Supervisors

**CMVM** – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

**CNSA** – Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria

**CNSF** – Conselho Nacional de Supervisores Financeiros

**DUC** – Documento Único de Cobrança

**EAIG** – European Audit Inspections Group

**EGAOB** – European Group of Auditors' Oversight Bodies

**EIOPA** – European Insurance and Occupational Pensions Authority

**ESRB** – European Systemic Risk Board

**EUA** – Estados Unidos da América

**FAT** – Fundo de Acidentes de Trabalho

**FGA** – Fundo de Garantia Automóvel

**FMI** – Fundo Monetário Internacional

**GAFI** – Grupo de Ação Financeira Internacional

**IBNR** – Incurred But Not Reported

**IFIAR** – International Forum of Independent Audit Regulators European

**IGCP** – Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público

**IOPS** – International Organisation of Pension Supervisors

**IPPC** – Insurance and Private Pensions Committee

**ISSA** – International Social Security Association

**NIC** – Normas Internacionais de Contabilidade

**OCDE** – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

**OROC** – Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

**ORSA** – Own Risk and Solvency Assessment

**PIB** – Produto Interno Bruto

**PNFF** – Plano Nacional de Formação Financeira

**PPE** – Plano Poupança Educação

**PPR** – Plano Poupança Reforma

**PPR/E** – Plano Poupança Reforma e Educação

**PR** – Prevenção Rodoviária

**QIS** – Quantitative Impact Studies

**SAAS** – Sistema de Apoio e Acompanhamento de Sinistrados

**SGQ** – Sistema de Gestão da Qualidade

**UE** – União Europeia

**VaR** – Value-at-Risk

**WPPP** – Working Party on Private Pensions



## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Estrutura organizacional da ASF.....	14
Figura 2 – Composição dos órgãos estatutários da ASF.....	15
Figura 3 – Evolução das taxas de juro e de inflação na área do Euro.....	18
Figura 4 – Evolução das taxas de rendibilidade implícitas nas obrigações de dívida pública a dez anos de alguns emitentes soberanos da zona Euro.....	19
Figura 5 – Evolução dos prémios de risco da República Portuguesa e de alguns dos principais bancos nacionais.....	22
Figura 6 – Evolução dos prémios de risco da República Portuguesa e de alguns dos principais bancos nacionais.....	24
Figura 7 – Produção de seguro direto dos ramos Não Vida.....	24
Figura 8 – Produção de seguro direto do ramo Vida.....	25
Figura 9 – Investimentos das empresas de seguros.....	25
Figura 10 – Provisões técnicas das empresas de seguros.....	26
Figura 11 – Margem de solvência das empresas de seguros.....	27
Figura 12 – Evolução dos montantes geridos pelos fundos de pensões.....	27
Figura 13 – Evolução das contribuições e dos benefícios pagos.....	28
Figura 14 – Investimentos dos fundos de pensões.....	29
Figura 15 – Processo de supervisão prudencial das empresas de seguros.....	31
Figura 16 – Organograma do ARES.....	33
Figura 17 – Processo de supervisão na área dos investimentos dos fundos de pensões.....	39
Figura 18 – Tratamento das responsabilidades (planos de benefício definido).....	40
Figura 19 – Adequação ativo-passivo.....	41
Figura 20 – Distribuição dos processos contraordenacionais por áreas.....	72
Figura 21 – Autos instaurados e sanções aplicadas por áreas (2015).....	73
Figura 22 – Evolução das reclamações apresentadas à ASF.....	84
Figura 23 – Reclamações analisadas por matéria objeto de reclamação (2015).....	86
Figura 24 – Comunicações / pedidos de esclarecimento – por ramos de seguro.....	86
Figura 25 – Comunicações / pedidos de esclarecimento – por matérias.....	88
Figura 26 – Resultados dos pedidos de informação sobre acesso a dados de contratos de seguro de vida, de acidentes pessoais e operações de capitalização (anual – 2014 e 2015).....	89

Figura 27 – Serviço de atendimento ao público – distribuição por tipo e natureza do utilizador.....	90
Figura 28– Serviço de atendimento ao público – distribuição por tipo de contacto .....	90
Figura 29– Visitas ao portal do consumidor e ao sítio institucional da ASF na Internet.....	92
Figura 30 – Entradas de novas referências (2015).....	96
Figura 31 – Entradas e saídas do quadro de pessoal .....	102
Figura 32 – Estrutura etária do pessoal da ASF.....	103
Figura 33 – Distribuição dos colaboradores da ASF por género.....	103
Figura 34– Distribuição dos colaboradores da ASF que integram cargos de chefia por sexo.....	104
Figura 35 – Distribuição dos colaboradores da ASF por relação jurídica de emprego .....	104
Figura 36– Habilitações académicas dos colaboradores.....	105
Figura 37– Formação realizada .....	105
Figura 38– Tipo de formação .....	106
Figura 39– Processos de sinistros abertos / encerrados .....	113
Figura 40 – Indemnizações pagas .....	116
Figura 41 – Reembolsos cobrados .....	120
Figura 42 - Títulos de dívida por país emitente .....	124
Figura 43 - Composição da carteira por classe de ativos.....	125
Figura 44 – Evolução do número de processos de indemnizações.....	127
Figura 45 – Evolução das indemnizações de acidentes de trabalho .....	128
Figura 46 – Evolução dos reembolsos a empresas de seguros .....	129
Figura 47 – Distribuição dos montantes pagos pelo FAT.....	129
Figura 48 – Decomposição das receitas do FAT .....	130
Figura 49 – Evolução das receitas do FAT.....	131
Figura 50 – Títulos de dívida por país emitente .....	134
Figura 51 – Composição da carteira por classe de ativos.....	134

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Economia mundial – principais indicadores económicos.....	17
Quadro 2 – Economia nacional – principais indicadores económicos .....	21
Quadro 3 – Notações de risco de crédito atribuídas pelas principais agências à República Portuguesa e a alguns dos principais bancos nacionais.....	22
Quadro 4 – Empresas de seguros – estrutura do mercado.....	23
Quadro 5 – Fundos de pensões – estrutura do mercado .....	29
Quadro 6 – Evolução do número de mediadores .....	46
Quadro 7 – Distribuição dos mediadores de seguros .....	47
Quadro 8 – Movimento de requerimentos no registo de mediadores.....	47
Quadro 9 – Mediação de seguros em Portugal, por mediadores de outros Estados-Membros da União Europeia – notificações ocorridas em 2015.....	48
Quadro 10 – Mediadores portugueses noutros Estados-Membros da União Europeia – notificações ocorridas em 2015 .....	49
Quadro 11 – Mediadores portugueses noutros Estados-Membros da União Europeia – situação em 31 de dezembro de 2015.....	50
Quadro 12 – Autorizações e notificações – empresas de seguros .....	53
Quadro 13 – Processos de autorização – SGFP e fundos de pensões .....	54
Quadro 14 – Ações de supervisão <i>on-site</i> .....	56
Quadro 15 – Ações de supervisão <i>off-site</i> .....	57
Quadro 16 – Dados globais sobre processos contraordenacionais.....	72
Quadro 17 – Pedidos de parecer e outros processos não contraordenacionais entrados no DSJ em 2015 .....	74
Quadro 18 – Via de apresentação das reclamações à ASF .....	84
Quadro 19 – Distribuição das reclamações analisadas por ramos e tipo de seguros (2015) .....	85
Quadro 20 – Comunicações / pedidos de esclarecimento – por tipos de seguro .....	87
Quadro 21 – Vencedores da 4.ª edição do concurso “Todos Contam” .....	94
Quadro 22 – Evolução das receitas e despesas da ASF .....	100
Quadro 23 – Custos médios dos processos.....	116
Quadro 24 – Custos médios das indemnizações.....	117
Quadro 25 – Evolução da atividade do FGA no âmbito da Quarta Diretiva Automóvel.....	118
Quadro 26 – Distribuição do total da provisão (2015) .....	122

Quadro 27 – Rácio de cobertura das responsabilidades .....	122
Quadro 28 – Evolução dos Resultados Líquidos.....	122
Quadro 29 – Composição dos ativos financeiros do FGA .....	123
Quadro 30 – Rácio de cobertura das responsabilidades .....	132
Quadro 31 – Composição dos ativos financeiros do FAT .....	133

## A. MENSAGEM DO PRESIDENTE

No exercício das suas competências, enquanto autoridade de regulação e supervisão do mercado segurador e dos fundos de pensões, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) publica anualmente o seu relatório e contas. Este documento detalha as atividades desenvolvidas durante o exercício transato e divulga as suas demonstrações financeiras, bem como as dos Fundos cuja gestão lhe está cometida – o Fundo de Garantia Automóvel (FGA) e o Fundo de Acidentes de Trabalho (FAT).

No ano 2015 assistiu-se a uma inversão na tendência de crescimento da produção de seguro direto que se havia verificado nos anos anteriores. Com efeito, em termos globais registou-se uma redução de 11,4%, motivada pelo comportamento do ramo Vida, cuja produção diminuiu 17% em resultado da quebra na produção dos três principais segmentos Vida – com destaque para os PPR e para os seguros de Vida (excluindo PPR). Em sentido inverso, nos ramos Não Vida a produção cresceu 3,7%, impulsionada pelo ramo de Acidentes e Doença, que passou a representar 33,8% do total da produção das empresas nacionais supervisionadas pela ASF que operam neste segmento (aumento de 1,1 pontos percentuais). Esta evolução determinou a alteração nos pesos relativos, em termos de produção de seguro direto, no universo em análise, tendo o ramo Vida reduzido a sua representatividade para 68,5% (-4,6 pontos percentuais).

A estrutura do mercado não sofreu alterações materiais durante o ano 2015, sendo embora de destacar a passagem de uma das sucursais com sede na União Europeia para o universo das empresas de seguros sob supervisão prudencial da ASF.

No que diz respeito à taxa de cobertura da margem de solvência das empresas de seguros sob controlo da ASF, no contexto do regime de solvência ainda em vigor a 31 de dezembro de 2015, verifica-se que este indicador melhorou em 25 pontos percentuais. Esta evolução significa um aumento da taxa de cobertura para 237% no final de 2015, que resulta essencialmente da subida da margem de solvência disponível (12,1%).

As provisões técnicas das empresas de seguros acompanharam o decréscimo da produção, reduzindo-se em 2,2%, para 47,3 mil milhões de euros. Neste contexto, saliente-se a redução de 2,8% no ramo Vida e um aumento em igual proporção nos ramos Não Vida.

Os resultados líquidos do conjunto de empresas supervisionadas pela ASF atingiram, em 2015, um valor estimado de 338 milhões de euros, tendo 37 dos 46 operadores apresentado resultados positivos.

Relativamente ao setor dos fundos de pensões, observou-se um aumento de 6% no montante global de ativos sob gestão que, no final do ano, totalizavam 18,2 mil milhões de euros. No entanto, verificou-se uma redução de 35,1% nas contribuições dos associados e participantes dos fundos de pensões face a 2014. Adicionalmente, a rentabilidade dos fundos de pensões, calculada com base nas contribuições entregues e os benefícios pagos durante o ano, situou-se em 1,5%, refletindo uma diminuição expressiva face ao valor de 6,4% que se havia registado no ano anterior.

Gostaria ainda de salientar o facto de que o ano 2015 marca o final do regime de solvência em vigor. Efetivamente, na sequência da publicação da Lei n.º 147/2015, é estabelecido o novo Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora (RJASR), que transpõe para o ordenamento jurídico nacional a Diretiva 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho de 25 de novembro de 2009, conhecida por «Diretiva Solvência II».

O regime Solvência II, que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2016, consubstancia um novo padrão de regulação e de supervisão da atividade seguradora e resseguradora, mais sensível aos riscos efetivamente assumidos pelas empresas de seguros e de resseguros, destinado a reforçar a solidez financeira destas empresas, a estabilidade e a competitividade do setor segurador e o bom funcionamento do mercado, tendo como fim último a proteção dos tomadores de seguros, segurados e beneficiários.

Aquela Lei, entre outros aspetos, aprova também o regime processual aplicável aos crimes especiais do setor segurador e dos fundos de pensões e às contraordenações cujo processamento compete à ASF e republica o Decreto-Lei n.º 12/2016, de 20 de janeiro, que regula a constituição e o funcionamento dos fundos de pensões e das entidades gestoras de fundos de pensões.

Não posso deixar de sublinhar o papel crucial que as empresas de seguros, as sociedades gestoras de fundos de pensões e os mediadores de seguros continuam a desempenhar para a estabilidade e resiliência do setor segurador e dos fundos de pensões, em especial no contexto adverso que o país tem atravessado.

Gostaria, agora, de agradecer às entidades públicas e privadas que conosco colaboraram em 2015, permitindo-nos o cumprimento dos objetivos estabelecidos.

Uma nota especial para a Comissão de Fiscalização, pelo interesse, disponibilidade, empenho e sentido de cooperação institucional que tem sempre demonstrado, assim como para o Conselho Consultivo, pelos úteis contributos na sua área de intervenção.

Considero fundamental reiterar a necessidade de encontrar soluções adequadas que permitam que a ASF possa estar dotada de um quadro de colaboradores em quantidade e com a qualidade necessárias à concretização dos seus objetivos e ao cumprimento das suas responsabilidades.

É, pois, com grande apreço que dirijo uma palavra aos colaboradores da ASF que, continuando sujeitos às restrições orçamentais que afetam esta Autoridade e num contexto de grandes dificuldades, mais uma vez contribuíram para o cumprimento dos objetivos traçados com o seu profissionalismo, dedicação e desempenho competente.

**José Figueiredo Almaça**

Presidente

## **B. A AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES**

### **1. MISSÃO E VALORES**

A ASF tem por missão assegurar o regular funcionamento do mercado segurador e de fundos de pensões em Portugal, por forma a contribuir para a garantia da proteção dos tomadores de seguros, segurados, subscritores, participantes, beneficiários e lesados.

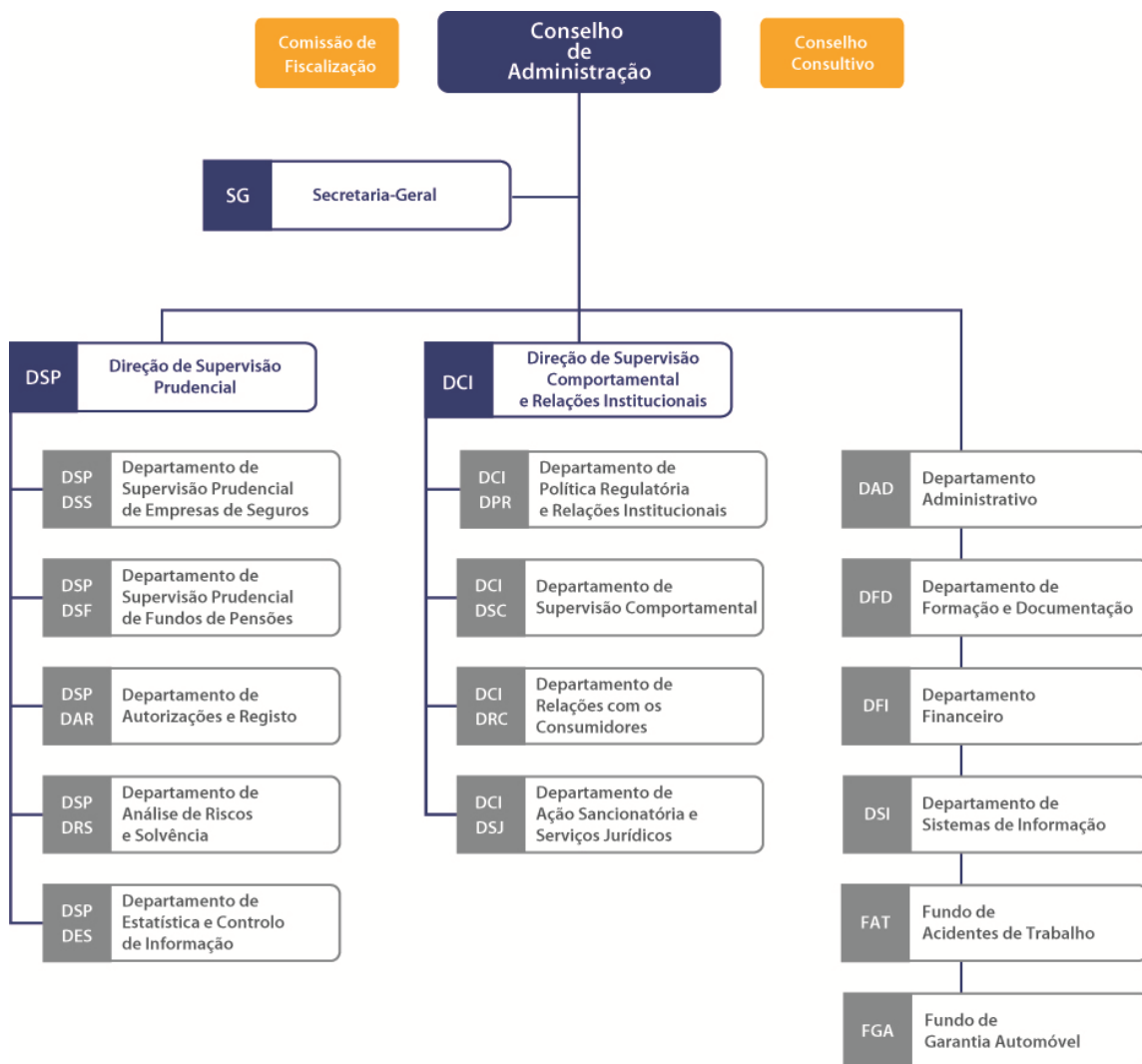
Esta missão é assegurada através da promoção da estabilidade e solidez financeira das entidades sob a sua supervisão, bem como da garantia da manutenção de elevados padrões de conduta por parte dos operadores (empresas de seguros e resseguros, sociedades gestoras de fundos de pensões e mediadores).

Neste enquadramento, a ASF tem-se posicionado no sentido de manter um mercado segurador e de fundos de pensões eficiente e estável.

## 2. ORGANIZAÇÃO

São órgãos da ASF, nos termos do seu estatuto, o Conselho de Administração, o Conselho Consultivo e a Comissão de Fiscalização. A ASF é estruturada num conjunto de unidades orgânicas, apresentando-se na figura seguinte o organograma em vigor em 2015.

Figura 1 – Estrutura organizacional da ASF





No quadro seguinte, apresenta-se a composição dos órgãos estatutários da ASF, à data de 31 de dezembro de 2015.

**Figura 2 – Composição dos órgãos estatutários da ASF**



## **C. O MERCADO SEGURADOR E DOS FUNDOS DE PENSÕES EM 2015**

### **1. A EVOLUÇÃO DA ECONOMIA GLOBAL E EUROPEIA**

De acordo com as recentes perspetivas económicas, publicadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), estima-se que, em 2015, a economia mundial terá crescido 3,1%, ou seja, 0,3 pontos percentuais abaixo do crescimento registado em 2014. Para este abrandamento contribuiu essencialmente a desaceleração nas economias emergentes e em desenvolvimento, com destaque para os países exportadores de matérias-primas, cujos preços sofreram quedas generalizadas em 2015. De entre estes, realce para duas das maiores economias mundiais – Rússia e Brasil –, que registaram contrações muito significativas, de 3,7% e 3,8%, respetivamente.

## Quadro 1 – Economia mundial – principais indicadores económicos

Taxa de variação em percentagem, exceto quando indicado

	Projeções			
	2014	2015	2016	2017
PIB				
<b>Economia mundial</b>	<b>3,4</b>	<b>3,1</b>	<b>3,4</b>	<b>3,6</b>
<b>Economias avançadas</b>	<b>1,8</b>	<b>1,9</b>	<b>2,1</b>	<b>2,1</b>
EUA	2,4	2,5	2,6	2,6
Japão	0,0	0,6	1,0	0,3
Área do Euro	0,9	1,5	1,7	1,7
Reino Unido	2,9	2,2	2,2	2,2
Outras economias avançadas	2,8	2,1	2,4	2,8
<b>Economias de mercados emergentes e em desenvolvimento</b>	<b>4,6</b>	<b>4,0</b>	<b>4,3</b>	<b>4,7</b>
Europa Central e de Leste	2,8	3,4	3,1	3,4
Comunidade dos Estados Independentes (a)	1,0	-2,8	0,0	1,7
Países Asiáticos em desenvolvimento	6,8	6,6	6,3	6,2
Médio Oriente e Norte de África	2,8	2,5	3,6	3,6
América Latina	1,3	-0,3	-0,3	1,6
África Subsaariana	5,0	3,5	4,0	4,7
<b>Volume de comércio mundial de bens e serviços</b>	<b>3,4</b>	<b>2,6</b>	<b>3,4</b>	<b>4,1</b>
<b>Preços internacionais de matérias-primas em USD</b>				
Petróleo (b)	-7,5	-47,1	-17,6	14,9
Matérias-primas não energéticas	-4,0	-17,4	-9,5	0,4
<b>Preços no consumidor</b>				
Economias avançadas	1,4	0,3	1,1	1,7
Economias de mercados emergentes e em desenvolvimento	5,1	5,5	5,6	5,9
<b>Taxas de juro LIBOR (em percentagem)</b>				
Em depósitos em USD (6 meses)	0,3	0,5	1,2	2,2
Em depósitos em EUR (3 meses)	0,2	0,0	-0,3	-0,2
Em depósitos em JPY (6 meses)	0,2	0,1	0,1	0,1

Fonte: *World Economic Outlook Update January 2016, FMI*

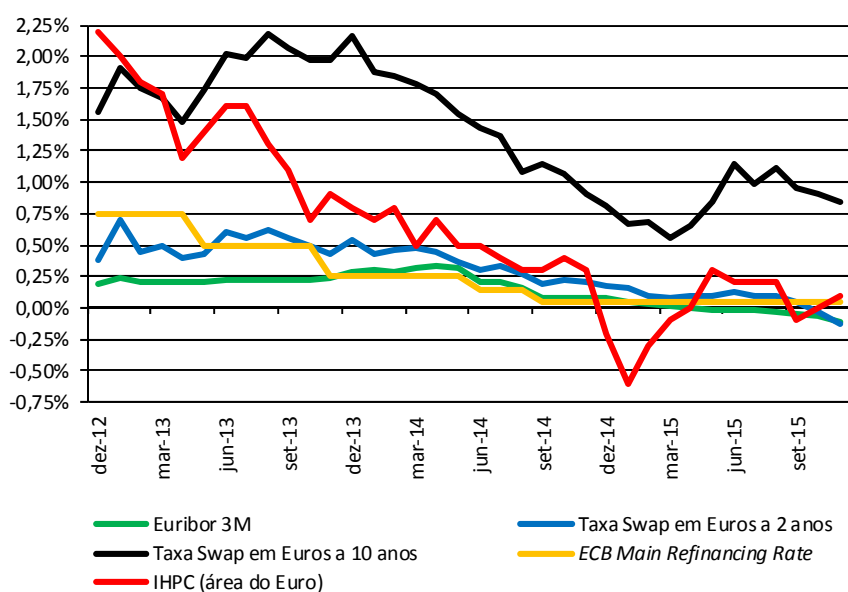
Notas: (a) compreende 11 repúblicas que pertenciam à antiga União Soviética: Arménia, Azerbaijão, Bielorrússia, Cazaquistão, Quirguízia, Moldávia, Rússia, Tadjiquistão, Turquemenistão, Ucrânia e Uzbequistão; (b) média simples dos preços do Brent (UK), Dubai e West Texas Intermediate crude oil. O preço médio por barril em 2015 foi de 50,92 USD. O valor estimado a partir dos mercados de futuros é de 41,97 USD para 2016 e 48,21 USD para 2017.

A área do Euro prosseguiu a recuperação económica iniciada em 2014, alicerçada na retoma do consumo interno e no comportamento positivo das exportações líquidas, que beneficiaram de fatores exógenos como a cotação do petróleo em baixa e a depreciação do Euro, em particular face ao Dólar. Por seu turno, os níveis de investimento mantêm-se condicionados pela instabilidade económica, bem como pelos elevados níveis de endividamento conjugados com a incerteza quanto às políticas orçamentais futuras em alguns países.

As projeções para 2016 e 2017 antevêm uma recuperação do crescimento económico na generalidade das regiões do globo, ainda que a um ritmo reduzido.

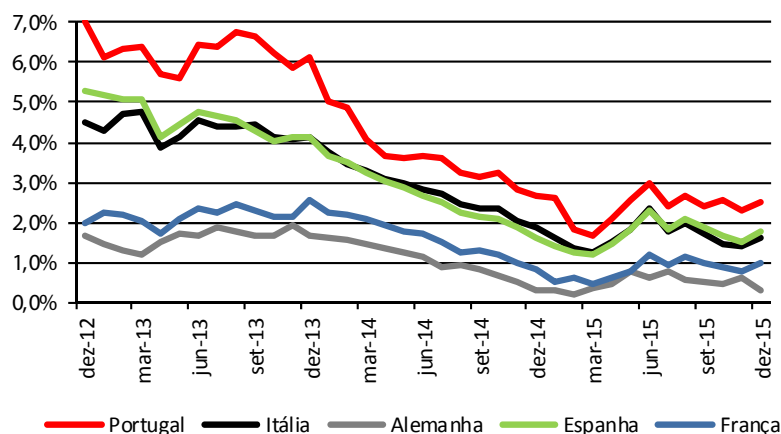
Ao nível dos mercados financeiros, agravaram-se as perspetivas de persistência do atual ambiente de baixas taxas de juro de mercado por um período prolongado, em particular na área do Euro. No início de 2015, o Banco Central Europeu reforçou a sua política monetária acomodatória com o alargamento do programa de compra de ativos a títulos de dívida soberana. Esta ação, em conjugação com a manutenção da taxa de juro diretora no mínimo histórico de 0,05% ao longo de todo o ano, levou, inclusivamente, as taxas de referência a atingir valores negativos em todos os prazos inferiores a um ano. As taxas de rentabilidade implícitas nas obrigações de dívida pública atingiram valores mínimos históricos no final do primeiro trimestre, tendo permanecido até ao final do ano em níveis marcadamente baixos.

**Figura 3 – Evolução das taxas de juro e de inflação na área do Euro**



Fonte: Bloomberg

**Figura 4 – Evolução das taxas de rendibilidade implícitas nas obrigações de dívida pública a dez anos de alguns emittentes soberanos da zona Euro**



Fonte: Bloomberg

Os principais índices acionistas dos mercados desenvolvidos registaram, na sua generalidade, um desempenho positivo, com realce para os europeus, que contrasta com a evolução negativa dos índices de mercados emergentes. A tônica dominante do ano, e transversal a todos os mercados acionistas, foi o aumento significativo da volatilidade, em particular no terceiro trimestre do ano, comportamento desencadeado pelos receios de contágio das quebras verificadas nas bolsas chinesas e nos mercados de matérias-primas.

## 2. A ECONOMIA NACIONAL

O PIB nacional aumentou 1,5% no ano 2015, o que consubstancia um acréscimo de 0,6 pontos percentuais face ao verificado em 2014, fruto do aumento da procura interna, para o que contribuíram a aceleração do consumo privado e da formação bruta de capital fixo e o incremento da despesa pública. Este valor representa, todavia, uma revisão em baixa face às previsões divulgadas em outubro, justificada pela desaceleração do ritmo de crescimento registada no segundo semestre do ano que resultou, essencialmente, do abrandamento do investimento e das exportações.

As projeções de crescimento nacional encontram-se também condicionadas pela evolução macroeconómica externa, com a desaceleração verificada na economia angolana e a forte recessão que se abateu sobre o Brasil a apresentarem-se como dificuldades acrescidas, em particular para os setores mais expostos a essas geografias. O elevado endividamento das empresas afeta também a sua capacidade e apetite para o investimento.

A taxa de poupança recuou para 4,3% do rendimento disponível, valor historicamente baixo e intimamente ligado ao ambiente de baixas taxas de juro. Nos produtos tradicionais de aforro, nomeadamente na maioria dos depósitos bancários, as taxas de retorno líquidas situaram-se, inclusivamente, abaixo da taxa de inflação, estimulando a preferência pelo consumo em detrimento da poupança.

A taxa de desemprego fixou-se em 12,6%, uma redução relevante face a 2014 (14,1%), ainda que parcialmente devida a fluxos migratórios, estimando-se que a tendência descendente se mantenha nos próximos anos.

De acordo com as últimas estimativas, o défice das administrações públicas cifrou-se em 4,2% do PIB. O impacto extraordinário da resolução do Banif, anunciada a 21 de dezembro, determinou o não cumprimento do limite de 3% previsto no Pacto de Estabilidade e Crescimento da União Europeia.

O final do ano 2015 ficou marcado pela alteração do figurino político, criando a perspetiva da alteração das anteriores políticas orçamentais austeras, enquadradas no Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (2011-2014). O Orçamento do Estado para 2016, recentemente apresentado, prevê uma redução do défice para 3,4%, contando, efetivamente, com várias medidas expansionistas que, pela sua natureza, se estima que conduzam a uma deterioração do défice estrutural (de 1,9% para 2,9%). A manutenção de Portugal no Procedimento dos Défices Excessivos mantém, todavia, a sujeição das finanças públicas a um maior escrutínio e à adoção de políticas corretivas, contribuindo assim para a elevada expectativa quanto às políticas orçamentais que serão efetivamente adotadas no futuro próximo, bem quanto ao seu impacto na evolução da economia.

A dívida pública sofreu uma ligeira redução, para 129,7% do PIB, um valor ainda muito elevado e que se estima que reduza residualmente no curto/médio-prazo, não aliviando os receios quanto à sua sustentabilidade.

## Quadro 2 – Economia nacional – principais indicadores económicos

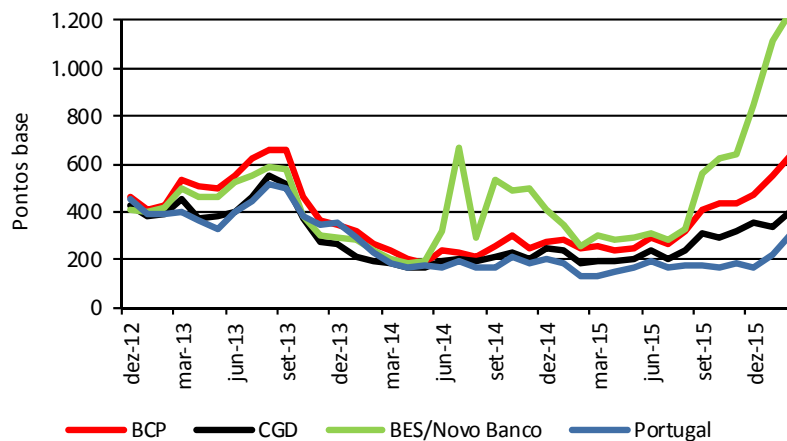
	Taxa de variação, em percentagem, exceto quando indicado			
	2014	2015 (estimativa)	2016 (projeção)	2017 (projeção)
<b>PIB</b>	<b>0,9</b>	<b>1,5</b>	<b>1,6</b>	<b>1,8</b>
Consumo privado	2,2	2,6	1,9	1,8
Consumo público	-0,5	0,3	0,4	0,4
Formação Bruta de capital fixo	2,8	4,3	3,0	4,7
Exportações	3,9	4,9	4,3	5,3
Importações	7,2	6,5	4,9	6,0
<b>Contributo para a variação do PIB (p.p.)</b>				
Procura interna	1,8	2,4	1,8	2,0
Exportações líquidas	-1,2	-0,6	-0,2	-0,2
<b>IHPC</b>	<b>-0,2</b>	<b>0,5</b>	<b>0,7</b>	<b>1,1</b>
Taxa de poupança das famílias (a)	5,9	4,3	4,9	4,7
Taxa de desemprego (b)	14,1	12,6	11,7	10,8
Défice orçamental (c)	-7,2	-4,2	-3,4	-3,5
Dívida pública (c)	130,2	129,1	128,5	127,2

Fonte: Eurostat

Notas: (a) em percentagem do rendimento disponível; (b) em percentagem da população ativa; (c) em percentagem do PIB.

O setor financeiro português foi afetado, no segundo semestre, por um conjunto de eventos que contribuiu para a escalada dos *spreads* da banca nacional, nomeadamente a não conclusão do processo de venda do Novo Banco e posterior apresentação de resultados negativos no teste de esforço do BCE, bem como a anteriormente referida resolução do Banif. Também as *yields* da dívida pública portuguesa sofreram alguma pressão já no início de 2016, em contraciclo com as restantes dívidas soberanas europeias, em reação às negociações da proposta do Orçamento do Estado com a Comissão Europeia.

**Figura 5 – Evolução dos prémios de risco da República Portuguesa e de alguns dos principais bancos nacionais**



Fonte: Bloomberg

O *rating* de crédito da República Portuguesa não sofreu alterações de relevo, com a DBRS a permanecer como a única, de entre as principais agências de notação, que mantém a avaliação no limiar de *investment grade*. Com exceção do Banco Santander Totta, que beneficia da melhor perspetiva da casa-mãe, os principais bancos nacionais continuam também bastante pressionados, tendo inclusivamente o Novo Banco sofrido um *downgrade* em resultado dos eventos anteriormente referidos.

**Quadro 3 – Notações de risco de crédito atribuídas pelas principais agências à República Portuguesa e a alguns dos principais bancos nacionais**

	31.05.2015				07.03.2016				Outlook			
	S&P	Moody	Fitch	DBRS	S&P	Moody	Fitch	DBRS	S&P	Moody	Fitch	DBRS
<b>País Emitente</b>												
Portugal	BBu	Ba1	BB+	BBBL	BB+u	Ba1	BB+	BBBL	Estável	Estável	Estável	Estável
<b>Banco</b>												
BCP	B+	B1	BB-	BBBL	B+	B1	BB-	BBH	Positivo	Estável	Estável	Estável
CGD	BB-	Ba3	BB-	BBBL	BB-	B1	BB-	BBBL	Positivo	Estável	Estável	Estável
Novo Banco	NR	B2	NR	BBL	NR	Caa1	NR	CCCH	-	Em desenvolvimento	-	Negativo
Santander Totta	BB	Ba1	BBB	BBBH	BB+	Baa3	BBB	BBBH	Estável	Estável	Positivo	Estável

Fonte: Bloomberg



### 3. EVOLUÇÃO DO MERCADO SEGURADOR E DOS FUNDOS DE PENSÕES

#### Setor segurador

No final de 2015, o número total de empresas de seguros a operar no mercado português estabeleceu-se em 79, exatamente o mesmo valor registado em 2014. A estrutura do mercado não sofreu alterações materiais, sendo de destacar a passagem de uma das sucursais com sede na União Europeia para o universo das empresas de seguros sob supervisão prudencial da ASF.

Relativamente às empresas a atuar em regime de livre prestação de serviços em Portugal, não se verificaram alterações, tendo-se mantido um total de 551.

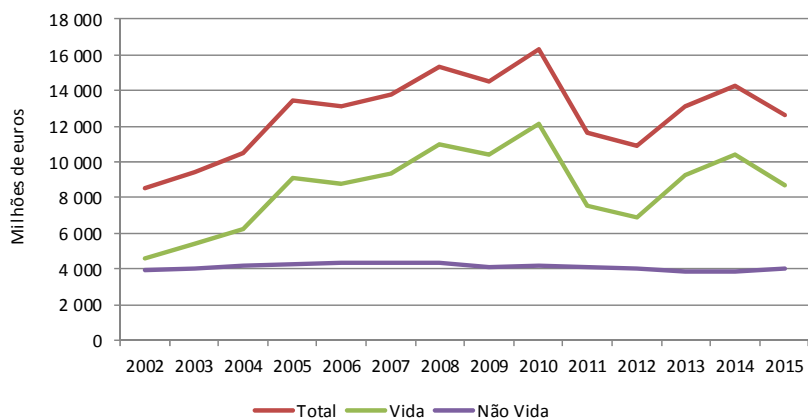
#### Quadro 4 – Empresas de seguros – estrutura do mercado

	2011	2012	2013	2014	2015
<b>Empresas de Seguros</b>	<b>79</b>	<b>79</b>	<b>77</b>	<b>79</b>	<b>79</b>
<b>Sob controlo da ASF</b>	<b>45</b>	<b>43</b>	<b>42</b>	<b>45</b>	<b>46</b>
Vida	14	14	14	16	16
Não Vida	22	21	21	23	24
Mistas	8	7	6	5	5
Resseguro	1	1	1	1	1
<b>Sucursais da UE</b>	<b>34</b>	<b>36</b>	<b>35</b>	<b>34</b>	<b>33</b>
Vida	6	6	5	5	5
Não Vida	24	25	24	23	21
Mistas	4	5	6	6	7

A figura seguinte apresenta a evolução da produção de seguro direto em Portugal no universo das empresas de seguros sob a supervisão prudencial da ASF. Contrariamente ao ano transato, a produção global sofreu uma quebra de 11,4% em 2015, fixando-se em 12,7 mil milhões de euros. Este decréscimo deveu-se integralmente à evolução no ramo Vida, que registou uma diminuição de 17% face a 2014, para 8,7 mil milhões de euros. Em particular, os três principais segmentos Vida experienciaram uma quebra na produção, com destaque para os PPR e para os seguros de Vida (excluindo PPR). Já a produção do conjunto dos ramos Não Vida apresentou uma subida de 3,7%, para 4 mil milhões de euros, sendo esta subida impulsionada pelo crescimento do ramo de Acidentes e Doença.

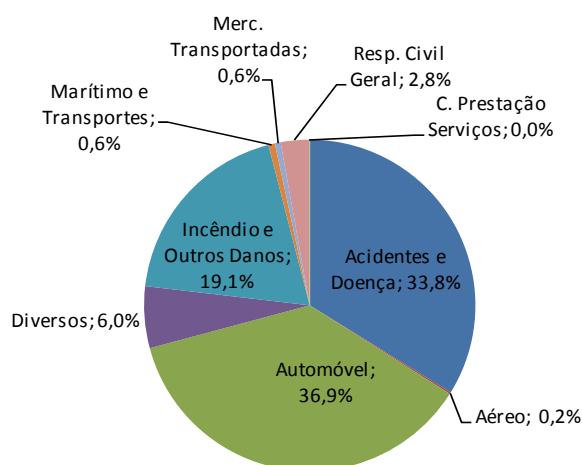
Consequentemente, o peso do ramo Vida diminuiu 4,6 pontos percentuais, representando, no final do ano, 68,5% da produção de seguro direto do mercado nacional sob supervisão da ASF.

**Figura 6 – Evolução dos prémios de risco da República Portuguesa e de alguns dos principais bancos nacionais**



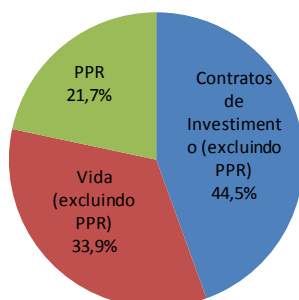
Analisando a produção segmentada do conjunto dos ramos Não Vida, constata-se a manutenção da estrutura registada no ano 2014. Os três ramos mais representativos mantiveram as suas posições relativas, sendo o ramo Automóvel aquele com maior peso no mercado. O peso do ramo Acidentes e Doença aumentou 1,1 pontos percentuais, correspondendo a um total de produção de 33,8% do total das empresas nacionais supervisionadas pela ASF que operam nos ramos Não Vida. Por outro lado, grande parte dos restantes ramos sofreu uma ligeira diminuição do seu peso no mercado, sendo o ramo Automóvel aquele que experienciou a queda mais acentuada.

**Figura 7 – Produção de seguro direto dos ramos Não Vida**



No que respeita ao ramo Vida, o mercado experienciou alterações mais marcadas. Efetivamente, o peso de mercado dos seguros de Vida e dos PPR diminuiu, respetivamente, em 2,6 e 1,9 pontos percentuais, por contrapartida do aumento do peso relativo dos Contratos de investimento, em 4,5 pontos percentuais.

**Figura 8 – Produção de seguro direto do ramo Vida**



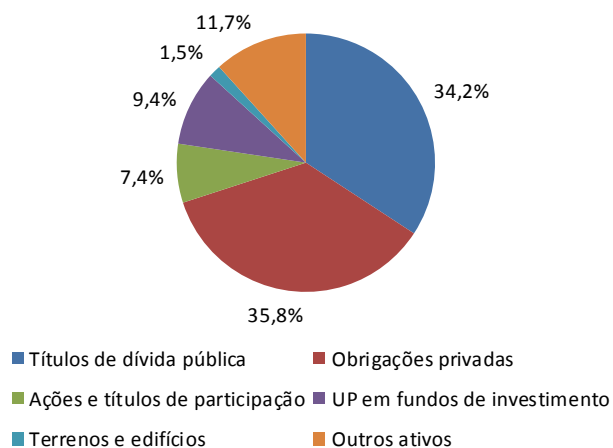
Em 2015, os custos com sinistros de seguro direto das seguradoras nacionais supervisionadas pela ASF experienciaram um aumento de 9,3%, fixando-se nos 12,4 mil milhões de euros. Esta evolução ascendente foi impulsionada pelos ramos Não Vida e Vida, os quais apresentaram crescimentos de 6,6% e 10%, respetivamente.

No que respeita aos ramos Não Vida, o aumento dos custos com sinistros reflete, pelo menos em parte, o efeito da inclusão do novo operador no universo das empresas supervisionadas pela ASF. Por sua vez, no ramo Vida, o aumento dos custos com sinistros foi determinado pelo comportamento dos resgates, que registaram um aumento de 25% face ao final de 2014.

Relativamente à carteira de investimentos das empresas de seguros, e contrariando a tendência do ano transato, o valor total dos ativos detidos pelas seguradoras diminuiu 2,6%, totalizando, no final de 2015, 49,9 mil milhões de euros.

A composição da carteira não experienciou grandes variações face a 2014. A classe de ativos com maior representatividade continua a ser a de Obrigações privadas, logo seguida pelos Títulos de dívida pública. Refira-se, em especial, a subida do peso das Ações e títulos de participação em 3,2 pontos percentuais, passando esta classe a representar, no final de 2015, 7,4% do investimento total das empresas de seguros.

**Figura 9 – Investimentos das empresas de seguros**

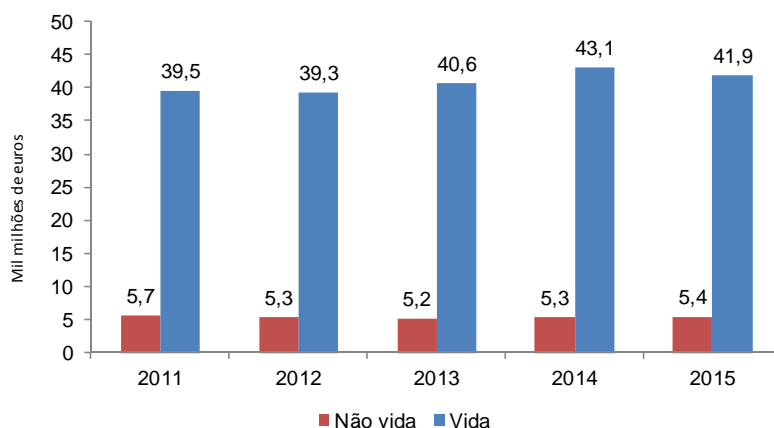


Ao nível da distribuição geográfica dos valores mobiliários detidos, verificou-se, em 2015, uma tendência de desinvestimento em Portugal e na União Europeia (excluindo Portugal), representando estes emitentes, respetivamente, 38,5% e 49,1% do total da carteira de valores mobiliários das seguradoras. Em contrapartida, o investimento fora da União Europeia registou um acréscimo de 3,8 pontos percentuais, para 12,4%, o que demonstra uma tendência de diversificação geográfica do mercado.

Por sua vez, a estrutura da carteira por setor económico do emitente registou algumas variações. Em particular, o setor financeiro diminuiu a sua representatividade em 6,2 pontos percentuais, mantendo-se, todavia, como o setor mais representativo (com 40% do valor da carteira total). Já o setor de Produção e distribuição de combustíveis e o setor de Produtos consumíveis apresentaram aumentos da sua representatividade em 3 e 2,4 pontos percentuais, respetivamente.

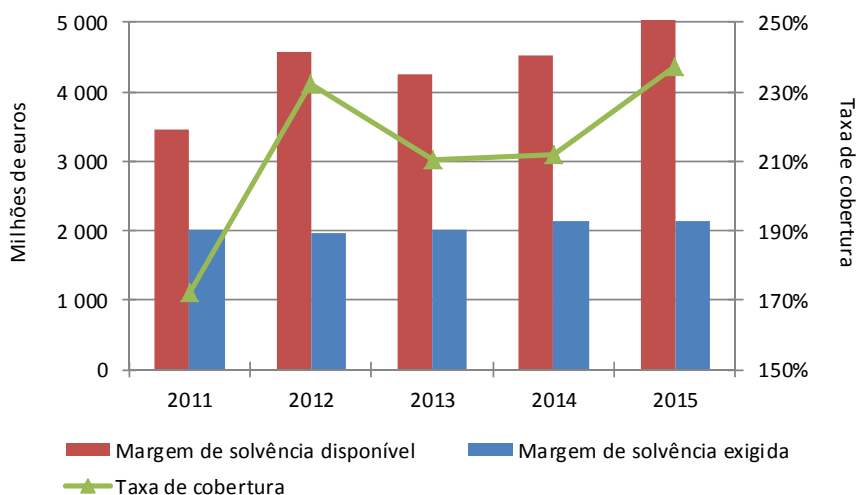
As provisões técnicas das empresas de seguros decresceram 2,2% para 47,3 mil milhões de euros, em linha com a quebra de produção verificada em 2015. Neste âmbito, o ramo Vida experienciou uma queda de 2,8%, enquanto os ramos Não Vida registaram um aumento de 2,8%.

**Figura 10 – Provisões técnicas das empresas de seguros**



Analisando a evolução da taxa de cobertura da margem de solvência das empresas de seguros nacionais sob controlo da ASF, no contexto do regime de solvência ainda em vigor a 31 de dezembro de 2015, constata-se o melhoramento deste indicador em 25 pontos percentuais. Com efeito, a taxa de cobertura fixou-se nos 237% no final de 2015, refletindo essencialmente a subida da margem de solvência disponível em 12,1%.

**Figura 11 – Margem de solvência das empresas de seguros**

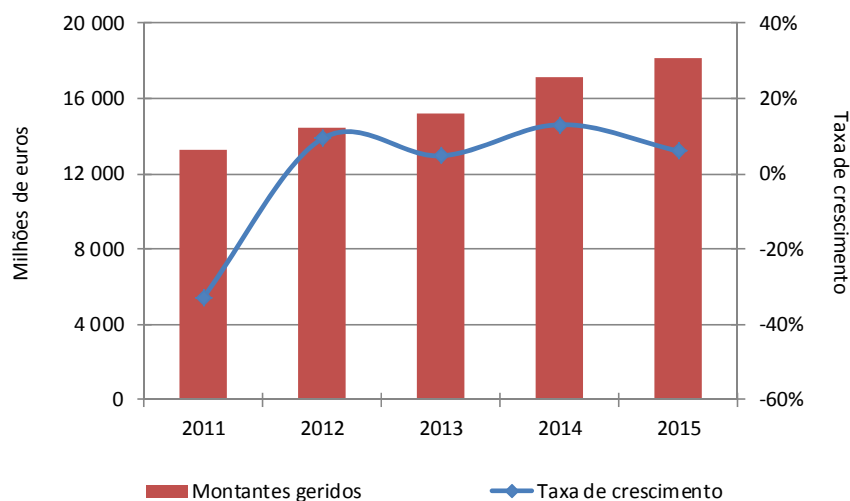


Em 2015, os resultados líquidos do mesmo conjunto de empresas atingiram um valor estimado de 338 milhões de euros, com 37 dos 46 operadores a apresentarem resultados líquidos positivos.

### Setor dos fundos de pensões

Relativamente aos fundos de pensões, o montante de ativos sob gestão totalizou 18,2 mil milhões de euros no final de 2015, o que corresponde a um crescimento de 6% face ao ano transato. A rentabilidade dos fundos de pensões, calculada considerando as contribuições entregues e os benefícios pagos durante o ano, situou-se nos 1,5%, refletindo uma diminuição expressiva face aos 6,4% registados em 2014.

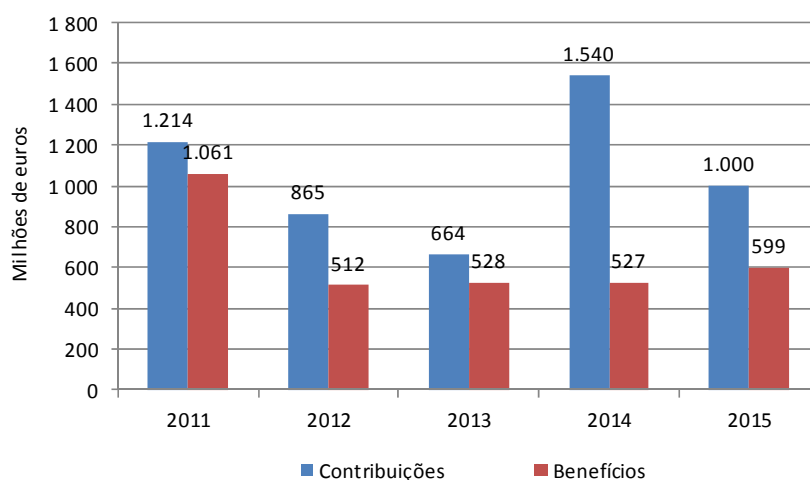
**Figura 12 – Evolução dos montantes geridos pelos fundos de pensões**



Invertendo a tendência do ano anterior, as contribuições dos associados e participantes dos fundos de pensões sob supervisão da ASF registaram uma queda de 35,1% face a 2014, somando mil milhões de euros. Esta descida resultou principalmente da variação das contribuições para os fundos de pensões do setor bancário, tendo-se registado, para este conjunto, um nível elevado de contribuições extraordinárias em 2014, explicado pela revisão em baixa dos pressupostos de taxa de desconto assumidos na avaliação das responsabilidades.

Relativamente aos benefícios pagos em 2015, estes totalizaram 599 milhões de euros, o que corresponde a uma subida de 13,7% face ao ano transato.

**Figura 13 – Evolução das contribuições e dos benefícios pagos**



Quando comparado com 2014, o número de entidades gestoras de fundos de pensões manteve-se inalterado. No entanto, o número de fundos de pensões diminuiu significativamente, assinalando-se a extinção de oito fundos de pensões fechados por transferência para outros fundos de pensões e a constituição de um novo fundo de pensões aberto.

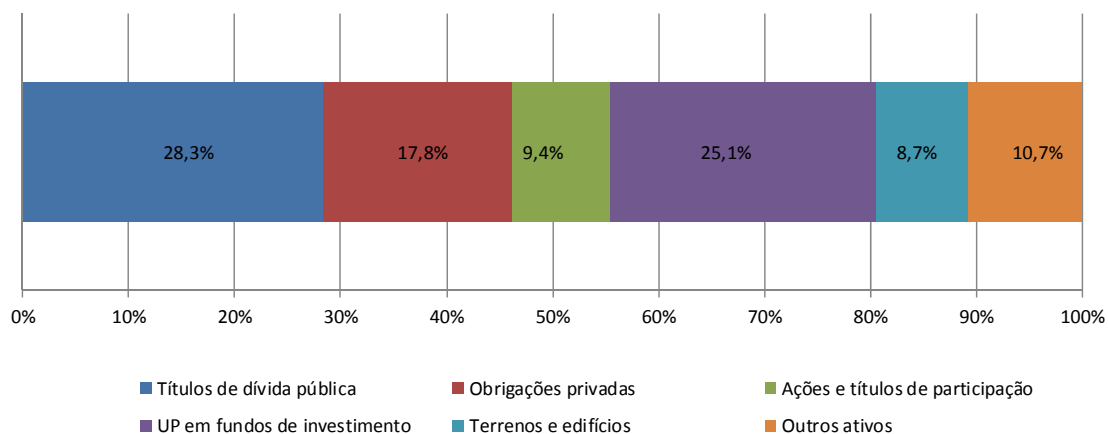
**Quadro 5 – Fundos de pensões – estrutura do mercado<sup>1</sup>**

	Total	Empresas de Seguros	Sociedades Gestoras
<b>Número de entidades gestoras de fundos de pensões</b>	<b>22</b>	<b>11</b>	<b>11</b>
<b>Número de fundos de pensões</b>	<b>217</b>	<b>66</b>	<b>151</b>
PPR	24	2	22
PPA	3	1	2
Abertos, excluindo PPR	52	14	38
Fechados	138	49	89
<i>Em co-gestão</i>	4	1	3
<b>Montante dos fundos de pensões (milhões de euros)</b>	<b>18.164</b>	<b>2.823</b>	<b>15.341</b>
PPR	440	5	435
PPA	2	0	2
Abertos, excluindo PPR	1.605	429	1.176
Fechados	16.118	2.390	13.728
<i>Em co-gestão</i>	145	61	84
Quota de mercado	100,0%	15,4%	84,6%

No que respeita às carteiras de ativos dos fundos de pensões, o ano 2015 experienciou algumas alterações de estrutura. Os pesos da dívida pública e privada na totalidade das carteiras registaram acréscimos de 1,8 e 2,7 pontos percentuais, respetivamente, alcançando representatividades de 28,3% e 17,8% no final do ano. Em contrapartida, o peso da rubrica “outros ativos” fixou-se nos 10,7%, o que corresponde a um decréscimo de 4,8 pontos percentuais face a 2014.

Desta forma, os Títulos de dívida, pública e privada, e as Unidades de participação em fundos de investimento assumem-se como as classes de ativos mais representativas das carteiras dos fundos de pensões.

**Figura 14 – Investimentos dos fundos de pensões**



<sup>1</sup> O número de fundos de pensões cogeridos está incluído na respetiva entidade gestora líder.

Em relação à distribuição geográfica da carteira de ativos dos fundos de pensões, há a referir a grande preponderância dos emitentes da União Europeia, sendo que Portugal representa 30,9% da carteira e o resto dos países da União Europeia representam 62,6%. Finalmente, e tal como se havia concluído para as empresas de seguros, o setor mais representativo no total dos ativos dos fundos de pensões é o financeiro, correspondendo a 43% do peso total da carteira.



## D. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

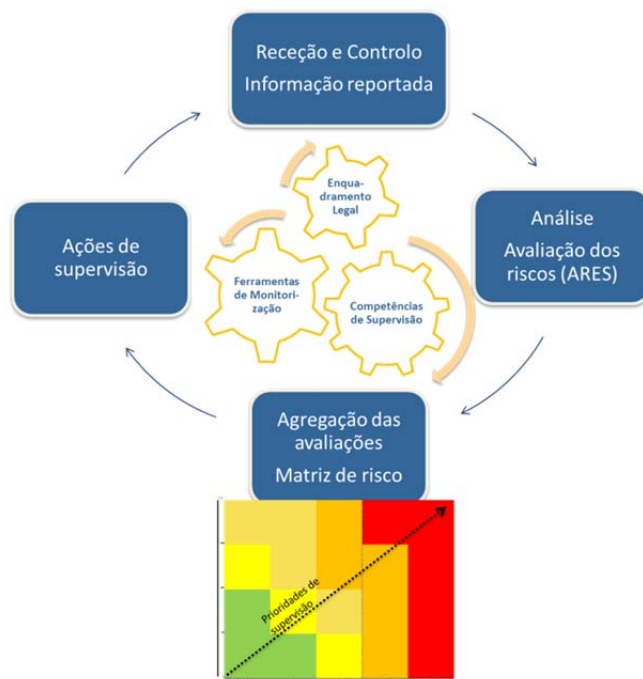
### 1. SUPERVISÃO PRUDENCIAL

#### EMPRESAS DE SEGUROS

##### Processo de supervisão – uma avaliação orientada para os riscos

O processo de supervisão prudencial das empresas de seguros baseia-se numa abordagem orientada para os riscos, encontrando-se estruturado de modo a assegurar uma avaliação consistente e integrada dos diferentes riscos a que as empresas de seguros se encontram sujeitas.

Figura 15 – Processo de supervisão prudencial das empresas de seguros



Neste processo, a apreciação das empresas de seguros é efetuada, numa base regular, através da análise *off-site* da informação quantitativa e qualitativa reportada periodicamente pelas empresas de seguros sob a supervisão da ASF e considerando a metodologia integrada de avaliação de riscos (ARES – *Assessment* do Risco das Empresas de Seguros). Esta apreciação é complementada, numa base casuística, com pedidos de informação adicionais e / ou com ações de inspeção *on-site* focalizados nas áreas de maior risco, bem como análises transversais, de modo a assegurar uma melhor compreensão das empresas de seguros e das evoluções ocorridas no mercado.

A informação financeira e estatística, em base individual e consolidada – demonstrações financeiras, situação de solvência, carteira de investimentos, provisões técnicas, exploração técnica dos ramos, resseguro e outros elementos de índole estatística – é reportada à ASF numa base regular, traduzindo uma posição detalhada e abrangente da situação económico-financeira de cada empresa de seguros, constituindo assim um *input* essencial no processo de supervisão.

A informação enviada, reportada de forma padronizada, está sujeita a um processo detalhado de validações no sentido de assegurar a qualidade da informação e, conseqüentemente, a consistência das análises posteriormente efetuadas.

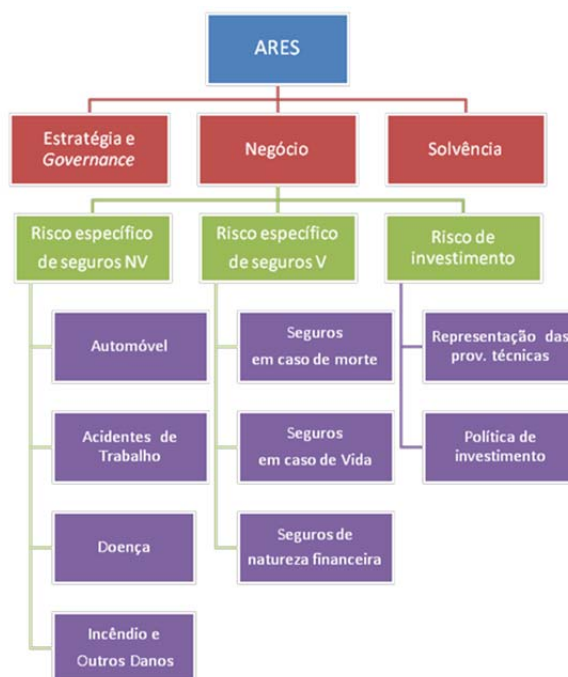
Adicionalmente, é ainda reportada, para efeitos de supervisão, informação qualitativa de relevância essencial: o relatório do atuário responsável (pela importância da apreciação técnico-atuarial), o relatório anual sobre a estrutura organizacional e os sistemas de gestão de riscos e de controlo interno (pela importância que representa na gestão sã e prudente do negócio) e o relatório de auditoria para efeitos de supervisão prudencial (que pretende assegurar a fiabilidade da informação reportada, o qual deve conter a certificação dos documentos de prestação de contas das empresas).

As análises efetuadas, a partir da informação reportada e dos elementos de supervisão disponíveis (de análises transversais e de ações *on-site*), incluem uma apreciação sustentada num conjunto de rácios e indicadores quantitativos pré-estabelecidos, com uma granularidade substantiva (por ramo/modalidade) e por natureza de risco (tarifação, provisionamento, investimentos), que permitem, através de avaliações evolutivas e de comparação com *benchmarks* setoriais e/ou de mercado e tendo por base a ferramenta ARES, proceder à avaliação (individualizada) dos riscos subjacentes às atividades e estratégias de negócio das empresas de seguros e, nessa sequência, definir as prioridades de supervisão.

A avaliação do risco das empresas de seguros supervisionadas pela ASF é seriada nas seguintes três classes de risco :

- Estratégia e *Governance*;
- Negócio (riscos específicos de seguros – Vida e Não Vida - e risco de investimento);
- Solvência.

Figura 16 – Organograma do ARES



Destaca-se, em especial na avaliação dos riscos específicos de seguros, a apreciação crítica do trabalho apresentado pelos atuários responsáveis, com os quais a ASF tem promovido uma relação intensa e dialogante.

As avaliações são agregadas pelos diversos módulos de risco para permitir a identificação das principais fontes de risco por empresa de seguros e, de uma forma transversal, para o mercado (global ou setorial). Face ao nível de risco atribuído a cada empresa e ao respetivo impacto no mercado segurador, as empresas de seguros são posicionadas numa matriz de risco, cujo objetivo é permitir a sua comparação e hierarquização e servir como auxiliar na determinação de prioridades de supervisão, bem como na definição das ações de supervisão a adotar.

De entre as diversas medidas de supervisão adotadas destacam-se:

- o acompanhamento *on-going* da atividade da empresa de seguros, através da monitorização regular das demonstrações financeiras e das garantias prudenciais;
- a realização de análises específicas *on-site* e/ou *off-site*, nomeadamente a análise de informação adicional;
- o pedido de planos de financiamento e de recuperação da situação financeira das empresas de seguros e respetiva monitorização e acompanhamento;
- a imposição de reforço das provisões técnicas e / ou dos capitais próprios.

No contexto do acompanhamento das empresas de seguros, e considerando que o órgão de administração e os gestores de topo são os responsáveis principais pela sua gestão sã e prudente, o processo de supervisão tem necessariamente inerente uma interação frequente com estas estruturas de governação.

No que se refere às empresas de seguros inseridas em grupos, tem sido intensificada a supervisão complementar, ao nível do grupo, nomeadamente quanto à situação da solvência corrigida, à concentração de riscos e às operações intragrupo. Nas empresas integradas em grupos internacionais, tem-se mantido a cooperação internacional, junto das autoridades congéneres, sendo de relevar, neste domínio, a participação da ASF nos colégios de supervisores responsáveis pela supervisão dos grupos de seguros.

## **Adaptação do processo de supervisão ao regime Solvência II**

O regime Solvência II, que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2016, consubstancia um novo padrão de regulação e de supervisão da atividade seguradora e resseguradora, destinado a reforçar a solidez financeira das empresas de seguros e de resseguros, a estabilidade e a competitividade do setor segurador e o bom funcionamento do mercado, tendo como fim último a proteção dos tomadores de seguros, segurados e beneficiários.

As novas regras preconizam uma visão holística e integrada dos riscos de forma a permitir identificar, mensurar, monitorizar, gerir e comunicar corretamente os diferentes riscos a que as empresas de seguros e de resseguros se encontram expostas.

Deste modo, foi estabelecida como prioridade para 2015 a adaptação do processo de supervisão às exigências do novo regime de solvência. A abordagem adotada teve em conta os três pilares do regime Solvência II, designadamente a avaliação dos requisitos quantitativos (Pilar I), dos requisitos qualitativos (Pilar II) e dos procedimentos de prestação de informação das empresas de seguros e de resseguros (Pilar III).

Paralelamente, a ASF continuou a empreender iniciativas de supervisão, no sentido de promover a preparação das empresas de seguros e grupos de seguros para o regime Solvência II, tendo como referência a Circular n.º 5/2014, de 12 de dezembro, na qual foi solicitado às entidades o reporte de um conjunto de informação (utilizando como referência as Orientações relativas à fase de preparação emitidas pela EIOPA), o preenchimento de um questionário sobre o nível de preparação e o plano de implementação definido por cada uma das empresas para o novo regime, bem como as políticas e os relatórios relativos aos exercícios de autoavaliação do risco e da solvência (ORSA).

No que respeita aos requisitos quantitativos, releva a avaliação económica dos elementos do ativo e do passivo, destacando-se, neste último, as provisões técnicas (avaliadas, em separado, pela melhor estimativa e a margem de risco ou, mediante determinadas condições, como um todo). Esta avaliação constitui a base essencial para o apuramento dos fundos próprios (classificados em três níveis), bem como do requisito de capital de solvência, devendo as empresas de seguros e de resseguros dispor de fundos próprios elegíveis suficientes para cobrir o requisito de capital de solvência.

Neste contexto, e na sequência do reporte efetuado ao abrigo da referida Circular (informação com data de referência de 31 de dezembro de 2014), foi, no âmbito do processo de supervisão, definido um conjunto de validações e de análises que permitiu, desde logo, identificar matérias merecedoras de uma apreciação mais detalhada e que justificaram um diálogo intenso com a generalidade dos operadores. Deste conjunto de matérias, destacam-se a avaliação dos impostos diferidos e o cálculo do ajustamento para a capacidade de absorção desses impostos, a aplicação dos limites dos contratos na avaliação da melhor estimativa das provisões técnicas, a mensuração

apropriada das opções e garantias embutidas nos contratos, a classificação dos empréstimos subordinados por nível e a explicitação de alguns dos submódulos de risco do requisito de capital.

É de destacar, igualmente, o trabalho desenvolvido no âmbito dos processos de aprovação para a utilização de medidas relativas aos requisitos quantitativos no âmbito do regime Solvência II. A complexidade das matérias em causa justificou um diálogo antecipado entre a ASF e os operadores.

Em matéria de requisitos qualitativos, deve ser assegurada a implementação por parte das empresas de seguros de sistemas de governação eficazes, incluindo sistemas de gestão de riscos e de controlo interno, de forma a garantir uma gestão sã e prudente das suas atividades. O cumprimento de requisitos de qualificação e de idoneidade é exigível a todas as pessoas que dirigem efetivamente a empresa, a fiscalizam ou exercem outras funções-chave na mesma, designadamente no que se refere à função de gestão de riscos, à função de verificação do cumprimento, à função de auditoria interna e à função atuarial.

Deste modo, e tendo por base o relatório narrativo solicitado pela ASF, ao abrigo da já referida Circular, no contexto da fase preparatória (com estrutura idêntica ao futuro relatório periódico de supervisão, ainda que com menor nível de informação nesta fase), foi desenvolvido um trabalho intenso no sentido de perceber o nível de cumprimento dos novos requisitos de governação e, de forma casuística, foi apreciada com as empresas a necessidade de eventuais ajustamentos, tendo presente, conforme previsto no novo regime, a avaliação do princípio da proporcionalidade.

Adicionalmente, e tendo por base o reporte efetuado também na sequência da Circular n.º 5/2014, foram ainda analisados, quer as políticas, quer os relatórios relativos aos exercícios ORSA realizados pelas empresas, exercício cujo principal objetivo é garantir o efetivo envolvimento da empresa no processo de avaliação e gestão de todos os riscos materiais inerentes à sua atividade e na determinação das correspondentes necessidades de capital.

No âmbito do Pilar III, relativo à disciplina de mercado, e atendendo aos princípios gerais de transparência e de responsabilidade que devem ser seguidos pelas autoridades de supervisão, foram efetuados os desenvolvimentos necessários para a preparação atempada dos sistemas informáticos para a recolha, armazenamento e tratamento da informação necessária, nomeadamente às obrigações de divulgação de informação às quais a ASF está sujeita.

No que respeita à supervisão dos grupos de seguros, considerando as alterações significativas que o novo regime veio introduzir, foi efetuado um levantamento exaustivo do novo enquadramento regulamentar, tendo sido identificado como necessário: *i)* determinar o nível e o âmbito da supervisão de cada grupo de seguros; *ii)* determinar o método de cálculo da solvência ao nível do grupo; e *iii)* determinar a informação a reportar em qualquer circunstância e em base regular no âmbito da concentração de riscos e das operações intragrupo. Este processo encontra-se ainda em curso e deverá passar pela consulta prévia às entidades relevantes.

Refira-se que, para efeitos da adaptação do processo de supervisão ao novo regime, a ASF tem mantido a sua participação nos grupos de trabalho internacionais, nomeadamente da EIOPA, que tem vindo a desenvolver trabalho em matérias de supervisão, com o intuito de reforçar a consistência e a convergência das práticas de supervisão. Das temáticas acompanhadas, destacam-se a supervisão das provisões técnicas (do negócio Vida e Não Vida), da aplicação do princípio do gestor prudente e do ORSA.

Assim, para além de todos os trabalhos inerentes às funções e responsabilidades da supervisão do regime de solvência vigente em 2015, foi efetuado um trabalho exaustivo para acomodar da melhor forma possível todo o processo de implementação do regime Solvência II, abrangendo o enquadramento legal, a definição e a revisão das competências de supervisão, bem como das ferramentas de monitorização.

Cabe, por último, referir que a apreciação do reporte efetuado no seguimento da Circular n.º 5/2014 se afigurou essencial na avaliação do impacto da transição para o regime Solvência II, permitindo a identificação, antecipada, das áreas de maior vulnerabilidade do setor, quer ao nível de necessidades de capital e / ou de redução dos riscos, quer da capacidade de as empresas efetuarem os cálculos de uma forma robusta, consistente e fiável.

### **Acompanhamento circunstanciado efetuado em 2015**

Durante o exercício de 2015, foi dada continuidade ao acompanhamento dos planos de reequilíbrio técnico apresentados pelas diversas empresas de seguros que exploram a modalidade de acidentes de trabalho. Adicionalmente, foram solicitadas as análises realizadas pelas empresas no contexto dos procedimentos de gestão de carteira, designadamente na ótica de eventual saneamento de riscos de elevada sinistralidade e/ou agravamento de tarifários nos contratos com desempenho negativo. Por forma a avaliar o grau de cumprimento das recomendações efetuadas, foi ainda solicitado o reporte discriminado de todas as apólices subscritas / renovadas / anuladas cuja massa salarial segura fosse superior a 1,5 milhões de euros.

Paralelamente, no âmbito do acompanhamento da adequação ao nível de provisionamento, manteve-se, em relação aos principais seguros (automóvel e acidentes de trabalho), o reporte trimestral da informação relativa à exploração técnica e ao provisionamento. Em situações concretas, afigurou-se necessário realizar ações de inspeção específicas ao provisionamento do seguro automóvel (em paralelo com a apreciação dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno relativos à gestão deste seguro).

No que se refere aos investimentos, cujas carteiras continuam a apresentar uma forte exposição aos títulos de dívida pública, tem-se prosseguido o acompanhamento tempestivo da evolução das carteiras de ativos afetos às provisões técnicas das empresas de seguros, as quais são reportadas numa base trimestral. A mesma avaliação foi realizada de forma mais exaustiva no caso particular de algumas empresas, cuja evolução dos ativos, aliada a algumas opções de investimento, tornaram a situação da representação das provisões técnicas mais vulnerável. Nas empresas identificadas como sendo as mais expostas ao risco de mercado, com impacto nas garantias financeiras, foi solicitado um reporte mais detalhado e com uma maior periodicidade e, em situações específicas, justificou-se a realização de ações de supervisão *on-site*.

Estas ações de supervisão *on-site* focaram a apreciação da estrutura organizacional e dos sistemas de gestão de risco e de controlo interno, a política de investimentos definida e a avaliação do cumprimento das disposições legais, a apreciação dos procedimentos de transferência de títulos entre carteiras e o cumprimento do princípio do gestor prudente.

No que se refere à monitorização do nível de solvência, manteve-se, à semelhança de anos anteriores, o reporte, numa base trimestral, da posição de solvência a nível individual e corrigido de todas as empresas supervisionadas, temática que foi alvo de um acompanhamento

circunstanciado, atendendo, nomeadamente, à proximidade da entrada em vigor do novo regime de solvência.

Sempre que necessário, foram realizadas reuniões com os Conselhos de Administração e com os gestores de topo das empresas de seguros, com o intuito de serem discutidas as estratégias de negócio e de gestão prosseguidas e a sua articulação, designadamente, com as maiores exigências do regime Solvência II.

### **Processos de autorização e de não oposição, com apreciação económico-financeira**

Considerando o regime aplicável ao exercício da atividade das empresas de seguros e de resseguros, a ASF analisa anualmente um conjunto de pedidos de autorização, submetidos pelas empresas de seguros supervisionadas, sobre matérias específicas sujeitas a aprovação, merecendo especial ênfase os relativos ao estabelecimento e ao controlo de participações qualificadas.

Durante o ano 2015, a ASF procedeu à análise de uma série de pedidos de autorização e de não oposição, da qual importa salientar:

- os processos de não oposição a aquisição de participações qualificadas, dos quais se destaca a alienação de duas empresas de seguros (pertencentes ao mesmo grupo económico) a uma sociedade gestora de participações no setor dos seguros com atividade em Portugal;
- a não constituição integral da provisão para riscos em curso;
- a realização, a alteração e o reembolso de empréstimos subordinados;
- a constituição de uma empresa de seguros do ramo Não Vida.

### **A função de *enforcement* contabilístico**

Nos termos do Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), são de aplicação obrigatória as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC), com exceção da IFRS 4, da qual são apenas adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros e de divulgação.

Para efeitos da apreciação da adequação e conformidade das demonstrações financeiras das entidades sujeitas à supervisão da ASF face às exigências das NIC adotadas no PCES, foi realizado, em anos anteriores, um trabalho exaustivo de avaliação da conformidade.

A avaliação da conformidade da aplicação por parte das empresas de seguros deste regime contabilístico e de divulgação, ou seja, a função de *enforcement*, exige o acompanhamento permanente das revisões ocorridas nas NIC e o conhecimento da flexibilidade permitida na apresentação das demonstrações financeiras.

No acompanhamento destas matérias, foram relevantes os esclarecimentos adicionais solicitados às empresas de seguros e, manteve-se sempre que se entendeu necessário a comunicação com os respetivos revisores oficiais de contas.

Por último, cumpre referir que, na sequência da alteração do regime de solvência, tornou-se necessário definir o regime aplicável ao reconhecimento e mensuração das provisões técnicas

para efeitos contabilísticos. Neste sentido, realizou-se uma revisão global do tema das provisões técnicas, aproveitando para incorporar alguns ajustamentos decorrentes da experiência da supervisão, ainda que mantendo os princípios base vigentes (as definições, a metodologia de cálculo e a movimentação contabilística).

## FUNDOS DE PENSÕES

### Processo de supervisão dos fundos de pensões orientado para os riscos

Em 2015, o processo de supervisão prudencial dos fundos de pensões continuou a enfatizar a abordagem baseada, quer nos riscos financeiros intrínsecos às carteiras de investimento, quer nos riscos de taxa de juro e de longevidade associados às responsabilidades decorrentes dos planos de pensões.

Para efeitos do processo de supervisão orientado para os riscos, são mensurados, de forma objetiva e mediante dados quantificáveis, os principais riscos financeiros a que as carteiras dos fundos de pensões se encontram expostas, tendo em conta oito categorias de risco, concretamente, os riscos de taxa de juro, acionista, imobiliário, cambial, de crédito-*spread*, de concentração, de liquidez e de inovação.

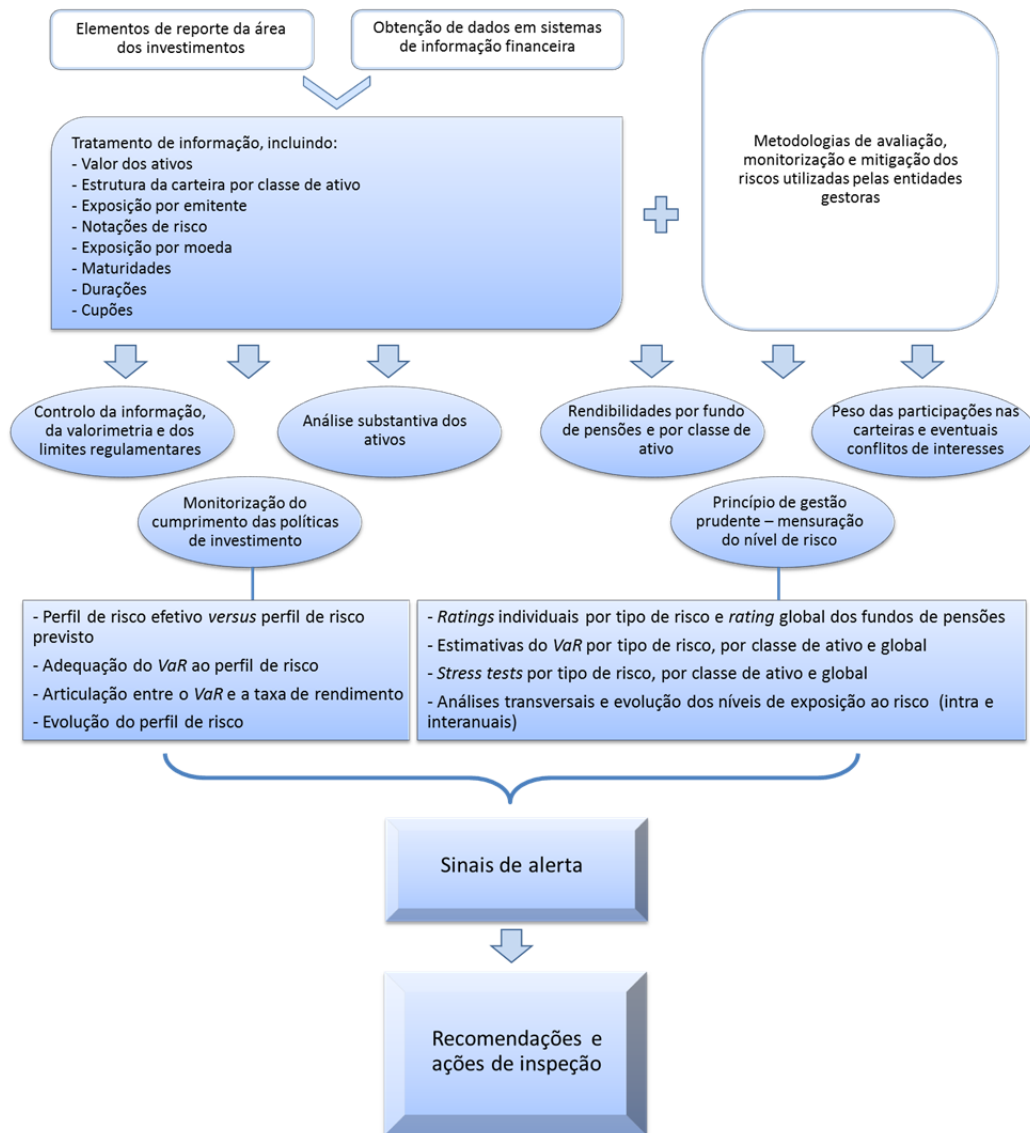
Recorrendo à ferramenta de cálculo da estimativa do valor em risco (VaR), atribui-se um indicador para cada área de risco individual, bem como um indicador global de risco para cada fundo de pensões. São ainda mensurados os níveis de risco e o VaR por classe de ativos, nomeadamente para os títulos de dívida, os valores acionistas, as aplicações imobiliárias, a liquidez, os investimentos alternativos e os produtos derivados.

O processo de supervisão inclui também a realização de *stress tests* e de testes de sensibilidade que permitem estudar o potencial impacto de cenários adversos para as diferentes categorias de ativos financeiros.

Na figura seguinte apresenta-se uma esquematização do processo de supervisão na área dos investimentos dos fundos de pensões, independentemente da dimensão, da natureza e do tipo de plano que financiam.



Figura 17 – Processo de supervisão na área dos investimentos dos fundos de pensões



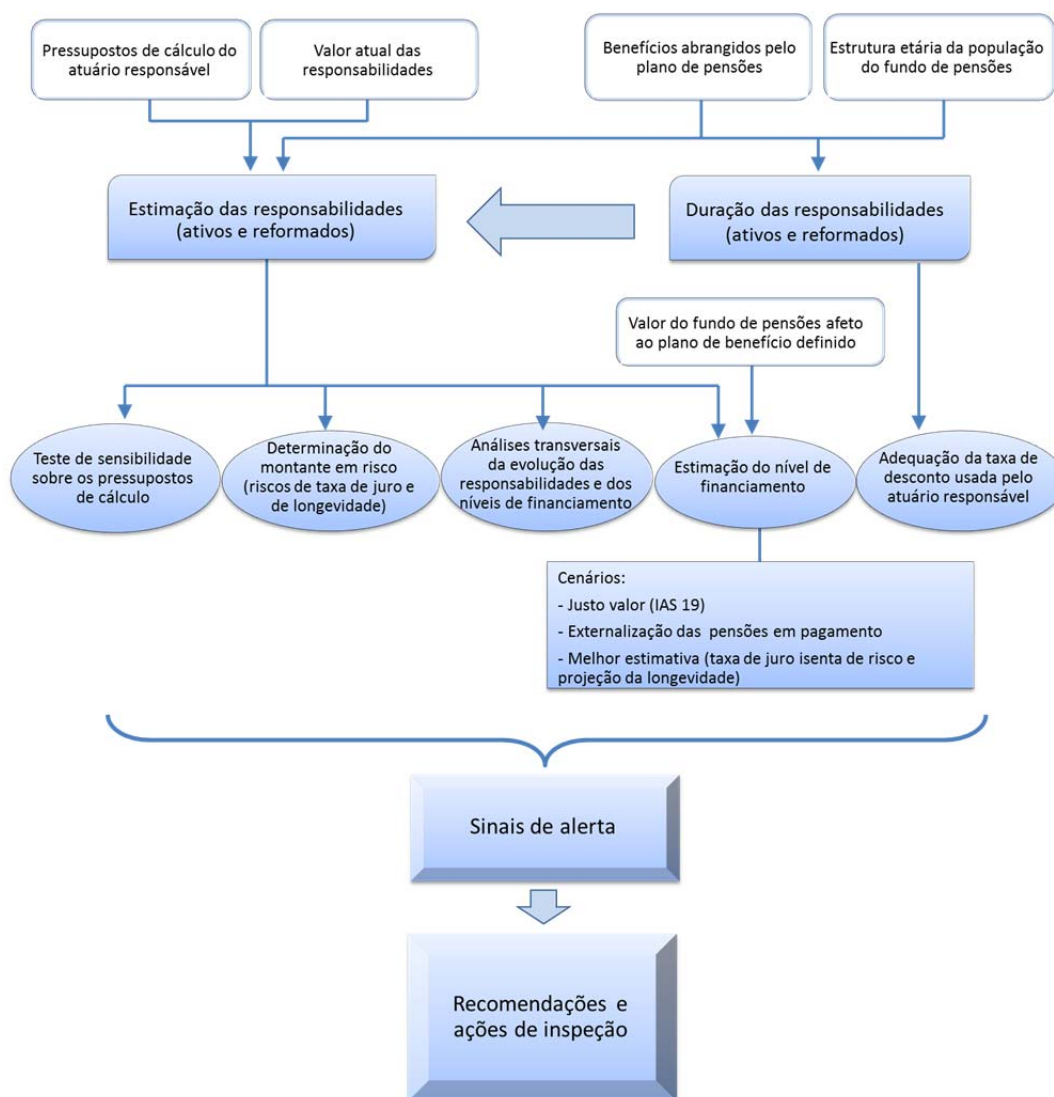
No domínio das responsabilidades dos planos de pensões de benefício definido, o processo de supervisão encontra-se igualmente orientado para os riscos. Apoia-se na ferramenta de estimação das responsabilidades, a qual utiliza informação sobre as características dos veículos de financiamento dos planos de pensões.

Para a estimação atrás indicada, são criados cenários distintos, nomeadamente no que respeita às taxas de desconto das responsabilidades e ao decréscimo de mortalidade. Para o efeito afere-se a adequação das taxas de desconto às durações das responsabilidades tanto com a população ativa como com a população reformada. As durações são estimadas com recurso aos dados populacionais, tendo em consideração os benefícios garantidos pelos planos de pensões.

A ferramenta permite realizar análises transversais e, em especial, efetuar testes de sensibilidade, que consistem na quantificação do impacto que alterações dos pressupostos de cálculo provocam no montante das responsabilidades.

A figura seguinte sintetiza o tratamento dado às responsabilidades dos fundos de pensões e das adesões coletivas que financiam planos de pensões de benefício definido.

**Figura 18 – Tratamento das responsabilidades (planos de benefício definido)**



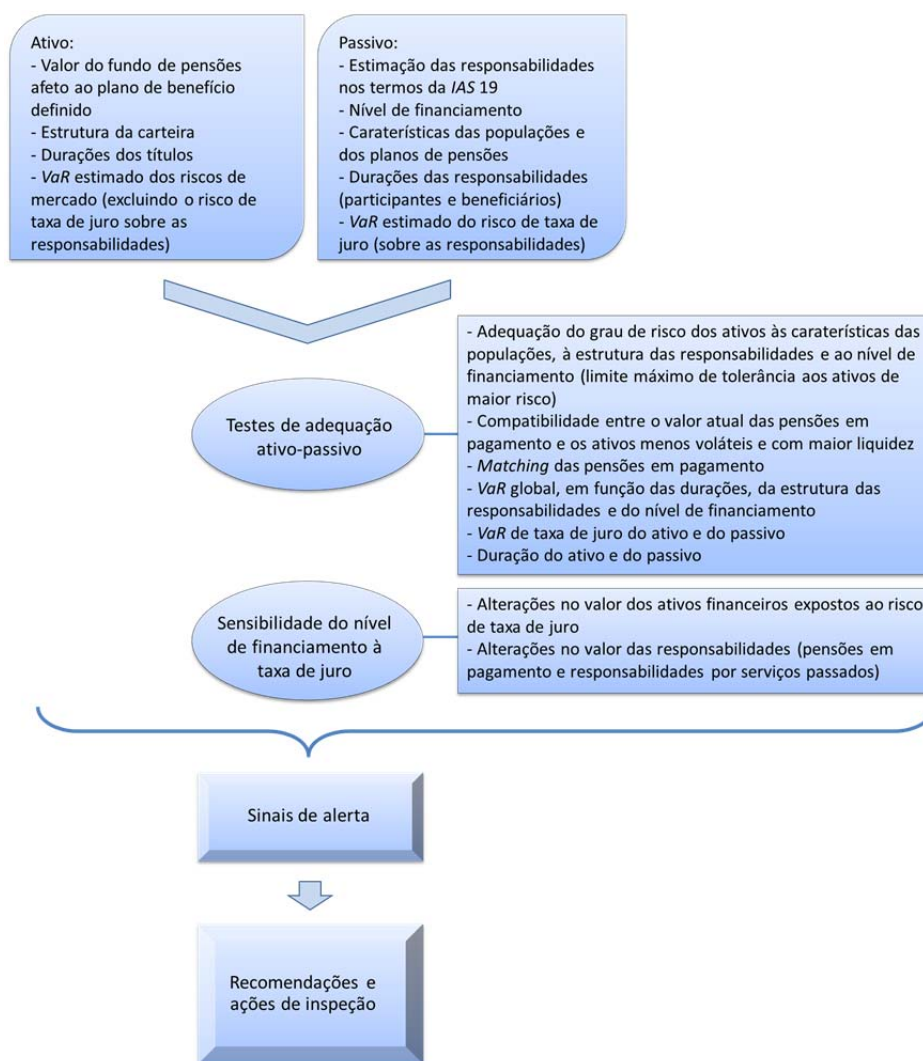
Para analisar a articulação do alinhamento das estratégias de investimento às responsabilidades dos fundos de pensões, são realizados alguns testes cujos resultados proporcionam uma avaliação tão completa quanto possível da adequação ativo-passivo.

Com o intuito de verificar que os fundos de pensões são geridos numa perspetiva de longo prazo e norteados por objetivos de segurança, qualidade e liquidez das aplicações financeiras, os testes procuram aferir em que medida as estratégias de investimento consideram a estrutura populacional, o perfil de risco das responsabilidades e o correspondente nível de financiamento.

Para além disso, usando o valor e a duração dos títulos expostos ao risco de taxa de juro, assim como a duração das pensões em pagamento e das responsabilidades por serviços passados, tem sido quantificada a sensibilidade do nível de financiamento das responsabilidades face a variações das taxas de juro.

A figura abaixo apresentada resume o procedimento encetado relativamente à articulação entre as carteiras de investimento e as responsabilidades dos fundos de pensões, no âmbito do processo de supervisão da adequação ativo-passivo e do nível de financiamento.

**Figura 19 – Adequação ativo-passivo**



### Acompanhamento da situação prudencial dos fundos de pensões

Mediante os elementos reportados à ASF, foi recalibrado um conjunto de indicadores de alerta de riscos, que permite quantificar, objetiva e transversalmente, o perfil de risco de cada fundo de pensões. Esta quantificação tem permitido efetuar análises específicas de fundos cuja situação exige maior acompanhamento.

Deu-se ainda continuidade ao procedimento instituído de realização de uma análise conjugada dos diferentes tipos de elementos, nomeadamente contratuais, contabilísticos, financeiros, estatísticos e atuariais, com vista a poderem ser detetadas eventuais situações não emergentes da análise individualizada desses elementos.

Cumpre igualmente mencionar os contactos mantidos com os atuários responsáveis e os revisores oficiais de contas, no sentido da consciencialização da importância que reveste o reconhecimento e a mitigação dos riscos, pelos seus possíveis impactos nos fundos de pensões e pelas consequentes implicações na solidez financeira e na solvência dos mesmos.

Na área de investimentos, para além do controlo da valorimetria atribuída pelas entidades gestoras e da verificação das regras de diversificação e dispersão prudenciais, manteve-se o acentuado nível de vigilância dos princípios gerais de uma gestão financeira prudente, bem como a monitorização regular do cumprimento das políticas de investimento, orientada para os fundos de pensões abertos, por tratar-se de veículos vocacionados para a comercialização aberta junto dos consumidores tanto individuais como coletivos.

Reforçou-se também o enfoque na abordagem substantiva orientada para a qualidade dos ativos financeiros que integram o património dos fundos e os riscos que lhes são intrínsecos, o que permitiu, em última instância, assegurar que esses ativos não colidem com a proteção dos interesses dos contribuintes, participantes e beneficiários nem com a credibilidade e estabilidade do mercado nacional de fundos de pensões. Neste contexto, prosseguiu-se uma análise pormenorizada à utilização e avaliação de produtos derivados, bem como de valores mobiliários considerados financeiramente mais inovadores ou complexos e que integram o risco de inovação já referido.

No âmbito da supervisão baseada nos riscos, respeitante aos investimentos dos fundos de pensões, prosseguiu-se o processo de avaliação automática trimestral dos riscos financeiros das carteiras dos mesmos. Esta avaliação resulta da ponderação dos montantes em risco obtidos para cada uma das várias áreas de risco individuais identificadas, por um lado, e do montante em risco calculado para as diferentes classes de ativos financeiros, por outro.

Manteve-se a análise da evolução, tanto dos ativos que integram as carteiras dos fundos de pensões, como dos níveis de risco das várias áreas identificadas e do risco global a que os fundos se encontram sujeitos. Esta abordagem tem possibilitado fazer comparações intra e interanuais para cada fundo de pensões. Ademais, permite controlar a tendência do mercado quanto ao perfil de risco e, em especial, conhecer a perspetiva das entidades em matéria de gestão dos riscos financeiros.

Ainda, a área das responsabilidades dos fundos de pensões fechados e das adesões coletivas a fundos de pensões abertos que financiam planos de benefício definido ou mistos tem continuado a ser objeto de apreciação, pretendendo-se verificar o cumprimento das regras vigentes relativas ao cálculo das responsabilidades. A análise inclui o único plano de benefícios de saúde financiado por um fundo de pensões. Por outro lado, deu-se continuidade à seleção de fundos fechados e adesões coletivas para efeitos da determinação das responsabilidades que lhes estão associadas nos termos dos respetivos planos de pensões, com o objetivo de aferir a sua correta quantificação e o seu financiamento.

Além disso, com base na informação reportada, fez-se o acompanhamento periódico do nível de financiamento dos fundos de pensões e das adesões coletivas que financiam planos de benefício

definido ou mistos, tendo-se observado que, em termos gerais, aquele nível registou uma ligeira subida face ao ano transato.

Continuou a assistir-se à transformação de planos de benefício definido em planos de contribuição definida, tendência que exige uma atenção acrescida para os fundos de pensões e as adesões coletivas que financiam esse último tipo de planos. A sua supervisão tem-se consubstanciado tanto em termos do cumprimento da regularidade e do montante das contribuições realizadas, como na análise da adequação dos valores em risco às estratégias de aplicações financeiras estabelecidas nas políticas de investimento.

### **Supervisão das entidades gestoras**

No ano transato manteve-se o acompanhamento regular efetuado às entidades gestoras, sobretudo no que se refere à adoção, concretização e atualização dos procedimentos internos, por um lado, e à concretização das recomendações formuladas pela ASF aquando da realização de inspeções *in loco*, por outro.

Continuaram a privilegiar-se as relações com os responsáveis das entidades gestoras, bem como o conhecimento e a avaliação dos procedimentos internos, quer em matéria de definição, adoção e monitorização das políticas de investimento, quer em termos do controlo interno relativamente aos diferentes tipos de risco a que os fundos estão expostos.

Há ainda a realçar a intensificação das ações realizadas com a finalidade de garantir padrões adequados de gestão diligente e profissional e evitar a ocorrência de situações de conflitos de interesses, possibilitando portanto compatibilizar a estrutura das carteiras dos fundos de pensões com os objetivos e as especificidades dos mesmos e outrossim consolidar a defesa dos interesses dos contribuintes, participantes e beneficiários.

Foram ainda realizadas inspeções orientadas para a organização e o funcionamento das entidades gestoras em causa, bem como para a gestão dos investimentos e para o processamento das pensões dos fundos de pensões por si geridos, tendo sido tomadas as medidas e efetuadas as recomendações entendidas como adequadas face às situações identificadas.

No decurso da análise dos relatórios e contas e demais informação recebida, verificou-se que a margem de solvência das sociedades gestoras de fundos de pensões encontrava-se, ao longo do ano, devidamente constituída.

## MEDIAÇÃO DE SEGUROS

### Registo dos mediadores de seguros e resseguros

O Regime Jurídico da Mediação de Seguros (Decreto-Lei n.º 144/2006, de 31 de julho) estabelece a obrigatoriedade de registo das pessoas (singulares ou coletivas) residentes ou cuja sede social se situe em Portugal que exerçam a atividade de mediação de seguros.

A ASF é a autoridade responsável pelo registo dos mediadores de seguros ou de resseguros em Portugal.

Qualquer interessado pode aceder remotamente, de forma fácil e rápida, à informação proveniente do registo dos mediadores de seguros ou de resseguros, através do sítio da ASF na Internet residente em [www.asf.com.pt/mediação](http://www.asf.com.pt/mediação).

### Passaporte comunitário

A ASF regista as notificações dos mediadores de seguros e de resseguros, registados em outros Estados-Membros da União Europeia, que comunicam a sua intenção de iniciar a respetiva atividade no território português em regime de livre prestação de serviços ou de estabelecimento (sucursal), bem como as respetivas alterações.

Por sua vez, os mediadores de seguros ou de resseguros registados em Portugal que pretendam exercer pela primeira vez atividade, através de sucursal ou em regime de livre prestação de serviços, no território de outro ou de outros Estados-Membros da União Europeia, devem, previamente, informar desse facto a ASF, através do Portal ASF. Esta Autoridade de Supervisão comunica às autoridades competentes dos Estados-Membros da União Europeia em cujo território o mediador de seguros ou de resseguros pretende exercer a sua atividade, se estas o desejarem.

### Qualificação adequada para o exercício da atividade de mediação de seguros ou de resseguros

Os candidatos a mediadores de seguros ou de resseguros pessoa singular, os membros do órgão de administração responsáveis pela atividade de mediação e as pessoas diretamente envolvidas na atividade de mediação de seguros ou de resseguros têm que dispor de qualificação adequada para o exercício dessas funções. Nos termos da legislação em vigor, dispõem de qualificação se detiverem, como habilitações literárias mínimas, a escolaridade obrigatória legalmente definida e obtiverem aprovação num curso sobre seguros, adequado à atividade que irão desenvolver, reconhecido pela ASF.

A ASF, para além de reconhecer os cursos de formação sobre seguros adequados à atividade de mediação de seguros ou de resseguros, verifica igualmente as condições de funcionamento e a qualidade técnica dos mesmos, podendo, em casos devidamente fundamentados, retirar um curso da lista dos cursos reconhecidos.

A ASF disponibiliza no seu sítio na *Internet*, em [www.asf.com.pt/mediação](http://www.asf.com.pt/mediação), a lista dos cursos reconhecidos.

### **Evolução do número de mediadores registados**

Em 2015, continuou a observar-se uma diminuição do número de mediadores ativos, fruto de uma ação efetiva e continuada da ASF, que tem como objetivo controlar situações irregulares no registo de mediadores de seguros. Para esta diminuição contribuiu, ainda, a redução do número de pedidos para registo de novos mediadores.

No âmbito do controlo das irregularidades ao registo de mediadores de seguros, foram efetuadas 3 712 intimações, que determinaram a suspensão ou o cancelamento, no total, de 1 926 registos de mediadores de seguros, sem prejuízo de posterior anulação de parte daquelas suspensões e cancelamentos, por motivo de prova superveniente do cumprimento das condições de acesso e exercício da atividade de mediação. Das irregularidades detetadas, destacam-se as seguintes:

- impossibilidade de contactar o mediador por via postal;
- agentes de seguros sem endereço eletrónico válido;
- mediadores de seguros ligados sem contrato com, pelo menos, uma empresa de seguros;
- agentes de seguros sem apólice de seguro de responsabilidade civil profissional;
- sociedades de mediação de seguros sem administrador responsável e/ou pessoas diretamente envolvidas por cada estabelecimento aberto ao público;
- mediadores de seguros ligados sem seguradora responsável pelo seu registo;
- corretores de seguros sem a adequada dispersão de carteira;
- corretores sem apólice de seguro de responsabilidade civil profissional e/ou sem garantias financeiras;
- agentes de seguros e corretores sem estrutura económico-financeira adequada;
- mediadores que deixaram de residir em Portugal.

**Quadro 6 – Evolução do número de mediadores<sup>2</sup>**

2014	Ativos	Suspensos	Cancelados	Mudanças Categoria	Novos	Suspensos	Ativos
em 31-12-2013			em 2014			em 31-12-2014	
Mediador de seguros ligado	10 440	1 182	956	20	860	1 147	10 081
Agente	13 676	4 015	753	80	791	4 252	13 296
Corretor	82	4	2	0	0	1	77
Mediador de resseguros	9	0	0	0	2	0	11
<b>TOTAL</b>	<b>24 207</b>	<b>5 201</b>	<b>1 711</b>	<b>100</b>	<b>1 653</b>	<b>5 400</b>	<b>23 465</b>

2015	Ativos	Suspensos	Cancelados	Mudanças Categoria	Novos	Suspensos	Ativos
em 31-12-2014			em 2015			em 31-12-2015	
Mediador de seguros ligado	10 081	1 147	823	15	752	1 365	9 658
Agente	13 296	4 252	788	63	721	4 399	12 996
Corretor	77	1	1	1	0	1	72
Mediador de resseguros	11	0	0	0	1	0	12
<b>TOTAL</b>	<b>23 465</b>	<b>5 400</b>	<b>1 612</b>	<b>79</b>	<b>1 474</b>	<b>5 765</b>	<b>22 738</b>

Continuou a constatar-se um aumento do número de registos suspensos, nomeadamente pela inexistência de contrato com uma empresa de seguros e por incompatibilidades decorrentes, muitas vezes, de ingresso em sociedades de mediação.

A distribuição dos mediadores de seguros ativos em 31 de dezembro de 2015, tendo em consideração as categorias, a forma jurídica e a atividade autorizada, pode ser observada no quadro seguinte.

<sup>2</sup> Note-se que as contagens incluídas no quadro representam a situação dos registos de mediadores de seguros e de resseguros em 31 de dezembro. A diferença verificada, em 31 de dezembro de cada ano, não se justifica pela simples soma algébrica dos cancelamentos e novos registos ocorridos em cada ano, atendendo a que aqueles números não têm em conta a retroação dos efeitos de diversas decisões de revogação de cancelamentos do registo de mediadores ocorridos no ano anterior.



#### Quadro 7 – Distribuição dos mediadores de seguros

	Coletivo				Singular				TOTAL GERAL
	Ramo			TOTAL	Ramo			TOTAL	
	Não Vida	Vida	Ambos		Não Vida	Vida	Ambos		
Ligado 1	11	8	199	218	1 416	540	7 471	9 427	9 645
Ligado 2	2		9	11		1	1	2	13
Agente	62	2	2 771	2 835	927	11	9 223	10 161	12 996
Corretor			71	71			1	1	72
Mediador de resseguros			12	12				0	12
<b>TOTAL</b>	<b>75</b>	<b>10</b>	<b>3 062</b>	<b>3 147</b>	<b>2 343</b>	<b>552</b>	<b>16 696</b>	<b>19 591</b>	<b>22 738</b>

No quadro seguinte, apresentam-se os movimentos efetuados no registo dos mediadores de seguros, constatando-se uma ligeira redução do número global de movimentos, em linha com a redução do número de mediadores.

#### Quadro 8 – Movimento de requerimentos no registo de mediadores

	2013	2014	2015
Alteração do registo inicial	6 767	5 577	5 092
Notificação de atividade fora de Portugal	12	18	17
Cancelamento (diversos)	4 461	2 258	2 567
Registo inicial (inscrição)	1 698	1 687	1 579
Mudança de categoria de mediador	131	105	88
Suspensão de registos	1 216	1 029	1 200
Levantamento de suspensão de registos	454	333	344
Notificação de mediadores em Portugal (LPS ou Sucursal)	722	274	444
Notificação de revogação de mediadores em Portugal (LPS ou Sucursal)	209	188	160
Participações qualificadas	8	9	4
<b>TOTAL</b>	<b>15 678</b>	<b>11 478</b>	<b>11 495</b>

No âmbito do Passaporte Comunitário, referente ao exercício da atividade de mediação de seguros em Portugal por mediadores de outros Estados-Membros da União Europeia, apresenta-se no quadro seguinte o movimento das notificações ocorridas em 2015.

**Quadro 9 – Mediação de seguros em Portugal, por mediadores de outros Estados-Membros da União Europeia – notificações ocorridas em 2015**

Regime	País Origem	Total Notificações em PT
LPS	Alemanha	21
LPS	Áustria	118
LPS	Bélgica	15
LPS	Bulgária	4
LPS	Chipre	1
LPS	Eslovaca (República)	2
LPS	Eslovénia	1
LPS	Espanha	18
LPS	Estónia	1
LPS	França	76
LPS	Grécia	3
LPS	Hungria	1
LPS	Irlanda	4
LPS	Itália	27
LPS	Letónia	2
LPS	Liechtenstein	3
LPS	Luxemburgo	19
LPS	Malta	1
LPS	Noruega	1
LPS	Países Baixos (Holanda)	7
LPS	Polónia	2
LPS	Reino Unido	79
LPS	República Checa	30
LPS	Suécia	2
Sucursal	Espanha	4
Sucursal	França	1
Sucursal	Reino Unido	1
<b>TOTAL</b>		<b>444</b>

No quadro seguinte apresenta-se o movimento das notificações ocorridas em 2015, referente à notificação do início de atividade de mediadores portugueses noutros Estados-Membros da União Europeia, no regime indicado. Não ocorreram notificações em regime de estabelecimento (sucursal).

**Quadro 10 – Mediadores portugueses noutros Estados-Membros da União Europeia – notificações ocorridas em 2015**

Livre Prestação de Serviços		
Categoria	País	Quant.
Agente	Croácia	1
Agente	Dinamarca	1
Agente	Espanha	3
Agente	França	2
Agente	Itália	1
Agente	Noruega	2
Agente	Suécia	1
<b>Agente</b>	<b>Total</b>	<b>11</b>
Corretor	Alemanha	1
Corretor	França	1
Corretor	Polónia	1
Corretor	Roménia	1
<b>Corretor</b>	<b>Total</b>	<b>4</b>
Resseguros	Espanha	2
<b>Resseguros</b>	<b>Total</b>	<b>2</b>
<b>TOTAL</b>		<b>17</b>

A situação em 31 de dezembro de 2015, referente ao exercício da atividade de mediadores portugueses noutros Estados-Membros da União Europeia, era a que consta do quadro seguinte.

**Quadro 11 – Mediadores portugueses noutros Estados-Membros da União Europeia – situação em 31 de dezembro de 2015**

Categoria	País	LPS	Sucursal	Total
Agente	Alemanha	3		3
Agente	Croácia	1		1
Agente	Dinamarca	1		1
Agente	Eslovaca (República)		1	1
Agente	Eslovénia	1		1
Agente	Espanha	21	3	24
Agente	França	6		6
Agente	Itália	2		2
Agente	Noruega	1		1
Agente	Polónia	1	1	2
Agente	Reino Unido	4	1	5
Agente	Roménia	1		1
Agente	Suécia	2		2
Agente	Alemanha	3		3
<b>Agente</b>	<b>Total</b>	<b>44</b>	<b>6</b>	<b>50</b>
Corretor	Alemanha	1		1
Corretor	Espanha	9		9
Corretor	França	2		2
Corretor	Luxemburgo	1		1
Corretor	Polónia	1		1
Corretor	Reino Unido	1		1
Corretor	Roménia	1		1
<b>Corretor</b>	<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>0</b>	<b>16</b>
Ligado 1	Espanha	4		4
Ligado 1	França	1	2	3
Ligado 1	Luxemburgo		1	1
<b>Ligado 1</b>	<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>8</b>
Resseguros	Espanha	2		2
<b>Resseguros</b>	<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>2</b>
<b>Total</b>		<b>67</b>	<b>9</b>	<b>76</b>

## Cursos sobre seguros para a qualificação de mediadores

Em 2015, foram reconhecidos pela ASF dez novos cursos de formação a duas entidades formadoras: um para a qualificação de mediadores de seguros e nove para a qualificação de pessoas diretamente envolvidas na atividade de mediação de seguros.

De referir que foi ainda retirado um curso para a qualificação de agente de seguros, corretor de seguros ou mediador de resseguros, ramos Vida e Não Vida, da lista dos cursos adequados ao exercício da atividade de mediação de seguros, reconhecidos por esta Autoridade de Supervisão.

Durante aquele ano, foram também reconhecidas 14 alterações ao funcionamento dos cursos aprovados, incidindo sobretudo ao nível do corpo de formadores.

No final de 2015 e face a 2014, verifica-se uma diminuição no número de entidades formadoras (de 33 para 32) e um aumento do número de cursos reconhecidos pela ASF (de 172 para 181).

Constata-se, assim, que no final de 2015, encontravam-se reconhecidos 181 cursos distribuídos da seguinte forma:

- Mediador de seguros ligado (atividade acessória) – 32;
- Mediador de seguros ligado (atividade principal) – 46;
- Agente de seguros, corretor de seguros ou mediador de resseguros – 63;
- Pessoas diretamente envolvidas na atividade de Mediador de seguros ligado (atividade acessória) – 10;
- Pessoas diretamente envolvidas na atividade de Mediador de seguros ligado (atividade principal) – 13;
- Pessoas diretamente envolvidas na atividade de agente de seguros, corretor de seguros ou mediador de resseguros – 13;
- Curso profissional de técnico de banca e seguros, criado pela Portaria n.º 888/2004, de 21 de julho – 3;
- Fundamentos da atividade seguradora para agente de seguros, corretor de seguros ou mediador de resseguros – 1.

No âmbito das competências de acompanhamento e de supervisão dos cursos de formação de mediadores de seguros atribuídas à ASF, foram realizadas oito ações de supervisão, das quais resultaram recomendações às respetivas entidades promotoras, visando promover a melhoria das condições de funcionamento e a qualidade técnica dos cursos reconhecidos.

## AUTORIZAÇÕES E REGISTO – EMPRESAS DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES

Embora em 2015 apenas tenha sido autorizada uma empresa de seguros nacional, verificou-se, relativamente ao ano anterior, um aumento das notificações de empresas de seguros, com sede noutros Estados-Membros da União Europeia, para operar em Portugal, embora com mais significado no regime de livre prestação de serviços (74 notificações) do que no regime de estabelecimento (três notificações).

Por outro lado, as transferências de carteira de seguros verificadas em 2015 envolveram apenas empresas de seguros com sede noutros Estados-Membros da União Europeia, cujos riscos e/ou compromissos a transferir estavam localizados em Portugal.

Embora se tenham verificado cinco não oposições prévias da ASF à aquisição de participações qualificadas em empresas de seguros, em causa estavam apenas dois adquirentes, um que foi constituído para o efeito e cujo processo consistiu numa mera reestruturação interna do grupo através da criação de uma *holding* de seguros para a aquisição direta de duas empresas de seguros, e outro que veio a adquirir o domínio total de uma seguradora, o domínio conjunto de outra e uma participação qualificada sem controlo de uma terceira. Sublinha-se ainda a existência de um pedido de não oposição que, contudo, veio a ser arquivado, por desistência do requerente.

Assinala-se um aumento substancial dos processos relativos ao registo de órgãos sociais, respeitando 79 a empresas de seguros, 12 a sociedades gestoras de participações no setor dos seguros e 11 a sociedades gestoras de fundos de pensões.

Destaque ainda para um aumento do número de notificações de empresas de seguros portuguesas para operar em livre prestação de serviços noutros Estados-Membros da União Europeia.

No que concerne aos seguros obrigatórios, encontravam-se registadas na ASF, até ao final de 2015, 693 apólices, tendo-se verificado, no período de 2015, um acréscimo do número de apólices registadas face a 2014, o que se deveu, em particular, ao facto de vários diplomas legislativos em matéria de seguros obrigatórios terem sofrido alterações, o que justificou uma revisão das respetivas condições contratuais comercializadas pelas seguradoras, assim como o facto de terem surgido novos seguros obrigatórios sujeitos a registo na ASF. Assim, no decurso do ano 2015 foram objeto de deliberações de registo 148 apólices (121 correspondentes a pedidos de registo de seguradoras nacionais, 22 correspondentes a pedidos de registo de sucursais de empresas de seguros com sede fora do território nacional e 5 correspondentes a pedidos de registo de empresas de seguros em regime de livre prestação de serviços em Portugal), enquanto em 2014 tinham sido objeto de deliberações de registo 113 apólices.

O quadro seguinte indica o número de processos originados por requerimentos apresentados por empresas de seguros nacionais e notificações provenientes de autoridades de supervisão de outros Estados-Membros da União Europeia.

## Quadro 12 – Autorizações e notificações – empresas de seguros

	2011	2012	2013	2014	2015
Autorização para alteração de estatutos	16	14	9	14	13
Autorização para exploração de novos ramos ou modalidades	1	1	1	1	2
Autorização de novas seguradoras	0	0	1	4	1
Autorização de fusão e dissolução de seguradoras	3	1	0	1	0
Autorização para aquisição de participações qualificadas	7	5	5	12	5
Notificação de novos titulares de órgãos sociais	53	63	56	59	91
Notificação de sucursais de empresas comunitárias em Portugal	0	6	0	0	3
Notificação de LPS comunitárias em Portugal	43	39	33	52	74
Notificação de LPS de seguradoras portuguesas	0	0	13	0	11
Notificação de transferências de carteiras (seguradoras da UE)	40	41	20	24	28
Empréstimos subordinados e similares	12	5	8	6	8
Registo de apólices de seguros obrigatórios	220	274	203	113	148
Certificação de atuários responsáveis de seguradoras	5	6	2	4	6

No que respeita aos fundos de pensões, manteve-se a tendência de aumento do número de processos analisados verificada nos últimos anos. Este aumento deve-se essencialmente à alteração de contratos, à extinção de fundos de pensões ou de quotas-partes dos mesmos e à cessação de adesões coletivas.

As alterações aos contratos incidiram em grande parte sobre alterações aos planos de pensões, com redução de benefícios ou transformação de planos de benefício definido em contribuição definida, assim como na adaptação dos contratos a alterações a Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho e ao aumento da idade normal de reforma do regime geral da Segurança Social.

No que se refere a extinções, verificou-se, relativamente a 2014, um aumento, quer na extinção de fundos de pensões ou suas quotas-partes, quer na cessação de adesões coletivas a fundo de pensões abertos. Estas extinções continuam a dever-se maioritariamente à insuficiência de meios das empresas em financiar adequadamente os seus planos de pensões, embora também se tenham verificado algumas extinções motivadas por transferência para outros veículos de financiamento (todas as extinções de fundos de pensões fechados tiveram como objetivo a transferência para outros fundos de pensões ou adesões coletivas). Refira-se que, embora não sujeitos a autorização por esta Autoridade de Supervisão, foram também extintos, por iniciativa legislativa, os Fundos de Pensões Gestnave e ENVC.

No final de 2015, existiam 138 fundos de pensões fechados e 79 fundos de pensões abertos.

Realizou-se, ainda, em processos de extinção de fundos de pensões ou respetivas quotas-partes, a apreciação prévia, nos termos da legislação em vigor, de 12 contratos de adesão coletiva e de 26 contratos de extinção de adesões coletivas.

#### Quadro 13 – Processos de autorização – SGFP e fundos de pensões

	2011	2012	2013	2014	2015
<b>Sociedades gestoras de fundos de pensões</b>					
Autorização para alteração de estatutos	1	2	2	5	2
Autorização para aquisição de participações qualificadas	1	0	5	1	3
Certificação de atuários responsáveis de fundos de pensões	2	2	0	2	1
Notificação de novos titulares de órgãos sociais	17	12	4	9	11
<b>Fundos de pensões</b>					
Autorização para constituição de fundos de pensões	2	5	7	5	3
Autorização para alteração de contratos	44	36	56	57	65
Autorização para transferência de gestão	2	8	3	5	2
Autorização para extinção de fundos de pensões e quotas-partes	10	9	12	15	18
Cessação de adesões coletivas a fundos de pensões abertos	31	22	34	10	26



## 2. SUPERVISÃO COMPORTAMENTAL

### ATIVIDADES A DESTACAR GENERICAMENTE NO ÂMBITO DA SUPERVISÃO COMPORTAMENTAL

A supervisão comportamental das empresas de seguros, sociedades gestoras de fundos de pensões e mediadores de seguros prosseguiu, em 2015, com um conjunto de ações destinadas à verificação do cumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis e à avaliação do impacto de recomendações e orientações emitidas pela ASF.

Foram igualmente realizadas ações de supervisão decorrentes de denúncias e reclamações apresentadas por titulares e beneficiários de contratos de seguros e por terceiros lesados. No entanto, em algumas situações, especialmente no âmbito da atividade de mediação de seguros, as reclamações tiveram origem nos próprios operadores, tendo o tratamento dos casos apresentados conduzido, muitas vezes, à emissão de recomendações ou determinações específicas para a situação concreta.

Com o objetivo de melhorar a divulgação das posições assumidas junto do mercado, a estrutura interna dedicada especificamente à supervisão comportamental prosseguiu a atualização dos textos disponíveis no sítio da ASF na Internet. Esta atualização assenta numa dupla perspetiva, uma vez que para além da inclusão de entendimentos mais recentes, publicados em outros suportes, procura-se melhorar as buscas para utilizadores não especializados, através da atribuição de etiquetas simples e intuitivas a cada entendimento.

Igualmente em 2015 foi levada a cabo uma ação de *follow-up* quanto aos procedimentos adotados na sequência da carta-circular relativa ao dever legal de conservação de documentos pelos operadores.

É de salientar que a transmissão dos entendimentos da ASF dá normalmente origem a um pedido de informação relativo aos procedimentos adotados pelos operadores em causa, com vista a promover a melhor adequação à posição divulgada, pelo que aquela transmissão proporciona habitualmente uma análise transversal ao mercado dos procedimentos adotados nessas matérias.

### TRATAMENTO DE DENÚNCIAS E RECLAMAÇÕES

No que diz respeito à análise de situações concretas expostas à ASF, foram tratados em 2015, pela estrutura interna dedicada especificamente à supervisão comportamental, 118 casos provenientes de denúncias e reclamações, a maioria dos quais apresentada pelos próprios operadores, no âmbito da mediação de seguros e de resseguros, e cujo detalhe se apresenta na secção respetiva. O seu tratamento, como já referido, permite, para além da análise do problema concreto, a identificação de matérias prioritárias que poderão conduzir à emissão de entendimentos ou de regulamentação específica.

## AÇÕES DE SUPERVISÃO ON-SITE

As ações de supervisão *on-site* na vertente comportamental podem distinguir-se em dois tipos: as credenciadas e as do tipo “cliente-mistério”. No primeiro caso, os colaboradores da ASF identificam-se nessa qualidade, podendo ou não existir um aviso prévio, e nas segundas apresentam-se junto do operador supervisionado como potencial cliente.

**Quadro 14 – Ações de supervisão *on-site***

<b>Supervisão <i>on-site</i></b>	<b>2015</b>	<b>%</b>
<b>"Cliente-mistério"</b>		62,4%
Seguros Não Vida	45	
Mediação de seguros	33	
Subtotal	78	
<b>Credenciadas</b>		37,6%
Fundos de pensões	4	
Seguros Vida	6	
Seguros Não Vida	18	
Mediação de seguros	19	
Subtotal	47	
<b>Total</b>	<b>125</b>	

Nota: As ações *on-site* no âmbito da mediação de seguros são detalhadas na secção respetiva.

No que diz respeito às ações de supervisão credenciadas, estas foram dirigidas numa parte muito significativa à atividade de mediação de seguros, bem como ao acompanhamento do negócio Não Vida.

No primeiro caso, e para além da verificação genérica das condições de acesso e exercício da atividade, foi dedicada especial atenção aos procedimentos potenciadores de falta de cobertura para os consumidores, à prestação de contas e utilização de contas “clientes” e ao cumprimento dos deveres de informação. Adicionalmente, e em particular nas redes de distribuição, foram alvo de particular monitorização a qualificação adequada das pessoas diretamente envolvidas na atividade de mediação de seguros (PDEAMS) e a existência de livro de reclamações.

Já no caso dos ramos Não Vida, foi dado início ao acompanhamento dos procedimentos e práticas instituídas no âmbito da regularização de sinistros no seguro multirrisco habitação, tendo também sido levada a cabo uma análise dimensional das reclamações apresentadas naquele segmento de negócio, tendo em conta o disposto na Norma Regulamentar n.º 10/2009-R, de 25 de junho, relativa à conduta de mercado, republicada pela Norma Regulamentar n.º 2/2013-R, de 10 de janeiro.

Merecem ainda destaque, nos ramos Não Vida, as ações destinadas ao acompanhamento das condições de comercialização de seguros para telemóveis e de outros aparelhos eletrónicos,

incluindo no que se refere à informação pré-contratual disponibilizada aos clientes e aos clausulados utilizados para esse efeito.

Foram também desenvolvidas diversas ações credenciadas respeitantes à monitorização das empresas de seguros que comercializam produtos do ramo Vida, visando verificar o cumprimento genérico da legislação em vigor, bem como a adoção das recomendações efetuadas, nomeadamente através de circulares ou cartas-circular.

Nesse âmbito, a ASF privilegiou a análise das práticas adotadas na distribuição da participação nos resultados nos Planos Poupança Reforma (PPR), Planos Poupança Educação (PPE) e Planos Poupança Reforma/Educação (PPR/E), na prevenção e repressão do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo e nas condições de comercialização de seguros de vida e operações de capitalização.

Tendo em conta a relevância da prestação de informação no âmbito dos fundos de pensões, a ASF prosseguiu as ações *on-site* credenciadas para monitorizar a informação prestada aos participantes e beneficiários, bem como às comissões de acompanhamento, nos termos definidos, respetivamente, nos artigos 60.º a 62.º e nos n.ºs 9 e 10 do artigo 53.º do Decreto-Lei n.º 12/2006, de 20 de janeiro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 180/2007, de 9 de maio.

Por sua vez, no âmbito das ações de supervisão do tipo “cliente-mistério”, mereceu especial acompanhamento o funcionamento dos centros telefónicos de relacionamento (*call centers*) de todas as empresas de seguros, estendendo-se, assim, este tipo de ações de supervisão para além daquelas cujos canais de distribuição não são presenciais. Estas ações visaram a verificação do cumprimento dos preceitos do Decreto-Lei n.º 134/2009, de 2 de junho, que consagra as obrigações decorrentes do regime jurídico da prestação de serviços de promoção, informação e apoio aos consumidores e utentes através daquele canal.

## AÇÕES SUPERVISÃO OFF-SITE

As ações *off-site* numa perspetiva comportamental consistem na análise não só de informação e documentação reportada à ASF pelos operadores, mas também de situações cujo conhecimento lhe chega por outras vias, nomeadamente através de reclamações e denúncias, como já referido.

### Quadro 15 – Ações de supervisão *off-site*

Supervisão <i>off-site</i>	2015	%
Fundos de pensões	91	9,6%
Seguros Vida	296	31,4%
Seguros Não Vida	373	39,5%
Mediação de seguros	137	14,5%
Várias atividades	47	5,0%
<b>Total</b>	<b>944</b>	

Nota: as ações *off-site* no âmbito da mediação de seguros são detalhadas na secção respetiva.

As ações de supervisão *off-site* incidiram sobretudo na monitorização das publicações obrigatórias da responsabilidade dos operadores, sendo que não estava em causa apenas as relacionadas com a divulgação das contas pelos diversos operadores.

Assumiram também especial relevo as ações centradas nos mecanismos e procedimentos especificamente adotados no âmbito da política antifraude e na prevenção e repressão do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, bem como na comercialização de novos produtos do ramo Vida e no controlo da informação reportada pelas empresas de seguros para alimentar o registo central de contratos de seguro de vida, de acidentes pessoais e de operações de capitalização previsto no Decreto-Lei n.º 384/2007, de 19 de novembro.

Já no âmbito dos ramos Não Vida, continuaram a ser monitorizadas as informações reportadas periodicamente pelas empresas no âmbito do sistema de controlo de prazos de regularização de sinistros automóvel (CPRS), enquadrado pelo regime do sistema do seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel (SORCA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de agosto.

São ainda de realçar as seguintes análises transversais levadas a cabo através da utilização de inquéritos enviados aos diversos operadores:

- procedimentos adotados com vista ao cumprimento do dever de envio de documentos indispensáveis à validação pública dos documentos probatórios do seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel pelas empresas de seguros;
- tempo de execução das transferências de seguros de vida que constituem PPR, PPE e PPR/E não ligados a fundos de investimento.

É também de referir o reforço da análise da informação reportada pelas empresas de seguros relativamente à gestão de reclamações (Norma Regulamentar n.º 10/2009-R, de 25 de junho, republicada pela Norma Regulamentar n.º 2/2013-R, de 10 de janeiro).

O ano de 2015 foi ainda marcado pelo acompanhamento, através de um pedido de informação relativo aos procedimentos adotados, ou das medidas a implementar pelos operadores, tendo em conta o estabelecido pela ASF na Carta-Circular n.º 5/2014, de 1 de setembro, relativa ao dever legal de conservação de documentos, por parte das empresas de seguros e das sociedades gestoras de fundos de pensões. Tal abordagem teve em vista a realização de uma análise transversal do alinhamento das práticas dos operadores face ao transmitido na referida Carta-Circular.

## **MEDIAÇÃO DE SEGUROS E DE RESSEGUROS**

A supervisão comportamental da mediação de seguros centrou a sua atuação nos diplomas base que estabelecem as condições de exercício da atividade, em particular nos deveres e obrigações dos mediadores e das empresas de seguros nesta área, decorrentes do Decreto-Lei n.º 144/2006, de 31 de julho, do regime jurídico do contrato de seguro e da respetiva regulamentação.

Dando continuidade ao trabalho desenvolvido nos anos anteriores, foram desenvolvidas em 2015 diversas ações regulares de supervisão *on-site* e *off-site*, materializando o plano de atividades

definido mas também respondendo às diversas situações irregulares ou de práticas menos adequadas que a ASF conseguiu apurar.

É de salientar a importância que as informações recebidas pela ASF têm para um primeiro contacto com as questões a investigar, em particular as informações e denúncias de operadores supervisionados (sejam eles mediadores ou empresas de seguros), assim como de consumidores, de outras entidades particulares e de entidades policiais e judiciais.

Não obstante a ligeira redução do número de mediadores de seguros com residência / sede em Portugal a que se tem assistido, durante o ano 2015 estavam autorizados pela ASF cerca de 23 mil operadores. Este elevado número implica que as atividades de supervisão comportamental delineadas incidam principalmente sobre questões onde têm sido detetadas falhas sistemáticas ou gravosas, bem como sobre aquelas em que tais falhas potenciam problemas com prejuízos para tomadores de seguros, segurados ou beneficiários.

Quanto à tipologia de situações que originaram investigação em 2015, face ao verificado em anos anteriores, constata-se uma redução dos casos de irregularidades na prestação de contas por parte de mediadores e, em sentido inverso, um aumento das situações reportadas por estes relativamente à conduta das empresas de seguros na sua relação comercial.

No sentido de maximizar as situações e as áreas a investigar com base nos recursos existentes, manteve-se a utilização privilegiada de metodologias de supervisão *off-site*, salvaguardando, assim, a execução das diligências necessárias às questões em análise.

Tais diligências foram acompanhadas, sempre que necessário, de ações de supervisão *on-site*, no sentido de validar a informação na posse da ASF ou de auditar os procedimentos adotados pelos operadores.

Foi ainda prosseguido o planeamento habitual de ações de supervisão *on-site*, tendo em consideração a importância de alguns operadores na distribuição de determinados produtos de seguros, os seus modelos de negócios, as zonas geográficas em que atuam ou as problemáticas previamente identificadas em outras ações.

Considerando o *enforcement* efetuado em diversas situações no passado, prosseguiu-se o acompanhamento das situações mais relevantes e eventuais reincidências, tendo por base o registo efetuado para o efeito.

Observando as posições assumidas pela ASF no âmbito dos casos investigados ou de pedidos de esclarecimento analisados, manteve-se a divulgação de entendimentos, os quais procuram assegurar uma aplicação convergente do enquadramento jurídico vigente por parte dos operadores, constituindo um inegável apoio na interpretação, por estes, das disposições que lhes são aplicáveis.

## MONITORIZAÇÃO E SUPERVISÃO DA PUBLICIDADE E DA COMERCIALIZAÇÃO À DISTÂNCIA

Competindo à ASF garantir o cumprimento de padrões de conduta adequados em matéria de publicidade emitida pelos operadores supervisionados, manteve-se a sua monitorização sistemática, analisando os anúncios recebidos diariamente, à luz das regras legais e regulamentares em vigor, entre as quais se destaca a Norma Regulamentar n.º 3/2010-R, de 18 de março, que consubstancia o quadro normativo aplicável à publicidade divulgada em qualquer meio ou suporte, designadamente a rádio, televisão, imprensa, sítios na Internet, cartazes, folhetos, entre outros.

Nos casos em que se verificou o incumprimento das regras aplicáveis, a ASF continuou, como tem sido procedimento habitual, a privilegiar a correção atempada das irregularidades detetadas, sobretudo baseada na rápida intervenção relativamente a situações com maior potencial impacto negativo para os consumidores, nomeadamente através da alteração dos conteúdos das campanhas publicitárias em causa ou da sua suspensão.

A existência, na estrutura interna dedicada à supervisão comportamental, de uma área com a responsabilidade específica de monitorização da publicidade e da comercialização à distância propicia o desenvolvimento de sinergias na sua supervisão. A monitorização da comercialização à distância continuou a realizar-se numa base de análise de situações de risco, que surgem usualmente relacionadas com a publicidade ou que chegam, de outro modo, ao conhecimento da ASF. Simultaneamente, concluiu-se o desenvolvimento e iniciou-se a implementação de um novo sistema de monitorização da contratação *online*, isto é, do processo de comercialização disponível em alguns *sites* em que todo o processo de venda do seguro pode ocorrer através da Internet.

### 3. POLÍTICA REGULATÓRIA

#### REGIME SOLVÊNCIA II

##### A Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro

A Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, introduziu uma profunda alteração no regime jurídico aplicável ao setor segurador, ressegurador e dos fundos de pensões, decorrendo da mesma:

a) A aprovação do novo regime jurídico do acesso e exercício da atividade seguradora e resseguradora (“RJASR”), em substituição do regime anteriormente contido no Decreto-Lei n.º 94-B/98, de 17 de abril, e sucessivas alterações, o qual corresponde, em parte, à transposição do regime resultante da Diretiva n.º 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009, relativa ao acesso à atividade de seguros e resseguros e ao seu exercício, alterada pelas Diretivas n.ºs 2011/89/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de novembro de 2011, 2012/23/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de setembro de 2012, 2013/23/UE, do Conselho, de 13 de maio de 2013, 2013/58/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de dezembro de 2013 e 2014/51/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 (“regime Solvência II” ou “Diretiva Solvência II”);

b) A aprovação de um regime processual aplicável aos crimes especiais do setor segurador e dos fundos de pensões e às contraordenações cujo processamento compete à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de pensões (“ASF”);

c) A revisão do regime jurídico da constituição e funcionamento dos fundos de pensões e respetivas entidades gestoras, previsto no Decreto-Lei n.º 12/2006, de 20 de janeiro, transpondo-se, também, a Diretiva Solvência II, na parte em que altera a Diretiva n.º 2003/41/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 3 de junho de 2003, relativa às atividades e à supervisão das instituições de realização de planos de pensões profissionais;

d) A alteração ao regime jurídico do contrato de seguro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 72/2008, de 16 de abril, em parte decorrente da Diretiva Solvência II e em parte correspondente a ajustamentos pontuais de forma a conferir acrescidas exequibilidade e eficácia ao nível da operacionalização do regime consagrado, bem como prevenir o uso do contrato de seguro para efeitos de branqueamento de vantagens de proveniência ilícita e o financiamento do terrorismo;

e) Uma alteração cirúrgica ao artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 40/2014, de 18 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 157/2014, de 24 de outubro, que aprova as medidas nacionais necessárias à aplicação do Regulamento (UE) n.º 648/2012, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho de 2012, relativo aos derivados do mercado de balcão, às contrapartes centrais e aos repositórios de transações, cometendo à ASF as competências previstas no referido diploma relativamente às contrapartes não financeiras que se encontrem sujeitas à sua supervisão.

O longo processo de implementação da Diretiva Solvência II culminou, assim, em 2015, com a aprovação do RJASR.

O regime Solvência II traduz uma revisão global e profunda do enquadramento legal europeu aplicável ao setor segurador, tendo sido dada prioridade, nos esforços regulatórios da ASF, a este processo de implementação.

Uma das principais inovações do pacote legislativo contido na Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, corresponde à previsão, pela primeira vez, de um regime processual uniforme aplicável:

a) Aos crimes especiais do setor segurador e dos fundos de pensões [cf. capítulo I do regime processual constante do anexo II à Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro (doravante “regime processual”)];

b) Salvo regime especial, às contraordenações cujo processamento e correspondente aplicação de coimas e sanções acessórias competem à ASF (cf. artigo 7.º do regime processual).

Esta alteração permitiu à ASF dotar-se de um regime processual único que, na ausência de regime especial, se aplica a todas as contraordenações processadas pela ASF, tal como contribui para que este novo regime processual se encontre genericamente alinhado e em identidade de soluções e medidas com os regimes processuais aplicados pelas demais autoridades de supervisão do setor financeiro, em especial, o Banco de Portugal e a CMVM.

## **OUTRAS INICIATIVAS REGULATÓRIAS**

### **Estatutos da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões**

Com a entrada em vigor da Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto, que aprova a lei-quadro das entidades administrativas independentes com funções de regulação da atividade económica dos setores privado, público e cooperativo (“lei-quadro das entidades reguladoras”), tornou-se necessário adaptar os estatutos das entidades reguladoras existentes ao disposto na mesma.

Assim, o Decreto-Lei n.º 1/2015, de 6 de janeiro, redominou o “Instituto de Seguros de Portugal” para “Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões” (ASF) e aprovou os novos estatutos desta autoridade, acentuando as características de independência orgânica, operacional e financeira.

### **Implementação da decisão do Acórdão «Test-Achats»**

O n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 14/2008, de 12 de março, transpondo o n.º 2 do artigo 5.º da Diretiva n.º 2004/113/CE, do Conselho, de 13 de dezembro de 2004, que aplica o princípio de igualdade de tratamento entre homens e mulheres no acesso a bens e serviços e seu fornecimento, admitia diferenciações em função do sexo nos prémios e prestações individuais de seguros e outros serviços financeiros, desde que proporcionadas e decorrentes de uma avaliação do risco baseada em dados atuariais e estatísticos relevantes e rigorosos.

Contudo, posteriormente, o Acórdão do Tribunal de Justiça da União Europeia, de 1 de março de 2011 (Processo C -236/09, «Test-Achats»), considerou inválido o n.º 2 do artigo 5.º da Diretiva n.º 2004/113/CE do Conselho, com efeitos a partir de 21 de dezembro de 2012.



Assim, a Lei n.º 9/2015, de 11 de fevereiro, alterou a Lei n.º 14/2008, de 12 de março, por forma a nela refletir a invalidação pelo Tribunal de Justiça da possibilidade de exceções à proibição de tratamento diferenciador em função do sexo relativamente aos prémios e prestações de seguros e outros serviços financeiros, caso tais exceções se baseassem em avaliação do risco baseada em dados atuariais e estatísticos relevantes e rigorosos. Este diploma veio alterar o artigo 6.º da Lei n.º 14/2008, de 12 de março, impedindo os contratos celebrados após 21 de dezembro de 2012 de tratarem diferentemente, em função do sexo, no âmbito em questão, delimitando, também, o conceito de “contratos celebrados após 21 de dezembro de 2012”.

Este diploma prevê, ainda, um regime transitório para os contratos de seguro e outros serviços financeiros celebrados até 20 de dezembro de 2012, inclusive, determinando que são admitidas diferenciações nos prémios e prestações individuais desde que proporcionadas e decorrentes de uma avaliação do risco baseada em dados atuariais e estatísticos relevantes e rigorosos, sendo estes dois últimos elementos obtidos e elaborados nos termos de norma regulamentar a emitir pela ASF.

### **Regime de proteção do dador vivo de órgãos em relação a eventuais complicações do processo de dádiva e colheita**

O Decreto-Lei n.º 168/2015, de 21 de agosto, veio estabelecer o regime de proteção do dador vivo de órgãos, em caso de morte, de invalidez definitiva, independentemente do grau ou internamento decorrente de complicações do processo de dádiva e colheita.

O legislador considerou que a forma mais adequada de assegurar a proteção do dador vivo seria garantir-lhe um conjunto de prestações em caso de morte, invalidez definitiva ou de internamento hospitalar decorrente de complicações do processo de dádiva e colheita, instituindo um seguro de vida obrigatório do dador vivo de órgãos, que os estabelecimentos hospitalares responsáveis pelas referidas prestações devem celebrar para garantia das mesmas.

Assim, ao dador de um órgão é garantido: (i) um subsídio diário por internamento, em caso de complicações do processo de dádiva e colheita; e (ii) um capital, em caso de invalidez definitiva ou morte decorrente do processo de dádiva e colheita. A garantia destas prestações é da responsabilidade dos estabelecimentos hospitalares onde se realizam os atos de dádiva e colheita de órgãos em vida, sendo para tal obrigatória a celebração e manutenção em vigor de um contrato de seguro de vida que cubra os respetivos riscos no mínimo até um ano após a realização da colheita.

Complementarmente, este diploma procede também à revogação do n.º 4 do artigo 9.º da Lei n.º 12/93, de 22 de abril, evitando, assim, a duplicação da obrigação de seguros que resultaria da previsão simultânea de um seguro de responsabilidade civil a favor do dador e do seguro de vida agora obrigatório.

### **Normas regulamentares**

Foi emitida, pela ASF, a Norma Regulamentar n.º 6/2015-R, de 17 de dezembro, que estabelece o conjunto de critérios e procedimentos a respeitar pelas entidades supervisionadas para efeitos do processo de aprovação ou autorização, pela ASF, do conjunto de elementos e parâmetros que

integram o sistema de solvência daquelas, facilitando, desta forma a apresentação do referido pedido pelas entidades interessadas e a avaliação do mesmo pela autoridade de supervisão.

Adicionalmente, por forma a fornecer aos consumidores de seguros um valor de referência que contribua para evitar, de forma expedita, a desatualização dos capitais seguros no âmbito de contratos que cobrem riscos relativos a imóveis, foram emitidas, pela ASF, durante o ano de 2015, quatro normas regulamentares fixando os índices trimestrais (índice de edifícios, recheio de habitação e recheio de habitação e edifícios) de atualização de capitais para as apólices do ramo "Incêndio e elementos da natureza", com início ou vencimento no segundo, terceiro e quarto trimestres de 2015 e no primeiro trimestre de 2016 (respetivamente, Norma Regulamentar do Instituto de Seguros de Portugal n.º 1/2015-R, de 15 de janeiro de 2015, Norma Regulamentar da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões n.º 2/2015-R, de 4 de junho de 2015, Norma Regulamentar da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões n.º 4/2015-R, de 7 de agosto de 2015, e Norma Regulamentar da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões n.º 5/2015-R, de 5 de novembro).

### Cartas-Circulares

A ASF divulgou, no ano em análise e junto das entidades supervisionadas quatro cartas-circulares, com especial relevo para as que incidiram sobre a temática do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.

## INICIATIVAS LEGISLATIVAS DA UNIÃO EUROPEIA

No ano de 2015, os projetos regulatórios desenvolvidos a nível da União europeia no âmbito dos setores supervisionados pela ASF, foram acompanhados, de uma forma geral, pela ASF, destacando-se, entre os mesmos, os que a seguir se indicam.

### Diretiva relativa à distribuição de seguros

Durante as Presidências Letã e Luxemburguesa prosseguiu a discussão da Proposta adotada pela Comissão em 3 de julho de 2012 de revisão da Diretiva relativa à mediação de seguros<sup>3</sup> ("DMS"), tendo a ASF continuado a apoiar tecnicamente a REPER neste processo.

Em dezembro de 2015 foi alcançado um acordo político, entre o Parlamento Europeu e o Conselho, relativo ao texto de compromisso da nova diretiva e, no início de 2016, foi publicada a Diretiva relativa à distribuição de seguros<sup>4</sup> ("DDS"). A denominação inicial do referido diploma legal, "Diretiva da Mediação de Seguros II", foi alterada por forma a refletir o enfoque na atividade

---

<sup>3</sup> Diretiva n.º 2002/92/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de dezembro de 2002 (JO, L, 9, de 15.1.2003, p. 3).

<sup>4</sup> Diretiva n.º 2016/97, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de janeiro de 2016 (JO, L, 26, de 2.2.2016, p. 19).

de distribuição (venda ao público) de produtos de seguros, inclusive quando a mesma é prosseguida pelas próprias empresas de seguros, sem recurso a mediadores.

Por comparação com o anteriormente exigido pela DMS, a DDS reforça os requisitos exigíveis aos operadores para prosseguirem a atividade de distribuição de seguros. Adicionalmente, tratando-se de uma diretiva de harmonização mínima, podem os Estados-Membros adotar medidas mais restritivas do que as previstas na diretiva.

O prazo de transposição estabelecido na DDS é de dois anos e, em relação ao regime estabelecido pela DMS, salientam-se as alterações que a seguir se enunciam.

### **Instituições de realização de planos de pensões profissionais**

No âmbito dos trabalhos sobre a solvência das instituições de realização de planos de pensões profissionais, e no seguimento da publicação do documento "*Consultation Paper on Further Work on Solvency of IORPs*"<sup>5</sup> em outubro de 2014, a EIOPA realizou um exercício de avaliação quantitativa. A avaliação quantitativa decorreu em simultâneo com o primeiro exercício europeu de *stress test* das instituições de realização de planos de pensões profissionais, enquadrado nos trabalhos da EIOPA relacionados com a estabilidade financeira.

Durante o ano 2015, a EIOPA procedeu ainda à publicação dos seguintes relatórios:

- a) em janeiro, o relatório sobre os métodos que visam auxiliar os indivíduos na tomada de decisões de investimento nos planos de contribuição definida<sup>6</sup>;
- b) em fevereiro, o relatório sobre os custos e comissões, com enfoque nos planos de contribuição definida<sup>7</sup>;
- c) em julho, a nona edição do relatório sobre os desenvolvimentos ocorridos em matéria de prestação de serviços transfronteiriços de gestão de planos de pensões profissionais, referente ao período de junho de 2014 a junho de 2015<sup>8</sup>.

---

<sup>5</sup> Documento disponível em [https://eiopa.europa.eu/Pages/Consultations/Consultation-Paper-on-Further-Work-on-Solvency-of-IORPs-\(CP-14040\).aspx](https://eiopa.europa.eu/Pages/Consultations/Consultation-Paper-on-Further-Work-on-Solvency-of-IORPs-(CP-14040).aspx)

<sup>6</sup> Documento disponível em [https://eiopa.europa.eu/Publications/Reports/2015-01-29\\_Final\\_report\\_on\\_investment\\_options.pdf](https://eiopa.europa.eu/Publications/Reports/2015-01-29_Final_report_on_investment_options.pdf)

<sup>7</sup> Documento disponível em [https://eiopa.europa.eu/Publications/Reports/EIOPA-BoS-14-266-Final\\_report\\_on\\_costs\\_and\\_charges\\_of\\_IORPs.pdf](https://eiopa.europa.eu/Publications/Reports/EIOPA-BoS-14-266-Final_report_on_costs_and_charges_of_IORPs.pdf)

<sup>8</sup> Documento disponível em [https://eiopa.europa.eu/Publications/Reports/15.2\\_EIOPA\\_BoS\\_15-144\\_Market%20development%20report%202015.pdf](https://eiopa.europa.eu/Publications/Reports/15.2_EIOPA_BoS_15-144_Market%20development%20report%202015.pdf)

## INICIATIVAS DA AUTORIDADE EUROPEIA DOS SEGUROS E PENSÕES COMPLEMENTARES DE REFORMA (“EIOPA”)

Cabe mencionar algumas das principais iniciativas regulatórias da Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma (“EIOPA”) em 2015, não só porque a ASF integra esta Autoridade e intervém nos respetivos processos de elaboração e decisão, como porque estas têm relevante impacto na regulação e supervisão nacional.

### Proteção do Consumidor e Inovação financeira

No domínio das matérias especificamente vocacionadas para a proteção do consumidor de seguros e fundos de pensões e no âmbito da análise de situações de inovação financeira, os trabalhos da EIOPA revelaram-se muito prolíferos, dando origem à publicação de múltiplos documentos, dos quais se destacam os seguintes.

#### Parecer da EIOPA sobre comercialização / vendas de produtos de seguros e fundos de pensões através da Internet

A EIOPA publicou, no dia 4 de fevereiro de 2015, um parecer sobre comercialização / vendas de produtos de seguros e fundos de pensões através da Internet<sup>9</sup> (*Opinion on sales via the internet of insurance and pension products*), dirigido às autoridades nacionais de supervisão, alertando para situações de utilização da Internet como veículo / suporte para efeitos de comercialização de produtos do setor segurador e dos fundos de pensões, tanto na sua forma mais tradicional (relacionada com a prestação de informação sobre produtos ou serviços), como na perspetiva das novas oportunidades associadas à era digital (por exemplo, a utilização de *smartphones* / *tablets* ou redes sociais).

Mediante o referido parecer, a EIOPA visa enfatizar que o facto de os operadores distribuírem os seus produtos e serviços *online* não pode prejudicar / afetar a sua capacidade de dar cumprimento a requisitos legais (vigentes ou a adotar) aplicáveis na União Europeia para a sua atividade.

Neste âmbito, a EIOPA recomenda que as autoridades nacionais de supervisão desenvolvam as ações de supervisão necessárias e proporcionais de molde a assegurar que:

- i. Os operadores que comercializam os seus produtos e serviços *online* cumprem com o dever de aconselhamento, se esse dever existe na legislação nacional ou quando as vendas assim são promovidas;
- ii. Os clientes recebem informação adequada sobre o processo de venda do operador que comercializa os seus produtos *online*, com vista a prevenir / evitar vícios / irregularidades na contratação (ex. contratos inválidos).

---

<sup>9</sup> [https://eiopa.europa.eu/Publications/Opinions/Opinion\\_on\\_sale\\_%20via\\_the\\_internet%28published%29.pdf](https://eiopa.europa.eu/Publications/Opinions/Opinion_on_sale_%20via_the_internet%28published%29.pdf).

A EIOPA recomenda, igualmente, que as autoridades nacionais de supervisão, se for o caso, adotem uma abordagem proactiva relativamente à forma como recolhem informação sobre as atividades de comercialização *online* desenvolvidas pelos operadores e identificam desafios associados a novos métodos de distribuição *online*.

### [Parecer técnico da EIOPA sobre poderes de intervenção sobre produtos de investimento com base em seguros](#)

A 30 de junho de 2015, a EIOPA publicou um Parecer Técnico relativo a poderes de intervenção sobre produtos de investimento com base em seguros<sup>10</sup> (*Technical Advice on criteria and factors to be taken into account in applying product intervention powers*). Este documento foi publicado na sequência de um pedido de aconselhamento técnico, em agosto de 2014, por parte da Comissão Europeia relativamente à emissão de atos delegados no âmbito do Regulamento n.º 1286/2014, de 26 de novembro, aplicável a partir de 31 de dezembro de 2016, sobre os documentos de informação fundamental para pacotes de produtos de investimento de retalho e produtos de investimento com base em seguros (“PRIIPs” – Packaged Retail and Insurance-Based Investment Products).

O referido Regulamento estabelece que as atribuições / competências da EIOPA e das autoridades nacionais de supervisão devem ser complementadas com um mecanismo explícito que vise a proibição ou a restrição da comercialização / publicidade, distribuição e venda de produtos de investimento com base em seguros que suscitem preocupações relevantes / significativas no que diz respeito à proteção do mercado ou ao regular funcionamento e integridade dos mercados financeiros ou à estabilidade (de todo ou parte) do sistema financeiro.

O mencionado Parecer Técnico da EIOPA especifica quais os critérios e fatores, ao abrigo da alínea *a*) do n.º 2 do artigo 16.º e alínea *a*) do n.º 2 do artigo 17.º do Regulamento acima referido, a considerar pelas autoridades nacionais de supervisão e pela EIOPA, para determinar a verificação da existência de preocupações relevantes / significativas no que diz respeito à proteção do consumidor-investidor ou ao regular funcionamento e integridade dos mercados financeiros ou à estabilidade (de todo ou parte) do sistema financeiro, em pelo menos um Estado Membro.

### [Relatório sobre Boas Práticas relativas a Transferências Individuais de Direitos a Pensão Complementar](#)

A Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma (EIOPA) publicou, a 10 de julho de 2015, o respetivo Relatório sobre Boas Práticas relativas a Transferências Individuais de Direitos a Pensão Complementar<sup>11</sup> (*Good Practices on individual transfers of occupational pension rights*), o qual foi precedido da respetiva consulta pública, lançada a 30 de janeiro de 2015.

---

<sup>10</sup>

[https://eiopa.europa.eu/Publications/Opinions/Technical%20Advice%20on%20certain%20product%20intervention%20criteria\(published\).pdf](https://eiopa.europa.eu/Publications/Opinions/Technical%20Advice%20on%20certain%20product%20intervention%20criteria(published).pdf).

<sup>11</sup> [https://eiopa.europa.eu/Publications/Reports/EIOPA-BoS-15104\\_Final\\_Report\\_on\\_Pensions\\_Transferability.pdf](https://eiopa.europa.eu/Publications/Reports/EIOPA-BoS-15104_Final_Report_on_Pensions_Transferability.pdf).

O Relatório visa principalmente informar os legisladores nacionais da transposição da Diretiva n.º 2014/50/UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de abril de 2014, relativa aos requisitos mínimos para uma maior mobilidade dos trabalhadores entre os Estados-Membros, mediante a melhoria da aquisição e manutenção dos direitos a pensão complementar, de boas práticas em matéria de transferência dos direitos a pensão profissional, sejam práticas previstas na regulação, sejam práticas em sentido estrito.

Embora esta Diretiva tenha acabado por regular apenas a latência dos direitos a pensão complementar (i.e., a preservação do valor dos direitos no regime complementar de pensões depois do participante ter terminado o vínculo com o respetivo associado), e não também a transferência desses direitos, o seu considerando 24 insta os Estados-Membros a melhorarem também a transferibilidade desses direitos, em ordem ao incentivo da mobilidade dos trabalhadores no espaço comunitário.

Os planos de pensões profissionais visados são apenas os financiados ou por fundos de pensões ou por contratos de seguro [e não também por *pay as you go* (PAYG) e por *book reserves*, ao contrário do âmbito da Diretiva n.º 2014/50/UE, que também abrange estes].

Neste âmbito, foram identificadas Boas Práticas designadamente nas seguintes matérias: requisitos dos esquemas de pensões de origem e de destino, informação e aconselhamento dos participantes (e segurados), custos e comissões, procedimentos da transferência de direitos e identificação do esquema recetor, especialmente para transferências transfronteiras.

### [Consulta pública relativa a projeto de Orientações preparatórias sobre políticas de conceção e aprovação de produtos de seguros, a adotar por empresas e mediadores de seguros](#)

A EIOPA divulgou, a 30 de outubro de 2015, o documento de consulta pública relativa à versão revista do projeto de Orientações preparatórias sobre políticas de conceção e aprovação de produtos de seguros a adotar por empresas e mediadores de seguros<sup>12</sup> (*Consultation Paper on POG Guidelines for insurance undertakings and insurance distributors*), referindo-se a expressão “políticas de conceção e aprovação de produtos de seguros” a procedimentos internos, funções e estratégias que visam o desenho e a introdução de produtos de seguros no mercado, bem como a sua monitorização e revisão durante o respetivo ciclo de vida.

Após a primeira consulta pública relativa a este projeto, que decorreu entre outubro de 2014 e janeiro de 2015, foi decidido que o âmbito destas Orientações deveria ser alargado à distribuição de produtos de seguros. Neste sentido, foi acrescentado um novo capítulo, referente a “políticas

---

<sup>12</sup> [https://eiopa.europa.eu/Publications/Consultations/EIOPA-CP-15-008\\_Consultation%20Paper%20on%20POG%20Guidelines%20for%20insurance%20undertakings%20and%20insurance%20distributors.pdf](https://eiopa.europa.eu/Publications/Consultations/EIOPA-CP-15-008_Consultation%20Paper%20on%20POG%20Guidelines%20for%20insurance%20undertakings%20and%20insurance%20distributors.pdf)

de distribuição de produtos de seguros” as quais se referem a procedimentos internos preparatórios do lançamento de um produto no mercado.

No quadro da tutela dos tomadores de seguros, beneficiários, segurados e terceiros lesados, através das Orientações em apreço, a EIOPA procura contribuir para a prevenção de vendas inadequadas ou abusivas de seguros no mercado europeu, assim como promover a convergência das práticas de supervisão nos diferentes Estados-Membros.

### Relatório da EIOPA sobre Seguros de Telemóvel

A EIOPA publicou, a 4 de dezembro de 2015, um relatório referente à comercialização de seguros de telemóvel<sup>13</sup> (*Report on Consumer Protection Issues arising from the sale of Mobile Phone Insurance*) a nível europeu, identificando situações potencialmente lesivas dos interesses dos respetivos tomadores de seguro, segurados, beneficiários e terceiros lesados e dirigindo, ao mercado segurador, as recomendações consideradas adequadas para reforçar a proteção destes últimos.

No relatório são destacadas práticas identificadas como abusivas na comercialização deste contrato de seguro – mas que, salienta-se, não são específicas do mesmo – e são emitidas recomendações no sentido de mitigar estas práticas e reforçar a proteção dos credores específicos do setor segurador, designadamente:

- i. Reforçar a transparência na comercialização de seguros de telemóvel;
- ii. Informar expressamente que não é obrigatório contratar o seguro de telemóvel vendido juntamente com o telemóvel em causa;
- iii. Implementar procedimentos administrativos eficientes e transparentes de gestão de sinistros; e
- iv. Assegurar que os distribuidores de seguros de telemóvel ou os responsáveis pela venda dos mesmos recebem a informação e formação adequada, quando relevante.

Como nota final, salienta-se que, para efeitos deste relatório, o conceito de “seguro de telemóvel” se reconduz a todos os contratos de seguro cujo objeto principal corresponda à cobertura de danos verificados especificamente em telemóveis (por exemplo, perda, furto, estragos).

### Proteção dos consumidores e tendências de consumo

No dia 12 de dezembro de 2015, a EIOPA divulgou o seu quarto relatório sobre tendências dos consumidores no setor segurador e dos fundos de pensões europeu, referente a 2014<sup>14</sup> (*EIOPA Fourth Consumer Trends Report*), sendo que, nos termos da alínea a), do n.º 1 do artigo 9.º do

---

<sup>13</sup> [https://eiopa.europa.eu/Publications/Reports/EIOPA-BoS-15-235%20-%20Mobile\\_Phone\\_Insurance\\_Report.pdf](https://eiopa.europa.eu/Publications/Reports/EIOPA-BoS-15-235%20-%20Mobile_Phone_Insurance_Report.pdf)

<sup>14</sup> Documento disponível em [https://eiopa.europa.eu/Publications/Reports/EIOPA-BoS-15-233%20-%20EIOPA\\_Fourth\\_Consumer\\_Trends\\_Report.pdf](https://eiopa.europa.eu/Publications/Reports/EIOPA-BoS-15-233%20-%20EIOPA_Fourth_Consumer_Trends_Report.pdf).

Regulamento (UE) n.º 1094/2010, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de novembro de 2010, que cria a EIOPA, compete a esta Autoridade observar, analisar e comunicar as tendências dos consumidores.

O referido documento apresenta uma perspetiva global sobre as tendências nos diferentes Estados-Membros, visando, entre outros aspetos, contribuir para a identificação de possíveis vulnerabilidades no mercado europeu de seguros e de fundos de pensões e deteção de áreas elegíveis e atribuição de prioridades relativamente a ações futuras a desenvolver pela EIOPA.

### **Task force sobre pensões individuais (*Task Force on Personal Pensions*)**

Em julho de 2014, a Comissão Europeia emitiu um pedido de aconselhamento técnico no âmbito do desenvolvimento de um regime prudencial e de proteção do consumidor a nível europeu relativo aos produtos de pensões individuais (PPPs), conferindo à EIOPA um prazo de resposta até 1 de fevereiro de 2016. Este pedido de aconselhamento foi preparado tendo em conta o relatório preliminar sobre esta matéria publicado pela EIOPA em fevereiro de 2014.

A Comissão Europeia propôs a análise de duas opções em termos de instrumentos regulatórios:

- a) aprovação de uma diretiva que estabeleça regras comuns aplicáveis a todos os PPPs;
- b) aprovação de um Regulamento que introduza um “2nd regime” (ou “29th regime”), i.e. um regime europeu alternativo às legislações nacionais.

Atendendo aos planos de ação da Comissão Europeia relativamente à criação de uma união de mercado de capitais [*Capital Markets Union*] (CMU), foi dada prioridade à análise da introdução de um “2nd regime”, com vista à criação de um PPP padronizado a nível europeu [*Standardised Pan-European Personal Pension Product*] (PEPP). Considera-se que a criação de um PEPP representa uma nova oportunidade para o crescimento do mercado europeu de pensões individuais que, por sua vez, irá contribuir para o aumento dos níveis de investimento e para a constituição de fontes alternativas de financiamento do investimento a longo prazo. Deste modo, entre 7 de julho e 5 de outubro de 2015, a EIOPA colocou em consulta pública um documento circunscrito à proposta de criação de um PEPP<sup>15</sup>. As outras questões do pedido de aconselhamento ficaram de ser analisadas numa fase posterior e incluídas na resposta da EIOPA ao pedido de aconselhamento da Comissão Europeia, a providenciar até 1 de fevereiro de 2016<sup>16</sup>.

---

<sup>15</sup> Documento disponível em <https://eiopa.europa.eu/Pages/Consultations/CP-15-006-Consultation-Paper-on-the-creation-of-a-standardised-Pan-European-Personal-Pension-product-%28PEPP%29.aspx>

<sup>16</sup> De referir que em fevereiro de 2016 foi publicado o documento “*Consultation Paper on EIOPA’s advice on the development of an EU Single Market for personal pension products (PPP)*” disponível em <https://eiopa.europa.eu/Pages/Consultations/EIOPA-CP-16-001-Consultation-Paper-on-EIOPA%E2%80%99s-advice-on-the-development-of-an-EU-Single-Market-for-personal-pension-product.aspx>



## OUTRAS INICIATIVAS INTERNACIONAIS

### Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

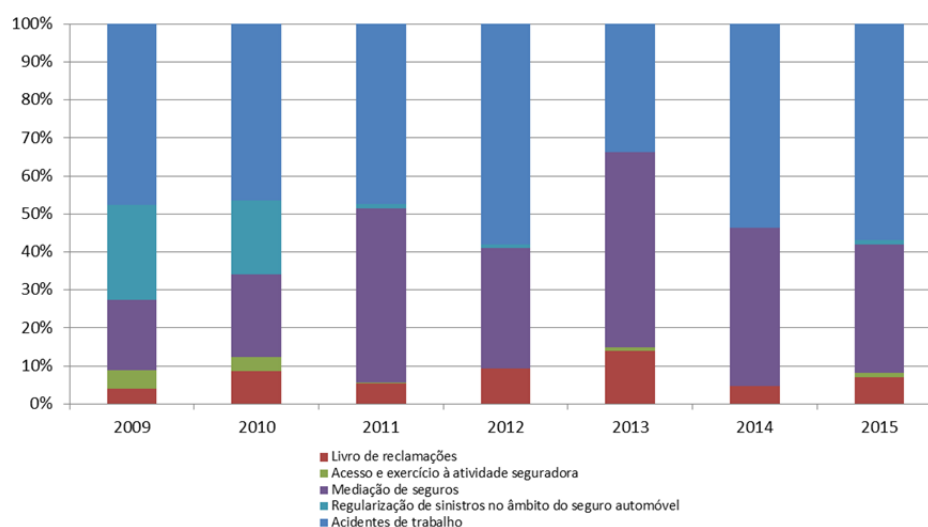
De entre os vários trabalhos desenvolvidos pelo *Insurance and Private Pensions Committee* (IPPC) durante o ano 2015, deve ser dado especial destaque à continuação das discussões em torno das estratégias de investimento das empresas de seguros, em particular no que respeita aos investimentos de longo prazo, às preocupações relacionadas com o impacto sobre os operadores do setor segurador e dos fundos de pensões do ambiente prolongado de baixas taxas de juro, às questões relacionadas com o financiamento do risco de desastres e ainda a aspetos específicos no âmbito do projeto sobre as anuidades, incluindo pressupostos de mortalidade e risco de longevidade.

No âmbito do Grupo de Trabalho sobre Pensões Privadas (WPPP), a ASF acompanhou os trabalhos em curso relativos a vários temas, como a revisão dos *Core Principles of Private Pension Regulation*, o projeto sobre a gestão de riscos associados aos diferentes tipos de rendas, o projeto sobre os incentivos fiscais e a poupança para a reforma, o relatório sobre a regulação dos investimentos no âmbito dos fundos de pensões, o projeto relativo à educação financeira e planeamento para a reforma e o tema dos desafios inerentes ao ambiente de baixas taxas de juro e respetivo impacto nos fundos de pensões e setor segurador.

## 4. SANÇÕES, CONTRAORDENAÇÕES E OUTRAS MATÉRIAS JURÍDICAS

Em 2015 deram entrada 86 processos com indícios contraordenacionais relativos às diversas áreas de atuação da ASF, tendo-se observado um ligeiro aumento no número de processos recebidos por incumprimento das obrigações inerentes ao livro de reclamações. Verificou-se também uma ligeira redução do número de processos relativos a mediadores de seguros, a maior parte deles relacionados com a prática de má prestação de contas. Os processos relativos a acidentes de trabalho continuam a ter um peso significativo entre os processos recebidos, e voltaram a crescer em 2015, o que poderá relacionar-se com alguma recuperação da atividade económica.

Figura 20 – Distribuição dos processos contraordenacionais por áreas



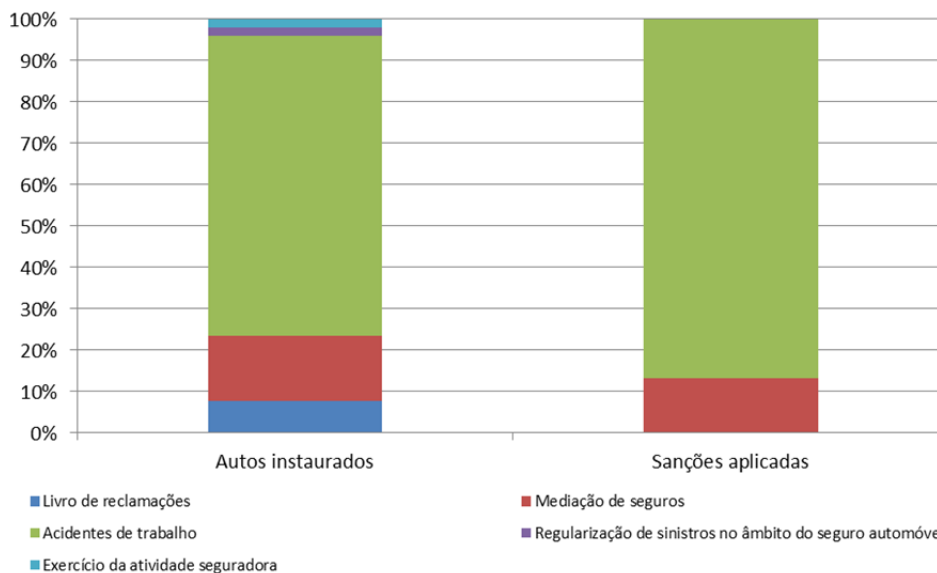
Durante o ano de 2015 continuou a verificar-se uma diminuição do número de processos contraordenacionais instaurados. Confirmou-se ainda uma diminuição da conflitualidade judicial, o que aponta no sentido de uma melhor aceitação da justiça das coimas aplicadas e a uma diminuição também dos processos arquivados sem aplicação de sanções, o que decorre de aperfeiçoamentos implementados nas fases pré-processuais.

Quadro 16 – Dados globais sobre processos contraordenacionais

	2012	2013	2014	2015
Processos contraordenacionais entrados	120	101	84	86
Processos arquivados (sem matéria para contraordenação)	33	29	49	25
Autos instaurados	69	64	55	50
Processos que deram origem a queixa-crime	15	32	2	3
Autos concluídos (coima, admoestação, arquivamento)	231	97	92	59
Autos em curso	114	80	42	40
Número de testemunhas ouvidas	31	30	15	40
Valor das coimas aplicadas (milhares de euros)	144,1 m€	244,5m€	96,3m€	62,7m€
Autos e processos que transitaram para o ano seguinte (excluindo recursos para Tribunal)	203	231	92	91
Recursos de impugnação judicial	30	13	6	5

Apresenta-se, na figura seguinte, a distribuição dos autos instaurados e das sanções aplicadas pelas diversas áreas de atuação da ASF.

**Figura 21 – Autos instaurados e sanções aplicadas por áreas (2015)**



No ano 2015, no que concerne à área de mediação de seguros, os autos de contraordenação instaurados tiveram como fundamento principal a falta de prestação de contas por parte dos mediadores de seguros, que também esteve na base da maioria das sanções aplicadas.

Em matéria de acidentes de trabalho, os autos de contraordenação instaurados, assim como as sanções aplicadas, tiveram como fundamento o incumprimento, pelas empresas de seguros, dos prazos de participação aos tribunais dos acidentes de trabalho nos casos em que a lei a isso obriga.

Relativamente ao livro de reclamações, quer os autos de contraordenação instaurados pela ASF, quer as sanções por este aplicadas, dizem respeito à violação dos deveres de dispor do livro de reclamações e de o facultar quando solicitado. Casos mais raros respeitam à violação do dever de envio à autoridade de supervisão do original da folha do livro de reclamações.

Acrescente-se ainda que a atividade jurídica do Departamento de Ação Sancionatória e Serviços Jurídicos abrangeu muitas outras matérias, conforme se pode retirar do quadro seguinte:

**Quadro 17 – Pedidos de parecer e outros processos não contraordenacionais entrados no DSJ em 2015**

	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>
Gestão interna da ASF e fundos	20	28	20	28
Questões financeiras da ASF e fundos	17	5	13	11
Estatuto do pessoal da ASF e fundos	9	10	14	8
Impostos e taxas	7	2	11	3
Branqueamento de capitais	8	12	5	1
Estatuto dos órgãos da ASF	7	2	3	5
Acesso a documentos administrativos	2	4	2	2
Regularização de sinistros com automóveis	2	6	2	3
Crimes envolvendo a ASF	0	0	2	1
Fundos de pensões e SGFP	0	0	2	0
Outros	41	38	40	66
<b>Total</b>	<b>113</b>	<b>107</b>	<b>114</b>	<b>128</b>

## 5. DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS TÉCNICOS E DE ANÁLISES MACROPRUDENCIAIS

### RELATÓRIOS DE ANÁLISE DE RISCOS DO SETOR SEGURADOR E DOS FUNDOS DE PENSÕES

A ASF publicou as quinta e sexta edições do Relatório de Análise de Riscos do Setor Segurador e dos Fundos de Pensões, com referência, respetivamente, ao segundo semestre de 2014 e ao primeiro semestre de 2015, continuando, dessa forma, a proceder à identificação dos principais riscos e desafios que o setor enfrenta, sob a perspetiva macroprudencial, no panorama nacional e europeu.

No último ano de transição para o novo regime de solvência (Solvência II), o efeito combinado de um ambiente prolongado de baixas taxas de juro e de uma reversão abrupta dos preços dos ativos (designado por *double-hit scenario*) apresentou-se como o maior risco que o setor segurador e dos fundos de pensões enfrenta.

Em paralelo, foram destacados os riscos de conduta decorrentes de situações de conflitos de interesses e outros incentivos de foro regulatório, bem como de pressões concorrenciais, que podem colocar em causa a sustentabilidade de determinados ramos e/ou modalidades do negócio segurador e, por conseguinte, dos interesses dos tomadores de seguros e dos beneficiários.

No âmbito dos estudos efetuados, salienta-se, na quinta edição, a análise do impacto de uma possível introdução do risco de crédito da dívida soberana no cálculo do requisito de capital de solvência, resultante das discussões internacionais sobre o tratamento regulatório das exposições a soberanos, e a análise sobre o grau de preparação das empresas de seguros para a implementação do regime Solvência II.

Na sexta edição, merecem destaque os estudos sobre os riscos inerentes à exposição do setor ao imobiliário e ao investimento em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos, bem como a análise dos resultados nacionais no contexto do exercício europeu de *stress test* das instituições de realização de planos de pensões profissionais (IORP).

### EXERCÍCIO EUROPEU DE *STRESS TEST* DAS INSTITUIÇÕES DE REALIZAÇÃO DE PLANOS DE PENSÕES PROFISSIONAIS

A EIOPA realizou, em 2015, o primeiro exercício europeu de *stress test* das instituições de realização de planos de pensões profissionais, que abrangem, no contexto nacional, os fundos de pensões que financiam planos profissionais. Este exercício, com data de referência de 31 de dezembro de 2014, foi composto por dois módulos.

Por um lado, o módulo *core*, aplicável aos planos de benefício definido ou híbridos, teve por objetivo avaliar a resiliência do setor a dois cenários adversos de evolução dos mercados financeiros, bem como a um cenário de aumento da esperança média de vida, e aferir os

potenciais riscos sistémicos em situações de *stress*. Para esse efeito consideraram-se as bases de avaliação dos elementos do ativo e do passivo e os requisitos de financiamento definidos a nível nacional e, com vista a assegurar a comparabilidade dos resultados a nível europeu, uma metodologia comum de avaliação proposta pela EIOPA, assente no *Holistic Balance Sheet*. Note-se que os trabalhos relativos ao desenvolvimento desta metodologia encontram-se ainda em curso, tendo sido alvo de um exercício de avaliação quantitativa, conforme descrito no ponto seguinte.

Por outro lado, o módulo satélite, aplicável aos planos de contribuição definida puros, consistiu num exercício de simulação dos benefícios futuros a receber por um conjunto de participantes representativos em diferentes cenários, com vista a avaliar o impacto de vários cenários adversos de mercado e de um cenário de longevidade sobre esses benefícios.

No âmbito deste exercício, a ASF coordenou a sua realização a nível nacional, tendo assegurado a comunicação com as entidades gestoras de fundos de pensões envolvidas e com a EIOPA e a validação e transmissão dos resultados individuais. A ASF participou ainda no processo de validação central ao nível da EIOPA e na redação do relatório europeu.

A nível nacional, a taxa de participação no *stress test* (módulos *core* e satélite) situou-se nos 60%. No módulo *core*, a taxa de participação, em percentagem do total de ativos que financiam planos de benefício definido, foi de 62%. No módulo satélite, a taxa de participação foi de 33% do total de ativos que financiam planos de contribuição definida e de 25% do respetivo universo de participantes.

O relatório com os resultados agregados e por Estado membro do exercício de *stress test* foi publicado pela EIOPA a 26 de janeiro de 2016<sup>17</sup>.

No contexto do módulo *core*, os resultados dos cenários adversos revelaram, tanto a nível nacional como europeu, um aumento significativo do défice entre o valor dos ativos e dos passivos. A nível nacional, a aplicação da metodologia comum mostrou a importância do recurso ao apoio financeiro do associado para o financiamento do défice resultante. Importa, no entanto, salientar que a EIOPA concluiu ser necessário, em futuros exercícios, aprofundar a compreensão do impacto dos cenários adversos neste tipo de mecanismos, bem como na estabilidade financeira e na economia real.

Em relação ao módulo satélite, os cenários adversos testados afetam os participantes de formas distintas. Ainda assim, foi possível identificar algumas tendências gerais quanto ao impacto que cada tipo de cenários exerce sobre os participantes, em função, nomeadamente, do número de anos a que estes se encontram da idade esperada de reforma. Com efeito, os participantes que estão mais distantes da reforma tendem a ser mais afetados pelos choques adversos sobre a rentabilidade esperada dos ativos, enquanto os participantes mais próximos da reforma tendem a ser mais sensíveis a variações instantâneas do valor da carteira de ativos, sendo, no entanto, a magnitude do impacto dependente da composição da carteira.

---

<sup>17</sup> Documento disponível em <https://eiopa.europa.eu/Pages/News/Results-of-the-first-EU-stress-test-for-occupational-pensions.aspx>.

## EXERCÍCIO EUROPEU DE AVALIAÇÃO QUANTITATIVA DAS INSTITUIÇÕES DE REALIZAÇÃO DE PLANOS DE PENSÕES PROFISSIONAIS

Em paralelo ao exercício de *stress test* das instituições de realização de planos de pensões profissionais, a EIOPA lançou um exercício de avaliação quantitativa com o objetivo de testar um conjunto de definições, metodologias e opções propostas pela EIOPA no documento “*Consultation Paper on Further Work on Solvency of IORPs*”<sup>18</sup>, o qual esteve em consulta pública entre outubro de 2014 e janeiro de 2015. Este documento centra-se no desenvolvimento do *Holistic Balance Sheet*, que assenta na avaliação dos elementos do ativo e do passivo segundo princípios económicos, prevendo-se o reconhecimento explícito no balanço do valor dos mecanismos de segurança (e.g. apoio financeiro do associado) e de ajustamento dos benefícios eventualmente existentes.

Em concreto, o exercício de avaliação quantitativa visou a produção de resultados para seis exemplos de potenciais *frameworks* de supervisão construídos com base no *Holistic Balance Sheet*, propostos no documento anteriormente referido. Para esse efeito, foi solicitada a realização de cálculos para dois cenários de base, incluindo todos os elementos do *Holistic Balance Sheet*, distintos em função das taxas de desconto a considerar: *i)* estrutura temporal das taxas de juro sem risco e *ii)* retorno esperado dos ativos.

Tal como para o exercício de *stress test*, a ASF coordenou a realização deste exercício a nível nacional, nas várias vertentes assinaladas. A taxa de participação nacional, em termos do volume de ativos que financiam planos de benefício definido, cifrou-se em 62%.

A EIOPA prevê publicar os resultados deste exercício em abril de 2016.

## ORIENTAÇÃO DE ESTÁGIOS CURRICULARES

Em 2015, a ASF promoveu, ao nível do Departamento de Análise de Riscos e Solvência, a realização de dois estágios curriculares com finalistas do mestrado de Ciências Atuariais do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG). Estes estágios iniciaram-se em março de 2015 e tiveram a duração de seis meses.

O primeiro estágio teve por objetivo examinar a exposição ao setor imobiliário por parte das empresas de seguros e fundos de pensões sob supervisão prudencial da ASF. Este trabalho teve por enquadramento as preocupações transversais ao nível nacional e europeu sobre os impactos da exposição a ativos imobiliários na estabilidade do sistema financeiro, acentuadas pela génese e consequências da crise financeira com início no verão de 2007. O escrutínio efetuado permitiu detetar evidências gerais de sobrevalorização dos imóveis no período analisado. As conclusões e recomendações foram detalhadas num estudo publicado na sexta edição do Relatório de Análise de Riscos do Setor Segurador e dos Fundos de Pensões.

---

<sup>18</sup> Documento disponível em [https://eiopa.europa.eu/Pages/Consultations/Consultation-Paper-on-Further-Work-on-Solvency-of-IORPs-\(CP-14040\).aspx](https://eiopa.europa.eu/Pages/Consultations/Consultation-Paper-on-Further-Work-on-Solvency-of-IORPs-(CP-14040).aspx).

O segundo estágio compreendeu a quantificação do impacto da aplicação do ajustamento de congruência ao segmento de mercado nacional de Acidentes de Trabalho. De forma concisa, esta medida introduzida pelo regime Solvência II visa mitigar o impacto adverso da volatilidade dos mercados financeiros em carteiras de responsabilidades de longo prazo, como é o caso das rendas provenientes de seguros de Acidentes de Trabalho, assentes numa lógica de *matching* com ativos detidos até à maturidade. No final, foi possível concluir que, apesar de o mercado não se encontrar preparado para aplicar a medida, por não cumprir vários dos critérios de elegibilidade necessários, esta pode revelar-se vantajosa em determinadas situações. Os principais impactos são observados ao nível da diminuição da melhor estimativa das provisões técnicas e do aumento do requisito de capital de solvência, pela perda dos benefícios de diversificação.



## 6. COOPERAÇÃO INTERINSTITUCIONAL

### NACIONAL

#### Conselho Nacional de Supervisores Financeiros

Através da alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 143/2013, de 18 de outubro, ao Decreto-Lei n.º 228/2000, de 23 de setembro, a regulação do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros (CNSF) foi alterada com vista a ampliar as respetivas funções, sendo-lhe reconhecidas competências consultivas em relação ao Banco de Portugal no contexto da definição e execução da política macroprudencial para o sistema financeiro nacional.

Nestes termos, em 2015, o CNSF reuniu em sessões autónomas, uma no âmbito das funções de coordenação entre as autoridades de supervisão que o integram no exercício das respetivas competências de regulação e supervisão ao nível microprudencial, e outra no âmbito das referidas funções macroprudenciais.

Os trabalhos desenvolvidos no âmbito do CNSF refletiram também as exigências que resultam do funcionamento do Sistema Europeu de Supervisão Financeira, integrando o Comité Europeu de Risco Sistémico (ESRB), as Autoridades Europeias de Supervisão e respetivo Comité Conjunto, bem como as autoridades nacionais de supervisão financeira. Neste âmbito, além de se terem mantido os mecanismos de intercâmbio de informações entre as autoridades de supervisão nacionais no exercício da sua participação nas Autoridades Europeias de Supervisão, bem como no âmbito da preparação do Mecanismo Único de Supervisão, articularam-se posições em matéria de políticas macroprudenciais e de análise de riscos sistémicos, com vista à preparação das reuniões do Conselho Geral do ESRB.

De destacar ainda no âmbito macroprudencial: (i) a análise das propostas do Banco de Portugal quanto à reserva contracíclica de fundos próprios e a reserva de fundos próprios a aplicar às instituições identificadas como “outras instituições sistemicamente importantes”; (ii) a continuação dos trabalhos de identificação, acompanhamento e avaliação dos riscos para a estabilidade do sistema financeiro, através da análise sistemática dos desenvolvimentos, da deteção de vulnerabilidades e identificação prospetiva de riscos para o sistema financeiro português; (iii) a apresentação do relatório do grupo de trabalho encarregue de analisar a temática dos riscos de conduta, com enfoque nas práticas de *mis-selling*, associadas ou não a *self-placement*, que inclui um elenco de medidas de mitigação dos riscos de conduta para prevenir a ocorrência de situações que envolvam *mis-selling* de produtos de aforro e de investimento; (iv) a continuação dos trabalhos do grupo de trabalho sobre *shadow banking* cujo mandato consiste em estudar as entidades e atividades de *shadow banking* em Portugal, com vista a avaliar os riscos daí decorrentes e possíveis formas de os mitigar; e (v) a apresentação da análise das principais características do mercado imobiliário e a exposição de cada setor do sistema financeiro (banca, empresas de seguros e fundos de pensões e fundos de investimento imobiliário) ao mercado imobiliário pelo grupo de trabalho criado para identificar os riscos decorrentes dos mercados imobiliários.

De destacar ainda no âmbito microprudencial os trabalhos desenvolvidos no âmbito de processos legislativos de interesse transversal aos membros do CNSF, entre os quais se ressalta os referentes: (i) à operacionalização do Regulamento (UE) n.º 1286/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de novembro de 2014, sobre os documentos de informação fundamental para pacotes de produtos de investimento de retalho e de produtos de investimento com base em seguros (PRIIPs); (ii) à transposição da Diretiva n.º 2014/56/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, que altera a Diretiva n.º 2006/43/CE relativa à revisão legal das contas anuais e consolidadas; (iii) à transposição da Diretiva n.º 2014/65/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014, relativa aos Mercados de Instrumentos Financeiros (DMIF II); (iv) à transposição da Diretiva n.º 2014/91/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de julho de 2014, que altera a Diretiva n.º 2009/65/CE que coordena as disposições legislativas, regulamentares e administrativas respeitantes a alguns organismos de investimento coletivo em valores mobiliários (OICVM), no que diz respeito às funções dos depositários, às políticas de remuneração e às sanções; (v) à preparação de um projeto de regime de acesso e exercício da atividade dos peritos avaliadores de imóveis que prestem serviços a entidades do sistema financeiro nacional; (vi) acompanhamento dos trabalhos associados à implementação e operacionalização, em Portugal, do Regulamento (UE) n.º 648/2012, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho de 2012, relativo aos derivados do mercado de balcão, às contrapartes centrais e aos repositórios de transações (EMIR). O CNSF continuou igualmente a acompanhar o projeto de revisão do Código das Associações Mutualistas, bem como do Regime Jurídico das Caixas Económicas.

De mencionar também a aprovação pelo CNSF de um relatório sobre a preparação de processos sancionatórios e publicação de síntese das principais conclusões e recomendações

O CNSF manteve a articulação no domínio da prevenção e repressão do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, e no seguimento da metodologia anteriormente aprovada pelo CNSF, para elaboração e consequente difusão de alertas e de informação.

Cabe ainda mencionar a execução do Plano Nacional de Formação Financeira (PNFF), o qual constitui um instrumento muito relevante destinado a enquadrar, dinamizar e difundir projetos de formação financeira, contribuindo para elevar o nível de conhecimentos financeiros da população e promover a adoção de comportamentos financeiros adequados.

Por último, é de referir que o enquadramento estatutário do CNSF se alterou no ano de 2015 por força da Lei n.º 118/2015, de 31 de agosto, reforçando-se as competências do Conselho no domínio da pronúncia sobre iniciativas legislativas relativas à regulação do setor financeiro que se insiram no âmbito das respetivas competências e da avaliação a legislação em vigor à luz da necessidade de garantir uma efetiva coordenação da atuação das entidades responsáveis pela regulação e supervisão do sistema financeiro português.

### **Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria**

No ano de 2015 foram desenvolvidos os trabalhos de supervisão do controlo de qualidade referente ao ciclo 2014/2015, tendo sido elaborado o relatório de supervisão, que foi divulgado no sítio da internet do Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria (adiante designado por CNSA ou Conselho). Este relatório inclui um conjunto de recomendações à Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) uma descrição do modo como foram implementadas as recomendações do ano

anterior e a proposta à OROC de agravamento da classificação em 5 processos de controlo de qualidade.

Durante o mesmo período, prosseguiram os trâmites relativos aos processos administrativos que estão a ser analisados pelo Conselho, nomeadamente processos judiciais e de apuramento de responsabilidade contraordenacional, tendo sido dado o devido seguimento. Em consequência, o CNSA deliberou o início de duas inspeções e de uma ação de supervisão e a continuação de outra ação de supervisão.

Em 2015, releva-se também a participação em *workshops* organizados pela Comissão Europeia sobre a transposição da Diretiva n.º2014/56/EU relativa à revisão legal das contas anuais e consolidadas e sobre a aplicação do regulamento (EU) n.º537/2014, relativo aos requisitos específicos para a revisão legal de contas das entidades de interesse público.

O CNSA acompanhou também os trabalhos desenvolvidos, no âmbito do *International Forum of Independent Audit Regulators* (IFIAR), do Grupo Europeu dos Órgãos de Supervisão dos Auditores (EGAOB) e do *European Audit Inspections Group* (EAIG).

O CNSA foi criado pelo Decreto-Lei n.º225/2008, que aprovou os seus Estatutos, por efeito da transposição para o ordenamento jurídico português da Diretiva n.º2006/43/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa à revisão legal das contas anuais e consolidadas, que impôs a criação de um sistema eficaz de supervisão pública dos ROC e SROC.

Assim, foi atribuída ao CNSA a incumbência de organizar o sistema de supervisão pública dos ROC e das SROC, competindo-lhe também a responsabilidade final pela supervisão do exercício da atividade de auditoria.

Recentemente foi publicada a Lei n.º148/2015, que aprova o novo Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria (RJSA), a qual veio introduzir alterações significativas no regime e no quadro institucional da supervisão da atividade de auditoria em Portugal, destacando-se a extinção do CNSA e a sucessão, nas atribuições e competências desta entidade, pela CMVM.

## INTERNACIONAL

### Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

De entre os vários trabalhos desenvolvidos pelo *Insurance and Private Pensions Committee* (IPPC) durante o ano 2015, deve ser dado especial destaque à continuação das discussões em torno das estratégias de investimento das empresas de seguros, em particular no que respeita aos investimentos de longo prazo, às preocupações relacionadas com o impacto sobre os operadores do setor segurador e dos fundos de pensões do ambiente prolongado de baixas taxas de juro, às questões relacionadas com o financiamento do risco de desastres e ainda a aspetos específicos no âmbito do projeto sobre as anuidades, incluindo pressupostos de mortalidade e risco de longevidade.

Adicionalmente, a ASF acompanhou o Grupo de Trabalho sobre Pensões Privadas (WPPP), contribuindo para os trabalhos desenvolvidos, em particular relativamente ao relatório sobre o tratamento fiscal das pensões privadas<sup>19</sup>, enquadrado no âmbito do projeto sobre os incentivos fiscais e a poupança para a reforma, e ao questionário anual sobre a regulamentação aplicável aos investimentos dos fundos de pensões<sup>20</sup>.

### **Comité Técnico do International Organisation of Pension Supervisors**

A ASF acompanhou os trabalhos desenvolvidos no âmbito do Comité Técnico da *International Organisation of Pension Supervisors*, tendo designadamente respondido a um questionário sobre a supervisão comportamental das pensões privadas.

### **Associação de Supervisores de Seguros Lusófonos (ASEL)**

A 12.ª Assembleia Geral e XIX Conferência da ASEL teve lugar em Macau, de 24 a 27 de novembro de 2015, e contou com a presença dos representantes das autoridades de supervisão de seguros de Angola, Brasil, Cabo Verde, Macau, Moçambique, Portugal, S. Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Na reunião foram partilhadas, como habitualmente, as sínteses dos mercados de seguros e de fundos de pensões nas diferentes jurisdições da ASEL, tendo-se, também, realizado mesas redondas relativas aos desafios da supervisão de seguros face ao seguro agrícola, prevenção e branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, direitos dos consumidores de seguros e sua articulação com os planos nacionais de formação financeira e tratamento de reclamações.

Na conferência foram apresentados vários temas, tendo merecido especial destaque os relativos à importância da supervisão comportamental nos mercados seguradores e a supervisão baseada no risco e a relevância dos mediadores de seguros na atualidade.

Procedeu-se, no âmbito deste encontro, a uma profícua troca de experiências entre os membros, tendo sido salientada a evolução positiva dos mercados segurador e de fundos de pensões nos países e territórios integrantes da ASEL.

---

<sup>19</sup> Documento disponível em <http://www.oecd.org/finance/tax-treatment-funded-private-pension-plans-oecd-eu-countries.htm>

<sup>20</sup> Informação disponível em <http://www.oecd.org/finance/private-pensions/annualsurveyofinvestmentregulationofpensionfunds.htm>

## 7. APOIO AO CONSUMIDOR DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES

### GESTÃO E ANÁLISE DE RECLAMAÇÕES / PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

#### Gestão e análise de reclamações

A ASF dispõe de um serviço especialmente vocacionado para a gestão das reclamações, no âmbito do qual procura contribuir para a resolução e esclarecimento das situações apresentadas.

Por regra, a receção de uma reclamação na ASF dá origem à intervenção junto de uma entidade supervisionada com vista à obtenção dos esclarecimentos devidos, sendo os dados da reclamação examinados à luz da legislação aplicável e dos padrões de comportamento exigíveis.

Neste âmbito, a Autoridade de Supervisão procura contribuir para a resolução do problema subjacente à reclamação através de uma tentativa de conciliação dos interesses das partes envolvidas (em regra, reclamante e operador), bem como fornecer ao reclamante informação sobre o enquadramento legal, regulamentar e contratual aplicável ao caso concreto.

Com efeito, as comunicações que a ASF dirige às partes no quadro da gestão de um processo de reclamação, embora não correspondam a decisões vinculativas sobre os casos apreciados, contribuem para o esclarecimento das questões suscitadas e do regime aplicável, bem como para a resolução de potenciais conflitos.

Se, em face dos elementos remetidos pelo reclamante, não resultar a necessidade de contacto com o operador, nomeadamente por existirem elementos suficientes que permitam enquadrar jurídica e contratualmente a situação em apreço e que sustentem a posição da entidade supervisionada, o reclamante é esclarecido quanto ao enquadramento do seu caso concreto e quanto às vias de resolução do conflito. Como tal, inexistindo contacto com o operador, o processo é tratado do ponto de vista estatístico como “esclarecimento”.

Paralelamente, no âmbito da análise da reclamação, decide-se a eventual adoção de medidas no quadro das competências de supervisão da ASF, por forma a contribuir para o desenvolvimento de práticas adequadas no setor segurador. Neste âmbito, cumpre realçar que a apreciação de uma reclamação pode motivar a realização de diligências em matéria de supervisão (tanto *on-site*, como *off-site*) podendo, *inclusive*, contribuir para a identificação de uma prática proibida e sancionável. A informação recolhida pode ainda originar posterior reflexão, no contexto do estudo de possíveis iniciativas regulatórias a promover pela ASF.

Em 2015, a ASF recebeu 7 614 reclamações, tendo 2 066 reclamações sido apresentadas via livro de reclamações, predominando, tal como nos anos anteriores, as reclamações apresentadas diretamente na ASF (5 548).

O exame dos dados estatísticos permite apurar que, em 2015, se registou uma diminuição de 19% do número de reclamações entradas na ASF em relação ao ano anterior.

A estabilização das práticas das empresas de seguros na gestão dos processos de reclamação, o conhecimento cada vez maior dos consumidores quanto aos seus direitos e aos meios para os fazer valer (designadamente, através do recurso ao provedor do cliente das empresas de seguros) e, ainda, a intervenção da ASF em sede de emissão de recomendações sobre matérias objeto de reclamações, tem contribuído para uma menor conflitualidade entre as empresas e os tomadores de seguro, segurados, beneficiários, e terceiros lesados.

Acresce igualmente, como referido *supra*, que, no sentido de otimizar recursos e evitar contactos manifestamente desnecessários com as entidades supervisionadas, sempre que dos elementos remetidos pelo reclamante não resulte a necessidade de contacto com o operador, o reclamante é esclarecido quanto ao enquadramento do seu caso concreto, sendo o processo tratado do ponto de vista estatístico como “esclarecimento” e não como reclamação.

**Figura 22 – Evolução das reclamações apresentadas à ASF**



**Quadro 18 – Via de apresentação das reclamações à ASF**

	Recebidas via livro de reclamações	Recebidas diretamente na ASF
<b>2011</b>	2 856	7 545
<b>2012</b>	2 560	7 030
<b>2013</b>	2 299	7 654
<b>2014</b>	2 156	7 302
<b>2015</b>	2 066	5 548

No quadro seguinte, estão refletidos os processos de reclamação encerrados em 2015, onde se pode verificar que a maioria diz respeito a seguros dos ramos Não Vida (que totalizam cerca de 88% das reclamações analisadas), em especial ao ramo Automóvel (50,17%) e ao ramo Incêndio e Outros Danos (cerca de 17%), sendo ainda de salientar, no Ramo Não Vida, o aumento verificado, face a 2014, nas reclamações relativas ao “Seguro de acidentes de trabalho” (mais cerca de 8%) e, embora com pouca expressão face aos outros ramos, no “Seguro de assistência” (mais 12%).

Quanto ao ramo Vida, a maioria das reclamações incidiu sobre o “Seguro de vida”, em particular o associado ao crédito à habitação, sendo de destacar o aumento de cerca de 8% no número de reclamações relacionadas com “Operações de gestão de fundos coletivos de reforma (fundos de pensões)” e um decréscimo no número de reclamações relacionadas com “Operações de Capitalização”, “Seguros ligados a fundos de investimento” e “PPR/E” (14,29%, 10%, e 7,97%, respetivamente).

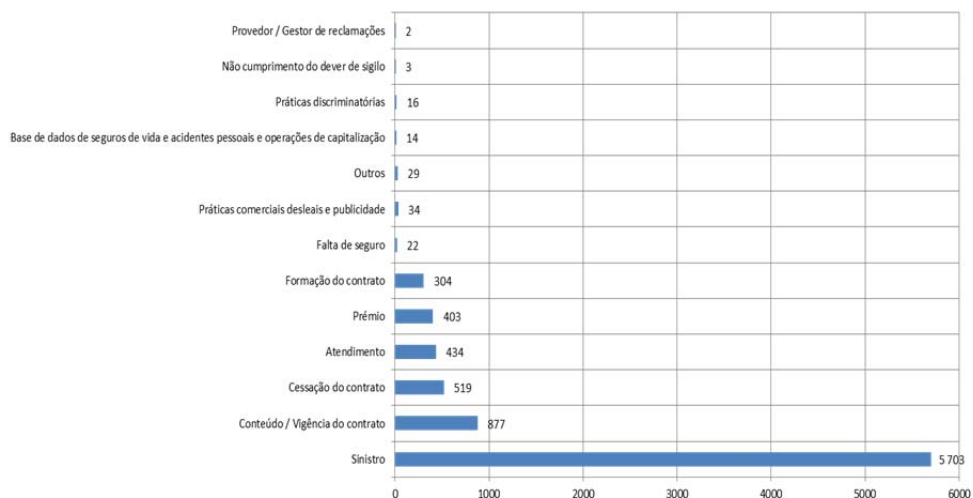
**Quadro 19 – Distribuição das reclamações analisadas por ramos e tipo de seguros (2015)**

	<b>N.º</b>	<b>%</b>	<b>Variação (%)</b>
<b>Não Vida</b>	7 355	87,98%	-13,99%
Seguro automóvel	4 194	50,17%	-15,51%
Seguro de incêndio e outros danos	1 418	16,96%	-21,48%
Seguro de acidentes de trabalho	626	7,49%	7,75%
Seguro de saúde	370	4,43%	-12,53%
Seguro de responsabilidade civil	264	3,16%	-15,11%
Seguro de acidentes pessoais	195	2,33%	2,09%
Seguro de perdas pecuniárias	176	2,11%	2,92%
Seguro de assistência	84	1,00%	12,00%
Seguro marítimo	20	0,24%	42,86%
Seguro financeiro (crédito e caução)	4	0,05%	-42,86%
Seguro de proteção jurídica	4	0,05%	-33,33%
Seguro aéreo	0	0,00%	-100,00%
<b>Vida</b>	927	11,09%	-3,64%
Seguro de vida	656	7,85%	-1,65%
PPR/E	127	1,52%	-7,97%
Operações de capitalização	78	0,93%	-14,29%
Operações de gestão de fundos coletivos de reforma (fundos de pensões)	39	0,47%	8,33%
Seguros ligados a fundos de investimento	27	0,32%	-10,00%
<b>Não se aplica</b>	78	0,93%	77,27%
<b>Total geral</b>	<b>8 360</b>	<b>100,0%</b>	<b>-12,52%</b>

O gráfico seguinte representa as matérias que originaram um maior número de reclamações em 2015.

De acordo com o gráfico seguinte, o “Sinistro” (que abrange as temáticas “Regularização do sinistro”, “Indemnização” e “Definição de responsabilidades”) é o tema que suscita um maior volume de reclamações, representando cerca de 68% face ao total das reclamações analisadas, à semelhança, refira-se, do ocorrido nos anos anteriores.

**Figura 23 – Reclamações analisadas por matéria objeto de reclamação (2015)**



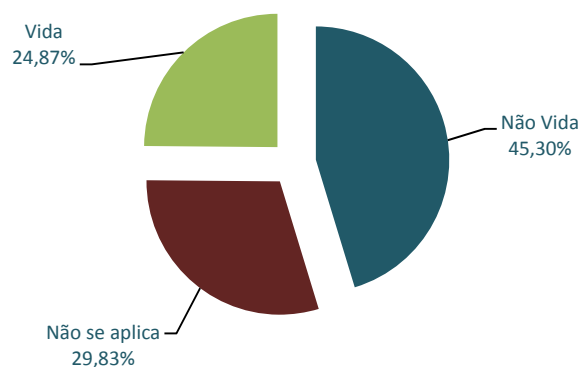
### Resposta a pedidos de informação / esclarecimento

Além da atividade de gestão das reclamações que lhe são dirigidas, a ASF responde igualmente, no âmbito do exercício das suas competências, a pedidos de esclarecimento de natureza técnico-jurídica que lhe sejam apresentados.

No âmbito das comunicações e dos pedidos de informação e de esclarecimento escritos dirigidos à ASF, verifica-se que em 2015 foram analisados 7 188 comunicações/pedidos, respeitando a sua maioria a matérias relacionadas com seguros dos ramos Não Vida (45,30%), com particular destaque para o seguro automóvel (2 442 comunicações/pedidos), à semelhança, mais uma vez, do verificado em anos anteriores.

As comunicações/pedidos não enquadráveis na classificação Ramos de Seguro referem-se a questões em que não é mencionado um tipo de seguro em concreto e que assumem um carácter genérico.

**Figura 24 – Comunicações / pedidos de esclarecimento – por ramos de seguro**





**Quadro 20 – Comunicações / pedidos de esclarecimento – por tipos de seguro**

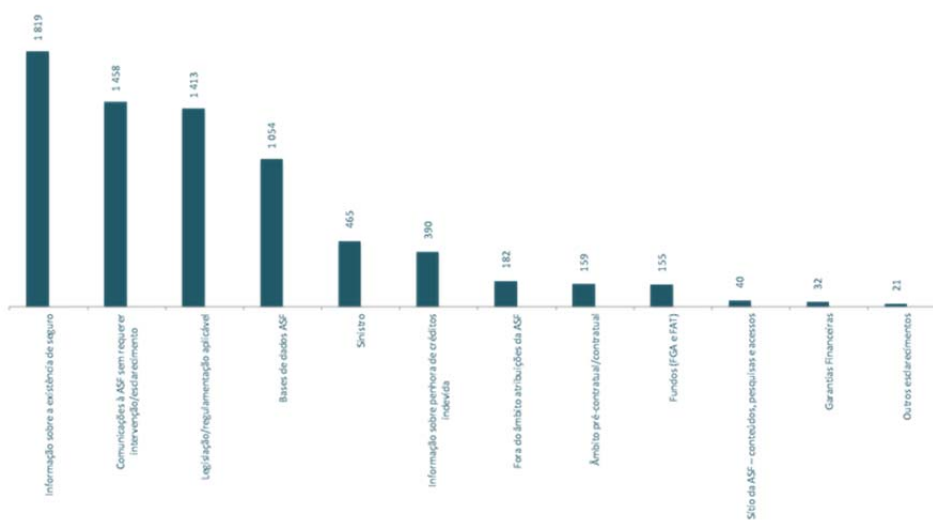
	<b>N.º</b>	<b>%</b>	<b>Variação (%)</b>
<b>Não Vida</b>	3.256	45,30%	9,78%
Seguro automóvel	2.442	33,97%	11,10%
Seguro de incêndio e outros danos	336	4,67%	12,75%
Seguro de acidentes de trabalho	166	2,31%	-12,63%
Seguro de responsabilidade civil	144	2,00%	16,13%
Seguro de saúde	93	1,29%	30,99%
Seguro de assistência	48	0,67%	33,33%
Seguro de acidentes pessoais	22	0,31%	-48,84%
Outros Seguros dos ramos Não Vida	5	0,07%	-16,67%
<b>Vida</b>	1.788	24,87%	-14,65%
<b>Não se aplica</b>	2.144	29,83%	0,94%
<b>Total Geral</b>	<b>7.188</b>	100,00%	<b>0,04%</b>

Salientam-se, dos temas mais recorrentes neste tipo de pedidos, os referentes a informações sobre “Existência de seguro” (1 819 pedidos)<sup>21</sup> e sobre “Legislação / Regulamentação aplicável” à atividade seguradora e de fundos de pensões (1 413 pedidos).

Relativamente a questões específicas objeto de pedidos informação e de esclarecimento, são de salientar as relacionadas com a matéria “Sinistro”, na qual se incluem questões relativas à definição de responsabilidades e regularização dos processos de sinistro, à semelhança do que acontece com a maioria das temáticas analisadas em sede de processos de reclamação.

<sup>21</sup> Parcialmente justificado devido aos pedidos de entidades do meio judiciário

**Figura 25 – Comunicações / pedidos de esclarecimento – por matérias**



### Informação sobre beneficiários de seguros de vida, acidentes pessoais e operações de capitalização

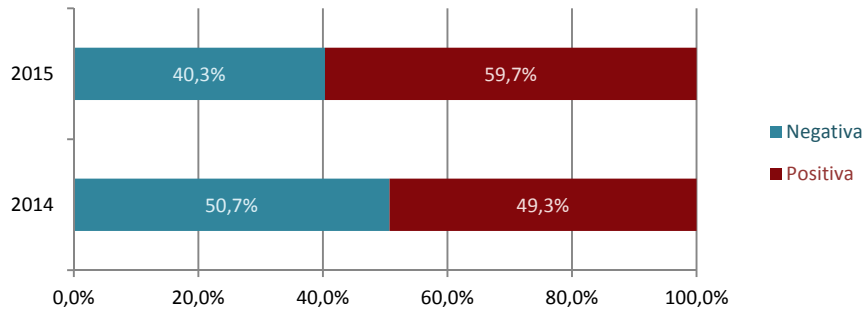
A Circular n.º 5/2008, de 5 de junho, veio, em complemento e concretização do disposto no Decreto-Lei n.º 384/2007, de 19 de novembro, estabelecer os procedimentos a adotar pelas empresas de seguros para efeitos de acesso à informação sobre contratos de seguro de vida, de acidentes pessoais e de operações de capitalização com beneficiários em caso de morte do segurado ou do subscritor.

Neste contexto, é de referir que, em 2013, foi publicado o Decreto-Lei n.º 112/2013, de 6 de agosto, que veio alterar o Decreto-Lei n.º 384/2007, de 19 de novembro. Através desta iniciativa regulatória o legislador visou simplificar a informação constante do registo central da base de dados, o que teve algum impacto ao nível dos procedimentos, sobretudo, durante 2014.

Em 2015, apurou-se uma ligeira diminuição do número de pedidos que travou a tendência de crescimento do ano anterior (653 pedidos em 2014, que compara com 605 pedidos em 2015). Ainda assim, o número é superior ao registado entre 2011 e 2013 (em 2011, foram tratados 457 pedidos, em 2012, 566 e, em 2013, 518).

Por seu turno, resulta da leitura do gráfico *infra* que o encerramento foi positivo em 59,7% dos casos e negativo em relação a 40,3%, o que contraria a tendência de equiparação entre respostas positivas e negativas verificada nos anos anteriores, tal permitindo inferir que os requerentes têm já fundadas convicções sobre a probabilidade de existência de seguro.

**Figura 26 – Resultados dos pedidos de informação sobre acesso a dados de contratos de seguro de vida, de acidentes pessoais e operações de capitalização (anual – 2014 e 2015)**



## ATENDIMENTO AO PÚBLICO E APOIO AO CONSUMIDOR

### Serviços de atendimento ao público

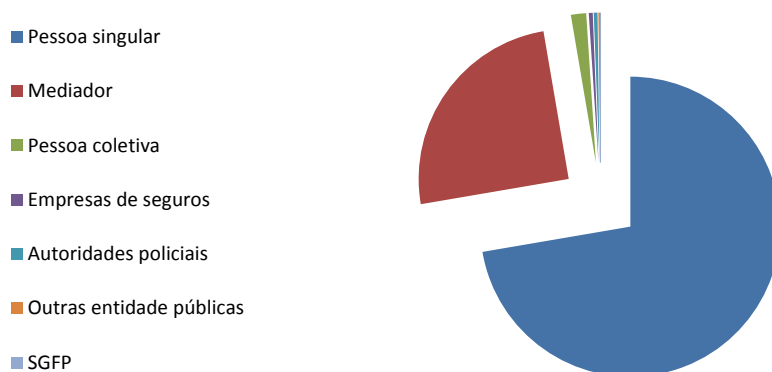
A ASF tem disponível um serviço de atendimento ao público, destinado a apoiar o consumidor no esclarecimento das suas dúvidas a respeito do setor segurador e dos fundos de pensões, através do qual é possível a apresentação de questões por via telefónica, presencial ou através de correio eletrónico.

Para além de proceder à apreciação de pedidos de esclarecimento, o serviço de atendimento permite a apresentação de reclamações referentes à conduta dos operadores supervisionados pela ASF.

Em 2015, para além das áreas habitualmente cometidas à sua responsabilidade, o serviço de atendimento ao público assumiu a responsabilidade pela prestação de esclarecimentos relacionados com a atividade do Fundo de Acidentes de Trabalho.

A análise dos dados estatísticos permite verificar que, em 2015, o serviço de atendimento registou um total de 50 310 processos, o que configura uma ligeira diminuição (aproximadamente 0,83%) em relação ao ano transato, no qual haviam sido totalizados 50 733 processos.

**Figura 27 – Serviço de atendimento ao público – distribuição por tipo e natureza do utilizador**

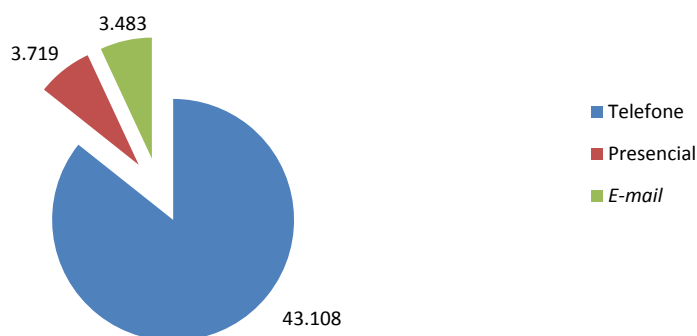


Os dados recolhidos permitem concluir que os utilizadores dos serviços de atendimento ao público são constituídos maioritariamente por pessoas singulares (cerca de 72%), imediatamente seguidos pelos mediadores de seguros (25%).

Contrariando a tendência de 2014, registou-se uma acentuada diminuição (cerca de 35%) nos contactos provenientes das “Autoridades Policiais”.

Relativamente ao meio de contacto escolhido, observa-se que os utilizadores continuam a privilegiar o contacto telefónico. Do total de contactos (50 310) 43 108 realizaram-se por esta via.

**Figura 28– Serviço de atendimento ao público – distribuição por tipo de contacto**



## Sítio institucional da ASF na Internet e Portal do Consumidor

A Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) dispõe de um sítio na Internet que visa não só facilitar o contacto entre o público e a autoridade de supervisão, mas também tornar mais simples o acesso deste a informação relevante.

Em 2015 o sítio na Internet sofreu alterações resultantes da publicação do Decreto-lei n.º 1/2015, de 6 de janeiro, que aprovou os Estatutos da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e determinou a alteração da sua denominação (de Instituto de Seguros de Portugal para Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões).

O reforço da estratégia de formação financeira da ASF conduziu igualmente a alterações na organização de alguns dos conteúdos do Portal do Consumidor de Seguros e Fundos de Pensões.

O Portal do Consumidor constitui um espaço de apoio ao consumidor de seguros e fundos de pensões, no qual se disponibilizam diversos conteúdos informativos e ferramentas que apoiam o seu utilizador na aquisição de conhecimentos e na compreensão de conceitos essenciais acerca dos produtos comercializados pelo setor.

De entre as alterações que tiveram lugar no ano de 2015 merece destaque a criação de uma área dedicada exclusivamente às iniciativas de formação financeira e a reconfiguração da sistematização adotada nos canais temáticos, que passaram a disponibilizar, para consulta e *download*, brochuras informativas sobre cada uma das matérias abordadas.

Da observação dos dados estatísticos referentes ao ano e 2015 é possível verificar que o sítio da ASF na Internet totalizou 904 393 visualizações.

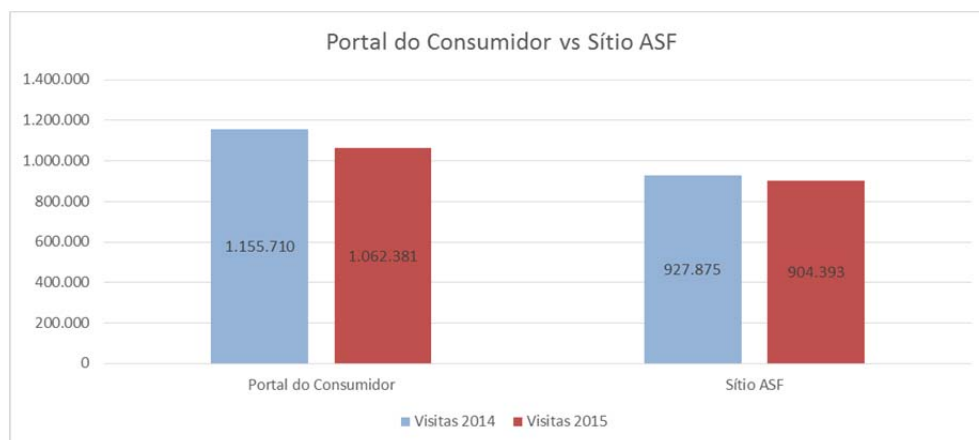
As páginas que contabilizaram o maior número de visualizações foram as respeitantes à pesquisa de entidades autorizadas para o exercício da atividade de mediação (423 055 visualizações) e para o exercício da atividade seguradora (149 226 visualizações).

O Portal do Consumidor, por sua vez, registou, em 2015, um total de 1 062 381 visitas. Os conteúdos a que mais se acedeu correspondem aos “Serviços de consulta” (*on-line*), onde se incluem as consultas de matrícula, de comissões e rendibilidades dos planos poupança-reforma, de representantes de sinistros, de centros de informação automóvel e de beneficiários de seguro de vida, acidentes pessoais e operações de capitalização, bem como de gestores de reclamações e provedores do cliente das empresas de seguros.

Para além dos serviços de consulta, o Portal do Consumidor disponibiliza canais temáticos, através dos quais é possível aceder a informação sistematizada de acordo com a experiência da ASF ao nível das questões que com maior regularidade são colocadas aos seus serviços.

A consulta à informação constante de cada um destes canais possibilita, ainda, ao utilizador encontrar resposta a um conjunto de perguntas frequentes, enquadradas em função da natureza mais genérica ou específica das matérias que tratam.

**Figura 29– Visitas ao portal do consumidor e ao sítio institucional da ASF na Internet**



## FORMAÇÃO FINANCEIRA

A estratégia da ASF em matéria de educação e formação financeira assenta na convicção de que o sucesso de qualquer iniciativa nesta matéria depende da criação de sinergias que permitam construir programas sustentados. Os projetos concretizados em 2015, a título individual ou no âmbito do Plano Nacional de Formação Financeira (PNFF), são o reflexo dessa estratégia.

Neste âmbito, foi lançado em outubro de 2015 o Caderno de Educação Financeira, dirigido ao 1º ciclo do ensino básico, um projeto resultante do protocolo celebrado em 2014 com o Ministério da Educação e Ciência e quatro associações do setor financeiro (APB – Associação Portuguesa de Bancos; APS – Associação Portuguesa de Seguradores; APFIPP – Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios e ASFAC – Associação de Instituições de Crédito Especializado), para a produção de materiais pedagógicos.

Os conteúdos do Caderno de Educação Financeira traduzem uma seleção de temas do Referencial de Educação Financeira para o 1º ciclo do ensino básico.

A metodologia adotada consiste na exploração de um conjunto de textos e exercícios que podem ser trabalhados conjuntamente por professores e alunos do 1.º ciclo do ensino básico. Para além da aquisição de conhecimentos, o Caderno pretende contribuir para a criação de atitudes e comportamentos financeiros adequados.

Paralelamente à atuação junto das escolas, em março de 2015, o CNSF – Conselho Nacional de Supervisores Financeiros e o IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P., assinaram um protocolo de cooperação para promover a formação financeira de micro, pequenas e médias empresas.

Na sequência da assinatura daquele protocolo, foi desenvolvido o Referencial de Formação Financeira para Micro, Pequenas e Médias Empresas, um documento orientador das ações de formação sobre temáticas da área financeira em contexto empresarial.

Aquele documento permite identificar um conjunto de temas, subtemas e conteúdos relevantes para a formação financeira de empreendedores, empresários e gestores de micro, pequenas e médias empresas.

O Referencial foi apresentado em outubro de 2015 e submetido a um processo de consulta pública que decorreu durante todo o mês de novembro.

O mês de outubro de 2015 marca também o lançamento da plataforma de e-learning Todos Contam, uma ferramenta desenvolvida pelos supervisores financeiros com o objetivo de apoiar as iniciativas de formação financeira.

Particularmente vocacionada para a formação de adultos, a plataforma disponibiliza um conjunto de aulas e materiais de apoio sobre orçamento familiar, seguros, poupança, investimento e crédito, permitindo alargar a cobertura territorial das ações de formação financeira e, por conseguinte, alcançar públicos-alvo cada vez diferenciados.

Para além da implementação de novos projetos, a ASF deu continuidade às diversas iniciativas em curso.

A este propósito, no âmbito do PNFF, merece destaque o programa de formação de professores, iniciado em 2014, que visa proporcionar a aquisição de conhecimentos nas áreas da economia e finanças a educadores e professores de todos os grupos de recrutamento, habilitando-os à introdução da educação financeira no contexto escolar.

Em 2015 realizaram-se duas ações, ambas constituídas por um grupo de 40 professores e educadores. No primeiro semestre concretizou-se uma oficina de formação de professores em Lisboa e em setembro de 2015 iniciou-se a quarta oficina de formação, desta feita na cidade de Évora.

Foi, igualmente, dada continuidade às ações de formação de apoio ao empreendedorismo e à economia social. A este nível há a realçar a assinatura, em fevereiro de 2015, do protocolo entre o CNSF e a CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, para promoverem a formação financeira de entidades do setor da economia social.

No âmbito deste protocolo, o PNFF associou-se à CASES no Prémio Cooperação e Solidariedade António Sérgio, atribuindo um módulo de formação financeira a cada um dos vencedores nas categorias “Inovação e Sustentabilidade” e “Trabalhos Escolares”.

Ao abrigo do programa iniciado em 2014, e tendo como objetivo alargar a sua intervenção a todas as áreas e setores da sociedade, a ASF organizou, em conjunto com os restantes supervisores financeiros, o segundo ciclo de ações de formação financeira dirigidas ao público em geral.

Estas ações decorreram semanalmente durante o mês de maio de 2015, num total de quatro sessões, e nelas foram abordados um conjunto diversificado de temas: gestão das finanças pessoais, seguros, produtos de poupança e de investimento, crédito à habitação e ao consumo, contas de depósito e instrumentos de pagamento, serviços mínimos bancários, prevenção e gestão do incumprimento e prevenção da fraude.

O plano de atividade do PNFF para 2015 incluiu, ainda, o lançamento da 4.ª edição do Concurso Todos Contam que se dirigiu a projetos de formação financeira a serem implementados nas

escolas no ano letivo 2015/2016. Esta 4.ª edição contou com grande adesão das escolas de todo o país, envolvendo cerca de 90 escolas e mais de 20100 alunos, num total de 59 candidaturas.

Os prémios atribuídos aos melhores projetos foram entregues por ocasião das comemorações do Dia da Formação Financeira, que em 2015 teve como palco central o Teatro Municipal de Faro e como lema “A formação financeira no apoio às micro e pequenas empresas”.

#### Quadro 21 – Vencedores da 4.ª edição do concurso “Todos Contam”

Ciclo/nível escolar	Escola	Distrito/Região Autónoma
Educação pré-escolar	Jardim-Escola João de Deus	Leiria
1.º ciclo do ensino básico	Agrupamento de Escolas de Pombal - Escola Básica do 1º CEB Conde Castelo Melhor	Leiria
2.º ciclo do ensino básico	Agrupamento de Escolas Martim de Freitas - Centro Educativo dos Olivais	Coimbra
3.º ciclo do ensino básico	Didáxis - Riba de Ave	Braga
Ensino secundário	Escola Secundária da Ribeira Grande	Região Autónoma dos Açores
Prémio Especial do Júri	Agrupamento de Escolas Tomás Cabreira	Faro

Os supervisores financeiros e os parceiros do Plano dinamizaram diversas atividades de formação financeira no Teatro Municipal de Faro e apresentaram publicamente os novos projetos do Plano: o Caderno de Educação Financeira para do 1.º ciclo do ensino básico, o Referencial de Formação Financeira para Micro, Pequenas e Médias Empresas e a plataforma de e-learning Todos Contam.

A par destas iniciativas, a ASF reforçou a sua participação em iniciativas internacionais de educação financeira, destacando-se a participação nas atividades desenvolvidas pela *International Network on Financial Education (INFE/OECD)*, uma organização criada pela OCDE para promover princípios e boas práticas de formação financeira, da qual se tornou membro efetivo em outubro de 2015.

Ainda neste âmbito, em maio de 2015, a ASF participou no “*3rd OECD/GFLEC Global Policy Research Symposium to Advance Financial Literacy: Harnessing Financial Education to Spur Entrepreneurship and Innovation*”, organizado pela INFE/OECD, no qual se debateu a importância da formação financeira dos empreendedores e gestores de micro e pequenas empresas.



A ASF continuou a promover a cooperação com instituições de ensino, assegurando a divulgação das diferentes tipologias de riscos assumidos no quotidiano e do papel dos diferentes tipos de seguros na sua mitigação. Por essa razão, realizou, durante o ano de 2015, um conjunto de sessões de sensibilização e formação em matérias relacionadas com a área seguradora e dos fundos de pensões, que contaram com a participação de um número alargado de escolas.

## **ESTUDOS E PUBLICAÇÕES**

A ASF é responsável pela produção de um conjunto de publicações de natureza técnica, através das quais se procura divulgar informação relevante para o mercado, bem como reportar as principais atividades desenvolvidas ao longo do ano por esta autoridade de supervisão em diferentes áreas.

Como previsto nos seus Estatutos, a ASF publicou o Relatório do Setor Segurador e dos Fundos de Pensões referente ao exercício de 2014. Este relatório apresenta o enquadramento da atividade na conjuntura nacional e internacional, bem como os principais indicadores relativos à evolução do mercado. Esta edição incluiu um estudo específico denominado “Impacto Quantitativo do novo regime de solvência para o setor segurador”, onde foi apresentada uma análise aprofundada do impacto da introdução do Solvência II no mercado segurador nacional, tendo por base o reporte de informação realizado por via da Circular n.º 5/2014, de 12 de setembro.

No ano em referência foi também editado o Relatório de Regulação e Supervisão da Conduta de Mercado, o qual traz a público informação específica e sistematizada sobre os desenvolvimentos ocorridos na esfera da conduta de mercado no setor segurador e dos fundos de pensões, tanto na perspetiva dos operadores como dos consumidores e demais interessados nestas áreas, procurando também refletir o acompanhamento da evolução das diferentes matérias associadas à conduta de mercado, tanto no plano nacional como internacional.

Há ainda a referir a publicação, a julho de 2015 e a fevereiro de 2016, das quinta e sexta edições do Relatório de Análise de Riscos do Setor Segurador e dos Fundos de Pensões, as quais têm por referência, respetivamente, o final do segundo semestre de 2014 e o final do primeiro semestre de 2015. Estes relatórios compreendem a análise macroprudencial e prospetiva do setor segurador e dos fundos de pensões nacional, concretizando o estudo e a monitorização agregada dos principais riscos do setor que têm vindo a ser reforçados pela ASF nos últimos anos.

## **BIBLIOTECA**

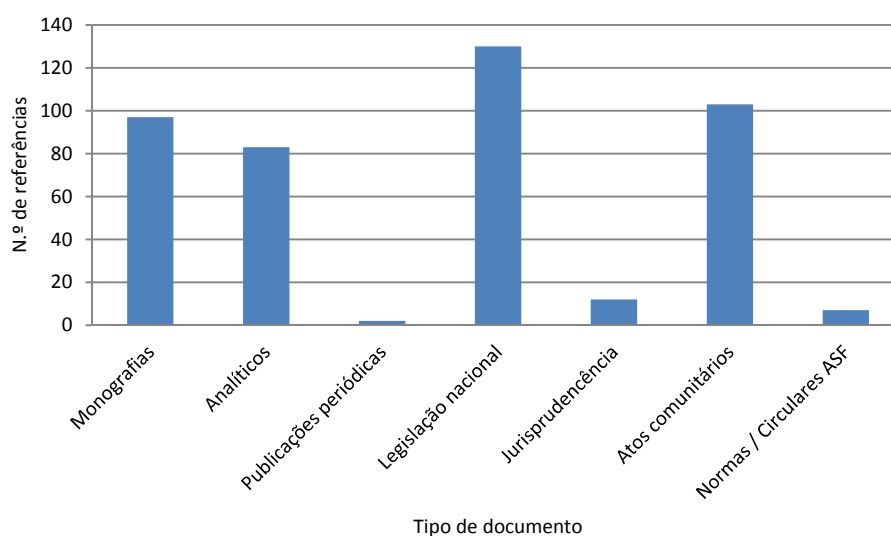
No cumprimento do Plano de Atividades e dos objetivos estabelecidos para o ano de 2015, a Biblioteca desenvolveu um conjunto de ações que visaram incrementar a qualidade e quantidade dos recursos documentais, bem como atualizar, diversificar e melhorar os serviços prestados e reforçar a comunicação com os seus utilizadores.

## Aquisição e tratamento documental

Relativamente à área das aquisições de bibliografia, promoveu-se o crescimento e atualização da coleção, possibilitando assim a prestação de um melhor apoio ao estudo à investigação da comunidade em que está inserida. Neste sentido, foram desenvolvidas as seguintes ações:

- reforço da aquisição de bibliografia adequada aos interesses dos utilizadores, tendo sido integrados 97 novos títulos no fundo monográfico (correspondendo a 111 exemplares), verificando-se um decréscimo significativo relativamente a 2014;
- continuação do tratamento técnico documental dos analíticos relacionados com a atividade seguradora e dos fundos de pensões, tendo este fundo conhecido um aumento de 83 novas referências;
- renovação das assinaturas de publicações periódicas, quer em suporte papel, quer em suporte eletrónico, tendo-se verificado, em 2015, a entrada de apenas 2 novos títulos de publicações periódicas na base bibliográfica;
- continuação do tratamento técnico documental e disponibilização no catálogo do normativo da ASF, da legislação nacional, da legislação comunitária e da jurisprudência relacionada com o setor segurador e de fundos de pensões, associando, sempre que possível, o ficheiro com o texto integral. No ano de 2015 efetuou-se o tratamento documental de 7 normas e circulares da ASF, 130 novos diplomas legais nacionais, 103 diplomas comunitários e 12 acórdãos;
- continuação da recolha e tratamento técnico documental de teses de natureza científica ou técnica, relacionadas com a atividade seguradora e de fundos de pensões.

Figura 30 – Entradas de novas referências (2015)



No que respeita ao tratamento técnico documental e gestão das coleções, a Biblioteca continuou a realizar as operações tradicionais, nomeadamente: verificação do estado dos documentos, carimbagem, catalogação, classificação, indexação, cotação e arrumação.

## Serviços

Quanto ao serviço de referência e apoio aos utilizadores, foi dada resposta a 324 solicitações, realizadas presencialmente. Paralelamente ao serviço de atendimento presencial foi igualmente prestado atendimento através de outros canais, nomeadamente, por telefone e por correio eletrónico. Este atendimento não presencial (formal) registou 149 solicitações. Ainda na área do atendimento, assinala-se o registo de 43 novas inscrições como leitores da Biblioteca, sendo a sua maioria leitores externos.

Para além do serviço de referência e apoio aos utilizadores, a Biblioteca continuou com o serviço de empréstimo domiciliário a leitores externos, leitores internos e interbibliotecas, registando-se um volume total de 373 transações.

Ainda na área dos serviços aos utilizadores, continuou a prestar-se o serviço de circulação de publicações periódicas pelos utilizadores internos. No ano de 2015 circularam, por 50 leitores internos, 102 títulos de publicações periódicas, o que corresponde a um total de cerca de 996 fascículos em circulação.

## 8. GESTÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

### BALANÇO

No final do exercício de 2015, o total do ativo líquido da ASF atingiu o montante de 31 545 milhares de euros, refletindo um acréscimo de 54,1% relativamente a 2014 (20 470 milhares de euros). Contribuiu especialmente para esse aumento, as disponibilidades e os acréscimos e diferimentos, tendo as dívidas de terceiros e o imobilizado corpóreo e incorpóreo pouca expressão naquele aumento.

O acréscimo de 52,6% das disponibilidades, justifica-se, quer pela transformação de aplicações de longo prazo, Certificados de Dívida de Médio Prazo (CEDIM's), em aplicações de curto prazo, Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo (CEDIC's), quer pelo diferencial entre as receitas e despesas do exercício. Efetivamente, no final de 2015 foram reembolsados 1 800 milhares de euros de CEDIM's,, que atendendo à volatilidade dos mercados se optou por aplicar em CEDIC's.

Relativamente aos acréscimos e diferimentos, destaca-se o reconhecimento das taxas incidentes sobre a atividade seguradora em 2015 a entregar à ASF em 2016. O efeito deste reconhecimento foi de 8 117 milhares de euros, correspondendo a 73,3% do total do aumento do ativo líquido, tendo a ASF já recebido parte deste valor em janeiro de 2016.

Quanto ao imobilizado não financeiro, o investimento está essencialmente relacionado com as tecnologias de informação, designadamente o investimento em curso correspondente a projetos de desenvolvimento informático por empresas externas.

Por outro lado, a forma de recebimento das taxas provenientes das empresas de seguros, através de Documento Único de Cobrança (DUC), numa única conta titulada pela ASF junto da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP), determina que 57,7% dos montantes em contas de Depósitos à Ordem, correspondam a valores recebidos em contas da ASF, a transferir no mês de janeiro, por conta de outras entidades, nomeadamente taxas para a Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), taxa sobre Certificados de Responsabilidade Civil Automóvel (CRC), taxa para Prevenção Rodoviária (PR), taxas para o FAT e taxas para o FGA. Refira-se ainda que, na rubrica Contribuintes, conta corrente, existem 348 milhares de euros por receber, decorrentes das multas aplicadas pela ASF às empresas de seguros, revertendo 208 milhares de euros a favor do Estado.

Nas rubricas de fundos próprios destacam-se a integração dos resultados do ano de 2014 e a subsequente aplicação em ajustamentos das Reservas.

Assim, a reserva para equilíbrio financeiro, que tem por base assegurar a estabilidade financeira da ASF face a possíveis desvios na receita, atingiu o montante de 1 680 milhares de euros, enquanto que a reserva para riscos de atividade incorridos pela ASF no exercício de poderes de regulação e supervisão de setor segurador e dos fundos de pensões (Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro), é de 9 500 milhares de euros. Estes montantes resultam da reavaliação efetuada aos riscos em causa.

Todos os valores incluídos no ativo, mas pertencentes a outras entidades, encontram-se compensados no passivo que, em 2015, ascendeu a 11 460 milhares de euros, representando cerca de 59% deste.

O restante passivo, embora com expressão pouco significativa, apresenta um aumento relativamente ao ano anterior, o qual resulta sobretudo do reconhecimento, na rubrica de acréscimos de custos, da transferência para a Autoridade da Concorrência (Decreto-lei 125/2014 de 18 de agosto,) dos montantes a pagar em 2016 e 2017. Efetivamente a ASF já efetuou, em fevereiro de 2016, o pagamento de 50% do montante devido naquele ano.

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

O resultado líquido apurado em 2015 foi de 7 908 milhares de euros, em 2014 tinha sido de 4 845 milhares de euros.

Os proveitos evidenciam um aumento de 42% face ao ano anterior, situando-se em 27 347 milhares de euros. A imputação de 8 117 milhares de euros de taxas a receber, pela ASF, em 2016, mas incidindo na produção do setor segurado de 2015, justifica no essencial aquele acréscimo. Efetivamente, a cobrança das taxas de supervisão pela ASF ocorre com um desfasamento temporal de um semestre, no caso dos ramos vida, não vida, contribuições para os fundos de pensões e de um ano para a atividade de mediação de seguros. Sem o efeito desta especialização o nível de contribuições obrigatórias provenientes das entidades supervisionadas seria idêntico ao do ano anterior.

Os proveitos e ganhos financeiros diminuíram 20% apesar das aplicações financeiras feitas ao longo do ano terem aumentado. Esta evolução negativa reflete a queda das taxas de juro praticadas pelo IGCP.

Os custos atingiram o montante de 19 383 milhares de euros, revelando um aumento de 35% face a 2014. Este aumento decorre fundamentalmente dos seguintes fatores:

- Os fornecimentos e serviços externos registaram um aumento de 31,5%. A variação, que representa 90,2% daquele aumento, tem origem na rubrica rendas e alugueres – renda do edifício sede. Efetivamente, em 2015, a ASF liquidou um 1 059 milhares de euros num contexto de “renda suplementar”, que seria paga em frações mensais nos próximos 8 anos. Após esta entrega, o valor da renda mensal a pagar ao senhorio pelo edifício sede, passou de 115 291,68 euros para 103 009,80.
- Os custos com o pessoal, que registaram um acréscimo global de 7,8%, em 2015 relativamente a 2014, evidenciam essencialmente a reposição de 20% dos cortes remuneratórios decorrentes do disposto na Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para 2014, e da Lei nº 75/2014, de 12 de setembro, que estabeleceu os mecanismos das reduções remuneratórias temporárias e as condições da sua reversão.
- Nos gastos com as transferências correntes concedidas, está refletido o valor transferido em 2015, o valor a transferir em 2016 e em 2017 para a Autoridade da Concorrência (AC). Efetivamente em 2016 e 2017 a ASF terá de liquidar à AC, o resultado da aplicação da taxa prevista no Decreto-lei 125/2014, de 18 de agosto, sobre as receitas recebidas em 2014 e 2015 respetivamente. Assim, se justifica que 55,8% dos aumentos dos custos e perdas em 2015 relativamente a 2014, se devam à especialização da transferência para a AC.

## ORÇAMENTO

No cumprimento da sua missão, a ASF tem vindo a assumir um nível de exigência cada vez maior, tanto em recursos materiais de tecnologia sofisticada como de recursos humanos qualificados, que lhe permita acompanhar o funcionamento dos mercados, quer a nível nacional, quer de cooperação internacional nomeadamente, no envolvimento em grupos de trabalho na União Europeia. Em 2015, o cumprimento destas exigências ocorreu num enquadramento orçamental de austeridade.

A ASF tem elaborado e executado o seu orçamento, numa perspetiva de equilíbrio da atividade corrente, procurando obter uma relação próxima entre as receitas e as despesas, como se constata na análise ao quadro seguinte:

**Quadro 22 – Evolução das receitas e despesas da ASF**

	Unidades: milhares de euros				
Rubricas	2011	2012	2013	2014	2015
<b>Receitas (1)</b>	<b>18 013</b>	<b>16 707</b>	<b>16 603</b>	<b>18 860</b>	<b>19 217</b>
Correntes	18 010	16 704	16 600	18 858	19 215
Capital	3	3	3	2	2
<b>Despesas (2)</b>	<b>16 256</b>	<b>16 023</b>	<b>13 960</b>	<b>14 368</b>	<b>17 028</b>
Correntes	15 842	15 632	13 746	13 825	16 173
Aquisição de bens de capital	414	391	214	543	855
<b>Saldo orçamental (1) - (2)</b>	<b>1 757</b>	<b>684</b>	<b>2 643</b>	<b>4 492</b>	<b>2 189</b>

Esta análise exclui, as rubricas de Ativos financeiros e saldos de gerências anteriores, de acordo com a fórmula prevista na Lei de Enquadramento Orçamental. Em 2015, exclui também a compra e venda, pelo mesmo montante, do edifício sede. Efetivamente, a ASF exerceu o direito de preferência de aquisição do imóvel que posteriormente vendeu pelo mesmo valor ao FGA.

As receitas realizadas pela ASF são essencialmente compostas por taxas de supervisão cobradas às entidades supervisionadas que, em 2015, representam 91% do total das receitas correntes. Estas apresentam o valor de 17 512 milhares de euros, atingindo um grau de execução de 100% das previsões corrigidas e ultrapassando em 4,2% as previsões iniciais.

A justificação para o desvio atrás referido deve-se basicamente, em termos globais (em virtude do peso relativo dos ramos não vida na receita da ASF), a um aumento da produção das empresas supervisionadas pela ASF em 2015 relativamente a 2014.

Relativamente às despesas correntes realizadas pela ASF, são compostas essencialmente por duas grandes rubricas: despesas com o pessoal e aquisição de bens e serviços. No que respeita às despesas com o pessoal, que em 2015 representam 56% da despesa corrente, obtiveram um grau de execução de 87%. O peso desta rubrica no orçamento da ASF está relacionada com a necessidade que a ASF tem de contratar profissionais dotados de níveis de qualificação e de experiência já firmados no mercado segurador. Quanto à aquisição de bens e serviços, a ASF tem feito um esforço de racionalização e de promoção de eficiência, traduzido pelo grau de execução que, em 2015, se situou nos 91% dos valores orçamentados. Note-se que nesta rubrica se encontra

incluída a despesa relativa ao arrendamento do edifício sede, a qual tem um peso relevante, cerca de 47% do total das aquisições de bens e serviços, e cujo grau de execução foi de 100%, em 2015.

Outras rubricas de revelo são a aquisição de bens de capital e a transferência para a AC, que representam, do orçamento de funcionamento da ASF, em 2015, 5% e 6%, respectivamente. As primeiras respeitam fundamentalmente ao investimento em tecnologias de informação destinadas a melhorar e a manter atualizado o parque informático da ASF (*hardware* e *software*).

## 9. GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

### EVOLUÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL

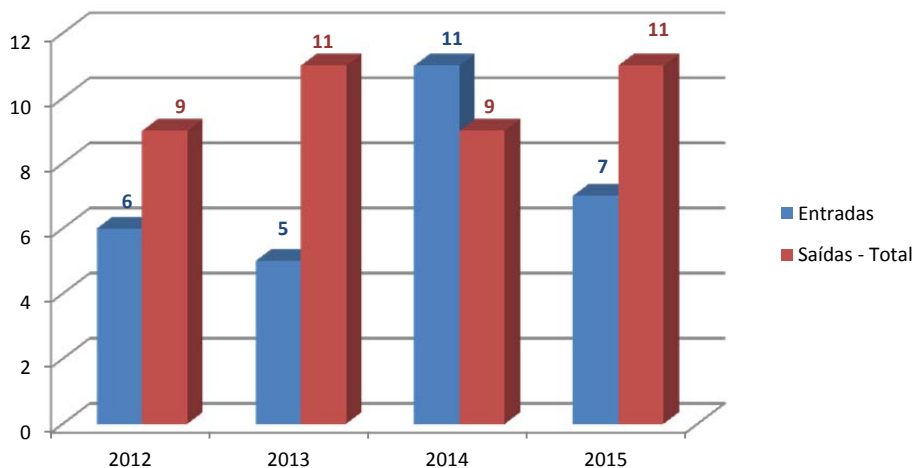
A gestão do quadro de pessoal da ASF em 2015, e à semelhança do que tem ocorrido nos últimos anos, continuou condicionada pelas medidas restritivas constantes do Orçamento de Estado, nomeadamente pelo disposto na lei 75/2014, de 12 de setembro, relativa às reduções remuneratórias. Paralelamente, também o recrutamento de técnicos esteve sujeito aos critérios estabelecidos pela lei 67/2013, de 28 de agosto.

Efetivamente, as condicionantes da conjuntura económica nacional têm produzido efeitos diretos na gestão de recursos humanos desta Autoridade. Sendo esta uma organização que, pela sua natureza e missão carece de recursos especialmente qualificados, têm sido identificadas dificuldades na contratação e retenção destes mesmos recursos.

O quadro de pessoal da ASF em dezembro de 2015 era composto por 229 trabalhadores. Durante o ano em referência registaram-se onze saídas, das quais nove com data efeito a 1 de janeiro de 2016.

O quadro seguinte mostra a evolução do fluxo de entradas e saídas na ASF ao longo dos últimos anos, sendo possível verificar um aumento do número de saídas em 2015 face ao ano anterior.

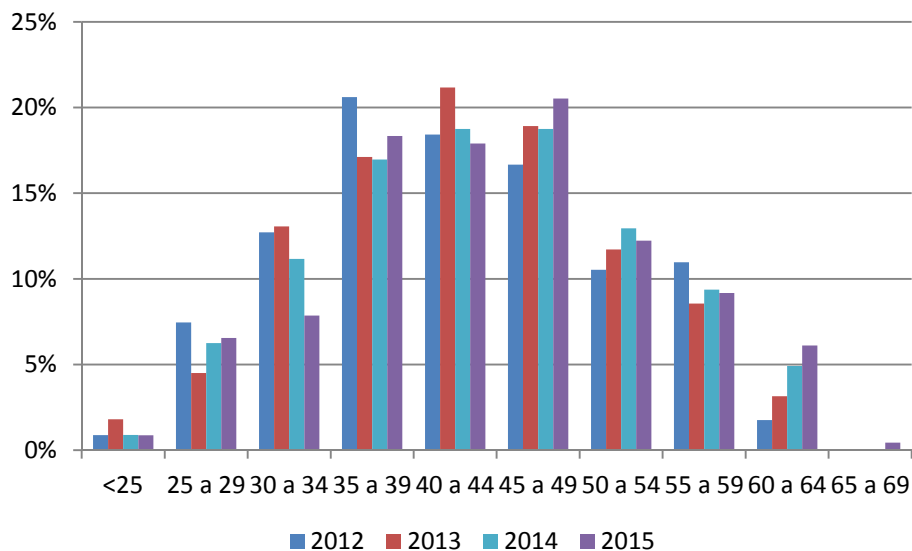
**Figura 31 – Entradas e saídas do quadro de pessoal**



Relativamente à média de idade dos colaboradores da ASF em 2015, observou-se um ligeiro crescimento em relação ao verificado no ano anterior, passando para 44,03 anos (face a 43,41 em 2014).

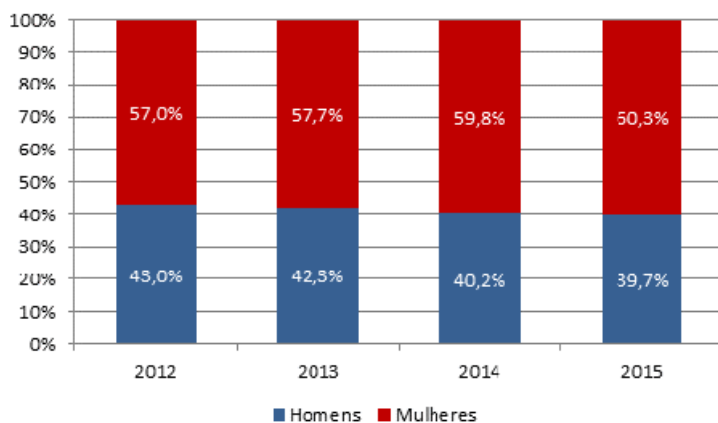


**Figura 32 – Estrutura etária do pessoal da ASF**



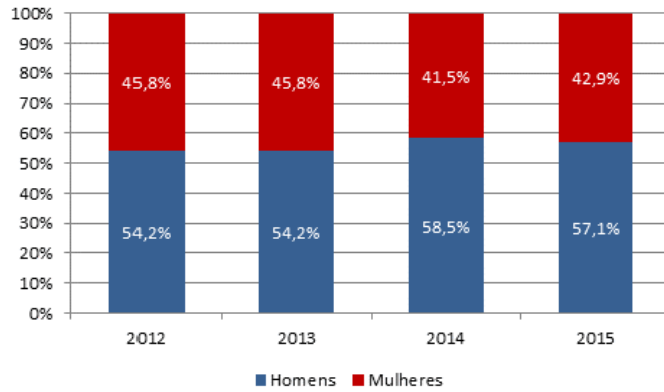
Na distribuição de colaboradores por gênero, mantém-se a tendência que se tem vindo a registar nos últimos anos, verificando-se um incremento de colaboradores do sexo feminino, que globalmente representam 60,30%.

**Figura 33 – Distribuição dos colaboradores da ASF por gênero**



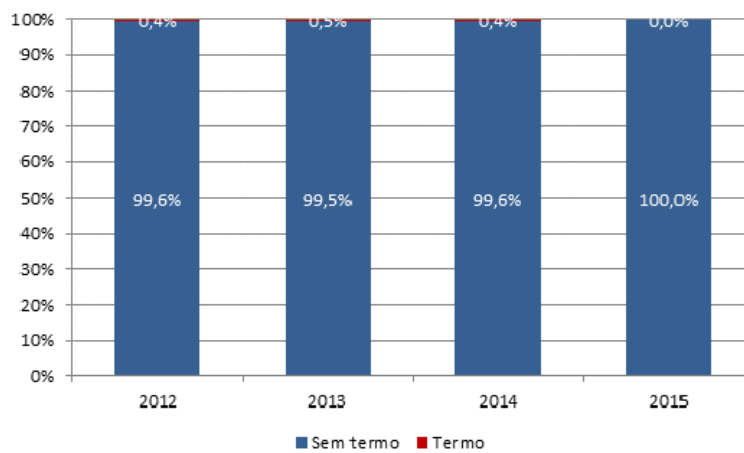
A distribuição de colaboradores que integram cargos de chefia, apresentam equilíbrio em termos de estrutura, indicando que o desenvolvimento de competências das pessoas assume um papel primordial na gestão do capital humano.

**Figura 34– Distribuição dos colaboradores da ASF que integram cargos de chefia por sexo**



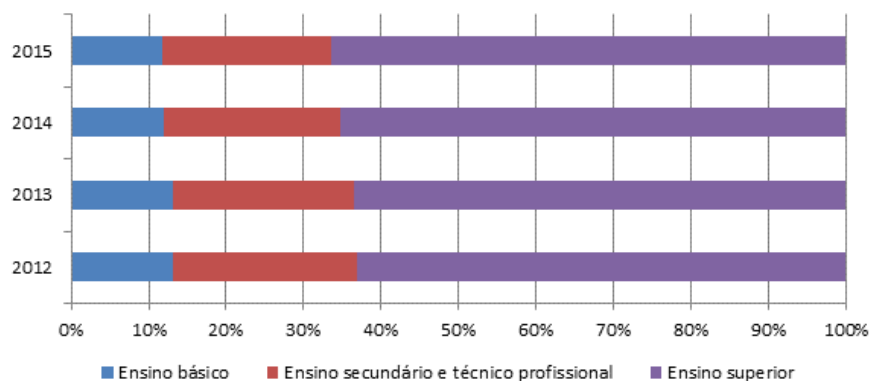
A estabilidade nas relações laborais revela-se como fator essencial face ao crescimento de responsabilidades atribuídas a esta entidade, nesse sentido a ASF tem vindo a celebrar contratos de trabalho sem termo, representando 100% no ano de 2015.

**Figura 35 – Distribuição dos colaboradores da ASF por relação jurídica de emprego**



A essência e o grau de complexidade da esfera de ação e atribuições da ASF requerem um quadro de efetivos com elevado grau de qualificação, nessa medida os colaboradores com um nível de ensino superior representam 66%, com o ensino secundário e técnico profissional atingem os 22% e com o nível de ensino básico o valor é de apenas 12%.

Figura 36– Habilitações académicas dos colaboradores

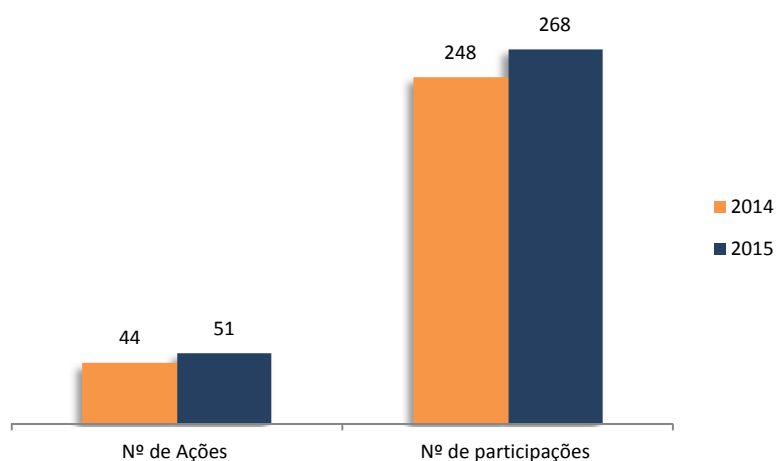


## FORMAÇÃO

O exercício das atribuições desta autoridade de supervisão exige um aperfeiçoamento constante dos seus quadros técnicos, pelo que a formação assume, neste contexto, grande relevância.

Sem prejuízo das solicitações atípicas com que a ASF se viu confrontada, nomeadamente nas suas áreas nucleares de atividade, ainda assim foi possível incrementar o número de ações realizadas (16%) e o número de participantes que frequentaram (8%) as referidas ações.

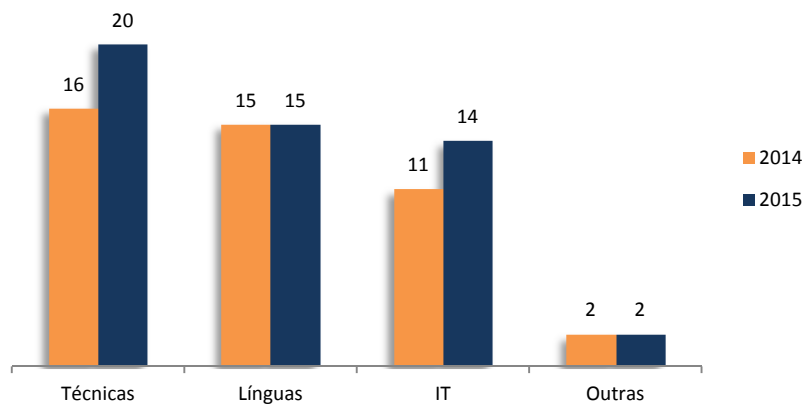
Figura 37– Formação realizada



Este gráfico demonstra o claro interesse na melhoria de competências técnicas e em IT, quer por aquisição quer pelo melhoramento das mesmas. Num ano em que quer o tempo disponível por parte dos formandos, quer os recursos financeiros, não abundaram, as prioridades manifestadas permitem verificar a aposta nos meios adequados.

O gráfico seguinte demonstra o interesse da organização na melhoria de competências técnicas, quer por aquisição quer pelo melhoramento das mesmas.

**Figura 38– Tipo de formação**



## 10. CONTROLO INTERNO E ANÁLISE DE RISCOS

O ano 2015 foi de consolidação para a área de Controlo Interno e Análise de Riscos, que havia iniciado a sua atividade no último trimestre do ano anterior.

A estratégia definida para esta área da Secretaria-Geral passa pela persecução da eficiência operacional e do cumprimento das políticas e diretrizes da ASF, tendo sido estabelecida uma metodologia de atuação, que orientou a intervenção desta área nos diferentes projetos realizados em 2015.

Neste âmbito, foi realizado um projeto de diagnóstico e melhoria operacional do Fundo de Garantia Automóvel (FGA), do Fundo de Acidentes de Trabalho (FAT) e do Departamento Financeiro (DFI), que o Controlo Interno acompanhou, em estreita colaboração com a consultora Deloitte.

Ao nível da evolução operacional e de políticas internas, a área de Controlo Interno realizou também, de forma independente, um diagnóstico aos processos de Recursos Humanos, nomeadamente os relativos ao processamento de salários. Este trabalho incluiu não só a análise ao processo atual, como também testes aos mecanismos de controlo existentes. A conclusão do mesmo, ainda a decorrer, resultará na produção de um relatório final descritivo da situação atual e onde são formuladas algumas recomendações futuras para melhoria da eficiência do processo e respetivos sistemas associados.

No que concerne o cumprimento dos requisitos legais, a área de Controlo Interno teve um papel relevante na monitorização das Obrigações Oficiais da ASF, para 2015, junto das diversas Unidades Orgânicas, bem como da criação de sistemas de alerta de tarefas para as diferentes UO.

A par destas iniciativas, foi responsabilidade da área de Controlo Interno e Análise de Riscos coordenar a elaboração de diversos documentos transversais à organização, nomeadamente o Plano Estratégico, o Plano de Atividades, o ManEO, e o Regulamento Interno.

## **11. GESTÃO PATRIMONIAL, DE INSTALAÇÕES E DE RECURSOS MATERIAIS**

Em 2015, a ASF manteve as práticas de responsabilidade social como fator indispensável da sua orientação estratégica. Concluído no ano anterior (2014) o processo de certificação energética do edifício-sede, com uma classificação energética acima da média, manteve-se em 2015 uma política de sustentabilidade ambiental, refletida na promoção da reciclagem de resíduos (papel, consumíveis e plástico) e na implementação de medidas de racionalização energética.

Continuou-se a ação de manutenção e organização do arquivo.

Relativamente à gestão dos espaços utilizados pelos diferentes serviços da responsabilidade desta autoridade de supervisão, procurou-se adotar critérios de racionalização, em linha com as restrições orçamentais a que a Instituição está sujeita.

Foi concluído com sucesso o processo de aquisição do imóvel sede da ASF. Esta aquisição foi da maior importância para a Instituição, pois para além de garantir a faculdade de continuar nestas instalações para lá do prazo inicialmente contratado (2023), permitirá proceder às adaptações do edifício adequadas ao processo de racionalização de recursos em curso.

No que diz respeito às áreas da saúde, higiene e segurança no trabalho, foram realizadas auditorias em todos os edifícios (três) com resultados que atestam as práticas das melhores condições de segurança e higiene nos edifícios desta autoridade de supervisão.

## 12. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

O ano 2015 fica claramente marcado com o enfoque no sistema de informação de suporte ao Solvência II, dando sequência ao plano faseado de implementação. Na Fase 1, foi concluída a adaptação do Portal ASF ao reporte de ficheiros XBRL e informação qualitativa, bem como a introdução de outras melhorias para os utilizadores do Portal, das quais destacamos a nova área de mensagens e pedidos pré-definidos. Na Fase 2, com a interpretação e integração da informação reportada em ficheiros XBRL na base de dados de aquisição da ASF, baseada no *Data Point Model* (DPM) fornecido pela EIOPA e onde se representam os conceitos de negócio, as suas relações e regras de validação. E por último, a Fase 3, que se prolongará para 2016, com o carregamento e disponibilização da base de dados de exploração do Solvência II.

Das restantes atividades, destaca-se a conclusão do sistema de gestão dos processos dos serviços jurídicos e a entrada em produção da base de dados de pareceres jurídicos.

Foi ainda dada continuidade ao desenvolvimento de um novo sistema de gestão do ficheiro de matrículas de que se espera maior atualidade, confiança e alta disponibilidade da informação como forma de potenciar o combate à condução sem seguro e mitigar a fraude em caso de acidente/infração.

Foram ainda desenvolvidos um conjunto significativo de melhorias nas restantes soluções, enquadradas na atividade de manutenção preventiva e evolutiva.

De referir ainda, o retomar dos trabalhos de migração tecnológica do sistema de Gestão de Autorização de Atividade (GAA), com a inclusão de novos requisitos funcionais e com entrada em produção planeada para o primeiro trimestre de 2016.

No campo das infraestruturas de sistemas de informação procedeu-se à renovação da solução de armazenamento central com a introdução de uma inovação tecnológica, a utilização de um sistema desenhado e construído para utilização da tecnologia de discos *Flash* em *Data Center*, normalmente designado por *Solid State Array* (SSA), cujas características em termos de performance, e pelas próprias funcionalidades destes sistemas, estão numa escala acima dos sistemas tradicionais, normalmente designados por *Storage Area Network* (SAN). Este sistema é complementado por um sistema tradicional de alta capacidade para armazenamento de informação secundária.

A infraestrutura de acesso interno à Internet foi alvo de melhorias, com a renovação da solução normalmente designada por *Proxy Internet*. Esta solução permite acomodar a utilização profissional do recurso que é a Internet e tornar a sua utilização o mais segura possível para os utilizadores internos, com motores de filtragem de *Malware* e categorização de *websites*.

A renovação tecnológica do parque informático também envolveu, à semelhança de anos anteriores e quando enquadrável, a substituição de postos de trabalho de alguns utilizadores por equipamentos mais recentes.

A mudança de designação da instituição de Instituto de Seguros de Portugal para Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões teve implicações significativas nos sistemas de informação. Foi necessário registar um novo domínio Internet para adequação ao novo nome, definir e executar planos de migração dos endereços de correio eletrónico e dos websites

disponíveis para a Internet. Sendo que em todos esses *websites* foram também necessárias alterações aplicacionais para os adequar à nova designação e imagem.

Em março de 2015 foi implementado o Portal do Utilizador de Sistemas de Informação (Portal DSI) que permite efetuar o registo de incidentes, pedidos de serviço, realizar consultas aos equipamentos, licenciamento e serviços disponibilizados ao utilizador.



## 13. GESTÃO DOS FUNDOS AUTÓNOMOS

### FUNDO DE GARANTIA AUTOMÓVEL

#### Caraterização do Organismo

O Fundo de Garantia Automóvel, adiante designado por FGA, foi criado pelo Decreto-Lei n.º 408/79, nos termos do Decreto Regulamentar n.º 58/79, ambos de 25 de setembro.

Atualmente, o âmbito de intervenção e as atribuições do FGA estão definidos no Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de agosto.

O FGA é um fundo público dotado de autonomia administrativa e financeira cuja gestão, por lei, é da responsabilidade da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

#### Missão

O FGA garante a reparação de danos decorrentes de acidentes rodoviários ocorridos em Portugal e causados por:

- veículos sujeitos ao Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil Automóvel (SORCA), com estacionamento habitual em Portugal ou matriculado em país que não tenha Serviço Nacional de Seguros, ou cujo Serviço não tenha aderido ao Acordo entre Serviços Nacionais de Seguros;
- veículos sujeitos ao SORCA, sem chapa de matrícula ou com uma chapa de matrícula que não corresponde ou deixou de corresponder à chapa de matrícula do veículo (matrícula falsa);
- veículos não sujeitos ao SORCA em razão do veículo em si mesmo, ainda que com estacionamento habitual no estrangeiro;
- veículos sujeitos ao SORCA, importado de um Estado-membro, por um período de 30 dias a contar da data da aceitação da entrega pelo adquirente, mesmo que os veículos não tenham sido formalmente registados em Portugal.

O FGA responde, no limite dos capitais obrigatórios do SORCA, pelas indemnizações que se mostrem devidas por:

- danos corporais, quando o responsável seja desconhecido ou não beneficie de seguro válido e eficaz, ou for declarada a insolvência da empresa de seguros;
- danos materiais, quando o responsável, sendo conhecido, não beneficie de seguro válido e eficaz;
- danos materiais quando, sendo o responsável desconhecido, deva o FGA satisfazer uma indemnização por danos corporais significativos, ou o veículo causador, não beneficiando de seguro válido e eficaz, tenha sido abandonado no local do acidente e a autoridade policial confirme a sua presença no respetivo auto de notícia;
- danos materiais, nas situações de responsável desconhecido, quando a prova existente no processo demonstre, inequivocamente, que está identificado o veículo sem seguro causador do acidente.

Ao FGA cabe também reembolsar o Gabinete Português de Carta Verde (GPCV) dos montantes despendidos com indemnizações e despesas, em consequência de acidentes regularizados no âmbito do Regulamento Geral do Conselho dos Serviços Nacionais de Seguros, que tenham sido causados no estrangeiro por veículos sem seguro automóvel obrigatório, matriculados e com estacionamento habitual em Portugal.

O FGA assume ainda as responsabilidades das empresas de seguros que sejam declaradas em estado de insolvência, no que respeita, exclusivamente, às indemnizações devidas por dano corporal e relativamente aos acidentes ocorridos na vigência dos contratos, porém não regularizados.

O FGA assume as funções do Organismo de Indemnização em Portugal, no âmbito das Diretivas Automóvel, satisfazendo indemnizações às pessoas lesadas residentes em Portugal, que tenham sido vítimas, noutro Estado-Membro ou num País aderente ao Sistema Carta Verde, de acidente rodoviário causado por veículo habitualmente estacionado e segurado noutro Estado-Membro, que não o da sua residência, ou por veículo desconhecido ou relativamente ao qual não tenha sido possível identificar a Empresa de Seguros.

Enquanto Centro de Informação, o FGA responde aos pedidos de informação dos Utentes e dos Centros de Informação congéneres no que respeita à identificação das Empresas de Seguros, dos Representantes para Sinistros e quando justificadamente, dos proprietários dos veículos intervenientes em acidentes transfronteiriços.

### **Nota introdutória aos resultados de 2015**

Elegemos como mais relevantes em 2015, pelo seu impacto nos serviços prestados pelo FGA, os seguintes factos:

- manutenção da certificação do Sistema de Gestão da Qualidade
- resultado obtido na medição da satisfação dos Utentes – 4 numa escala de 5
- grau de concretização do Plano de Atividades
- rigor na execução orçamental
- reforço da Equipa do Setor de Reembolsos
- aumento significativo dos rácios de cobrabilidade na cobrança de reembolsos
- revisão geral dos processos de reembolso pendentes (judiciais e extrajudiciais)
- maior eficácia no tratamento dos processos extrajudiciais de sinistro

### **Abertura de processos**

Foram registados 3 843 novos processos, número que representa um crescimento homólogo de 2%.

Não obstante o crescimento generalizado da sinistralidade automóvel na ordem dos 5% (segundo dados provisórios divulgados pela Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária), no caso do FGA o aumento decorreu, sobretudo, do maior número de acidentes ocorridos no estrangeiro, em particular nos países do sistema Carta Verde. Efetivamente, o número de pedidos de reembolso do duplicou: 118 em 2014 para 235 em 2015.

Dos acidentes participados, 2 863 ocorreram no exercício (74,50%), 732 no exercício anterior (19,05%), 242 entre 2010 e 2013 (6,29%) e apenas seis em exercícios anteriores (0,16%).

No universo dos acidentes participados, 173 foram causados por responsável desconhecido (4,5% do universo e menos 7% do que em 2014), com nove casos de morte (os mesmos que no exercício anterior).

Contrariando a tendência consolidada ao longo de muitos anos, registou-se um crescimento de 16% no número de processos abertos por demandas diretas dos lesados (100 ocorrências) que optaram pela via judicial sem prévio contacto com o FGA.

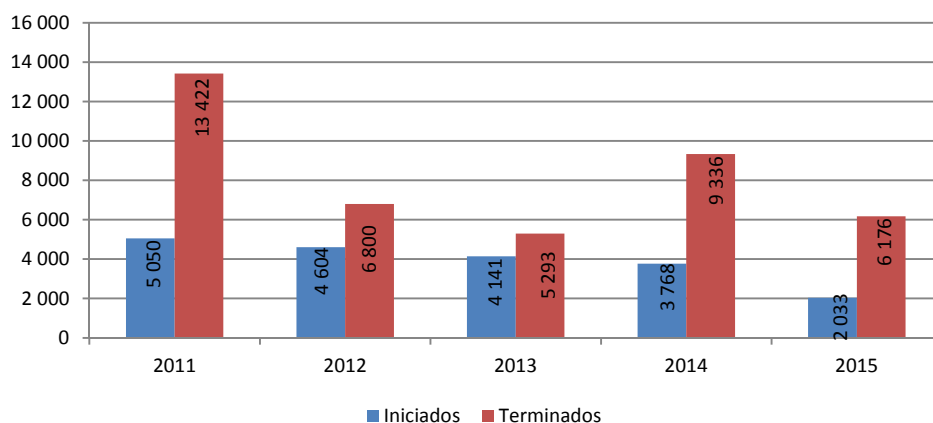
### Encerramento de processos

Foram encerrados 6 176 processos (136 judiciais e 6 040 extrajudiciais).

Dos processos encerrados, 2 033 foram abertos no exercício (32,92%), 1 224 no exercício anterior (19,82%), 2 380 entre 2010 e 2013 (38,54%) e 539 em anos anteriores (8,73%).

O rácio encerramentos / aberturas em 2015 foi de 161%.

Figura 39– Processos de sinistros abertos / encerrados



### Dados da sinistralidade

Neste domínio não se registaram alterações acentuadamente desviantes, comparativamente ao exercício anterior.

Foram participados 32 acidentes com mortes, menos três do que em 2014, valor que representa 1% do universo e corresponde a uma variação homóloga de menos 9%.

Os 573 casos com lesão corporal (15% do universo) representam um decréscimo de apenas 1% relativamente ao exercício anterior.

O dano material, como é habitual, averbou o maior número de ocorrências, com 3 238 registos (84% do universo), com um crescimento homólogo de 3%.

Registaram-se 112 atropelamentos, mais dois do que em 2014.

De assinalar 15 situações de danos causados por incêndio dos veículos, o que representa um crescimento 114% comparativamente ao exercício anterior.

A maioria dos acidentes foi causada por veículos ligeiros de passageiros – 2 287 casos registados, isto é, 59% do universo.

Foram participados 141 sinistros provocados por veículos de duas rodas (87 motociclos e 54 ciclomotores) número que traduz um aumento de 14% face a 2014.

A esmagadora maioria dos acidentes ocorreu em tecido urbano, com 3 008 ocorrências, o que representa 78% do conjunto. Em autoestradas foram registados 193 acidentes (5%) e 302 em estradas nacionais (8%). Houve acidentes em estradas regionais, estradas municipais, estradas militares, em caminhos públicos e privados. Em parques de estacionamento registaram-se 361 acidentes (9% do universo).

A norma de direito estradal mais infringida foi, como tem sido em anos anteriores, a inobservância da distância entre veículos (art.º 18.º do Código da Estrada) com 836 ocorrências (22% do universo).

A velocidade excessiva provocou 407 acidentes (11%).

Registaram-se 401 manobras irregulares de marcha atrás (10%) e 200 ocorrências de circulação em sentido contrário (5%).

As ultrapassagens em condições perigosas provocaram 122 acidentes (3% do universo).

A mudança súbita de fila de trânsito deu causa a 167 acidentes (4% do universo).

A colisão e o choque entre veículos representaram 78% dos acidentes participados, (3 012 ocorrências).

Manteve-se, em termos topográficos, a prevalência dos acidentes ocorridos em reta (1 815), o que representa 47% das participações do exercício.

Os acidentes em rotundas tiveram um crescimento de 20%, relativamente a 2014.

Em termos geográficos, os distritos de Lisboa e do Porto registaram, como tem sucedido, o maior número de acidentes, respetivamente com 990 (26%) e 731 (19%) ocorrências.

Seguiram-se os distritos de Setúbal com 312 (8%), Braga com 255 (7%), Faro com 197 (5,1%) e Aveiro com 191 (5%).

Nas Regiões Autónomas foram registados 89 acidentes, sendo 36 nos Açores (0,9%) e 53 na Madeira (1,4%).

Foram recebidas 398 participações de acidentes ocorridos no espaço europeu, fora de Portugal, número que corresponde a 10% do universo e representa uma variação positiva de 39%.

## Regularização de sinistros

Pela Divisão de Sinistros foram fechados 4 019 processos, dos quais 1 917 foram assumidos (48% do universo).

Foram recusados 2 102 pedidos de indemnização (52% do universo) por se ter concluído que estavam excluídos do âmbito de intervenção do FGA ou que deviam ser declinados (v.g., responsabilidade do lesado ou existência de seguro válido para o lesante).

Foram cumpridos os prazos de regularização de sinistros tanto para o dano material, como para o dano corporal.

O tempo médio de marcação e conclusão das peritagens foi de um dia, o tempo médio da disponibilização dos relatórios aos lesados foi de dois dias e, muito importante, o tempo médio da tomada de posição (assunção ou declinação do sinistro) foi de 20 dias úteis, sendo o prazo legal de 30 dias úteis.

No que respeita ao dano corporal, o tempo médio da disponibilização à pessoa lesada do relatório relativo ao exame de avaliação do dano corporal foi igualmente de um dia e o tempo médio da tomada de posição (assunção ou declinação do sinistro) foi de 33 dias de calendário, sendo o prazo legal de 45 dias.

## Indemnizações

No exercício foram satisfeitas indemnizações, que no seu conjunto, totalizaram 12 347 559, montante que representa uma expressiva variação homóloga de menos 20%

Na regularização extrajudicial de sinistros o FGA pagou indemnizações que totalizaram 5 297 685 euros (43% do universo), valor que comparado com 2014 representa um decréscimo de 2%.

As indemnizações fixadas judicialmente (incluindo juros) somaram 7 049 874 euros (57% do universo), montante a que corresponde uma significativa variação homóloga negativa de 30%.

A reparação do dano material (consertos e / ou perdas totais de veículos, imobilização e / ou substituição de veículos e outros danos em coisas) custou 2 088 230 euros (17% do universo e menos 20% do que em 2014).

Por lesão corporal (danos não patrimoniais, danos patrimoniais futuros por incapacidades permanentes, despesas medico/medicamentosos/transportes e outros danos emergentes) foram pagos 7 259 412 euros (59% do universo e menos 19% do que em 2014).

As indemnizações por morte (violação do direito à vida, danos não patrimoniais dos familiares, alimentos e outros danos patrimoniais futuros) somaram 2 999 917 euros (24% do universo e menos 23% do que em 2014).

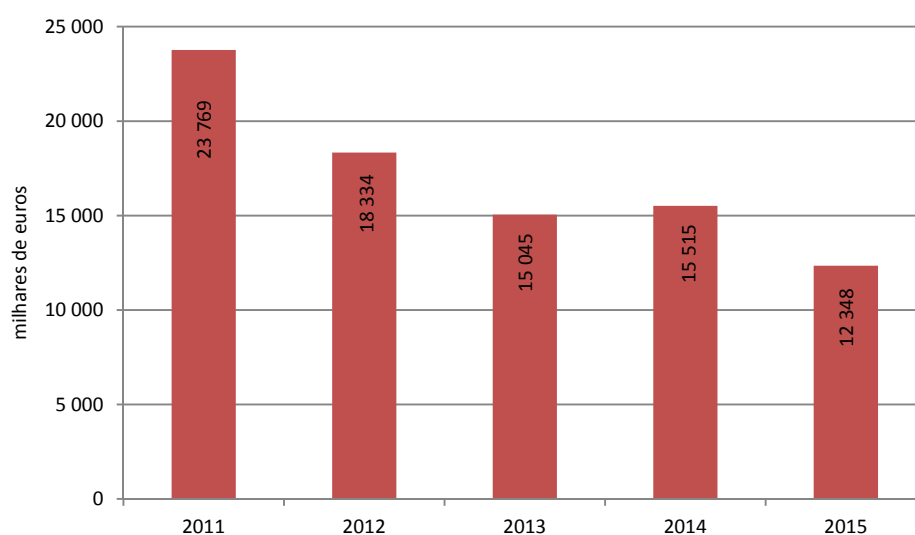
## Custos com regularização de sinistros e reembolsos

As despesas com a gestão e regularização de processos de sinistros e de reembolsos judiciais e extrajudiciais atingiram 1 266 226 euros no exercício, montante que representa, relativamente a 2014, um aumento (não expressivo) de 4%.

As designadas despesas de liquidação (gestão de sinistros) somaram 965 599 euros (76% do total) e as de cobrança (gestão de reembolsos) 300 627 (24% do total).

As despesas gerais, como emolumentos, taxas, comunicação e outros serviços, totalizaram 25 525 euros (2% do universo).

Figura 40 – Indemnizações pagas



## Custos médios

Os custos médios dos processos, efetivo e global, que correspondem, respetivamente, à média das indemnizações por cada processo findo no exercício nos quais se registaram pagamentos e à média das indemnizações por cada processo findo no exercício, quer tenha ou não ocorrido pagamentos, atingiram os seguintes valores:

Quadro 23 – Custos médios dos processos

	Efetivo		Global	
	Valor	ΔHom.	Valor	ΔHom.
Extrajudicial	3 615	21,00%	1 725	8,90%
Judicial	43 675	-13,40%	19 411	-16,60%
Por processo	6 309	-6,60%	2 976	-15,80%

Os custos médios das indemnizações, efetivo e global, que correspondem, respetivamente, à média das indemnizações por cada processo findo no exercício, nos quais se registaram pagamentos e à média das indemnizações por cada processo findo no exercício, quer tenha ou não ocorrido pagamentos, registaram os seguintes valores:

**Quadro 24 – Custos médios das indemnizações**

	EFETIVO						GLOBAL					
	LESÃO MATERIAL		LESÃO CORPORAL		MORTE		LESÃO MATERIAL		LESÃO CORPORAL		MORTE	
	Valor	Δ Hom.	Valor	Δ Hom.	Valor	Δ Hom.	Valor	Δ Hom.	Valor	Δ Hom.	Valor	Δ Hom.
EXTRAJUDICIAL	1 570	1,3%	8 300	38,2%	46 164	-26,7%	743	-6,4%	3 413	27,0%	16 927	-19,4%
JUDICIAL	5 699	24,1%	31 837	-1,8%	127 430	0,1%	1 472	21,4%	14 177	-16,8%	45 511	-31,2%
POR PROCESSO	1 708	2,8%	13 613	-2,3%	93 048	-16,4%	786	-4,5%	5 696	-12,7%	33 601	-33,7%

Ao nível do dano morte registou-se uma acentuada diminuição do custo médio por processo, tanto efetivo como global, com variações negativas de 16,4 % no primeiro caso e de 33,7% no segundo.

### Atividade contenciosa

Em 2015 foram instauradas nos Tribunais Portugueses, contra o FGA pelas pessoas lesadas, 263 ações judiciais, sendo 110 demandas diretas (sem prévio contacto com o FGA) e 153 demandas subsequentes (por falta de acordo indemnizatório ou por não aceitação da decisão quanto à responsabilidade pela produção do acidente).

No exercício findaram 367 ações de sinistros, com 226 absolvições (62%), 41 transações (11%) e 100 condenações (27%).

Os pedidos das ações findas no exercício totalizavam 15 064 351 euros, tendo o FGA despendido com indemnizações e juros 5 167 691 euros, isto é, 34% do valor dos pedidos, resultado que se pode considerar francamente satisfatório.

Por sua vez o FGA instaurou 561 ações de reembolsos contra os responsáveis civis (proprietários e condutores), incumpridores da obrigação de segurar a responsabilidade civil decorrente da circulação dos seus veículos. Destas 351 foram instauradas diretamente pelos Técnicos Juristas da Divisão de Contencioso do FGA.

Durante o exercício findaram 443 ações de reembolsos, com apenas 26 absolvições dos demandados, número que representa uma interessante taxa de sucesso, na ordem dos 94%.

## Processos europeus

Ao nível dos designados processos europeus e em especial no âmbito do Organismo de Indemnização, foram registados 266 processos (7% do universo), número que representa, face a 2014, um decréscimo de 3%.

Destes acidentes, 111 ocorreram em Portugal, 93 em França, 41 em Espanha, seis no Reino Unido, dois na Alemanha e seis na Bélgica. Na Itália, Suíça, Roménia, Suécia, Hungria, Holanda e Gibraltar registou-se um acidente em cada um destes Países.

Do universo de acidentes tratados no domínio da Quarta-Diretiva, 120 foram participados por cidadãos e / ou entidades residentes e / ou estabelecidos em Portugal, 122 por Organismos de Indemnização congéneres e cinco por Representantes para Sinistros nomeados em Portugal.

Quanto às causas, 145 participações corresponderam a acidentes causados por veículos portugueses sem seguro (55%), 96 por falta de resposta fundamentada dos Representantes para Sinistros (36%), dois por falta de Representante para Sinistros (0,8%) e apenas três causados por responsável desconhecido.

As indemnizações suportadas com a regularização destes sinistros somaram 49 858 euros.

No que respeita aos processos regularizados no circuito do sistema europeu de carta verde e causados por veículos com estacionamento habitual em Portugal, sem seguro automóvel válido, foram reembolsados 314 288 euros ao Gabinete Português de Carta Verde, menos 16% do que em 2014.

### Quadro 25 – Evolução da atividade do FGA no âmbito da Quarta Diretiva Automóvel

Exercícios	Processos	Var. Hom. %	Indemnizações	Var. Hom. %
2010	329	-6,30%	170 523	-46,40%
2011	295	-10,30%	100 854	-40,90%
2012	315	6,80%	75 354	-25,30%
2013	325	3,20%	184 538	144,90%
2014	282	-13,20%	572 480	210,20%
2015	266	-3%	49 858	-91%

## Centro de Informação

Foram recebidos 1 512 pedidos de informação, mais 13% do que em 2014.

A maioria dos pedidos teve origem em Portugal com 1 102 ocorrências (73% do universo), o que representa um crescimento de 35% face a 2014.

Seguiu-se a Alemanha, com 104 pedidos (6,9% do universo), número que corresponde a uma variação homóloga de mais 49%.



Em terceiro lugar surge a vizinha Espanha com 100 ocorrências (6,6% do universo), seja, com um decréscimo de 38% face a 2014.

De França chegaram apenas 55 pedidos, número que representa apenas 4% do universo e corresponde a um acentuado decréscimo de 66% face a 2014.

Foram concluídos 1 509 processos, número que representa um rácio de encerramento de quase 100%.

## Reembolsos

Os procedimentos de reembolso mantiveram, na integralidade, o habitual rigor e persistência.

Por outro lado foi reforçado o quadro de recursos humanos afetos ao Setor de Reembolsos.

Como resultado, foram cobrados aos responsáveis 2 632 264 euros, montante que representa, face a 2014, um interessante aumento de 12%, considerando as dificuldades generalizadamente sentidas em Portugal no cumprimento das obrigações pecuniárias.

Extrajudicialmente foram cobrados 1 845 648 euros, assim distribuídos:

- 1 478 401 euros pelo Setor de Reembolsos do FGA (80% do total extrajudicial) – crescimento homólogo de 19%
- 318 173 euros por via do Serviço de Gestão e Recuperação de Créditos (17% do total extrajudicial) – decréscimo homólogo de 31%
- 49 074 euros provenientes da atividade pré-contenciosa (3% do total extrajudicial) – crescimento homólogo de 125%

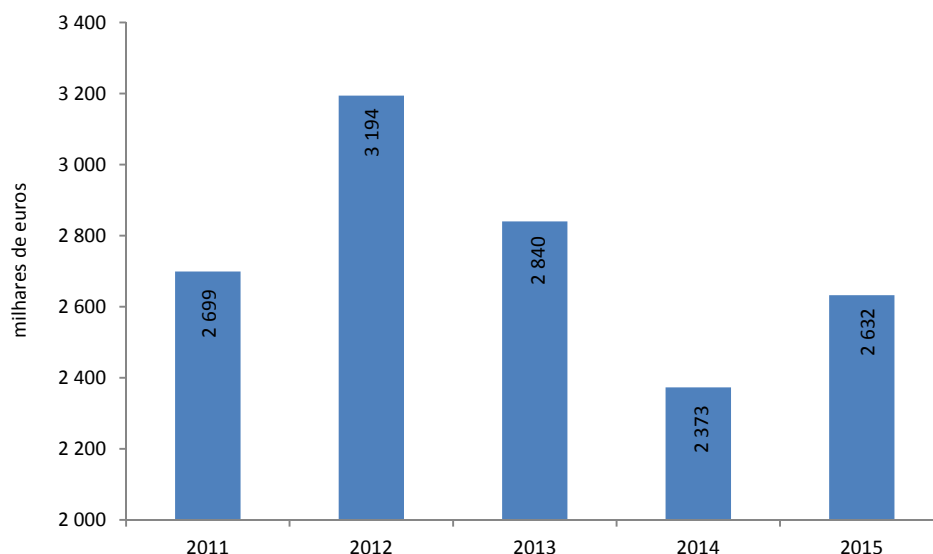
Judicialmente foram cobrados 786 616 euros, assim distribuídos:

- 545 612 pelos Mandatários do FGA (69% do total judicial) – crescimento homólogo de 50%
- 241 004 pelos Técnicos Juristas da Divisão de Contencioso do FGA (31% do total judicial) – decréscimo homólogo de 9%

O rácio de cobrabilidade global (considerados todos os processos) de 21% cresceu 7% relativamente a 2014

O rácio de cobrabilidade efetivo (considerados apenas os processos com responsável conhecido) foi de 28%, mais 11% do que no período homólogo.

**Figura 41 – Reembolsos cobrados**



### Conta provisões

O saldo global da conta “provisões” transitado em 31 de dezembro de 2015 foi de 124 498 320 euros, valor que corresponde a uma variação negativa de 15 166 772 euros, menos 11% comparativamente ao saldo transitado em 31 de dezembro de 2014, resultado que deve ser considerado satisfatório.

Este saldo é composto:

- Provisões para sinistros (riscos em curso), 34 900 863 euros (28%)
- Provisões para Despesas (IBNR e Riscos em Curso), 32 242 094 euros (26%)
- Provisões IBNR (incurred but not reported), 13 394 303 euros (11%)
- Provisões IBNER (incurred but not enough reported), 43 961 060 euros (35%)

### Sistema de Gestão da Qualidade

No seguimento da auditoria de acompanhamento realizada pela Entidade Certificadora em outubro de 2015, foi mantida a certificação do Sistema de Gestão da Qualidade do FGA (SGQ).

Não foi identificada qualquer “não-conformidade” ou “área sensível” e foi elogiado o envolvimento generalizado e o grau de conhecimento do sistema demonstrado pelos colaboradores.

Foram salientados pela Equipa Auditora, pontos fortes da organização, designadamente a ausência de reclamações registadas no livro amarelo, a melhoria do desempenho do sistema a nível de todos os seus processos e os mecanismos de avaliação dos seus serviços, consubstanciados no programa de auditorias internas, auditorias aos prestadores internos e externos de serviços e auditorias de acordo com legislação e regulamentação aplicáveis.

O grau de satisfação dos utentes, numa escala de um a cinco, atingiu o valor médio de 4.

No que respeita ao desempenho dos processos do SGQ foi conseguida uma taxa global de 111%, destacando-se:

- Processo de gestão "Planeamento Estratégico" com 135%
- Processo de gestão "Gestão da Qualidade" com 121%
- Processo de gestão "Recursos Humanos" com 110%
- Processo operacional "Sinistros" com 95%
- Processo operacional "Reembolsos" com 132%
- Processo operacional "Contencioso de Sinistros" com 127%
- Processo operacional "Contencioso de Reembolsos" com 103%
- Processo operacional "Centro de Informação" com 100%
- Processo de suporte "Secretaria" com 100%
- Processo de suporte "Gestão de Dados Financeiros" com 98%
- Processo de suporte "Gestão dos Sistemas de Informação" com 102%
- Processo de suporte "Atendimento" com 100%

### Recursos financeiros

No final do exercício de 2015, o total do ativo líquido do FGA atingiu o montante de 417 159 milhares de euros, refletindo um aumento de 3,3% relativamente a 2014 (403 568 milhares de euros), em consequência do crescimento dos ativos financeiros nomeadamente as aplicações em Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo (CEDIC).

A rubrica "Acréscimos de proveitos" reflete o montante a receber relativo às contribuições das empresas de seguros para o FGA, recebidas por estas em conjunto com os prémios referentes ao quarto trimestre de 2015, em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 58.º do Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de agosto.

O financiamento deste Fundo, de acordo com o citado Diploma, assenta essencialmente em três pilares: nas taxas incidentes sobre os prémios comerciais obrigatórios do seguro de responsabilidade civil automóvel; nos reembolsos provenientes dos responsáveis por acidentes sem seguro quando este era obrigatório; e nos rendimentos de aplicações financeiras.

Quanto ao passivo, o mesmo ascendeu ao montante de 124 878 milhares de euros (140 021 milhares de euros em 2014), sendo que 99,7% refere-se às provisões para riscos e encargos.

Estas provisões correspondem à estimativa dos custos com sinistros ocorridos e ainda não pagos à data do balanço, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e à estimativa de encargos futuros de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados e não declarados.

Decorrente da análise de *run-off*, efetuada a 31 de dezembro de 2015, concluiu-se por uma diminuição das provisões para riscos e encargos por comparação com o ano anterior.

#### Quadro 26 – Distribuição do total da provisão (2015)

Provisão para processos	34 900 863 €
Provisão para IBNER	43 961 060 €
Provisão para IBNR	13 394 303 €
Provisão para despesas de gestão	32 242 094 €
<b>Total da provisão</b>	<b>124 498 320 €</b>

O quadro seguinte mostra o rácio de cobertura dos ativos financeiros sobre as responsabilidades (provisões para riscos e encargos), que tem tido uma evolução bastante consistente e positiva.

#### Quadro 27 – Rácio de cobertura das responsabilidades

	Unidade: milhares de euros					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Ativos financeiros (Títulos e disponibilidades)	373 787	376 071	387 462	388 177	394 990	409 071
Provisões ou responsabilidades	166 299	161 651	150 899	150 692	139 665	124 498
Rácio de cobertura	2,25	2,33	2,57	2,58	2,83	3,29

Conforme evidencia o quadro seguinte, o resultado líquido do FGA, em 2015, aumentou 22,4% em relação ao ano anterior.

#### Quadro 28 – Evolução dos Resultados Líquidos

	Unidade: milhares de euros			
	Exercício		Diferença	
	2014	2015	Valor	%
Proveitos e Ganhos	116 679	108 126	- 8 553	-7,3
Custos e Perdas	93 197	79 392	- 13 805	-14,8
Resultados Líquidos	23 482	28 734	5 252	22,4

Este aumento deve-se, essencialmente, ao efeito da variação das provisões técnicas. Efetivamente, em 2015, aquelas provisões influenciaram o resultado em cerca de 15 167 milhares de euros, face aos 11 026 milhares de euros em 2014. Esta diminuição justifica-se pela diminuição de acidentes participados bem como pela diminuição do custo médio por processo.

As contribuições das empresas de seguros a favor do FGA estão previstas no artigo 58.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de agosto, e resultam da aplicação de uma percentagem sobre o montante total dos prémios comerciais da cobertura obrigatória do seguro de responsabilidade civil automóvel, líquido de estornos e anulações e que, nos termos do n.º 6 do mesmo artigo, são entregues ao FGA, no mês seguinte a cada trimestre civil de cobrança.

## Execução orçamental

As receitas correntes cobradas, no valor de 30 967 milhares de euros, apresentaram um grau de execução de 105%, relativamente aos valores inicialmente orçamentados. Destas 69% provem de taxas cobradas aos tomadores de seguros obrigatórios de responsabilidade civil automóvel e que, em 2015, registaram o valor de 21 391 milhares de euros, atingindo um grau de execução de 104% das previsões iniciais.

Relativamente às despesas correntes realizadas, apresentaram um grau de execução de 62%, justificado essencialmente pela diminuição das indemnizações pagas por sinistros quando o FGA se substitui aos responsáveis por acidentes de viação que não haviam celebrado contratos de seguro obrigatório, bem como alguns ganhos de eficiência.

## Análise sumária dos ativos financeiros

A composição dos ativos financeiros consta no quadro seguinte, onde se comparam os valores de aquisição, de balanço (líquidos) e de mercado. Registe-se que o valor de balanço diverge em 21 885 milhares de euros do valor de mercado, dado que o primeiro considera os custos de aquisição deduzidos das menos-valias potenciais (provisões) e o segundo inclui naturalmente as mais-valias potenciais.

### Quadro 29 – Composição dos ativos financeiros do FGA

	Unidade: milhares de euros					
	Valores de Aquisição	%	Valores Líquidos	%	Valores de Cotação (em 31-12-15)	%
1. Partes de capital	1 779	0	251	0	251	0
2. Fundos de investimento	25 152	6	23 245	6	34 076	8
3. Obrigações e títulos de participação	43 290	11	41 994	11	48 708	11
4. Títulos da dívida pública portuguesa	34 000	8	34 000	8	38 341	9
<b>5. <math>\Sigma(1, \dots, 4)</math></b>	<b>104 221</b>	<b>25</b>	<b>99 490</b>	<b>24</b>	<b>121 376</b>	<b>28</b>
6. Outras aplicações de tesouraria (CEDIC)	258 000	63	258 000	63	258 000	60
7. Depósitos	33 625	8	33 625	8	33 625	8
<b>8. <math>\Sigma(5, \dots, 7)</math></b>	<b>395 846</b>	<b>96</b>	<b>391 115</b>	<b>96</b>	<b>413 001</b>	<b>96</b>
9. Imóveis	17.956	4	17.956	4	17.956	4
<b>10. <math>\Sigma(8,9)</math></b>	<b>413 802</b>	<b>100</b>	<b>409 071</b>	<b>100</b>	<b>430 957</b>	<b>100</b>

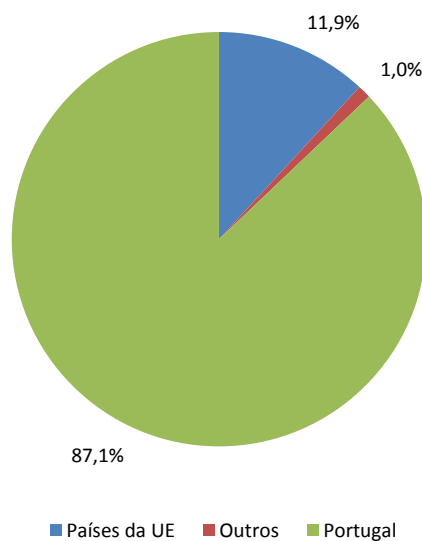
Os investimentos financeiros, em 2015, foram prudentes e conservadores, designadamente, a aquisição de um edifício no valor de 17 956 milhares de euros, com contrato de arrendamento à ASF, por 8 anos, títulos de dívida (obrigações) de rendimento fixo em 6 466 milhares de euros e depósitos em Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo (CEDIC) no montante de 165 000 milhares de euros, mantendo-se, assim, baixo o nível de risco presente nos investimentos dos anos anteriores.

O elevado montante em curto prazo deveu-se ao reembolso na maturidade, no final de 2015, de 175 000 milhares de euros em Certificados de Dívida de Médio Prazo (CEDIM's) - valores escriturais representativos de empréstimos internos da República Portuguesa, com prazos superiores a 18 meses -, emitidos pelo Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público (IGCP) e à volatilidade dos mercados financeiros à data, que influenciou a opção por aplicar este montante em CEDIC's, também emitidos pelo IGCP. O valor global no final do ano atingiu o montante de 258 000 milhares de euros.

De realçar, que ao FGA é aplicável o regime da tesouraria do Estado e, em particular, o princípio e as regras da unidade de tesouraria, artigo 42º do Decreto-Lei nº1/2015, que aprova os Estatutos da ASF.

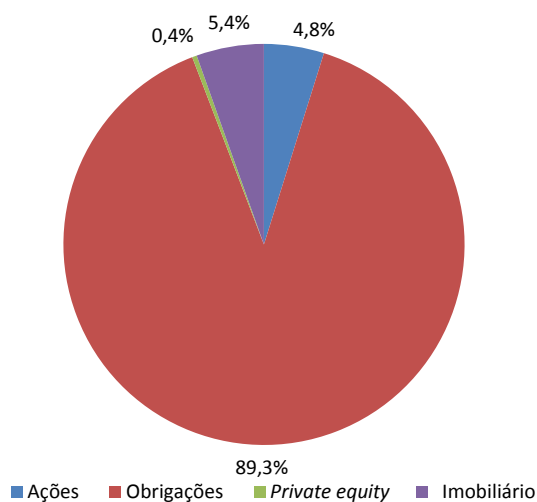
A figura seguinte apresenta a distribuição dos títulos de dívida por país emitente.

**Figura 42 - Títulos de dívida por país emitente**



O *rating* médio dos títulos de dívida que compõem a carteira do FAT, manteve-se idêntica ao do ano anterior ou seja cerca de 98% do total apresentam uma classificação igual ou superior a BB+, consequência da notação de *rating* atribuída à dívida pública portuguesa.

**Figura 43 - Composição da carteira por classe de ativos**



Conforme se verifica, na figura anterior, a carteira de ativos financeiros do FGA, privilegia os títulos de dívida (89,3%), destes 84% são títulos de dívida da República Portuguesa.

Em 2015 a rentabilidade total da carteira do FGA, foi de 0,8%, consistente com o perfil de risco conservador subjacente aos investimentos. Este resultado não é alheio ao facto de 65% da totalidade da carteira estar representada por Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo (CEDIC) emitidos pelo IGCP cuja taxa média de rentabilidade em 2015 foi de 0,24%. Apesar de a remuneração ser inferior à da banca comercial, mantiveram-se disponibilidades elevadas no IGCP devido à situação do país e dos mercados de capitais durante o ano 2015 e da obrigatoriedade da aplicação do regime da unidade da tesouraria do Estado Decreto-Lei nº191/99, de 5 junho, com a última alteração de aprovada pela Lei 107-B/2003, de 31 de dezembro.

## FUNDO DE ACIDENTES DE TRABALHO

### Caraterização do Organismo

O Fundo de Acidentes de Trabalho, designado abreviadamente por FAT, é um fundo público dotado de personalidade judiciária e de autonomia administrativa e financeira, competindo à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) a sua gestão técnica e financeira.

O FAT foi criado na sequência do disposto no Art.º 39.º da Lei n.º 100/97, de 13 de setembro, e encontra-se regulado pelo Decreto-Lei nº 142/99, de 30 de abril, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 185/2007, de 10 de maio. Encontra ainda previsão no art.º 283º, n.º 6 do Código do Trabalho e no artigo 82.º da Lei n.º 98/2009, de 4 de setembro.

## Missão

O FAT tem por missão principal:

- garantir o pagamento das prestações que forem devidas por acidentes de trabalho sempre que, por motivo de incapacidade económica objetivamente caracterizada em processo judicial de insolvência ou processo equivalente, ou processo de recuperação de empresa, ou por motivo de ausência, desaparecimento ou impossibilidade de identificação, não possam ser pagas pela entidade responsável;
- pagar os prémios do seguro de acidentes de trabalho das empresas que, no âmbito de um processo de recuperação, se encontrem impossibilitadas de o fazer, mediante requerimento apresentado pelo gestor da empresa;
- reembolsar as empresas de seguros dos montantes relativos às atualizações das pensões devidas por incapacidade permanente igual ou superior a 30% ou por morte, bem como às atualizações da prestação suplementar por assistência de terceira pessoa, derivadas de acidentes de trabalho ou de acidentes em serviço.

## Atividade desenvolvida

Em 2015, a atividade do Fundo de Acidentes de Trabalho (FAT) focou-se, sobretudo, na tramitação técnico-jurídica e na gestão dos processos de indemnizações resultantes de acidentes de trabalho da responsabilidade de entidades empregadoras economicamente incapazes, na recuperação dos créditos associados a estes processos e, ainda, no controlo e na análise dos fluxos financeiros das empresas de seguros, relativos à receita com origem nestas empresas e ao reembolso das atualizações das pensões. Foram, também, desenvolvidas outras atividades decorrentes das competências do FAT, nomeadamente as relacionadas com o recebimento das verbas previstas no artigo 63.º da Lei n.º 98/2009, de 4 de setembro (reversões).

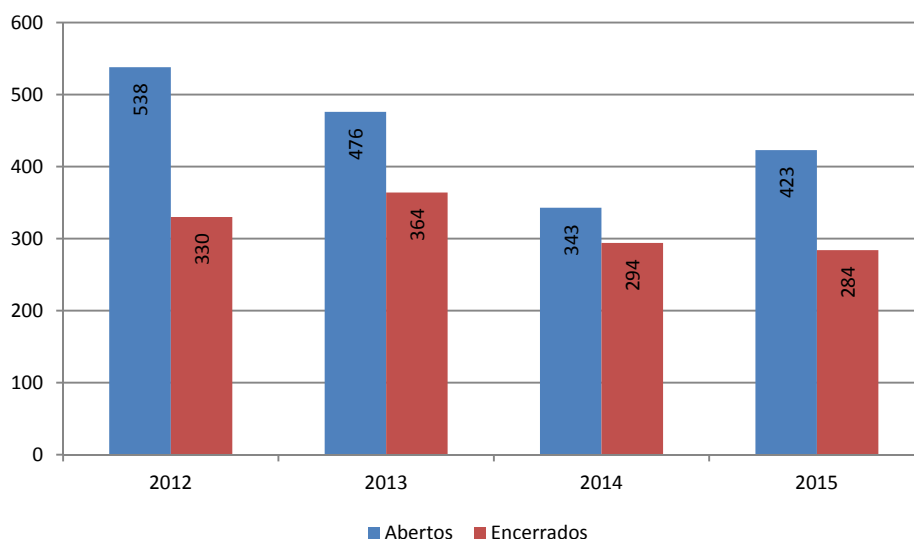
## Processos de indemnizações de acidentes de trabalho e de recuperação de créditos

No final de 2015, o número total de processos em gestão ascendia a 2 392, tendo sido abertos 698 e encerrados 569 no decorrer do ano. O número de processos abertos relativos a indemnizações de acidentes de trabalho somou 423 (acréscimo de 23% relativamente a 2014), tendo sido encerrados 284 processos, pelo que, no final do ano, se encontravam em gestão 1 764 processos, a que correspondiam 1 727 pensionistas com pensões em pagamento.

O gráfico seguinte ilustra a evolução do número de processos de indemnizações abertos e encerrados.



**Figura 44 – Evolução do número de processos de indemnizações**



No que respeita aos processos de reembolso, com vista à recuperação dos créditos constituídos no âmbito dos processos de indemnizações, foram abertos 299 processos e encerrados 244, o que resultou num total de 579 processos em gestão no final do ano. Durante o período em análise, foram abertos 42 processos de reversão, sendo o que o número de processos em gestão no final do ano ascendia a 44.

Em matéria de representação do FAT junto dos Tribunais, foram efetuadas 316 diligências, nomeadamente, relativas a audiências de julgamento, tentativas de conciliação, audiências de parte e entregas presenciais de capital de remição.

### **Processos relativos ao controlo da receita e dos reembolsos de empresas de seguros**

Quanto ao controlo e à análise dos fluxos financeiros das empresas de seguros relativos à receita com origem nestas empresas, designadamente as relativas aos capitais de remição e aos salários seguros e ao reembolso das atualizações das pensões, foram auditadas / notificadas as empresas de seguros que exploram acidentes de trabalho em Portugal, tendo sido abertos 1 040 processos e encerrados 1 015. O número de interações relativas aos processos em gestão foi de 3 047, que originaram correções aos dados constantes dos ficheiros remetidos por estas empresas e aos montantes em causa.

### **Sistema de Gestão da Qualidade**

No âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) do FAT, foi renovada a certificação em conformidade com a norma ISO 9001:2008, não tendo a entidade certificadora registado qualquer não-conformidade. De facto, a avaliação efetuada aos processos de gestão relevou a eficácia do sistema. A gestão pela qualidade, orientada para o aumento da eficiência da atividade e melhoria do grau de satisfação dos sinistrados / pensionistas, assenta na superação dos objetivos definidos

para os indicadores de desempenho dos processos de atividade do FAT. Assim, o grau de eficiência do desempenho dos indicadores do SGQ registou um desempenho global de 95%.

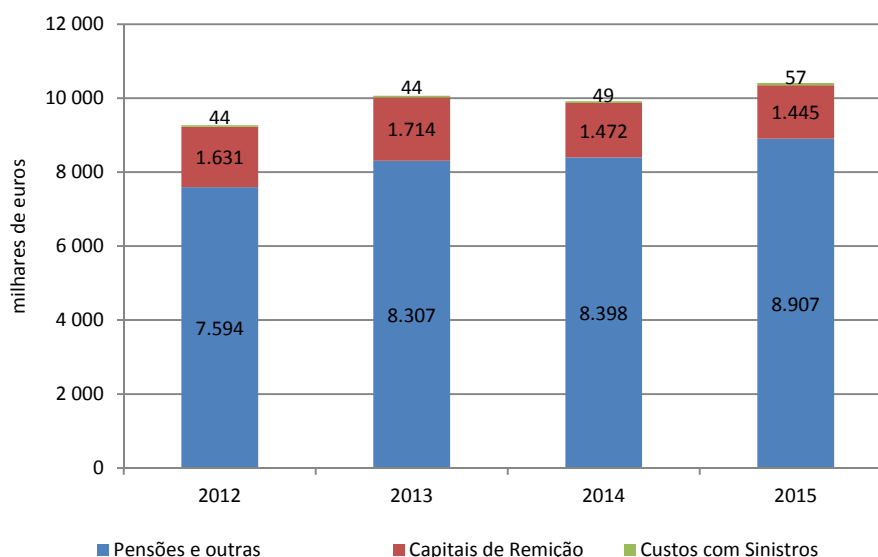
Ressalve-se ainda o indicador de “avaliação da satisfação dos utentes”, que atingiu um grau de satisfação de 97%. Tal avaliação resultou da análise às respostas dadas aos 710 inquéritos enviados aos sinistrados / pensionistas do FAT.

### Indemnizações de acidentes de trabalho e reembolsos a empresas de seguros

Quanto aos montantes pagos pelo FAT, destacam-se os valores desembolsados, enquanto entidade que se substitui às entidades empregadoras economicamente incapazes e o reembolso às empresas de seguros dos custos suportados em cumprimento das disposições legais relativas às atualizações de pensões. Relativamente aos primeiros, destaca-se o valor global das pensões e outras prestações de acidentes de trabalho da responsabilidade direta do FAT, que se cifrou em 8 907 milhares de euros, um acréscimo face a 2014 de 6%. Já o montante pago em capitais de remição ascendeu a 1 445 milhares de euros, representando uma manutenção de valores relativamente a 2014. Os custos com a gestão e regularização de sinistros ascenderam a 57 mil euros.

O gráfico seguinte ilustra a evolução dos montantes pagos pelo FAT em indemnizações por acidentes de trabalho.

Figura 45 – Evolução das indemnizações de acidentes de trabalho



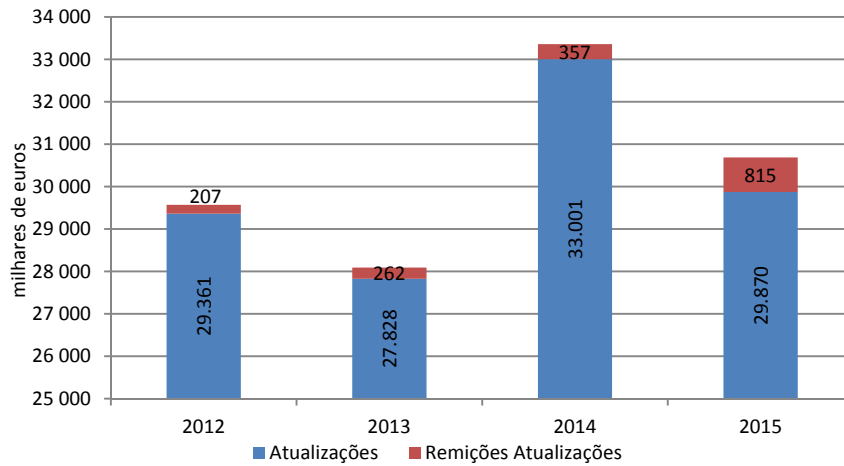
Por outro lado, no que se refere ao reembolso às empresas de seguros, foram desembolsadas as seguintes verbas:

- 29 870 milhares de euros relativos a atualizações de pensões, duodécimos adicionais e atualizações de prestações suplementares de assistência por terceira pessoa (decrécimo de 10,5% relativamente a 2014);

- 815 milhares de euros relativos a remições de atualizações de pensões (acrécimo de 128% relativamente a 2014).

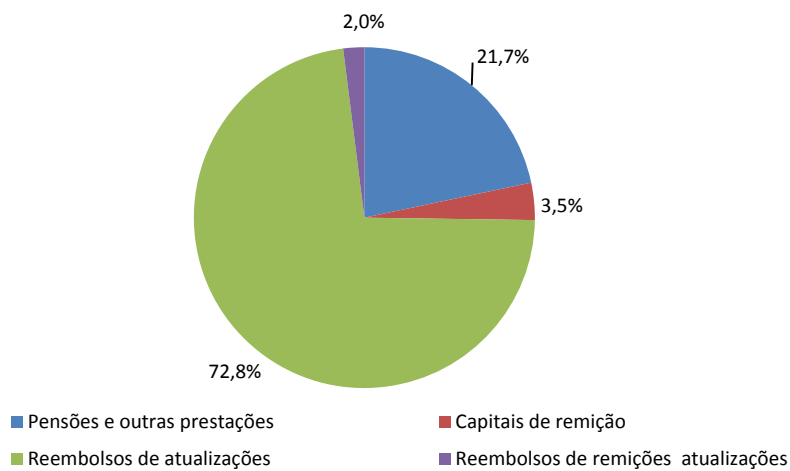
Assim, o valor global transferido pelo FAT para as empresas de seguros foi de 30 685 milhares de euros. O gráfico seguinte ilustra a distribuição dos montantes pagos pelo FAT.

**Figura 46 – Evolução dos reembolsos a empresas de seguros**



O gráfico seguinte ilustra a distribuição dos montantes pagos pelo FAT, em 2015.

**Figura 47 – Distribuição dos montantes pagos pelo FAT**

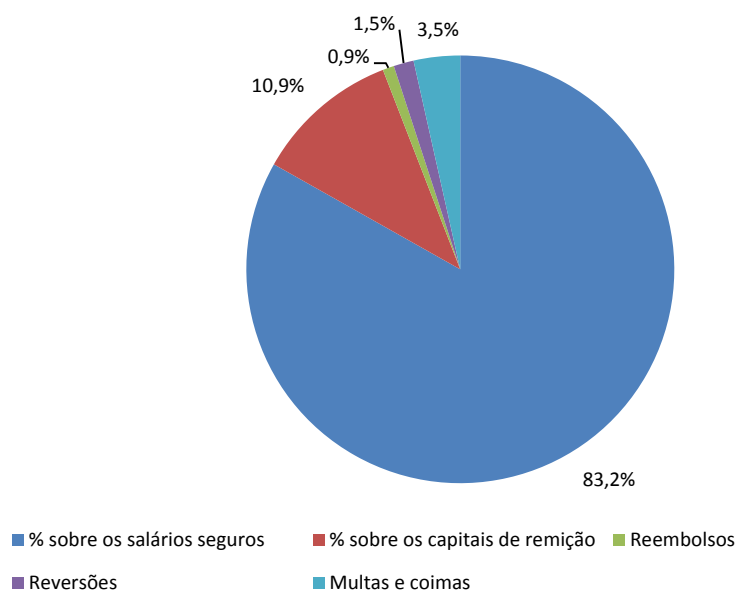


## Receitas

Quanto aos montantes recebidos pelo FAT, saliente-se o valor de 1 221 milhares de euros a título de reversões, enquanto os reembolsos de indemnizações, ao longo do exercício, ascenderam a 688 milhares de euros.

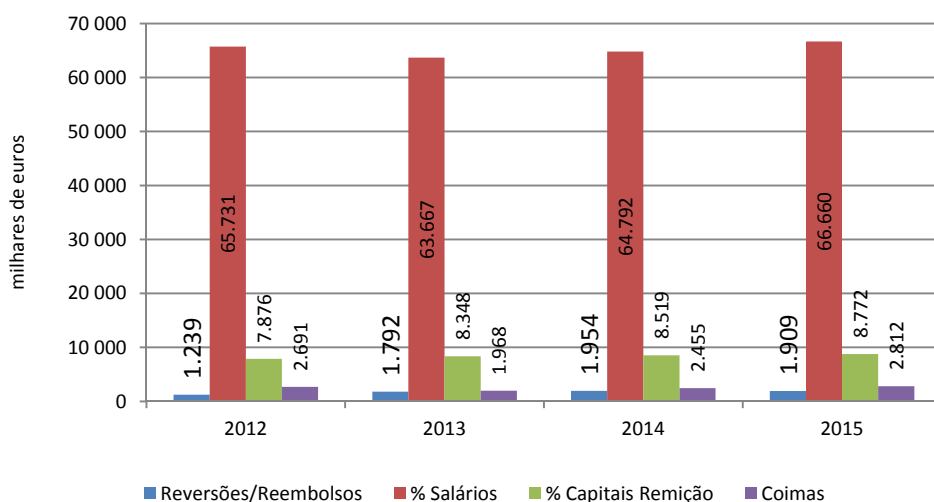
Relativamente às receitas previstas nas alíneas a) e b), do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 142/99, de 30 de abril, resultantes da aplicação das percentagens de 0,15% sobre os salários seguros e de 0,85% sobre o capital de remição das pensões em pagamento e sobre as provisões matemáticas das prestações suplementares de assistência por terceira pessoa, à data de 31 de dezembro de 2014, os montantes recebidos foram de 66 660 milhares de euros e de 8 772 milhares de euros, respetivamente, o que significou, em comparação com o ano precedente, um acréscimo de 2,8% em ambas as rubricas. O montante total recebido com origem nas empresas de seguros foi, assim, de 75 432 milhares de euros. A título de “Multas e coimas”, a receita arrecadada foi de 2 812 milhares de euros.

**Figura 48 – Decomposição das receitas do FAT**



O gráfico seguinte ilustra a evolução das receitas do FAT.

**Figura 49 – Evolução das receitas do FAT**



### Recursos financeiros

No final do exercício de 2015, o total do ativo líquido do FAT atingiu o montante de 426 326 milhares de euros, refletindo um aumento de 11,2%, relativamente ao valor de 2014 (383 432 milhares de euros), em consequência do crescimento dos ativos financeiros. O crescimento desta rubrica justifica-se pelo diferencial entre os valores recebidos a título de taxas incidentes sobre os salários cobertos pelas apólices de seguro, sobre os capitais de remição de pensões em pagamento e sobre as provisões matemáticas de prestações suplementares de assistência de terceira pessoa e, essencialmente, os pagamentos inerentes às suas atividades específicas (gestão e regularização de processos de sinistros de acidentes de trabalho e reembolsos das atualizações das pensões). Este diferencial reforça o fundo destinado a sustentar as responsabilidades de longo prazo com pensões e atualizações de pensões de acidentes de trabalho.

A rubrica utentes (responsáveis de sinistros) reflete os montantes a recuperar decorrentes da transferência de responsabilidades para o FAT, pelo pagamento das prestações emergentes dos acidentes de trabalho da responsabilidade das entidades empregadoras economicamente incapazes. O seu contravalor encontra-se registado no passivo em sinistros a reembolsar.

Por outro lado, a rubrica acréscimos de proveitos reflete os montantes de contribuições das empresas de seguros para o FAT, recebidas por estas nos meses de novembro e dezembro de 2015, resultantes da aplicação da percentagem sobre os salários seguros. Tal situação resulta do sistema de recebimentos através do DUC, em que as receitas provenientes das empresas de seguros são recebidas pela ASF, que as transfere para o FAT logo que identificadas. Deste modo, este mecanismo implica um desfasamento temporal de dois meses entre a cobrança pelas empresas de seguros e o efetivo recebimento dos montantes pelo FAT.

O passivo atingiu um volume de 996 304 milhares de euros, sendo que 99,1% deste montante corresponde às provisões para pensões, ao IBNR e às provisões para prestações em espécie, reconhecidas de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites. Esta rubrica diminuiu 1,27% em relação ao ano anterior, apresentando um valor global de 987 641 milhares de euros.

As provisões matemáticas para pensões correspondem ao valor atual das responsabilidades com pensões, assumidas diretamente pelo FAT, e das atualizações das pensões devidas por incapacidade permanente igual ou superior a 30% ou por incapacidade inferior permanente a 30% mas com pensão anual superior a seis vezes a RMMG ou por morte, das atualizações das prestações suplementares de assistência por terceira pessoa e dos duodécimos adicionais, assumidos pelas empresas de seguros e da responsabilidade do FAT.

O IBNR corresponde a uma estimativa relativa a acidentes de trabalho da responsabilidade das entidades empregadoras economicamente incapazes, ocorridos antes de 31 de dezembro de 2015 e ainda não reportados ao FAT.

A provisão para prestações em espécie corresponde a uma estimativa do valor a suportar pelo FAT decorrente de despesas de saúde, próteses, ortóteses e outras devidas a sinistrados.

A referida diminuição de 1,27% resulta essencialmente do efeito conjugado da não atualização, em 2015, das pensões de acidentes de trabalho (Decreto-lei nº 107/2015, de 16 de junho), de um aumento das remissões parciais e da diminuição do número de novas pensões. Relativamente a este último ponto, de referir que de 2013 para 2014 houve um aumento de entradas de novas pensões que rondou os 100%, enquanto que, de 2014 para 2015, se assistiu a uma redução de cerca de 50% de entradas.

Conforme se pode verificar no quadro seguinte, o rácio de cobertura das responsabilidades pelos ativos financeiros, em 2015, foi consistente com a tendência que se vinha verificando consequência do efeito das provisões anteriormente referidas.

#### Quadro 30 – Rácio de cobertura das responsabilidades

	Unidade: milhares de euros				
	2011	2012	2013	2014	2015
Ativos financeiros (Títulos e disponibilidades)	246 935	292 870	332 804	371 161	413 815
Provisões ou responsabilidades	601 534	675 565	824 492	1 000 313	987 641
Rácio de cobertura	41,1%	43,4%	40,4%	37,1%	41,9%

O resultado líquido em 2015 foi positivo em 55 428 milhares de euros, refletindo sobretudo a supramencionada diminuição das provisões matemáticas, bem como o diferencial, já referido anteriormente, entre os proveitos em impostos e taxas e os custos com sinistrados/pensionistas. Este resultado determinou que os Fundos Próprios tenham aumentado no mesmo montante, atingindo o valor negativo de 569 978 milhares de euros, em 2015 (-625 406 milhares de euros em 2014). Estes saldos negativos são ainda consequência do montante das responsabilidades (506 802 milhares de euros) transferidas para o FAT aquando da sua criação.

No pressuposto de manutenção da legislação em vigor, designadamente no que respeita à receita a cobrar, não se estima que o FAT venha a ter problemas de solvência financeira a longo prazo.

#### Execução orçamental

As receitas correntes cobradas, no valor de 85 314 milhares de euros, tiveram um desvio positivo de 11% face aos valores inicialmente orçamentados. As receitas recebidas, em 2015, com origem nas taxas cobradas aos tomadores de seguros e às empresas de seguros, representam 88% do total das receitas correntes, apresentando o valor de 75 433 milhares de euros e atingindo um

grau de execução de 109% das previsões iniciais. A justificação para este desvio deve-se essencialmente ao efeito do aumento de 4% da remuneração mínima mensal garantida e do crescimento da atividade económica verificado em 2015.

As despesas correntes, cujo grau de execução foi de 82%, correspondem fundamentalmente: às transferências para as empresas de seguros, relativas às atualizações de pensões, e às transferências para as famílias, quando o FAT se substitui às entidades empregadoras que não contrataram seguro de acidentes de trabalho. No que respeita às transferências para empresas de seguros, que em 2015 representam 72,8% da despesa corrente, obtiveram um grau de execução de 83%, relativamente ao orçamento inicial, enquanto no que respeita às transferências para as famílias o grau de execução foi de 89%. Estes desvios justificam-se essencialmente, pelo não conhecimento *à priori* dos novos pensionistas a cargo das empresa de seguros e do FAT.

### Análise sumária dos ativos financeiros

Consta do quadro seguinte a composição dos ativos financeiros, em 31 de dezembro de 2015, onde se comparam os valores de aquisição, de balanço (líquidos) e de mercado. Registe-se que o valor de balanço diverge em 5 743 milhares de euros do valor de mercado, visto que o primeiro considera os custos de aquisição deduzidos das menos-valias potenciais (provisões), enquanto no segundo se utiliza o preço de mercado à data do balanço.

#### Quadro 31 – Composição dos ativos financeiros do FAT

Unidade: milhares de euros

	VALORES DE AQUISIÇÃO	%	VALORES LÍQUIDOS	%	VALORES DE COTAÇÃO (em 31-12-15)	%
1. Fundos de investimento	3 770	1	3 676	1	5 297	1
2. Obrigações e títulos de participação	16 335	4	15 498	4	17 444	4
3. Títulos da dívida pública portuguesa	59 496	14	59 495	14	61 137	15
4. $\Sigma(1, \dots, 3)$	79 601	19	78 669	19	83 878	20
5. Outras aplicações de tesouraria (CEDIC)	312 500	76	312 500	76	312 500	75
6. Depósitos	22 647	5	22 647	5	22 647	5
7. $\Sigma(4, \dots, 6)$	414 748	100	413 816	100	419 025	100

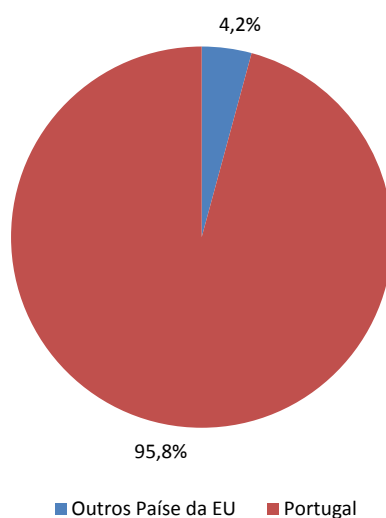
Os investimentos financeiros, em 2015, foram prudentes e conservadores, designadamente, títulos de dívida (obrigações) de rendimento fixo em 6 168 milhares de euros e depósitos em Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo (CEDIC) no montante de 212 500 milhares de euros, mantendo-se, assim, baixo o nível de risco presente nos investimentos dos anos anteriores.

O elevado montante em curto prazo deveu-se ao reembolso, na maturidade, no final de 2015, de 190 000 milhares de euros em Certificados de Dívida de Médio Prazo (CEDIM's) - valores escriturais representativos de empréstimos internos da República Portuguesa, com prazos superiores a 18 meses -, emitidos pelo Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público (IGCP) e à volatilidade dos mercados financeiros à data, que influenciou a opção por aplicar este montante em CEDIC's, também emitidos pelo IGCP. O valor global no final do ano atingiu o montante de 312 500 milhares de euros.

De realçar, que ao FAT é aplicável o regime da tesouraria do Estado e, em particular, o princípio e as regras da unidade de tesouraria, artigo 42º do Decreto-Lei nº1/2015, que aprova os Estatutos da ASF.

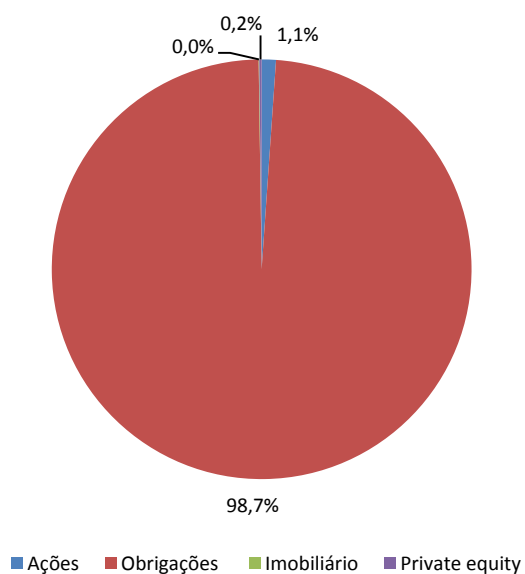
Tomando em consideração este investimento a figura seguinte evidencia a distribuição dos títulos de dívida pelos Países emitentes.

**Figura 50 – Títulos de dívida por país emitente**



Conforme se verifica na figura seguinte a estrutura da carteira do FAT, retirando os CEDIM, continua a privilegiar os títulos de dívida.

**Figura 51 – Composição da carteira por classe de ativos**





Conforme se verifica, na figura anterior, a carteira de ativos financeiros do FAT, privilegia os títulos de dívida (98,7 %), destes 94% são títulos de dívida da República Portuguesa.

Em 2015 a rentabilidade total da carteira do FAT, foi de 1%, consistente com o perfil de risco conservador subjacente aos investimentos. Este resultado não é alheio ao facto de 78,8% da totalidade da carteira estar representada por Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo (CEDIC) emitidos pelo IGCP cuja taxa média de rentabilidade em 2015 foi de 0,25%. Apesar de a remuneração ser inferior à da banca comercial, mantiveram-se disponibilidades elevadas no IGCP devido à situação do país e dos mercados de capitais durante o ano 2015 e da obrigatoriedade da aplicação do regime da unidade da tesouraria do Estado Decreto-Lei nº191/99, de 5 junho, com a última alteração de aprovada pela Lei 107-B/2003, de 31 de dezembro.

## E. LINHA DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA PARA O TRIÉNIO 2016-2018

Os desafios que se colocam ao setor segurador e de fundos de pensões no futuro próximo, fruto de um contexto nacional e internacional de recuperação económica, exigem da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) uma resposta clara quanto às prioridades da sua atuação, no sentido de assegurar o bom funcionamento do mercado e contribuir para a garantia e proteção dos tomadores de seguros, segurados, subscritores, participantes, beneficiários e lesados.

Para o próximo triénio, os desafios que o setor irá enfrentar irão exigir de todos os colaboradores desta Autoridade de Supervisão uma dedicação total, de forma a criarem-se as condições para que os diferentes intervenientes no mercado possam usufruir dos benefícios inerentes a um setor financeiramente sólido e interveniente nas dimensões económica e social do país.

No domínio da supervisão microprudencial e, em especial, com a entrada em vigor do regime Solvência II, a ASF irá consolidar uma relação próxima e atenta com todos os operadores tendo em vista o cumprimento dos novos requisitos legais e regulamentares, assegurando, designadamente, o reforço dos mecanismos de governação assentes em sistemas de gestão de riscos e de controlo interno robustos, que lhes permitam gerir de forma adequada e eficaz as diferentes tipologias de riscos.

Em matéria de supervisão comportamental, irá prosseguir-se uma intensificação da verificação do cumprimento, por parte dos operadores, da legislação e regulamentação aplicáveis em sede de defesa dos direitos dos consumidores, também reforçados com o novo regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora e resseguradora e com a revisão do regime jurídico aplicável aos fundos de pensões e respetivas entidades gestoras.

A vertente macroprudencial será objeto de acompanhamento, através da implementação de medidas que permitam a identificação e monitorização de potenciais riscos sistémicos e da adequada articulação entre as perspetivas macro e microprudencial.

Durante este triénio serão continuados os trabalhos de revisão do atual regime que regula os fundos de pensões, no sentido de o dotar, cada vez mais, de uma perspetiva orientada para os riscos, à semelhança do que se está a verificar no mercado segurador.

Serão igualmente concluídos os trabalhos de revisão da Diretiva relativa às atividades e à supervisão das instituições de realização de planos de pensões profissionais (Diretiva IORP), no sentido de consagrar, cada vez mais, uma perspetiva orientada para os riscos, à semelhança do que se verifica no sector segurador, bem como a proteção dos participantes e beneficiários, designadamente através do reforço dos requisitos de informação. Os novos requisitos serão objeto de transposição para a ordem jurídica nacional.

No campo da mediação, está em fase de negociação, ao nível da Comissão Europeia, a alteração à diretiva comunitária relativa à mediação de seguros (IMD II), que passará a abranger toda a distribuição de seguros e irá acarretar a necessidade de transposição para o enquadramento jurídico nacional, bem como a adaptação dos atuais instrumentos regulatórios.

No âmbito da distribuição, na sequência da entrada em vigor da Diretiva sobre a distribuição de seguros (IDD), serão assegurados os trabalhos de transposição para o enquadramento jurídico nacional, procedendo-se à adaptação dos atuais instrumentos regulatórios.

A ASF continuará a trabalhar no reforço da formação financeira, em articulação com as restantes autoridades de supervisão financeira nacionais, contribuindo assim para uma sociedade mais informada.

Será reforçada a proteção dos consumidores, procurando desenvolver iniciativas que contribuam para aumentar o nível de conhecimentos sobre a atividade seguradora e de fundos de pensões que lhes permitam tomar decisões esclarecidas.

O cumprimento da importante missão que está confiada à ASF só é possível se todos os seus colaboradores se empenharem na concretização dos objetivos estratégicos que a seguir se apresentam. Por essa razão, a ASF considera determinante assegurar a existência de um quadro de técnicos altamente qualificados que garantam um desempenho de elevada qualidade, bem como assegurar a retenção e motivação desses mesmos recursos.

Os objetivos estratégicos da ASF para o triénio 2016-2018 são os seguintes:

- assegurar a definição e o cumprimento de adequados padrões de governação e níveis de solidez financeira por parte dos operadores;
- assegurar a definição e o cumprimento de elevados padrões de conduta por parte dos operadores e garantir uma adequada prossecução da ação sancionatória e intervenção judicial da ASF;
- garantir a adequada regulamentação e aplicação do regime Solvência II;
- intensificar as análises ao nível macroeconómico, através do reforço dos mecanismos de monitorização e de avaliação dos riscos com potencial para afetar a estabilidade financeira do setor;
- contribuir para a evolução equilibrada dos regimes jurídicos relevantes no âmbito das atribuições da ASF, garantindo a sua efetiva aplicação e cumprimento;
- reforçar o envolvimento da ASF na formação financeira da população, contribuindo para o desenvolvimento de uma cultura de perceção e mitigação dos riscos e promovendo a divulgação de informação relevante sobre o setor;
- consolidar a estratégia de cooperação interinstitucional;
- dispor de recursos humanos suficientes, qualificados e motivados;
- garantir a utilização eficiente e responsável dos recursos disponíveis;
- gerir de forma eficaz e eficiente os fundos autónomos sob responsabilidade da ASF.

## F. PRINCIPAIS OBJETIVOS PARA 2016

Para o ano de 2016, e em linha com os objetivos estratégicos, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) pretende dar prioridade aos seguintes aspetos:

- manter uma supervisão contínua dos operadores, a nível individual e de grupo, agindo preferencialmente de forma preventiva;
- aperfeiçoar o processo de supervisão baseado nos riscos assumidos pelos operadores;
- consolidar as estratégias de supervisão dos modelos de governação dos operadores;
- aprofundar e aperfeiçoar o processo de supervisão da prestação de informação financeira ao mercado, por parte dos operadores;
- reforçar o processo *on-site* de supervisão comportamental;
- reforçar a monitorização *off-site* da atuação dos operadores, no âmbito da supervisão comportamental;
- reforçar a divulgação de entendimentos da ASF sobre a aplicação prática e concreta da legislação, no âmbito da conduta de mercado;
- analisar os pedidos de informação e reclamações, apresentados por particulares e organismos oficiais, relativamente ao exercício das atividades seguradoras, de mediação de seguros e de gestão de fundos de pensões;
- aperfeiçoar o exercício das competências sancionatórias, a cooperação em matéria de ilícitos criminais e o patrocínio judicial da ASF;
- adotar a regulamentação decorrente da transposição para o ordenamento jurídico nacional do regime Solvência II, bem como outras disposições complementares;
- assegurar a preparação da ASF para a implementação do regime Solvência II;
- acompanhar a aplicação pelas empresas de seguros do regime Solvência II;
- acompanhar os desenvolvimentos macroeconómicos e financeiros globais, antecipando e atuando de forma adequada face a riscos emergentes com potencial para afetar a estabilidade financeira do setor e a vulnerabilidades nos níveis de solidez financeira dos operadores nacionais;
- desenvolver iniciativas no âmbito da gestão da continuidade de atividade com o intuito de avaliar a capacidade de resposta, quer ao nível individual, quer ao nível do mercado, perante uma situação de disrupção operacional generalizada;
- estudar e propor soluções que a nível do regime jurídico nacional contribuam para o equilíbrio entre os direitos dos consumidores, a proteção da mutualidade, a inovação e competitividade do mercado, bem como a estabilidade a nível macroeconómico;
- efetuar o acompanhamento dos trabalhos legislativos a nível europeu com impacto no âmbito das atribuições da ASF;
- consolidar a regulamentação nas várias áreas de intervenção da ASF;

- participar ativamente na implementação do Plano Nacional de Formação Financeira, no quadro dos objetivos definidos pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros;
- disponibilizar aos diferentes intervenientes do mercado informação clara, relevante e imparcial sobre o setor segurador e de fundos de pensões;
- potenciar o conhecimento técnico do setor segurador e dos fundos de pensões junto de grupos profissionais específicos;
- otimizar a interação com entidades que intervêm no processo regulatório com impacto nas áreas sob supervisão da ASF;
- participar ativamente nas estruturas de cooperação e coordenação no domínio da regulação e supervisão do sistema financeiro nacional;
- participar ativamente nas estruturas de cooperação e coordenação no domínio da regulação e supervisão ao nível internacional;
- manter a cooperação internacional com os países de língua oficial portuguesa;
- manter a cooperação internacional com a Iberoamérica;
- garantir que a ASF dispõe de quadros em número e com qualidade adequados para cumprir a sua missão e responsabilidades;
- garantir a crescente qualificação dos quadros da ASF através de um adequado e criterioso planeamento e escolha das ações de formação a desenvolver;
- garantir a motivação dos quadros da ASF;
- promover a utilização eficiente dos recursos e orientar o desenvolvimento dos sistemas de informação através de uma gestão adequada e eficiente dos recursos (financeiros e materiais) da ASF;
- nortear a gestão operacional e o desenvolvimento da arquitetura de sistemas pelo cumprimento de boas práticas;
- reforçar a estruturação dos sistemas de gestão de riscos e controlo interno da ASF;
- assegurar a manutenção da certificação do Sistema de Gestão da Qualidade para os fundos autónomos. Implementar uma cultura de gestão sã assente nos riscos incorridos e práticas de reporte em conformidade com os normativos em vigor;
- gerir com rigor os meios financeiros afetos aos fundos autónomos.

## G. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS, REFERÊNCIAS E ANEXOS

### 1. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em 2015, os resultados líquidos da ASF e dos Fundos por ela geridos foram os seguintes:

AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES (ASF)	7 907 896,61 €
FUNDO DE GARANTIA AUTOMÓVEL (FGA)	28 733 352,07 €
FUNDO DE ACIDENTES DE TRABALHO (FAT)	55 427 765,97 €

Nos termos do n.º 4 do art.º 35.º do Estatuto da ASF, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 1/2015, de 06 de janeiro, o resultado apurado no exercício 2015 no valor de 7 907 896,61 euros da ASF são aplicados:

- 1) Reforço para a reserva para equilíbrio financeiro 1 020 000,00 euros;
- 2) Reforço para reserva para riscos de atividade 1 870 000,00 euros;
- 3) O remanescente é transferido para resultados transitados 5 017 896,61 euros.

Os resultados apurados no exercício de 2015 do FGA e do FAT ficam em “Resultados transitados”

Nos termos da alínea d) do art.º 46.º daquele Estatuto, o Relatório de Atividades e as Contas do Exercício serão divulgadas no sítio da ASF na *internet*.

## 2. REFERÊNCIAS

O Conselho de Administração manifesta o seu agradecimento às seguintes pessoas e entidades:

- ao Ministério das Finanças, pela forma como estimulou e acompanhou a atividade da ASF e pela disponibilidade que sempre tem manifestado no âmbito desta fundamental relação institucional;
- à Comissão de Fiscalização, pela cooperação mantida que tem assumido a maior importância para o bom desenvolvimento e controlo da atividade;
- ao Conselho Consultivo, pela forma eficiente e cooperante como exerceu as atribuições que lhe estão cometidas;
- ao conjunto das várias entidades do setor segurador e fundos de pensões, pela boa colaboração desenvolvida que assume particular importância para o cumprimento das missões desta instituição;
- a todos os colaboradores da ASF, pelo seu continuado empenhamento na prossecução e constante evolução qualitativa dos objetivos desta entidade.

Lisboa, aos 23 de março de 2016

## O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



José Figueiredo Almagá  
(Presidente)



Filipe Aleman Serrano  
(Vice-Presidente)



Maria de Nazaré Barroso  
(Vogal)







# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ASF - Autoridade de Supervisão de Seguros  
e Fundos de Pensões



## BALANÇO

AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES  
Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2015

(em euros)

Código contas POCP		Notas	ATIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES	ATIVO LÍQUIDO	ATIVO LÍQUIDO	Código contas POCP		Notas		
	ATIVO		2015		2014			FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO		2015	2014
	<b>IMOBILIZADO</b>							<b>FUNDOS PRÓPRIOS</b>			
	<b>IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS</b>							<b>FUNDOS PRÓPRIOS</b>			
433	PROPRIEDADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS	8.2.3/7/8	8 024 681,84	7 751 298,97	273 382,87	157 650,71		RESERVAS:			
443	IMOBILIZADO EM CURSO	8.2.3/7/8	119 839,19	0,00	119 839,19	45 756,00	5743	RESERVA PARA RISCOS DE ATIVIDADE	8.2.32	9 500 000,00	4 300 000,00
			<b>8 144 521,03</b>	<b>7 751 298,97</b>	<b>393 222,06</b>	<b>203 406,71</b>	5744	RESERVA PARA EQUILIBRIO FINANCEIRO	8.2.32	1 680 000,00	1 200 000,00
	<b>IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS</b>						59	RESULTADOS TRANSITADOS	8.2.32	997 506,18	1 832 786,54
424	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	8.2.3/7/8	108 724,27	108 724,27	0,00	0,00	88	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	8.2.32	7 907 896,61	4 844 719,64
426	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	8.2.3/7/8	3 652 294,71	3 137 970,66	514 324,05	451 385,35		<b>TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS</b>		<b>20 085 402,79</b>	<b>12 177 506,18</b>
429	OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	8.2.3/7/8	662 950,84	558 097,57	104 853,27	130 855,11		<b>PASSIVO</b>			
			<b>4 423 969,82</b>	<b>3 804 792,50</b>	<b>619 177,32</b>	<b>582 240,46</b>		<b>PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS</b>			
	INVESTIMENTOS FINANCEIROS	8.2.3/7/8					292	PROVISÕES PARA PRÉMIOS DE PERMANÊNCIA	8.2.31	406 099,00	221 615,00
415	OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS	8.2.39.3 e 8.3.5	2 784 680,00	0,00	2 784 680,00	4 751 000,00		<b>DÍVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO</b>			
			<b>2 784 680,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2 784 680,00</b>	<b>4 751 000,00</b>	221	FORNECEDORES, C/C		64 910,84	43 485,01
	<b>CIRCULANTE</b>						252	CREDORES PELA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO		0,00	0,00
	<b>DÍVIDAS DE TERCEIROS - CURTO PRAZO</b>						219	ADIANTAMENTOS DE CLIENTES CONTRIB. E UTENTES		0,00	0,00
211	CLIENTES, C/C		0,00	0,00	0,00	0,00	261	FORNECEDORES DE IMOBILIZADO, C/C		0,00	0,00
212	CONTRIBUÍNTES, C/C		347 852,51		347 852,51	486 520,63	24	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS		424 326,34	442 858,80
251	DEVEDORES PELA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO		0,00		0,00	0,00	262	OUTROS CREDORES			
229	ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES		3 259,72		3 259,72	1,14	262	REMUNERAÇÕES A LIQUIDAR	8.2.24	1 143,64	292,65
262	ADIANTAMENTOS AO PESSOAL	8.2.24	4 002,01		4 002,01	8 683,62	263	SINDICATOS		724,96	756,69
245	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS		40,30		40,30	40,30	2682	CERTIFICADOS RESPONS. CIVIL AUTOMÓVEL (CRC)		0,00	1 897,50
2681	OUTROS DEVEDORES		65 851,40		65 851,40	199 798,45	2682	AUTORIDADE NACIONAL DE PROTECÇÃO CIVIL (ANPC)		2 808 856,97	2 211 964,93
			<b>421 005,94</b>	<b>0,00</b>	<b>421 005,94</b>	<b>695 044,14</b>	2682	FUNDO DE ACIDENTES TRABALHO (FAT)		3 954 173,52	3 706 029,18
	<b>TÍTULOS NEGOCIÁVEIS</b>						2682	PREVENÇÃO RODOVIÁRIA (PR)		0,00	0,00
153	CERTIFICADOS ESPECIAIS DE DÍVIDA - CEDIC'S	8.2.39.3 e 8.3.5	<b>6 685 000,00</b>		<b>6 685 000,00</b>	<b>4 700 000,00</b>	2681/2 e 9	DIVERSOS		224 985,33	567 812,88
	<b>DEPÓSITOS E CAIXA</b>							<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS</b>			
	CONTA NO IGCP						273	ACRÉSCIMOS DE CUSTOS	8.2.39	3 574 613,49	1 095 366,30
131	DEPÓSITOS À ORDEM ASF		4 947 782,11		4 947 782,11	2 849 058,92		PROVEITOS DIFERIDOS		0,00	0,00
131	DEPÓSITOS À ORDEM PR		0,00		0,00	0,00		<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>11 459 834,09</b>	<b>8 292 078,94</b>
131	DEPÓSITOS À ORDEM CRC		0,00		0,00	1 897,50					
131	DEPÓSITOS À ORDEM ANPC		2 808 856,97		2 808 856,97	2 211 964,93					
131	DEPÓSITOS À ORDEM FAT		3 954 173,52		3 954 173,52	3 706 029,18					
12	OUTRAS CONTAS DEPÓSITOS À ORDEM ASF		15 561,10		15 561,10	79 813,02					
11	CAIXA		1 030,23		1 030,23	1 353,05					
			<b>11 727 403,93</b>		<b>11 727 403,93</b>	<b>8 850 116,60</b>					
	<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS</b>										
271	ACRÉSCIMOS DE PROVEITOS	8.2.39,1	8 150 908,35		8 150 908,35	39 962,11					
272	CUSTOS DIFERIDOS	8.2.39,1	763 839,28		763 839,28	647 815,10					
			<b>8 914 747,63</b>		<b>8 914 747,63</b>	<b>687 777,21</b>					
	TOTAL DE AMORTIZAÇÕES			11 556 091,47							
	TOTAL DE PROVISÕES			0,00							
	<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>43 101 328,35</b>	<b>11 556 091,47</b>	<b>31 545 236,88</b>	<b>20 469 585,12</b>		<b>TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E DO PASSIVO</b>		<b>31 545 236,88</b>	<b>20 469 585,12</b>

O Contabilista Certificado

A Diretora Financeira

O Conselho de Administração

(Filipe Valentim)

(Jacinta Dias)

(José Figueiredo Almaça)  
(Presidente)(Filipe Aleman Serrano)  
(Vice-Presidente)(Maria de Nazaré Barroso)  
(Vogal)

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS**

**AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES**

Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2015

(em euros)

Código contas POCP		Notas	2015		2014	
	<b>Custos e perdas</b>					
62	Fornecimentos e serviços externos			4 899 108,28		3 725 130,50
	<b>Custos com o pessoal:</b>					
641+642	Remunerações	8.2.39.2	6 617 618,57		6 405 988,13	
643+644	Encargos Sociais				281 831,07	
643+644	Pensões	8.2.3	463 545,28			8 877 148,19
645 a 648	Outros	8.2.3/1/9	2 484 262,38	9 565 426,23	2 189 328,99	625 232,25
63	Transferências correntes concedidas e prestações sociais			3 468 520,00		
66	Amortizações do exercício	8.2.7/8	628 116,04		555 152,17	
	Provisões do exercício		0,00	628 116,04	0,00	555 152,17
	<b>Outros custos e perdas operacionais</b>					
651	Impostos e taxas		1 090,35		855,07	
652+654	Outros		486 103,29	487 193,64	479 570,86	480 425,93
	<b>( A )</b>			<b>19 048 364,19</b>		<b>14 263 089,04</b>
	<b>Custos e perdas financeiras</b>					
	Juros suportados	8.2.37	0,00		0,00	
685+688	Outros custos e perdas financeiras	8.2.37	335 023,85	335 023,85	28 102,86	28 102,86
	<b>( C )</b>			<b>19 383 388,04</b>		<b>14 291 191,90</b>
69	Custos e perdas extraordinárias	8.2.38		55 362,91		59 635,48
	<b>( E )</b>			<b>19 438 750,95</b>		<b>14 350 827,38</b>
	<b>Resultado líquido do exercício</b>			<b>7 907 896,61</b>		<b>4 844 719,64</b>
				<b>27 346 647,56</b>		<b>19 195 547,02</b>
	<b>Proveitos e ganhos</b>					
	<b>Vendas e prestações de serviços:</b>					
71	Vendas		0,00		0,00	
	Prestações de serviços		0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Impostos, taxas e outros</b>					
72	Empresas de seguros e S. G. F. pensões	8.2.3		25 376 419,15		17 229 699,79
76	Outros proveitos e ganhos operacionais			1 549 863,97		1 445 570,32
	<b>( B )</b>			<b>26 926 283,12</b>		<b>18 675 270,11</b>
	<b>Proveitos e ganhos financeiros</b>					
781	Juros obtidos	8.2.37	108 860,29		131 518,07	
	Outros proveitos e ganhos financeiros	8.2.37	0,00	108 860,29	0,00	131 518,07
	<b>( D )</b>			<b>27 035 143,41</b>		<b>18 806 788,18</b>
79	Proveitos e ganhos extraordinários	8.2.38		311 504,15		388 758,84
	<b>( F )</b>			<b>27 346 647,56</b>		<b>19 195 547,02</b>
	<b>Resumo:</b>			<b>2015</b>		<b>2014</b>
	Resultados operacionais ( B ) - ( A ) =			<b>7 877 918,93</b>		<b>4 412 181,07</b>
	Resultados financeiros ( D-B ) - ( C-A ) =			<b>( 226 163,56 )</b>		<b>103 415,21</b>
	Resultados correntes ( D ) - ( C ) =			<b>7 651 755,37</b>		<b>4 515 596,28</b>
	Resultado líquido do exercício ( F ) - ( E ) =			<b>7 907 896,61</b>		<b>4 844 719,64</b>

O Contabilista Certificado

A Diretora Financeira

O Conselho de Administração

(Filipe Valentim )

(Jacinta Dias)

(José Figueiredo Almaça)  
(Presidente)

(Filipe Aleman Serrano)  
(Vice-Presidente)

(Maria de Nazaré Barroso)  
( Vogal)

**MAPA 7.1 - CONTROLO ORÇAMENTAL - DESPESA**  
**AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES**  
 De 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2015

(em euros)

1

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES CORRIGIDAS	CATIVOS OU CONGELADOS	COMPROMISSOS ASSUMIDOS	DESPESAS PAGAS			DIFERENÇAS			GRAU DE EXE. ORÇAMENTAL DAS DESPESAS  (12) = (8)/(3)*100
CÓDIGO	DESCRIÇÃO				ANO	ANOS ANTERIORES	TOTAL	DOTAÇÃO NÃO COMPRO.	SALDO	COMPROMISSOS POR PAGAR	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8) =(6)+(7)	(9) =(3)-(4)-(5)	(10) =(3)-(4)-(8)	(11) = (5) - (8)	(12) = (8)/(3)*100
<b>DESPESAS CORRENTES</b>											
01 01 02	Órgãos sociais	571 900	0	524 488	524 488	0	524 488	47 412	47 412	0	92
01 01 04	Pessoal dos quadros - R. de cont. ind. trabalho	5 359 800	0	4 752 078	4 752 078	0	4 752 078	607 722	607 722	0	89
01 01 06	Pessoal contratado a termo	13 600	0	0	0	0	0	13 600	13 600	0	0
01 01 09	Pessoal em qualquer outra situação	15 000	0	0	0	0	0	15 000	15 000	0	0
01 01 13	Subsídio de refeição	392 000	0	329 121	329 121	0	329 121	62 879	62 879	0	84
01 01 14 SF 00	Subsídios de férias	494 200	0	470 996	470 996	0	470 996	23 204	23 204	0	95
01 01 14 SN 00	Subsídios de Natal	494 200	0	438 050	438 050	0	438 050	56 150	56 150	0	89
01 02 01	Gratificações variáveis ou eventuais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
01 02 02	Horas extraordinárias	9 400	0	0	0	0	0	9 400	9 400	0	0
01 02 04	Ajudas de custo	35 000	0	32 083	32 083	0	32 083	2 917	2 917	0	92
01 02 12	Indemnizações por cessação de funções	18 000	0	0	0	0	0	18 000	18 000	0	0
01 03 02	Outros encargos com a saúde	22 500	0	7 908	7 908	0	7 908	14 592	14 592	0	35
01 03 05 A0 B0	Contribuições para a Segurança Social	1 963 600	0	1 701 800	1 433 538	131 657	1 565 195	261 800	398 405	136 605	80
01 03 08	Outras pensões	493 700	0	463 688	463 688	0	463 688	30 012	30 012	0	94
01 03 09	Seguros	488 300	0	484 806	481 009	0	481 009	3 494	7 291	3 797	99
	A transportar	10 371 200	0	9 205 018	8 932 959	131 657	9 064 616	1 166 182	1 306 584	140 402	87

MAPA 7.1 - CONTROLO ORÇAMENTAL - DESPESA  
 AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES  
 De 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2015

(em euros)

2

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES CORRIGIDAS	CATIVOS OU CONGELADOS	COMPROMISSOS ASSUMIDOS	DESPESAS PAGAS			DIFERENÇAS			GRAU DE EXE. ORÇAMENTAL DAS DESPESAS  (12) = (8)/(3)*100
CÓDIGO	DESCRIÇÃO				ANO	ANOS ANTERIORES	TOTAL	DOTAÇÃO NÃO COMPRO.	SALDO	COMPROMISSOS POR PAGAR	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8) =(6)+(7)	(9) =(3)-(4)-(5)	(10) =(3)-(4)-(8)	(11) = (5) - (8)	(12)
	Transporte	10 371 200	0	9 205 018	8 932 959	131 657	9 064 616	1 166 182	1 306 584	140 402	87
02 01 02	Combustíveis e lubrificantes	55 000	0	51 877	44 482	3 798	48 280	3 123	6 720	3 597	88
02 01 04	Limpeza e higiene	20 000	0	8 396	8 208	0	8 208	11 604	11 792	188	41
02 01 07	Vestuário e artigos pessoais	3 000	0	1 768	1 768	0	1 768	1 232	1 232	0	59
02 01 08	Material de escritório	115 500	0	110 773	108 526	13	108 539	4 727	6 961	2 234	94
02 01 12	Material de transporte - peças	1 000	0	16	16	0	16	984	984	0	2
02 01 14	Outro material - peças	1 000	0	0	0	0	0	1 000	1 000	0	0
02 01 15	Prémios, condecorações e ofertas	15 000	0	7 053	4 593	0	4 593	7 947	10 407	2 460	31
02 01 17	Ferramentas e utensílios	1 000	0	394	374	0	374	606	626	20	37
02 01 18	Livros e documentação técnica	55 000	0	53 859	51 106	28	51 134	1 141	3 866	2 725	93
02 01 19	Artigos honoríficos e de decoração	4 000	0	860	860	0	860	3 140	3 140	0	22
02 01 21	Outros bens	31 500	0	29 073	24 595	0	24 595	2 427	6 905	4 478	78
02 02 01	Encargos das instalações	178 500	0	178 172	146 774	12 751	159 525	328	18 975	18 647	89
02 02 02	Limpeza e higiene	110 000	0	104 105	95 999	6 001	102 000	5 895	8 000	2 105	93
02 02 03	Conservação de bens	147 500	0	133 771	128 346	1 165	129 511	13 729	17 989	4 260	88
02 02 04	Locação de edifícios	2 350 000	0	2 346 802	2 346 802	0	2 346 802	3 198	3 198	0	100
02 02 06	Locação de material de transporte	215 000	0	214 316	207 884	0	207 884	684	7 116	6 432	97
02 02 08	Locação de outros bens	7 500	0	5 187	4 699	0	4 699	2 313	2 801	488	63
02 02 09 A0 00	Acesso a internet	3 000	0	1 577	1 470	0	1 470	1 423	1 530	107	49
02 02 09 B0 00	Comunicação fixa de dados	127 000	0	126 547	113 252	0	113 252	453	13 748	13 295	89
02 02 09 C0 00	Comunicação fixa de voz	69 000	0	66 020	64 285	0	64 285	2 980	4 715	1 735	93
02 02 09 D0 00	Comunicações móveis	52 500	0	30 916	30 386	92	30 478	21 584	22 022	438	58
02 02 09 F0 00	Outros serviços de comunicação	131 000	0	119 582	91 550	6 621	98 171	11 418	32 829	21 411	75
	A transportar	14 064 200	0	12 796 082	12 408 934	162 126	12 571 060	1 268 118	1 493 140	225 022	89

**MAPA 7.1 - CONTROLO ORÇAMENTAL - DESPESA**  
**AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES**  
 De 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2015

(em euros)

3

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES CORRIGIDAS	CATIVOS OU CONGELADOS	COMPROMISSOS ASSUMIDOS	DESPESAS PAGAS			DIFERENÇAS			GRAU DE EXE. ORÇAMENTAL DAS DESPESAS  (12) = (8)/(3)*100
CÓDIGO	DESCRIÇÃO				ANO	ANOS ANTERIORES	TOTAL	DOTAÇÃO NÃO COMPRO.	SALDO	COMPROMISSOS POR PAGAR	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8) = (6)+(7)	(9) = (3)-(4)-(5)	(10) = (3)-(4)-(8)	(11) = (5) - (8)	(12) = (8)/(3)*100
	<b>Transporte</b>	<b>14 064 200</b>	<b>0</b>	<b>12 796 082</b>	<b>12 408 934</b>	<b>162 126</b>	<b>12 571 060</b>	<b>1 268 118</b>	<b>1 493 140</b>	<b>225 022</b>	<b>89</b>
02 02 10	Transportes	150	0	0	0	0	0	150	150	0	0
02 02 11	Representação dos serviços	30 000	0	22 727	22 198	0	22 198	7 273	7 802	529	74
02 02 12 A0 00	Estágios profissionais na AP	400	0	201	201	0	201	199	199	0	50
02 02 12 B0 00	Outras	31 400	0	17 556	17 446	0	17 446	13 844	13 954	110	56
02 02 13	Deslocações e estadas	201 000	0	185 618	172 456	0	172 456	15 382	28 544	13 162	86
02 02 14 A0 00	Serviços de natureza informática	30 000	0	27 244	25 082	0	25 082	2 756	4 918	2 162	84
02 02 14 B0 00	Outros	245 000	0	209 581	206 410	886	207 296	35 419	37 704	2 285	85
02 02 15 A0 00	Tecnologias de informação e comunicação TIC	27 000	0	16 258	15 483	0	15 483	10 742	11 517	775	57
02 02 15 B0 00	Outras	83 000	0	79 021	78 172	0	78 172	3 979	4 828	849	94
02 02 16	Seminários, exposições e similares	40 000	0	21 335	20 843	0	20 843	18 665	19 157	492	52
02 02 17	Publicidade	55 000	0	20 939	20 366	381	20 747	34 061	34 253	192	38
02 02 18	Vigilância e segurança	146 000	0	125 910	110 079	9 953	120 032	20 090	25 968	5 878	82
02 02 19 A0 00	Equipamento informático - Hardware	56 000	0	55 253	55 225	0	55 225	747	775	28	99
02 02 19 B0 00	Software informático	140 000	0	130 084	129 879	0	129 879	9 916	10 121	205	93
02 02 19 C0 00	Outros	59 600	0	54 313	48 288	1 525	49 813	5 287	9 787	4 500	84
02 02 20 A0 00	Serviços de natureza informática	381 000	0	380 090	365 340	0	365 340	910	15 660	14 750	96
02 02 20 C0 00	Outros	185 600	0	156 618	155 321	0	155 321	28 982	30 279	1 297	84
02 02 22	Serviços de saúde	26 000	0	25 121	22 003	0	22 003	879	3 997	3 118	85
02 02 25	Outros serviços	83 500	0	53 972	40 904	516	41 420	29 528	42 080	12 552	50
04 02 02	Riscos Recusados	26 000	0	0	0	0	0	26 000	26 000	0	0
04 03 05	SFA - Autoridade da Concorrência	1 030 008	0	1 029 755	1 029 755	0	1 029 755	253	253	0	100
04 07 01	Instituições sem fins lucrativos	180 500	0	176 938	176 938	0	176 938	3 562	3 562	0	98
	<b>A transportar</b>	<b>17 121 358</b>	<b>0</b>	<b>15 584 616</b>	<b>15 121 323</b>	<b>175 387</b>	<b>15 296 710</b>	<b>1 536 742</b>	<b>1 824 648</b>	<b>287 906</b>	<b>89</b>

**MAPA 7.1 - CONTROLO ORÇAMENTAL - DESPESA**  
**AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES**  
 De 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2015

(em euros)

4

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES CORRIGIDAS	CATIVOS OU CONGELADOS	COMPROMISSOS ASSUMIDOS	DESPESAS PAGAS			DIFERENÇAS			GRAU DE EXE. ORÇAMENTAL DAS DESPESAS
CÓDIGO	DESCRIÇÃO				ANO	ANOS ANTERIORES	TOTAL	DOTAÇÃO NÃO COMPRO.	SALDO	COMPROMISSOS POR PAGAR	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8) = (6)+(7)	(9) = (3)-(4)-(5)	(10) = (3)-(4)-(8)	(11) = (5) - (8)	(12) = (8)/(3)*100
	Transporte	17 121 358	0	15 584 616	15 121 323	175 387	15 296 710	1 536 742	1 824 648	287 906	89
04 08 02 A0 00	Estágios profissionais na AP	36 000	0	34 705	34 705	0	34 705	1 295	1 295	0	96
04 09 03	Resto do Mundo - Países terceiros e org. interna.	517 000	0	505 890	505 409	0	505 409	11 110	11 591	481	98
06 02 01	Impostos e taxas	5 500	0	1 101	1 091	0	1 091	4 399	4 409	10	20
06 02 03	Outras	340 000	0	335 023	335 023	0	335 023	4 977	4 977	0	99
	<b>TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES</b>	<b>18 019 858</b>	<b>0</b>	<b>16 461 335</b>	<b>15 997 551</b>	<b>175 387</b>	<b>16 172 938</b>	<b>1 558 523</b>	<b>1 846 920</b>	<b>288 397</b>	<b>90</b>
	<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>										
07 01 01	Terrenos	5.000.000	0	4.488.917	4.488.917	0	4 488 917	511 083	511 083	0	90
07 01 03	Edifícios	15.000.000	0	13.466.752	13.466.752	0	13 466 752	1 533 248	1 533 248	0	90
07 01 07 B0 B0	Outros - Equipamento informático	385 000	0	383 219	383 219	0	383 219	1 781	1 781	0	100
07 01 08 B0 B0	Outros -Software informático	465 000	0	450 944	420 817	0	420 817	14 056	44 183	30 127	90
07 01 09 B0 B0	Outros - Equipamentos administrativos	74 000	0	41 560	41 560	0	41 560	32 440	32 440	0	56
07 01 11	Ferramentas e utensílios	1 500	0	0	0	0	0	1 500	1 500	0	0
07 01 12	Artigos e objetos de valor	2 000	0	0	0	0	0	2 000	2 000	0	0
07 01 15	Outros investimentos	34 000	0	9 272	9 272	0	9 272	24 728	24 728	0	27
09 02 05	Administração Pública Central - Estado	1 986 145	0	1 985 000	1 985 000	0	1 985 000	1 145	1 145	0	100
09 03 05	Administração Pública Central - Estado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
	<b>TOTAL DAS DESPESAS CAPITAL</b>	<b>22 947 645</b>	<b>0</b>	<b>20 825 664</b>	<b>20 795 537</b>	<b>0</b>	<b>20 795 537</b>	<b>2 121 981</b>	<b>2 152 108</b>	<b>30 127</b>	<b>91</b>
	<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>40 967 503</b>	<b>0</b>	<b>37 286 999</b>	<b>36 793 088</b>	<b>175 387</b>	<b>36 968 475</b>	<b>3 680 504</b>	<b>3 999 028</b>	<b>318 524</b>	<b>90</b>

O Contabilista Certificado

A Diretora Financeira

O Conselho de Administração

(Filipe Valentim)

(Jacinta Dias)

(José Figueiredo Almaça)  
(Presidente)

(Filipe Aleman Serrano)  
(Vice-Presidente)

(Maria de Nazaré Barroso)  
(Vogal)



**MAPA 7.2 - CONTROLO ORÇAMENTAL - RECEITA**  
**AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES**  
 De 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2015

(em euros)

1

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		PREVISÕES CORRIGIDAS	RECEITAS POR COBRAR NO INÍCIO DO ANO	RECEITAS LIQUIDADAS	LIQUIDAÇÕES ANULADAS	RECEITA COBRADA BRUTA			REEMBOLSOS E RESTITUIÇÕES		RECEITA COBRADA LIQUIDA	RECEITAS POR COBRAR NO FINAL DO ANO	GRAU DE EXEC. ORÇAMENTAL DAS RECEITAS
CÓDIGO	DESCRIÇÃO					ANO	ANOS ANTERIORES	TOTAL	EMITIDOS	PAGOS			
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9) =(7)+(8)	(10)	(11)	(12) = (9)-(11)	(13) =(4)+(5)-(6)-(9)	(14) = (12)/(3)*100
<b>RECEITAS CORRENTES</b>													
04 01 99	Taxas diversas	17 320 000	0	17 511 566	0	17 511 566	0	17 511 566	0	0	17 511 566	0	101
04 02 01	Juros Mora	50 000	0	2 121	0	2 121	0	2 121	0	0	2 121	0	4
04 02 02	Juros Compensatórios	10 000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04 02 04	Coimas Penalidades Contraordenações	30 000	4 235	3 806	0	1 206	4 235	5 441	0	0	5 441	2 600	18
05 03 01	Bancos Juros dos Cedec's	115 300	0	115 232	0	115 232	0	115 232	0	0	115 232	0	100
07 01 03	Publicações e impressos	100	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
07 02 99	Outros	1 548 000	0	1 548 000	0	1 548 000	0	1 548 000	0	0	1 548 000	0	100
15 01 01	Reposições não abatidas nos pagamentos	25 000	0	32 800	0	32 800	0	32 800	0	0	32 800	0	131
<b>TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES</b>		<b>19 098 400</b>	<b>4 235</b>	<b>19 213 525</b>	<b>0</b>	<b>19 210 925</b>	<b>4 235</b>	<b>19 215 160</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>19 215 160</b>	<b>2 600</b>	<b>101</b>
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>													
09 01 04	Administração pública - Administração central - SFA	5 000 000	0	4 488 917	0	4 488 917	0	4 488 917	0	0	4 488 917	0	90
09 03 04	Administração pública - Administração central - SFA	15 000 000	0	13 466 752	0	13 466 752	0	13 466 752	0	0	13 466 752	0	90
09 04 10	Outros bens de investimento	3 000	0	4 138	0	2 088	0	2 088	0	0	2 088	2 050	70
11 03 03	Administração pública - Administração central - Estado	1 980 000	0	1 980 000	0	1 980 000	0	1 980 000	0	0	1 980 000	0	100
16 01 01	Na posse do serviço	2 541 087	2 541 087	0	0	0	2 541 087	2 541 087	0	0	2 541 087	0	100
<b>TOTAL DAS RECEITAS CAPITAL</b>		<b>24 524 087</b>	<b>2 541 087</b>	<b>19 939 807</b>	<b>0</b>	<b>19 937 757</b>	<b>2 541 087</b>	<b>22 478 844</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>22 478 844</b>	<b>4 650</b>	<b>92</b>
<b>TOTAL DA RECEITA</b>		<b>43 622 487</b>	<b>2 545 322</b>	<b>39 153 332</b>	<b>0</b>	<b>39 148 682</b>	<b>2 545 322</b>	<b>41 694 004</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>41 694 004</b>	<b>7 250</b>	<b>96</b>

O Contabilista Certificado

A Diretora Financeira

O Conselho de Administração

(Filipe Valentim)

(Jacinta Dias)

(José Figueiredo Almaça)

(Presidente)

(Filipe Aleman Serrano)  
( Vice-Presidente)

(Maria de Nazaré Barroso)  
(Vogal)

**FLUXOS DE CAIXA**  
**AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES**  
 Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2015

(em euros)

Capit.	Grup.	Recebimentos		Capit.	Grup.	Pagamentos	
		<b>SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR</b>	<b>8 850 116,60</b>			<b>DESPESAS</b>	<b>182 617 449,96</b>
		<b>Execução orçamental</b>	<b>2 541 087,23</b>			Despesas Orçamentais (OE)	0,00
		De dotações orçamentais (OE)	0,00			<b>Despesas orçamentais com compensação em receita própria e com ou sem transição dos saldos</b>	<b>36 968 475,45</b>
16	01	De receitas próprias	2 541 087,23			<b>CORRENTES</b>	<b>16 172 938,53</b>
		Na posse do serviço	2 541 087,23			Remunerações certas e permanentes	6 514 733,36
		Na posse do Tesouro		01	01	Abonos variáveis ou eventuais	32 083,07
		De receita do Estado	326 526,72	01	02	Segurança Social	2 517 799,25
		De operações de tesouraria	5 982 502,65	02	01	Aquisição de bens	248 367,19
		Descontos em vencimentos e salários:		02	02	Aquisição de serviços	4 777 034,25
		Receitas do Estado 250 805,40 €		04	02	Administrações privadas	0,00
				04	03	Administração central SFA	1 029 755,00
				04	07	Instituições sem fins lucrativos	176 937,71
				04	08	Famílias	34 705,00
				04	09	Resto do Mundo	505 409,50
				06	02	Diversas	336 114,20
		<b>RECEITAS</b>	<b>185 494 737,29</b>			<b>CAPITAL</b>	<b>20 795 536,92</b>
		Dotações orçamentais (OE)	0,00			Investimentos	18 810 536,92
		<b>Receitas Próprias</b>	<b>39 152 916,98</b>			Títulos a curto prazo	1 985 000,00
04	01	<b>CORRENTES</b>	<b>19 215 160,68</b>			Títulos a médio e longo prazo	0,00
		Taxas	17 511 565,88			<b>Entrega ao Tesouro em conta de receitas próprias</b>	<b>0,00</b>
04	02	Multas e outras penalidades	7 562,22			<b>Descontos em vencimentos e salários:</b>	
05	03	Juros - Administração pública	115 232,18			Receita do Estado 3 119 505,94 €	
07	01	Vendas de bens	0,00			Operações de tesouraria 144 501,92 €	
07	02	Serviços	1 548 000,00			<b>Importâncias entregues ao Estado e outras entidades</b>	<b>145 648 974,51</b>
15	01	Reposições não abatidas nos pagamentos	32 800,40			Receita do Estado	3 821 069,12
						Operações de tesouraria	141 827 905,39
		<b>CAPITAL</b>	<b>19 937 756,30</b>			<b>SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE</b>	<b>11 727 403,93</b>
09	01	Terrenos	4 488 917,17			Execução orçamental	4 725 528,76
09	03	Edifícios	13 466 751,50			De dotações orçamentais (OE)	0,00
09	04	Outros bens de investimento	2 087,63			<b>De receitas próprias</b>	<b>4 725 528,76</b>
11	03	Títulos a médio e longo prazo	1 980 000,00			Na posse do serviço	4 725 528,76
						Na posse do Tesouro	
						De receita do Estado	287 751,03
						De operações de tesouraria	6 714 124,14
		<b>Recebido do Tesouro em conta de receitas próprias</b>	<b>0,00</b>			<b>Descontos em vencimentos e salários</b>	
		<b>Importâncias retidas para entrega ao Estado ou outras entidades</b>	<b>146 341 820,31</b>			Receita do Estado 254 051,27 €	
17	01	Receita do Estado	3 782 293,43				
17	02	Operações de tesouraria	142 559 526,88				
		<b>Descontos em vencimentos e salários:</b>					
		Receita do Estado 3 122 751,81 €					
		Operações de tesouraria 141 975,40€					
		<b>Total Geral</b>	<b>194 344 853,89</b>			<b>Total Geral</b>	<b>194 344 853,89</b>

O Contabilista Certificado

A Diretora Financeira

O Conselho de Administração

(Filipe Valentim)

(Jacinta Dias)

(José Figueiredo Almaça)  
(Presidente)

Saldo final da conta 24 = 424 326,34 € que se decompõe em 161 814,30 € (encarg. S. S) + 259 997,72 € (retenções) + 2 514,32 € IVA  
 Dos 161 814,30 € de encargos, 136 605,31 € são da ASF e 25 208,99 € são referentes a encargos do FGA e FAT que a ASF já recebeu

(Filipe Aleman Serrano)  
(Vice-Presidente)

(Maria de Nazaré Barroso)  
(Vogal)

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES

Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2015

#### 8.1 – Caracterização da Entidade

8.1.1 – A Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, designada abreviadamente por ASF, é uma pessoa coletiva de direito público, com natureza de entidade administrativa independente, dotada de autonomia administrativa, financeira e de gestão e de património próprio e cujas contas estão sujeitas à aprovação do Ministro das Finanças.

A sua sede está situada na Avenida da República, n.º 76, 1600-205 Lisboa.

A ASF encontra-se inscrita no Registo Nacional de Pessoas Coletivas sob o n.º 501328599 e com o código de atividade n.º 84130.

O código de classificação orgânica atribuído à ASF é o seguinte: 03 1 09 03 00.

8.1.2 – A ASF foi criada pelo Decreto-Lei n.º 1/2015 de 06 de janeiro, o qual aprovou os estatutos.

No que respeita ao seu regime financeiro, o artigo 35.º do Estatuto, estabelece o seguinte:

*“1 — A gestão financeira e patrimonial da ASF, rege-se pelo disposto na lei-quadro das entidades reguladoras, nos presentes estatutos e, supletivamente, pelo regime jurídico aplicável às entidades públicas empresariais.*

*2 — Sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 37.º, à ASF não são aplicáveis as regras da contabilidade pública e o regime dos fundos e serviços autónomos, nomeadamente as normas relativas à autorização de despesa, à transição e utilização dos resultados líquidos e às cativações de verbas.*

*3 — A ASF respeita os princípios da prévia cabimentação e programação da realização das despesas subjacentes à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas.*

*4 — Os resultados líquidos da ASF, que podem transitar para o ano seguinte, são utilizados entre outras aplicações:*

- a) Na constituição, pelo conselho de administração, de reserva para riscos de atividade ou para riscos de insuficiência de receitas ou de outras reservas que contribuem para a estabilidade dos montantes das taxas a que as entidades supervisionadas estão sujeitas;*
- b) Na promoção do desenvolvimento de conhecimento técnico e respetiva difusão e no esforço da literacia financeira, no que se refere ao setor segurador e dos fundos de pensões.”*

Dada a inclusão do orçamento da ASF no Orçamento do Estado, no âmbito do estipulado na Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro que aprova a Lei do enquadramento orçamental, em 2015 manteve-se o modelo de apresentação de contas em POCP.

Assim as demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios da prudência, da continuidade, do acréscimo, do custo histórico, da consistência, da não compensação de saldos, da materialidade e da substância sobre a forma.

Foram objeto de aprovação pelo conselho de administração os julgamentos e estimativas que afetam os montantes do Balanço, Demonstração dos Resultados por Natureza e das divulgações necessárias para uma melhor compreensão da posição financeira da ASF. Tais estimativas são baseadas na melhor informação disponível à data da apresentação das contas e em alguns casos, na avaliação que delas fazem especialistas nas matérias em questão.

São estes os casos das avaliações das provisões e reservas, conforme explicita a Nota 8.2.3.

8.1.3 – São órgãos da ASF o conselho de administração, o conselho consultivo e a comissão de fiscalização, cuja constituição e respetivas atribuições estão definidas nos artigos 11.º a 29.º do Estatuto da ASF.

Organograma da ASF – *Vide* anexo I.

8.1.4 – A atividade da ASF consiste na supervisão e na regulação do mercado segurador e dos fundos de pensões por forma a assegurar o seu regular funcionamento. No âmbito dessa atividade, a ASF assegura ainda a cooperação com as autoridades correspondentes dos Estados-membros da União Europeia e de quaisquer outros países, o apoio técnico e consulta à Assembleia da República e ao Governo, em matérias relativas ao setor de atividade sob supervisão, gerir os fundos que lhe sejam confiados e as demais funções que lhe forem cometidas por lei.

8.1.5 – Recursos Humanos

Identificação dos responsáveis – *Vide* anexo II.

N.º de efetivos reportados a 31 de dezembro de 2015 – *Vide* anexo III.

8.1.6 – Organização contabilística

O sistema de informação contabilística está centralizado na sede, com elaboração de Demonstrações Financeiras intercalares.

Os registos contabilísticos da ASF estão assentes no sistema informático ERP Minimal, abrangendo a Contabilidade Geral, Contabilidade Orçamental, Controlo de Imobilizado, Aquisições de Bens e serviços e Recursos Humanos.

Relativamente à utilização deste sistema de informação, para além dos manuais de procedimentos disponíveis para consulta, foram implementadas séries de validações no registo de dados cujo objetivo é a minimização dos erros por parte do utilizador.

Todos os registos efetuados na contabilidade estão apoiados por justificativos em papel, os quais são arquivados por data de lançamento em pastas de arquivo próprias.

É ainda prestada mensalmente, às entidades competentes, toda a informação prevista na legislação sobre a execução do Orçamento do Estado.

## 8.2. – NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DA AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES

Dado o enquadramento da ASF já explicitado em 8.1, as notas ao Balanço e à Demonstração dos resultados seguem a ordem definida no Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP).

**Assim, as notas aplicáveis são as seguintes: 8.2.3, 8.2.7, 8.2.8, 8.2.24, 8.2.31, 8.2.32, 8.2.37, 8.2.38, 8.2.39, 8.3.1, 8.3.2, 8.3.4 e 8.3.5, as outras não são aplicáveis à ASF.**

8.2.3 – No enquadramento dado pelos princípios referenciados no ponto 8.1 foram utilizados em 2015, os seguintes critérios valorimétricos:

### **Receita**

As fontes de receita da ASF estão estabelecidas no seu Estatuto, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 1/2015, de 06 de janeiro, sendo maioritariamente constituídas pelo montante de taxas pagas pelas entidades sujeitas a supervisão, fixadas anualmente por Portaria e recebidas em duas prestações durante os meses de janeiro e julho de cada ano. O valor das taxas de supervisão, para o ano de 2015, foi fixado pela Portaria n.º 270-A/2014, de 22 de dezembro, e de acordo com a Norma Regulamentar n.º 6/2013-R, de 24 de outubro.

De acordo com a Norma regulamentar n.º 17/2006-R, de 29 de dezembro, a ASF cobrou também uma taxa de supervisão contínua relativa à atividade de mediação de seguros.

Em 2015 a ASF alterou o critério de reconhecimento das taxas de supervisão, registando em acréscimo de proveitos o valor das taxas que incidem sobre a atividade seguradora do ano em curso e cujo recebimento ocorre no ano seguinte. Adicionalmente, passou também a registar como acréscimo de custos o valor das taxas a pagar à Autoridade da Concorrência em exercícios futuros, calculadas com referência às receitas próprias da ASF já registadas até 31 de dezembro de 2015.

No âmbito da legislação em vigor compete ainda à ASF a aplicação de coimas e sanções acessórias.

Estas receitas são registadas na rubrica “Impostos, taxas e outros” da demonstração dos resultados.

### **Imobilizações incorpóreas**

As imobilizações incorpóreas são contabilizadas ao respetivo custo de aquisição e relevam os direitos de propriedade de *software*, sendo que em 2014 estavam contabilizadas em outras imobilizações corpóreas.

As depreciações/amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, às taxas anuais máximas estabelecidas no Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro.

### **Imobilizações corpóreas**

As imobilizações corpóreas são contabilizadas ao respetivo custo de aquisição.

As depreciações/amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, às taxas anuais máximas estabelecidas no Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro.

### Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros são registados ao custo de aquisição. As menos valias potenciais, correspondentes à diferença entre o custo de aquisição e o valor de mercado no final do exercício, são integralmente provisionadas.

### Pensões de reforma

A ASF, nos termos do artigo n.º 34 dos estatutos, assume a responsabilidade de pagar aos empregados pensões de reforma, num valor não inferior ao previsto no Contrato Coletivo de Trabalho da atividade seguradora (CCT).

Esta responsabilidade encontra-se coberta por um Fundo de Pensões, administrado pela Pensõesgere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S A. A ASF efetua os pagamentos ao fundo, de acordo com um plano de contribuições, de forma a assegurar a solvência do fundo.

O Fundo é composto por unidades de participação afetas ao plano de benefício definido e ao plano de contribuição definida. O plano de benefício definido é financiado por contribuições da ASF. O de contribuição definida é financiado por contribuições mensais da ASF e dos trabalhadores.

As contribuições da ASF para o fundo são reconhecidas como custo na rubrica “Encargos sociais – Pensões “ da demonstração dos resultados.

### Outras rubricas

As restantes rubricas do balanço estão valorizadas ao custo de aquisição.

8.2.7 - Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço e nas respetivas amortizações e provisões.

#### AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO	REGULARIZAÇÕES	SALDO FINAL
<b>Imobilizações incorpóreas</b>				
Propriedade industrial	7 522 894,99	231 002,09	(2 598,11)	7 751 298,97
<b>Imobilizações corpóreas</b>				
Equipamento de transporte	127 992,96	0,00	(19 268,69)	108 724,27
Equipamento administrativo	2 874 460,14	361 840,57	(98 330,05)	3 137 970,66
Outras imobilizações corpóreas	529 413,82	35 273,38	(6 589,63)	558 097,57
<b>TOTAL</b>	<b>11 054 761,91</b>	<b>628 116,04</b>	<b>(126 786,48)</b>	<b>11 556 091,47</b>

## ATIVO BRUTO

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS E ABATES	SALDO FINAL
<b>Imobilizações incorpóreas</b>					
Propriedade industrial	7 680 545,70	300 978,25	0,00	43 157,89	8 024 681,84
Imobilizações em curso	45 756,00	119 839,19	0,00	(45 756,00)	119 839,19
<b>Imobilizações corpóreas</b>					
Equipamento de transporte	127 992,96	0,00	(19 268,69)	0,00	108 724,27
Equipamento administrativo	3 325 845,49	424 779,27	(94 648,78)	(3 681,27)	3 652 294,71
Outras imobilizações corpóreas	660 268,93	9 271,54	0,00	(6 589,63)	662 950,84
<b>Investimentos financeiros</b>					
Outras aplicações financeiras (OT's)	1 598 400,00	0,00	(166 320,00)	0,00	1 432 080,00
Outras aplicações financeiras (CEDIM's)	3 152 600,00	0,00	(1 800 000,00)	0,00	1 352 600,00
<b>TOTAL</b>	<b>16 591 409,08</b>	<b>854 868,25</b>	<b>(2 080 237,47)</b>	<b>(12 869,01)</b>	<b>15 353 170,85</b>

## 8.2.8 – Mapa das amortizações – Vide anexo IV

Mapa dos abates – Vide anexo V

## 8.2.24 - Valor das dívidas ativas e passivas respeitantes ao pessoal

**Dívidas do pessoal**Adiantamentos **4 002,01 €****Dívidas ao pessoal (acréscimos de custos)**

Férias e subsídio de férias a pagar em 2016 865 200,00 €

Descontos diversos 1 143,64 €**Total 866 343,64 €**

8.2.31 - Desdobramento das contas de provisões acumuladas e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício.

Código das contas	RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	SALDO FINAL
<b>292</b>	<b>Provisões para riscos e encargos</b>				
	Prov. p/prémios de permanência	221 615,00	184 484,00	0,00	406 099,00
	<b>TOTAL</b>	<b>221 615,00</b>	<b>184 484,00</b>	<b>0,00</b>	<b>406 099,00</b>

No âmbito do CCT em vigor, quando um colaborador completa um ou mais múltiplos de cinco anos de permanência na ASF, tem direito a um prémio pecuniário de valor equivalente a 50% do seu ordenado efetivo mensal. Este prémio pecuniário é substituído pela concessão de dias de licença após o colaborador completar 50 anos de idade.

## 8.2.32 - Fundo Patrimonial - movimentos ocorridos no exercício.

RUBRICAS	SALDO INICIAL Credor /(Devedor)	MOVIMENTOS DO EXERCÍCIO		SALDO FINAL Credor /(Devedor)
		DÉBITO	CRÉDITO	
Reserva para riscos de atividade	4 300 000,00	0,00	5 200 000,00	9 500 000,00
Reserva para equilíbrio financeiro	1 200 000,00	0,00	480 000,00	1 680 000,00
Resultados transitados	1 832 786,54	5 680 000,00	4 844 719,64	997 506,18
Resultado líquido do exercício	4 844 719,64	4 844 719,64	7 907 896,61	7 907 896,61
<b>TOTAL</b>	<b>12 177 506,18</b>	<b>10 524 719,64</b>	<b>18 432 616,25</b>	<b>20 085 402,79</b>

O montante de 9 500 000,00 euros é relativo a uma reserva prudencial que garanta as condições à ASF para responder a solicitações financeiras que possam surgir face à entrada em vigor da Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro, que aprovou o Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e demais Entidades Públicas e considerando a entrada em vigor do regime solvência II e o incremento das ações de supervisão.

A reserva no montante de 1 680 000,00 euros refere-se ao risco estimado de redução das receitas futuras provenientes do setor segurador atendendo à atual incerteza económica e financeira, encontrando-se o saldo corrente da ASF exposto ao risco de défices futuros.

## 8.2.37 - Demonstração dos resultados financeiros.

CUSTOS E PERDAS		Exercícios		PROVEITOS E GANHOS		Exercícios	
		2015	2014			2015	2014
684	Provisões para aplicações financeiras	0,00	0,00	781	Juros obtidos	108 860,29	131 518,07
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	52,32	11,77	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	786	Descontos pronto pagamentos obtidos	0,00	0,00
688	Outros custos e perdas financeiras	334 971,53	28 091,09	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	0,00	0,00
	<b>Resultados financeiros</b>	<b>(226 163,56)</b>	<b>103 415,21</b>				
		<b>108 860,29</b>	<b>131 518,07</b>			<b>108 860,29</b>	<b>131 518,07</b>

## 8.2.38 - Demonstração dos resultados extraordinários.

CUSTOS E PERDAS		Exercícios		PROVEITOS E GANHOS		Exercícios	
		2015	2014			2015	2014
692	Dívidas incobráveis	0,00	0,00	794	Ganhos em imobilizações	17 817,63	346 205,92
694	Perdas em imobilizações	0,00	1 294,09	796	Reduções de amortizações e provisões	0,00	0,00
695	Multas e penalidades	0,00	0,00				
697	Correções relativas a exercícios anteriores	55 362,91	58 341,39	797	Correções relativas a exercícios anteriores	33 763,78	42 552,92
698	Outros custos e perdas extraordinários	0,00	0,00	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	259 922,74	0,00
	<b>Resultados extraordinários</b>	<b>256 141,24</b>	<b>329 123,36</b>				
		<b>311 504,15</b>	<b>388 758,84</b>			<b>311 504,15</b>	<b>388 758,84</b>



8.2.39 - Outras informações consideradas relevantes para a melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.

8.2.39.1 - Acréscimos e diferimentos

Em 31 de dezembro de 2015 os saldos destas contas apresentavam a seguinte composição:

**Acréscimos de Proveitos:**

Receita do segundo semestre de 2015 a receber em 2016	8 117 318,13 €
Juros de obrigações	33 130,71 €
Juros de CEDIC'S	<u>459,51 €</u>
	<b>8 150 908,35€</b>

**Custos Diferidos:**

Diversos (rendas, seguros e outros)	<b>763 839,28 €</b>
-------------------------------------	---------------------

**Acréscimos de Custos:**

6,25% da receita da ASF em 2014 a transferir para a AC em 2016	1 163 787,00 €
6,25% da receita da ASF em 2015 a transferir para a AC em 2017	1 174 978,00 €
Resseguros de riscos recusados de acidentes de trabalho a pagar em 2016	100 000,00 €
Encargos com férias a pagar em 2016	1 079 337,00 €
Auditoria externa e comissão de gestão do fundo de pensões	49 889,00 €
Diversos (eletricidade, telefone e outros)	<u>6 622,49 €</u>
	<b>3 574 613,49 €</b>

8.2.39.2 - As remunerações atribuídas aos órgãos sociais foram as seguintes:

**Conselho de Administração**

Presidente	215 763,13 €
Vice - Presidente	200 194,68 €
Vogal	<u>184 248,36 €</u>

**Sub - Total**

**600 206,17 €**

**Comissão de Fiscalização**

Presidente	0,00 €
ROC	16 380,00 €
Vogal	<u>13 104,00 €</u>

**Sub - Total**

**29 484,00 €**

**Conselho Consultivo**

**0,0 €**

**TOTAL**

**629 690,17 €**

8.2.39.3 - Nos investimentos financeiros foram reconhecidas contabilisticamente apenas as perdas potenciais (menos-valias) através das provisões, em obediência ao princípio da prudência. No entanto, para informação evidenciamos também no quadro seguinte os ganhos potenciais (mais-valias) e o valor global de cotação da carteira em 31 de dezembro de 2015:

RUBRICAS	VALOR DE AQUISIÇÃO	PERDAS POTENCIAIS (PROVISÕES)	GANHOS POTENCIAIS	VALOR DE COTAÇÃO EM 31-12-2015
<b>Curto Prazo</b>	<b>6 685 000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>6 685 000,00</b>
CEDIC's	6 685 000,00	0,00	0,00	6 685 000,00
<b>Médio e Longo Prazo</b>	<b>2 784 680,00</b>	<b>0,00</b>	<b>356 124,60</b>	<b>3 140 804,60</b>
Títulos de dívida pública Portuguesa	2 784 680,00	0,00	356 124,60	3 140 804,60
<b>TOTAL</b>	<b>9 469 680,00</b>	<b>0,00</b>	<b>356 124,60</b>	<b>9 825 804,60</b>

### 8.3 – Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução

#### 8.3.1 – Alterações Orçamentais:

1 - Despesa – *Vide* anexo VI

2 - Receita – *Vide* anexo VII

#### 8.3.2 - Contratação administrativa:

1 - Situação dos contratos – *Vide* anexo VIII

2 - Formas de adjudicação – *Vide* anexo IX

#### 8.3.4 - Transferências e subsídios

Transferências correntes:

Despesa					
Disposições legais (1)	Entidade beneficiária (2)	Transferências Orçamentadas (3)	Transferências autorizadas (4)	Transferências efetuadas (5)	Transferências autorizadas e não efetuadas (6) =(4) - (5)
<b>1 - CORRENTES</b>					
Decreto - Lei nº 125/2014, de 18 de agosto	Autoridade da Concorrência	1 030 008,00	1 029 755,00	1 029 755,00	0,00
Decreto - Lei nº 66/2011, de 01 de junho Bolsa de estágio profissionalizante	Famílias	36 000,00	34 705,00	34 705,00	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>1 066 008,00</b>	<b>1 064 460,00</b>	<b>1 064 460,00</b>	<b>0,00</b>

#### 8.3.5 – Aplicações em ativos de rendimento fixo e variável

1- Ativos de rendimento fixo – *Vide* anexo X

**O Contabilista Certificado**

**A Diretora Financeira**

**O Conselho de Administração**

(Filipe Valentim)

( Jacinta Dias)

(José Figueiredo Almaça)

(Presidente)

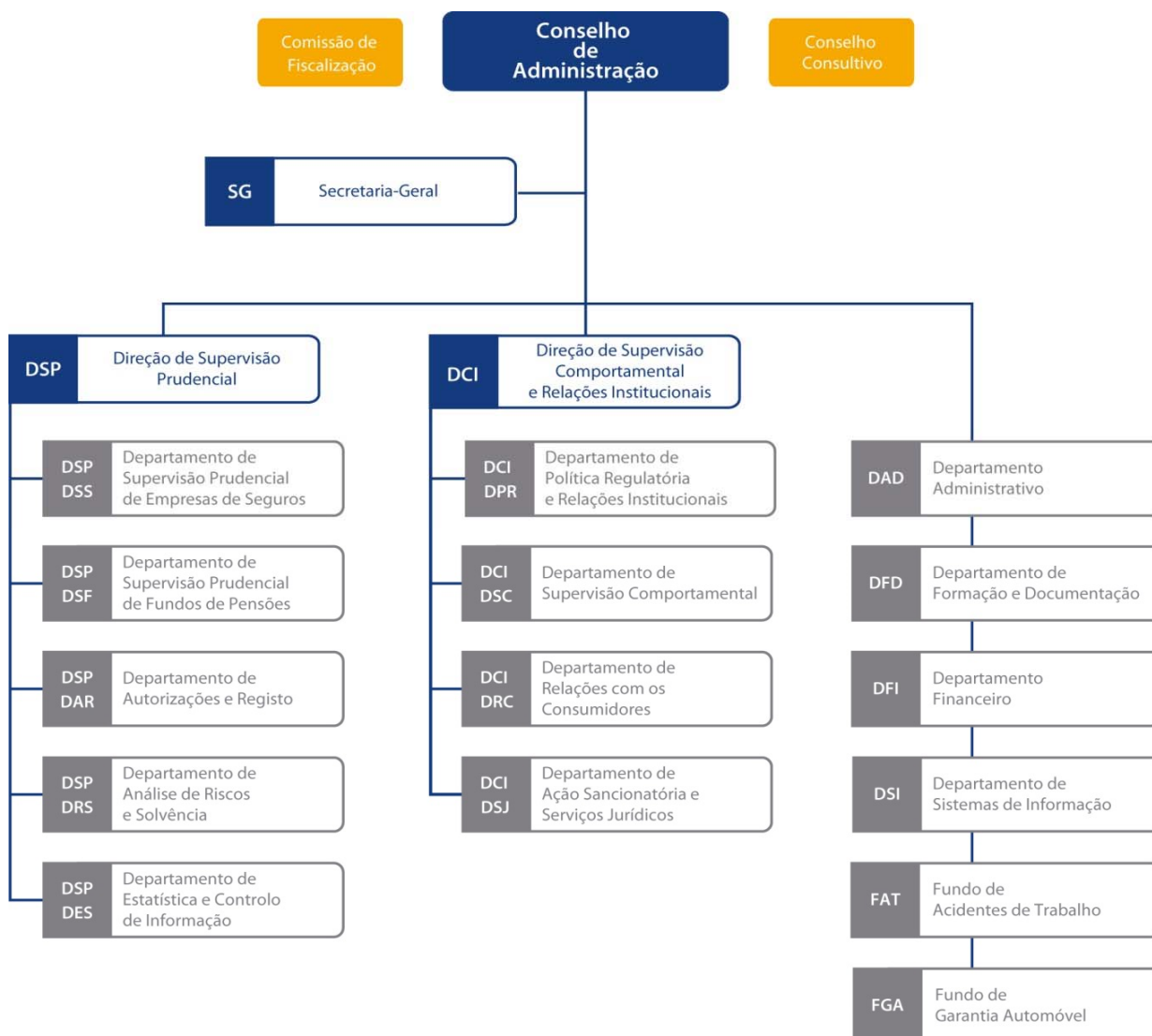
(Filipe Aleman Serrano)

(Vice-Presidente)

(Maria de Nazaré Barroso)

(Vogal)

**Organograma**



**O Contabilista Certificado**

(Filipe Valentim)

**A Diretora Financeira**

(Jacinta Dias)

**O Conselho de Administração**

(José Figueiredo Almaça)  
(Presidente)

(Filipe Aleman Serrano)  
(Vice-Presidente)

(Maria de Nazaré Barroso)  
(Vogal)

## Identificação dos responsáveis

### Identificação dos responsáveis pela Direção da entidade

#### Conselho de Administração

José António Figueiredo Almaça (Presidente)  
 Filipe Alexandre Aleman Ferreira Serrano (Vice-Presidente)  
 Maria de Nazaré Rala Esparteiro Barroso (Vogal)

### Identificação dos responsáveis por Direções/ Departamentos

#### Secretaria-Geral

Rui Manuel Lopes Fidalgo

#### Direção de Supervisão Prudencial

António Manuel Egídio Reis

##### Departamento de Supervisão Prudencial de Empresas de Seguros

Ana Cristina Guerra Fernandes dos Santos

##### Departamento de Supervisão Prudencial de Fundos de Pensões

Jorge Manuel da Silva Mendes Carriço

##### Departamento de Autorizações e Registo

Vicente Rato Barracas Mendes Godinho

##### Departamento de Análise de Riscos e Solvência

Hugo Miguel Moreira Borginho

##### Departamento de Estatística e Controlo de Informação

José Manuel Santos Pavão Nunes

#### Direção de Supervisão Comportamental e Relações Institucionais

Mário Rui Garcia Ribeiro

##### Departamento de Política Regulatória e Relações Institucionais

Maria Eduarda Vieira Ribeiro

##### Departamento de Supervisão Comportamental

Eduardo Alberto Farinha Pereira

##### Departamento de Relações com os Consumidores

Lia da Silva Arroja Neves Pereira Coutinho

##### Departamento de Ação Sancionatória e Serviços Jurídicos

João Miguel Roberto Santa Rita Colaço

#### Departamento Administrativo

Paulo Manuel Rocha Líbano Monteiro

#### Departamento de Formação e Documentação

Armando José Pinheiro Santos

#### Departamento Financeiro

Maria Jacinta Dias

#### Departamento de Sistemas de Informação

Gil Manuel Gama Lobo Salema da Costa

#### Fundo de Acidentes de Trabalho

Célia Maria Jesus Gomes Correia Matos

#### Fundo de Garantia Automóvel

José Carlos Simões Ferreira Marques

O Contabilista Certificado

(Filipe Valentim)

A Diretora Financeira

(Jacinta Dias)

O Conselho de Administração

(José Figueiredo Almaça)  
(Presidente)

(Filipe Aleman Serrano)  
(Vice-Presidente)

(Maria de Nazaré Barroso)  
(Vogal)

## Efetivos

## Pessoal do quadro em 31-12-2015

Grupos de Categorias	Efetivos em 31-12-2015
Diretores	16
Chefias Intermédias	11
Técnicos	124
Administrativos	17
Outros	9
<b>Totais</b>	<b>177</b>

## Pessoal efetivo por estruturas e outras situações

Estruturas	Efetivos
Secretariado do Conselho de Administração	3
Secretaria-Geral	21
Direção de Supervisão Prudencial	4
Departamento de Supervisão Prudencial de Empresas de Seguros	19
Departamento de Supervisão Prudencial de Fundos de Pensões	5
Departamento de Autorizações e Registo	14
Departamento de Análise de Riscos e Solvência	8
Departamento de Estatística e Controlo de Informação	7
Direção de Supervisão Comportamental e Relações Institucionais	3
Departamento de Política Regulatória e Relações Institucionais	8
Departamento de Supervisão Comportamental	14
Departamento de Relações com os Consumidores	12
Departamento de Ação Sancionatória e Serviços Jurídicos	7
Departamento Administrativo	19
Departamento de Formação e Documentação	5
Departamento Financeiro	10
Departamento de Sistemas de Informação	16
Fundo de Acidentes de Trabalho	11
Fundo de Garantia Automóvel	41
Requisições	1
Licenças Sem Vencimento	1
<b>TOTAL</b>	<b>229</b>

O Contabilista Certificado

A Diretora Financeira

O Conselho de Administração

(Filipe Valentim)

(Jacinta Dias)

(José Figueiredo Almaça)  
(Presidente)(Filipe Aleman Serrano)  
(Vice-Presidente)(Maria de Nazaré Barroso)  
(Vogal)

## 8.2.8 - MAPA I

**MAPA DAS AMORTIZAÇÕES**  
**AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E DE FUNDOS DE PENSÕES**  
 Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2015  
**RESUMO**

( em euros )

1

Descrição do Ativo Imobilizado  ( 1 )	Ano		Ativo Imobilizado  Valores de aquisição ou outro valor contabilístico na falta daqueles  ( 4 )	Anos de utilidade esperada  ( 5 )	Reintegrações e amortizações			Valor Contabilístico Atual  ( 10 ) = ( 4 ) - ( 9 )	
	Aquisição  ( 2 )	Utilização  ( 3 )			De exercícios anteriores  ( 6 )	Do exercício			Acumulado  ( 9 ) = ( 6 ) + ( 8 )
						Taxas  ( 7 )	Valor  ( 8 )		
Material de Carga e Transporte			108 724,27		108 724,27		0,00	108 724,27	0,00
Equipamento Administrativo			3 652 294,71		2 776 130,09		361 840,57	3 137 970,66	514 324,05
Outras imobilizações Corpóreas			662 950,84		522 824,19		35 273,38	558 097,57	104 853,28
Imobilizações incorpóreas			8 024 681,84		7 520 296,88		231 002,09	7 751 298,97	273 382,86
<b>Total Geral</b>			<b>12 448 651,66</b>		<b>10 927 975,43</b>		<b>628 116,04</b>	<b>11 556 091,47</b>	<b>892 560,19</b>

**MAPA DAS AMORTIZAÇÕES**  
**AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E DE FUNDOS DE PENSÕES**  
 Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2015

( em euros )

2

Descrição do Ativo Imobilizado  ( 1 )	Ano		Ativo Imobilizado  Valores de aquisição ou outro valor contabilístico na falta daqueles  ( 4 )	Anos de utilidade esperada  ( 5 )	Reintegrações e amortizações			Valor Contabilístico Atual  ( 10 ) = ( 4 ) - ( 9 )	
	Aquisição  ( 2 )	Utilização  ( 3 )			De exercícios anteriores  ( 6 )	Do exercício			Acumulado  ( 9 ) = ( 6 ) + ( 8 )
						Taxas  ( 7 )	Valor  ( 8 )		
<b>4241 - Material de Carga e Transporte</b>									
RADIO AUTO BLAKPUNT MELBOURN	1991	1991	183,04		183,04		0,00	183,04	0,00
HONDA CIVIC 4P 1.5i 88-86-JI c/alarme	1997	1997	18 954,32		18 954,32		0,00	18 954,32	0,00
OPEL ASTRA 1.4 CARAVAN 80-67-RE / extras	2001	2001	18 303,51		18 303,51		0,00	18 303,51	0,00
VOLKSWAGEN BORA 1.6 41-36-RH / extras	2001	2001	25 239,17		25 239,17		0,00	25 239,17	0,00
AUDI A3 1.6 53-14-SG	2001	2001	25 563,39		25 563,39		0,00	25 563,39	0,00
OPEL ZAFIRA 1.6 22-80-SQ	2001	2001	20 480,84		20 480,84		0,00	20 480,84	0,00
<b>Total do Material de Carga e Transporte</b>			<b>108 724,27</b>		<b>108 724,27</b>		<b>0,00</b>	<b>108 724,27</b>	<b>0,00</b>
<b>4261 - Mobiliário de escritório</b>									
Mobiliário de Escritório	2003	2003	487 193,81		487 193,81		0,00	487 193,81	0,00
Mobiliário de Escritório	2004	2004	3 612,08		3 612,08	12,50	0,00	3 612,08	0,00
Mobiliário de Escritório	2005	2005	9 843,09		9 843,09	12,50	0,00	9 843,09	0,00
Mobiliário de Escritório	2005	2005	372,10		372,10	100,00	0,00	372,10	0,00
Mobiliário de Escritório	2006	2006	2 801,93		2 466,36	12,50	0,00	2 466,36	335,57
Mobiliário de Escritório	2007	2007	23 628,62		23 628,62	12,50	0,00	23 628,62	0,00
Mobiliário de Escritório	2008	2008	410 582,03		359 259,25	12,50	51 322,78	410 582,03	0,00
Mobiliário de Escritório	2008	2008	744,62		744,62	100,00	0,00	744,62	0,00
Mobiliário de Escritório	2009	2009	6 990,11		6 990,11	100,00	0,00	6 990,11	0,00
Mobiliário de Escritório	2009	2009	122 525,54		91 846,57	12,50	15 315,69	107 162,26	15 363,28
Mobiliário de Escritório	2010	2010	3 432,88		3 432,88	100,00	0,00	3 432,88	0,00
Mobiliário de Escritório	2010	2010	9 135,00		5 709,40	12,50	1 141,88	6 851,28	2 283,72
Mobiliário de Escritório	2011	2011	653,56		653,56	100,00	0,00	653,56	0,00
Mobiliário de Escritório	2012	2012	3 929,16		3 929,16	100,00	0,00	3 929,16	0,00
Mobiliário de Escritório	2013	2013	1 442,48		1 442,48	100,00	0,00	1 442,48	0,00
Mobiliário de Escritório	2013	2013	12 812,84		3 203,22	12,50	1 601,61	4 804,83	8 008,01
Mobiliário de Escritório	2014	2014	695,42		695,42	100,00	0,00	695,42	0,00
Mobiliário de Escritório	2014	2014	44 143,41		5 517,93	12,50	5 517,93	11 035,86	33 107,55
Mobiliário de Escritório	2015	2015	3 650,77		0,00	100,00	3 650,77	3 650,77	0,00
Mobiliário de Escritório	2015	2015	13 311,92		0,00	12,50	1 663,99	1 663,99	11 647,93
<b>Total do Mobiliário de Escritório</b>			<b>1 161 501,37</b>		<b>1 010 540,66</b>		<b>80 214,65</b>	<b>1 090 755,31</b>	<b>70 746,06</b>

MAPA DAS AMORTIZAÇÕES  
**AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E DE FUNDOS DE PENSÕES**  
 Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2015

( em euros )

3

Descrição do Ativo Imobilizado  ( 1 )	Ano		Ativo Imobilizado  Valores de aquisição ou outro valor contabilístico na falta daqueles  ( 4 )	Anos de utilidade esperada  ( 5 )	Reintegrações e amortizações			Valor Contabilístico Atual  ( 10 ) = ( 4 ) - ( 9 )	
	Aquisição  ( 2 )	Utilização  ( 3 )			De exercícios anteriores  ( 6 )	Do exercício			Acumulado  ( 9 ) = ( 6 ) + ( 8 )
						Taxas  ( 7 )	Valor  ( 8 )		
<b>4262 - Computadores e outros equip. informáticos</b>									
Computadores e outros	2007	2007	517 666,95		517 666,95		0,00	517 666,95	0,00
Computadores e outros	2008	2008	136 277,60		136 277,60	25,00	0,00	136 277,60	0,00
Computadores e outros	2009	2009	126 447,38		126 447,38	33,33	0,00	126 447,38	0,00
Computadores e outros	2010	2010	233 493,70		233 470,35	33,33	0,00	233 470,35	23,35
Computadores e outros	2010	2010	41 203,27		41 203,27	33,33	0,00	41 203,27	0,00
Computadores e outros	2011	2011	56 350,17		56 340,62	33,33	0,00	56 340,62	9,55
Computadores e outros	2011	2011	13.659,61		13 659,61	100,00	0,00	13 659,61	0,00
Computadores e outros	2012	2012	148.907,13		147 866,93	33,33	0,00	147 866,93	1 040,20
Computadores e outros	2013	2013	70.354,64		46 898,40	33,33	23 456,24	70 354,64	0,00
Computadores e outros	2013	2013	1.296,20		1 296,20	100,00	0,00	1 296,20	0,00
Computadores e outros	2014	2014	293.212,05		97 727,58	33,33	97 727,58	195 455,16	97 756,89
Computadores e outros	2014	2014	943,64		943,64	100,00	0,00	943,64	0,00
Computadores e outros	2015	2015	382.132,85		0,00	33,33	127 364,88	127 364,88	254 767,97
Computadores e outros	2015	2015	1.086,36		0,00	100,00	1 086,36	1 086,36	0,00
<b>Total dos Comput. e O. Equip. Informáticos</b>			<b>2 023 031,55</b>		<b>1 419 798,53</b>		<b>249 635,06</b>	<b>1 669 433,59</b>	<b>353 597,96</b>
<b>4263 - Fotocópia. calc. telecop. e similares</b>									
Fotocopiadoras, Calculadoras e outros	2006	2006	5 113,88		5 113,88		0,00	5 113,88	0,00
Fotocopiadoras, Calculadoras e outros	2007	2007	10 861,01		10 861,01	20,00	0,00	10 861,01	0,00
Fotocopiadoras, Calculadoras e outros	2007	2007	404,41		404,41	100,00	0,00	404,41	0,00
Fotocopiadoras, Calculadoras e outros	2008	2008	39 508,53		39 508,55	20,00	0,00	39 508,55	0,00
Fotocopiadoras, Calculadoras e outros	2008	2008	530,26		530,26	100,00	0,00	530,26	0,00
Fotocopiadoras, Calculadoras e outros	2009	2009	243,90		243,90	100,00	0,00	243,90	0,00
Fotocopiadoras, Calculadoras e outros	2010	2010	99,22		99,22	100,00	0,00	99,22	0,00
Fotocopiadoras, Calculadoras e outros	2010	2010	19 323,68		19 323,68	20,00	0,00	19 323,68	0,00
Fotocopiadoras, Calculadoras e outros	2012	2012	110,06		110,06	100,00	0,00	110,06	0,00
Fotocopiadoras, Calculadoras e outros	2012	2012	2.435,50		1 461,30	20,00	487,10	1 948,40	487,10
Fotocopiadoras, Calculadoras e outros	2013	2013	81,18		81,18	100,00	0,00	81,18	0,00
Fotocopiadoras, Calculadoras e outros	2014	2014	71,34		71,34	100,00	0,00	71,34	0,00
<b>Total das Fotocop. Calc. e Similares</b>			<b>78 782,97</b>		<b>77 808,79</b>		<b>487,10</b>	<b>78 295,89</b>	<b>487,10</b>



MAPA DAS AMORTIZAÇÕES  
**AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E DE FUNDOS DE PENSÕES**  
 Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2015

( em euros )

4

Descrição do Ativo Imobilizado  ( 1 )	Ano		Ativo Imobilizado  Valores de aquisição ou outro valor contabilístico na falta daqueles  ( 4 )	Anos de utilidade esperada  ( 5 )	Reintegrações e amortizações			Valor Contabilístico Atual  ( 10 ) = ( 4 ) - ( 9 )	
	Aquisição  ( 2 )	Utilização  ( 3 )			De exercícios anteriores  ( 6 )	Do exercício			Acumulado  ( 9 ) = ( 6 ) + ( 8 )
						Taxas  ( 7 )	Valor  ( 8 )		
<b>4267 - Estantes e Estruturas</b>									
Estantes e estruturas	2008	2008	6 462,31		3 295,02	12,50	807,79	4 102,81	2 359,50
Estantes e estruturas	2009	2009	16 440,00		12 330,00	12,50	2 055,00	14 385,00	2 055,00
Estantes e estruturas	2014	2014	802,30		802,30	100,00	0,00	802,30	0,00
Estantes e estruturas	2014	2014	3 453,84		431,73	12,50	431,73	863,46	2 590,38
<b>Total das Estantes e Estruturas</b>			<b>27 158,45</b>		<b>16 859,05</b>		<b>3 294,52</b>	<b>20 153,57</b>	<b>7 004,88</b>
<b>4268 - Outras máquinas e equipamentos</b>									
Máquinas diversas	2007	2007	3 657,46		2 932,29	12,50	0,00	2 932,29	725,17
Máquinas diversas	2008	2008	81 345,31		71 098,34	12,50	10 246,97	81 345,31	0,00
Máquinas diversas	2008	2008	244,74		244,74	100,00	0,00	244,74	0,00
Máquinas diversas	2009	2009	660,07		660,07	100,00	0,00	660,07	0,00
Máquinas diversas	2009	2009	49 617,21		37 213,08	12,50	6 202,15	43 415,23	6 201,98
Máquinas diversas	2010	2010	3 545,48		3 545,48	100,00	0,00	3 545,48	0,00
Máquinas diversas	2010	2010	6 708,62		4 192,90	12,50	838,58	5 031,48	1 677,14
Máquinas diversas	2011	2011	1 562,29		1 562,29	100,00	0,00	1 562,29	0,00
Máquinas diversas	2011	2011	15 645,74		7 822,88	12,50	1 955,72	9 778,60	5 867,14
Máquinas diversas	2012	2012	2 079,68		2 079,68	100,00	0,00	2 079,68	0,00
Máquinas diversas	2013	2013	1 417,48		1 417,48	100,00	0,00	1 417,48	0,00
Máquinas diversas	2013	2013	3 566,75		1 426,70	20,00	713,35	2 140,05	1 426,70
Máquinas diversas	2014	2014	1 860,70		1 860,70	100,00	0,00	1 860,70	0,00
Máquinas diversas	2014	2014	8 302,50		1 660,50	20,00	1 660,50	3 321,00	4 981,50
Máquinas diversas	2015	2015	2 090,62		0,00	100,00	2 090,62	2 090,62	0,00
Máquinas diversas	2015	2015	22 506,75		0,00	20,00	4 501,35	4 501,35	18 005,40
<b>Total das Outras maq. e Equipamentos</b>			<b>204 811,40</b>		<b>137 717,13</b>		<b>28 209,24</b>	<b>165 926,37</b>	<b>38 885,03</b>

MAPA DAS AMORTIZAÇÕES  
**AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E DE FUNDOS DE PENSÕES**  
 Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2015

( em euros )

5

Descrição do Ativo Imobilizado  ( 1 )	Ano		Ativo Imobilizado  Valores de aquisição ou outro valor contabilístico na falta daqueles  ( 4 )	Anos de utilidade esperada  ( 5 )	Reintegrações e amortizações			Valor Contabilístico Atual  ( 10 ) = ( 4 ) - ( 9 )	
	Aquisição  ( 2 )	Utilização  ( 3 )			De exercícios anteriores  ( 6 )	Do exercício			Acumulado  ( 9 ) = ( 6 ) + ( 8 )
						Taxas  ( 7 )	Valor  ( 8 )		
<b>4269 - Artigos de conforto e decoração</b>									
Diversos	1992	1992	9 431,44		8 456,68		0,00	8 456,68	974,76
Diversos	1996	1996	2 597,98		0,00	0,00	0,00	0,00	2 597,98
Diversos	1997	1997	373,50		0,00	0,00	0,00	0,00	373,50
Diversos	1998	1998	738,22		0,00	0,00	0,00	0,00	738,22
Diversos	1998	1998	300,87		300,87	100,00	0,00	300,87	0,00
Diversos	1999	1999	727,25		0,00	0,00	0,00	0,00	727,25
Diversos	1999	1999	19,95		19,95	100,00	0,00	19,95	0,00
Diversos	2000	2000	1 867,75		0,00	0,00	0,00	0,00	1 867,75
Diversos	2001	2001	4 365,28		0,00	0,00	0,00	0,00	4 365,28
Diversos	2001	2001	3 555,84		3 555,84	12,50	0,00	3 555,84	0,00
Diversos	2001	2001	841,72		841,72	100,00	0,00	841,72	0,00
Diversos	2002	2002	688,62		284,86	100,00	0,00	284,86	403,76
Diversos	2003	2003	265,61		265,61	100,00	0,00	265,61	0,00
Diversos	2004	2004	654,00		0,00	0,00	0,00	0,00	654,00
Diversos	2005	2005	2 369,87		2 369,84	12,50	0,00	2 369,84	0,01
Diversos	2005	2005	100,00		100,00	100,00	0,00	100,00	0,00
Diversos	2006	2006	5 376,16		5 376,16	25,00	0,00	5 376,16	0,00
Diversos	2007	2007	108,90		108,90	100,00	0,00	108,90	0,00
Diversos	2007	2007	650,00		0,00	0,00	0,00	0,00	650,00
Diversos	2009	2009	30 250,50		0,00	0,00	0,00	0,00	30 250,50
Diversos	2009	2009	12 821,36		12 821,36	100,00	0,00	12 821,36	0,00
Diversos	2009	2009	75 121,45		75 121,44	25,00	0,00	75 121,44	0,01
Diversos	2010	2010	1 512,00		1 512,00	25,00	0,00	1 512,00	0,00
Diversos	2010	2010	2 160,00		2 160,00	100,00	0,00	2 160,00	0,00
Diversos	2012	2012	110,70		110,70	100,00	0,00	110,70	0,00
<b>Total dos Artigos de Decoração</b>			<b>157 008,97</b>		<b>113 405,93</b>		<b>0,00</b>	<b>113 405,93</b>	<b>43 603,02</b>
<b>Total do equipamento administrativo</b>			<b>3 652 294,71</b>		<b>2 776 130,09</b>		<b>361 840,57</b>	<b>3 137 970,66</b>	<b>514 324,05</b>

MAPA DAS AMORTIZAÇÕES  
**AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E DE FUNDOS DE PENSÕES**  
 Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2015

( em euros )

6

Descrição do Ativo Imobilizado  ( 1 )	Ano		Ativo Imobilizado  Valores de aquisição ou outro valor contabilístico na falta daqueles  ( 4 )	Anos de utilidade esperada  ( 5 )	Reintegrações e amortizações			Valor Contabilístico Atual  ( 10 ) = ( 4 ) - ( 9 )	
	Aquisição  ( 2 )	Utilização  ( 3 )			De exercícios anteriores  ( 6 )	Do exercício			Acumulado  ( 9 ) = ( 6 ) + ( 8 )
						Taxas  ( 7 )	Valor  ( 8 )		
<b>4291 - Instalações telefónicas</b>									
Instalações Telefónicas	2001	2001	28 357,03		28 357,03		0,00	28 357,03	0,00
Instalações Telefónicas	2002	2002	3 307,21		3 307,21	10,00	0,00	3 307,21	0,00
Instalações Telefónicas	2002	2002	1 760,10		1 760,10	100,00	0,00	1 760,10	0,00
Instalações Telefónicas	2003	2003	40 856,05		40 856,05	10,00	0,00	40 856,05	0,00
Instalações Telefónicas	2003	2003	257,85		257,85	100,00	0,00	257,85	0,00
Instalações Telefónicas	2004	2004	1 974,80		1 956,27	10,00	0,00	1 956,27	18,53
Instalações Telefónicas	2005	2005	577,16		577,16	100,00	0,00	577,16	0,00
Instalações Telefónicas	2007	2007	2 105,40		1 684,32	10,00	210,54	1 894,86	210,54
Instalações Telefónicas	2007	2007	531,14		531,14	100,00	0,00	531,14	0,00
Instalações Telefónicas	2008	2008	131 362,32		91 985,09	10,00	13 136,23	105 121,32	26 241,00
Instalações Telefónicas	2008	2008	1 609,30		1 448,37	20,00	0,00	1 448,37	160,93
Instalações Telefónicas	2009	2009	8 045,42		8 045,42	20,00	0,00	8 045,42	0,00
Instalações Telefónicas	2009	2009	32 609,53		19 565,70	10,00	3 260,95	22 826,65	9 782,88
Instalações Telefónicas	2010	2010	4 026,51		4 026,51	100,00	0,00	4 026,51	0,00
Instalações Telefónicas	2013	2013	313,04		313,04	100,00	0,00	313,04	0,00
Instalações Telefónicas	2014	2014	9 391,43		9 391,43	100,00	0,00	9 391,43	0,00
Instalações Telefónicas	2015	2015	1 660,30		0,00	100,00	1 660,30	1 660,30	0,00
<b>Total das Instalações Telefónicas</b>			<b>268 744,59</b>		<b>214 062,69</b>		<b>18 268,02</b>	<b>232 330,71</b>	<b>36 413,88</b>
<b>4292 - Equipamento desenho, microfilmagem, audiovisuais e similares</b>									
Audiovisuais	2005	2005	57 089,31		57 089,31		0,00	57 089,31	0,00
Audiovisuais	2008	2008	47 582,30		47 582,30	20,00	0,00	47 582,30	0,00
Audiovisuais	2009	2009	16 098,29		16 098,29	20,00	0,00	16 098,29	0,00
Audiovisuais	2010	2010	3 168,00		3 168,00	20,00	0,00	3 168,00	0,00
Audiovisuais	2010	2010	1 039,20		1 039,20	100,00	0,00	1 039,20	0,00
Audiovisuais	2013	2013	350,55		350,55	100,00	0,00	350,55	0,00
<b>Total do Equip.Desen.Microf. E Audio.</b>			<b>125 327,65</b>		<b>125 327,65</b>		<b>0,00</b>	<b>125 327,65</b>	<b>0,00</b>

MAPA DAS AMORTIZAÇÕES  
**AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E DE FUNDOS DE PENSÕES**  
 Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2015

( em euros )

7

Descrição do Ativo Imobilizado  ( 1 )	Ano		Ativo Imobilizado  Valores de aquisição ou outro valor contabilístico na falta daqueles  ( 4 )	Anos de utilidade esperada  ( 5 )	Reintegrações e amortizações			Valor Contabilístico Atual  ( 10 ) = ( 4 ) - ( 9 )	
	Aquisição  ( 2 )	Utilização  ( 3 )			De exercícios anteriores  ( 6 )	Do exercício			Acumulado  ( 9 ) = ( 6 ) + ( 8 )
						Taxas  ( 7 )	Valor  ( 8 )		
<b>4295 - Aparelhos ar condicionado</b>									
Climatização	2003	2003	18 386,35		18 386,35		0,00	18 386,35	0,00
Climatização	2004	2004	5 216,08		5 216,08	12,50	0,00	5 216,08	0,00
Climatização	2005	2005	4 581,50		4 581,51	12,50	0,00	4 581,51	0,00
Climatização	2008	2008	2 196,00		1 921,50	12,50	274,50	2 196,00	0,00
Climatização	2009	2009	78 896,90		47 338,14	10,00	7 889,69	55 227,83	23 669,07
Climatização	2010	2010	44 194,80		22 097,40	10,00	4 419,48	26 516,88	17 677,92
Climatização	2011	2011	4 646,94		1 858,76	10,00	464,69	2 323,45	2 323,45
Climatização	2012	2012	1 960,62		588,18	10,00	196,06	784,24	1 176,38
Climatização	2013	2013	1 819,17		1 819,17	100,00	0,00	1 819,17	0,00
Climatização	2013	2013	1 068,87		213,78	10,00	106,89	320,67	748,20
Climatização	2014	2014	1 212,78		1 212,78	100,00	0,00	1 212,78	0,00
Climatização	2014	2014	14 498,97		1 449,90	10,00	1 449,90	2 899,80	11 599,17
Climatização	2015	2015	7 611,24		0,00	10,00	761,12	761,12	6 850,12
<b>Total dos Aparelhos de Ar Condicionado</b>			<b>186 290,22</b>		<b>106 683,55</b>		<b>15 562,33</b>	<b>122 245,88</b>	<b>64 044,35</b>
<b>4296 - Reclamos luminosos</b>									
Reclamos Luminosos	2012	2012	4 236,05		1 588,53	12,50	529,51	2 118,04	2 118,01
Reclamos Luminosos	2014	2014	1 536,39		192,05	12,50	192,05	384,10	1 152,29
<b>Total dos Reclamos Luminosos</b>			<b>5 772,44</b>		<b>1 780,58</b>		<b>721,56</b>	<b>2 502,14</b>	<b>3 270,30</b>
<b>4297 - Material incêndio, extintores e outros</b>									
Extintores e Similares	2001	2001	28 566,13		28 566,13		0,00	28 566,13	0,00
Extintores e Similares	2005	2005	27 084,28		27 082,30	10,00	0,00	27 082,30	1,98
Extintores e Similares	2006	2006	15 400,05		15 400,05	12,50	0,00	15 400,05	0,00
Extintores e Similares	2007	2007	327,60		327,60	100,00	0,00	327,60	0,00
Extintores e Similares	2008	2008	1 280,57		1 120,49	12,50	160,08	1 280,57	0,00
Extintores e Similares	2009	2009	1 416,66		1 416,66	100,00	0,00	1 416,66	0,00
Extintores e Similares	2010	2010	443,44		443,44	100,00	0,00	443,44	0,00
Extintores e Similares	2011	2011	51,66		51,66	100,00	0,00	51,66	0,00
Extintores e Similares	2014	2014	2 245,55		561,39	25,00	561,39	1 122,78	1 122,77
<b>Total do Material de Incêndio</b>			<b>76 815,94</b>		<b>74 969,72</b>		<b>721,47</b>	<b>75 691,19</b>	<b>1 124,75</b>
<b>Total das Outras Imobilizações Corpóreas</b>			<b>662 950,84</b>		<b>522 824,19</b>		<b>35 273,38</b>	<b>558 097,57</b>	<b>104 853,28</b>

MAPA DAS AMORTIZAÇÕES  
**AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E DE FUNDOS DE PENSÕES**  
 Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2015

( em euros )

8

Descrição do Ativo Imobilizado  ( 1 )	Ano		Ativo Imobilizado  Valores de aquisição ou outro valor contabilístico na falta daqueles  ( 4 )	Anos de utilidade esperada  ( 5 )	Reintegrações e amortizações			Valor Contabilístico Atual  ( 10 ) = ( 4 ) - ( 9 )	
	Aquisição  ( 2 )	Utilização  ( 3 )			De exercícios anteriores  ( 6 )	Do exercício			Acumulado  ( 9 ) = ( 6 ) + ( 8 )
						Taxas  ( 7 )	Valor  ( 8 )		
<b>4331 - SOFTWARE</b>									
Programas de Computador	2009	2009	6 204 156,54		6 204 156,54		0,00	6 204 156,54	0,00
Programas de Computador	2009	2009	516 834,91		516 834,91	33,33	0,00	516 834,91	0,00
Programas de Computador	2010	2010	1 187,77		1 187,77	100,00	0,00	1 187,77	0,00
Programas de Computador	2010	2010	226 987,70		226 987,70	33,33	0,00	226 987,70	0,00
Programas de Computador	2011	2011	2 992,72		2 992,72	100,00	0,00	2 992,72	0,00
Programas de Computador	2011	2011	84 302,74		84 294,30	33,33	0,00	84 294,30	8,44
Programas de Computador	2012	2012	549,46		549,46	100,00	0,00	549,46	0,00
Programas de Computador	2012	2012	298 521,75		298 491,90	33,33	0,00	298 491,90	29,85
Programas de Computador	2013	2013	3 178,69		3 178,69	100,00	0,00	3 178,69	0,00
Programas de Computador	2013	2013	197 576,00		131 704,16	33,33	65 871,83	197 575,99	0,00
Programas de Computador	2014	2014	4 055,32		4 055,32	100,00	0,00	4 055,32	0,00
Programas de Computador	2014	2014	137 603,99		45 863,41	33,33	45 863,41	91 726,82	45 877,17
Programas de Computador	2015	2015	5 550,21		0,00	100,00	5 550,21	5 550,21	0,00
Programas de Computador	2015	2015	341 184,04		0,00	33,33	113 716,64	113 716,64	227 467,40
<b>Total do Software</b>			<b>8 024 681,84</b>		<b>7 520 296,88</b>		<b>231 002,09</b>	<b>7 751 298,97</b>	<b>273 382,86</b>
<b>Total das Imobilizações incorpóreas</b>			<b>8 024 681,84</b>		<b>7 520 296,88</b>		<b>231 002,09</b>	<b>7 751 298,97</b>	<b>273 382,86</b>

O Contabilista Certificado

(Filipe Valentim)

A Diretora Financeira

(Jacinta Dias)

O Conselho de Administração

(José Figueiredo Almaça)  
(Presidente)(Filipe Aleman Serrano)  
(Vice-Presidente)(Maria de Nazaré Barroso)  
(Vogal)

## 8.2.8 - MAPA II

**MAPA DOS ABATES**  
**AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES**  
**Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2015**  
**RESUMO**

( Em euros )

1

Descrição do Ativo Imobilizado  ( 1 )	Ano		Ativo Imobilizado  Valores de aquisição ou outro valor contábilístico na falta daqueles  ( 4 )	Anos/meses dos abates		Amortizações acumuladas  2015 ( 7 )	Valor Contábilístico Atual  2015 ( 8 )
	Aquisição  ( 2 )	Utilização  ( 3 )		Ano  ( 5 )	Mês  ( 6 )		
Equipamento de transporte			19 268,69			19 268,69	0,00
Equipamento Administrativo			98 330,05			98 330,05	0,00
Outras Imobilizações Corpóreas			6 589,63			6 589,63	0,00
Imobilizações incorpóreas			2 598,11			2 598,11	0,00
Total Geral			126 786,48			126 786,48	0,00

**MAPA DOS ABATES**  
**AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES**  
**Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2015**

( Em euros )

2

Descrição do Ativo Imobilizado  ( 1 )	Ano		Ativo Imobilizado  Valores de aquisição ou outro valor contábilístico na falta daqueles  ( 4 )	Anos/meses dos abates		Amortizações acumuladas  2015  ( 7 )	Valor Contábilístico Atual  2015  ( 8 )
	Aquisição  ( 2 )	Utilização  ( 3 )		Ano  ( 5 )	Mês  ( 6 )		
<b>4241- VEICULOS LIGEIOS</b>							
Viatura Renault Kangoo 1.9D (67-60-RS)	2001	2001	9 442,37	2015	12	9 442,37	0,00
Viatura Peugeot Partner 1.9D (85-98-RV)	2001	2001	9 826,32	2015	12	9 826,32	0,00
<b>Total</b>			<b>19 268,69</b>			<b>19 268,69</b>	<b>0,00</b>
<b>4261- MOBILIÁRIO DE ESCRITÓRIO</b>							
Biombo vidro duplo 1200x1480	1996	1995	379,71	2015	01	379,71	0,00
Biombo vidro duplo 1200x1480	1996	1995	379,71	2015	01	379,71	0,00
Biombo vidro duplo 1200x1480	1996	1995	379,71	2015	01	379,71	0,00
Biombo vidro duplo 1200x1480	1996	1995	379,71	2015	01	379,71	0,00
Biombo vidro duplo 1200x1480	1996	1995	379,71	2015	01	379,71	0,00
Biombo vidro duplo 1200x1480	1996	1995	379,71	2015	01	379,71	0,00
Escadote (tamborete c/ rodas pratic)	1996	1995	36,35	2015	01	36,35	0,00
Biombo 800x1620 vidro duplo cinz. met. 93	1998	1995	819,37	2015	01	819,37	0,00
Bloco gavetas rodado Linha 4000	1999	1995	157,72	2015	01	157,72	0,00
Cadeira ergonómica costa alta c/ braços	1999	1995	230,80	2015	01	230,80	0,00
Cesto para papéis CP 4000	1999	1995	10,77	2015	01	10,77	0,00
Cabide c/ porta chapéu de chuva "umbrella"	2009	1995	74,00	2015	01	74,00	0,00
Cabide c/ porta chapéu de chuva "umbrella"	2009	1995	74,00	2015	01	74,00	0,00
<b>Total</b>			<b>3 681,27</b>			<b>3 681,27</b>	<b>0,00</b>

**MAPA DOS ABATES**  
**AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES**  
**Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2015**

( Em euros )

3

Descrição do Ativo Imobilizado  ( 1 )	Ano		Ativo Imobilizado  Valores de aquisição ou outro valor contábilístico na falta daqueles  ( 4 )	Anos/meses dos abates		Amortizações acumuladas  2015 ( 7 )	Valor Contábilístico Atual  2015 ( 8 )
	Aquisição  ( 2 )	Utilização  ( 3 )		Ano  ( 5 )	Mês  ( 6 )		
<b>4262- COMPUTADORES OUT.EQUIPA.</b>							
Computador Dell Optilex 790 SF- 44MS25J	2011	2011	614,52	2015	01	614,52	0,00
Computador portátil Dell Latitude E6220 - 2T81XP1	2011	2011	1 217,70	2015	01	1 217,70	0,00
Monitor Dell P2210 22"	2011	2011	183,27	2015	01	183,27	0,00
Computador Compaq DESKPRO EP P500 N.8946CJN20070	1999	1999	1 286,24	2015	01	1 286,24	0,00
Impressora HP Deskjet 610C N.ES9CG1918D	1999	1999	154,07	2015	01	154,07	0,00
Impressora HP Deskjet 610C N.ES9CG1918F	1999	1999	154,07	2015	01	154,07	0,00
Catalyst 3524XL Enterprise Edition	2001	2001	2 474,44	2015	01	2 474,44	0,00
Placa SCSI 2904 PCI c/ cabo N.BDOB2090CLO	2002	2002	233,44	2015	01	233,44	0,00
Placa SCSI 2904 PCI c/ cabo N.BDOB2090C2X	2002	2002	233,44	2015	01	233,44	0,00
Placa SCSI 2904 PCI c/ cabo N.BDOB2090C6R	2002	2002	233,44	2015	01	233,44	0,00
Placa SCSI 2904 PCI c/ cabo N.BDOB2090C6P	2002	2002	233,44	2015	01	233,44	0,00
Placa SCSI 2904 PCI c/ cabo N.BDOB2090CN2	2002	2002	233,44	2015	01	233,44	0,00
Computador portátil Compaq EVO N600 N.7J27KBSZBO9X	2002	2002	3 732,49	2015	01	3 732,49	0,00
Impressora HP Laserjet 1200 N.SCNC2359489	2002	2002	522,94	2015	01	522,94	0,00
Placa Adaptec 2904 PCI	2002	2002	201,83	2015	01	201,83	0,00
Impressora HP laserjet 1000W N.CNCJ623382	2003	2003	287,03	2015	01	287,03	0,00
Placa PCI SCSI 2904 c/ cabo	2003	2003	71,16	2015	01	71,16	0,00
Placa PCI SCSI 2904 c/ cabo	2003	2003	75,30	2015	01	75,30	0,00
Placa PCI SCSI 2904 c/ cabo	2003	2003	75,30	2015	01	75,30	0,00
Monitor DELL 17" E773C N.5986418058P30NH	2003	2003	129,99	2015	01	129,99	0,00
Impressora HP Laserjet 1300 N.CNCD438306	2004	2004	491,42	2015	01	491,42	0,00
Placa SCSI 2904 c/ cabo	2004	2004	67,83	2015	01	67,83	0,00
Placa SCSI 2904 c/ cabo	2004	2004	67,83	2015	01	67,83	0,00
<b>A transportar</b>			<b>12 974,63</b>			<b>12 974,63</b>	<b>0,00</b>



**MAPA DOS ABATES**  
**AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES**  
**Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2015**

( Em euros )

4

Descrição do Ativo Imobilizado  ( 1 )	Ano		Ativo Imobilizado  Valores de aquisição ou outro valor contábilístico na falta daqueles  ( 4 )	Anos/meses dos abates		Amortizações acumuladas  2015 ( 7 )	Valor Contábilístico Atual  2015 ( 8 )
	Aquisição  ( 2 )	Utilização  ( 3 )		Ano  ( 5 )	Mês  ( 6 )		
<b>Transporte</b>			<b>12 974,63</b>			<b>12 974,63</b>	<b>0,00</b>
Computador Optiplex GX270 P4 N.44Y261J	2004	2004	835,56	2015	01	835,56	0,00
Impressora HP Laserjet 1300 N.CNCD733962	2004	2004	568,22	2015	01	568,22	0,00
Placa SCSI 2904 c/ cabo	2004	2004	69,02	2015	01	69,02	0,00
Computador Optiplex GX270 P4 N.820C81J	2004	2004	835,56	2015	01	835,56	0,00
Expansão de memória 1 GB (2x512MB) 400MHZ	2004	2004	228,07	2015	01	228,07	0,00
HP Proliant DL380 G3 X3,2GHZ- file server N.GB84501W4W	2004	2004	8 166,43	2015	01	8 166,43	0,00
HP Ultrium 230 - tape externa ultrium N.HU74L00302	2004	2004	3 499,90	2015	01	3 499,90	0,00
HP Proliant DL380 G3 X3,2GHZ - Domain com N.GB84501W70	2004	2004	7 171,35	2015	01	7 171,35	0,00
HP Ultrium 230 - tape externa ultrium N.HU74L00306	2004	2004	3 499,90	2015	01	3 499,90	0,00
Impressora HP laserjet 2300N N.SCN7U1302T	2005	2005	737,85	2015	01	737,85	0,00
Memória 512MB	2005	2005	73,79	2015	01	73,79	0,00
Computador Optiplex GX280 SFF - PA N.H3FNR1J	2005	2005	671,20	2015	01	671,20	0,00
Computador Optiplex GX280 SFF - PA N.J3FNR1J	2005	2005	671,20	2015	01	671,20	0,00
Computador DELL Optiplex GX620 USFF N.74R2D2J	2006	2006	776,18	2015	01	776,18	0,00
Computador DELL Optiplex GX620 USFF N.B4R2D2J	2006	2006	776,18	2015	01	776,18	0,00
Computador DELL Optiplex GX620 USFF N.J3R2D2J	2006	2006	776,18	2015	01	776,18	0,00
Computador DELL Optiplex GX620 USFF N.J3R2D2J	2006	2006	1 279,83	2015	01	1 279,83	0,00
Computador portátil DELL Latitude D420 N.31P1G2J	2006	2006	1 706,92	2015	01	1 706,92	0,00
Computador DELL Optiplex GX620 USFF N.GRJHG2J	2006	2006	776,18	2015	01	776,18	0,00
Computador DELL Optiplex GX620 USFF N.1SJHG2J	2006	2006	776,18	2015	01	776,18	0,00
Impressora Canon Pixma IP5200R N.AADH67192	2007	2007	212,68	2015	01	212,68	0,00
Computador portátil DELL Latitude D620 N.GNFKT2J	2007	2007	1 681,88	2015	01	1 681,88	0,00
Computador DELL Optiplex 745SF N.62XR13J	2007	2007	621,13	2015	01	621,13	0,00
<b>A transportar</b>			<b>49 386,02</b>			<b>49 386,02</b>	<b>0,00</b>

**MAPA DOS ABATES**  
**AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES**  
Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2015

( Em euros )

5

Descrição do Ativo Imobilizado  ( 1 )	Ano		Ativo Imobilizado  Valores de aquisição ou outro valor contábilístico na falta daqueles  ( 4 )	Anos/meses dos abates		Amortizações acumuladas  2015 ( 7 )	Valor Contábilístico Atual  2015 ( 8 )
	Aquisição  ( 2 )	Utilização  ( 3 )		Ano  ( 5 )	Mês  ( 6 )		
<b>Transporte</b>			<b>49 386,02</b>			<b>49 386,02</b>	<b>0,00</b>
Computador DELL Optiplex 745 SF N.F01S13J	2007	2007	621,13	2015	01	621,13	0,00
Computador DELL Optiplex 745 SF N.H2XR13J	2007	2007	621,13	2015	01	621,13	0,00
Computador DELL Optiplex 745 SF N.J1XR13J	2007	2007	621,13	2015	01	621,13	0,00
Computador DELL Optiplex 755 SF N.DZTJM3J	2008	2008	702,90	2015	01	702,90	0,00
Computador DELL Optiplex 755 SF N.62VJM3J	2008	2008	702,90	2015	01	702,90	0,00
Impressora HP Laserjet 4700DN N.JP5NC09153	2008	2008	1 459,65	2015	01	1 459,65	0,00
Monitor Dell E178FP 17"	2009	2009	120,00	2015	01	120,00	0,00
Computador Dell Optiplex 760 SF N. 636RB4J	2009	2009	688,80	2015	01	688,80	0,00
Computador Portátil DELL Latitude E4200 N.G6MMP4J	2010	2010	1 318,80	2015	06	1 318,80	0,00
Computador Portátil DELL Latitude E4200 N.J6MMP4J	2010	2010	1 318,80	2015	06	1 318,80	0,00
Computador DELL OPTIPLEX 790 SF N.12MS25J	2011	2011	614,52	2015	07	614,52	0,00
Computador DELL OPTIPLEX 790 SF N.52MS25J	2011	2011	614,52	2015	07	614,52	0,00
Computador DELL OPTIPLEX 790 SF N.72MS25J	2011	2011	614,52	2015	07	614,52	0,00
Computador DELL OPTIPLEX 790 SF N.F2MS25J	2011	2011	614,52	2015	07	614,52	0,00
Computador DELL OPTIPLEX 790 SF N.43MS25J	2011	2011	614,52	2015	07	614,52	0,00
Computador DELL OPTIPLEX 790 SF N.33MS25J	2011	2011	614,52	2015	07	614,52	0,00
Computador DELL OPTIPLEX 790 SF N.J2MS25J	2011	2011	614,52	2015	07	614,52	0,00
Computador DELL OPTIPLEX 790 SF N.H2MS25J	2011	2011	614,52	2015	07	614,52	0,00
Computador DELL OPTIPLEX 790 SF N.64MS25J	2011	2011	614,52	2015	07	614,52	0,00
Computador DELL OPTIPLEX 790 SF N.54MS25J	2011	2011	614,52	2015	07	614,52	0,00
Computador DELL OPTIPLEX 790 SF N.24MS25J	2011	2011	614,52	2015	07	614,52	0,00
Computador DELL OPTIPLEX 790 SF N.14MS25J	2011	2011	614,52	2015	07	614,52	0,00
Computador DELL OPTIPLEX 790 SF N.J3MS25J	2011	2011	614,52	2015	07	614,52	0,00
<b>A transportar</b>			<b>65 550,02</b>			<b>65 550,02</b>	<b>0,00</b>

**MAPA DOS ABATES**  
**AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES**  
**Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2015**

( Em euros )

6

Descrição do Ativo Imobilizado  ( 1 )	Ano		Ativo Imobilizado  Valores de aquisição ou outro valor contábilístico na falta daqueles  ( 4 )	Anos/meses dos abates		Amortizações acumuladas  2015 ( 7 )	Valor Contábilístico Atual  2015 ( 8 )
	Aquisição  ( 2 )	Utilização  ( 3 )		Ano  ( 5 )	Mês  ( 6 )		
<b>Transporte</b>			<b>65 550,02</b>			<b>65 550,02</b>	<b>0,00</b>
Computador DELL OPTIPLEX 790 SF N.94MS25J	2011	2011	614,52	2015	07	614,52	0,00
Computador DELL OPTIPLEX 790 SF N.F3MS25J	2011	2011	614,52	2015	07	614,52	0,00
Computador DELL OPTIPLEX 790 SF N.C3MS25J	2011	2011	614,52	2015	07	614,52	0,00
Computador DELL OPTIPLEX 790 SF N.82MS25J	2011	2011	614,52	2015	07	614,52	0,00
Computador DELL OPTIPLEX 790 SF N.22MS25J	2011	2011	614,52	2015	07	614,52	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.OW416K7287215FC06M	2011	2011	159,90	2015	07	159,90	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.OW416K7287215FAC8M	2011	2011	159,90	2015	07	159,90	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.OW416K7287215FA6AM	2011	2011	159,90	2015	07	159,90	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.OW416K7287215FA67M	2011	2011	159,90	2015	07	159,90	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.OW416K7287215FC96M	2011	2011	159,90	2015	07	159,90	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.OW416K7287215FACKM	2011	2011	159,90	2015	07	159,90	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.OW416K7287215FAE7M	2011	2011	159,90	2015	07	159,90	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.OW416K7287215FACNM	2011	2011	159,90	2015	07	159,90	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.OW416K7287215FAEHM	2011	2011	159,90	2015	07	159,90	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.OW416K7287215FAE8M	2011	2011	159,90	2015	07	159,90	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.OW416K7287215FAJ6M	2011	2011	159,90	2015	07	159,90	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.OW416K7287215FC07M	2011	2011	159,90	2015	07	159,90	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.OW416K7287215FACFM	2011	2011	159,90	2015	07	159,90	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.OW416K7287215FAUWM	2011	2011	159,90	2015	07	159,90	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.OW416K7287215FACEM	2011	2011	159,90	2015	07	159,90	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.OW416K7287215FA8HM	2011	2011	159,90	2015	07	159,90	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.OW416K7287215FAEDM	2011	2011	159,90	2015	07	159,90	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.OW416K7287215FACUM	2011	2011	159,90	2015	07	159,90	0,00
<b>A transportar</b>			<b>71 500,82</b>			<b>71 500,82</b>	<b>0,00</b>

**MAPA DOS ABATES**  
**AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES**  
**Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2015**

( Em euros )

7

Descrição do Ativo Imobilizado  ( 1 )	Ano		Ativo Imobilizado  Valores de aquisição ou outro valor contábilístico na falta daqueles  ( 4 )	Anos/meses dos abates		Amortizações acumuladas  2015 ( 7 )	Valor Contábilístico Atual  2015 ( 8 )
	Aquisição  ( 2 )	Utilização  ( 3 )		Ano  ( 5 )	Mês  ( 6 )		
<b>Transporte</b>			<b>71 500,82</b>			<b>71 500,82</b>	<b>0,00</b>
Computador Portátil DELL LATITUDE E5420 N.488CLQ1	2011	2011	892,39	2015	07	892,39	0,00
Computador Portátil DELL LATITUDE E5420 N.488DLQ1	2011	2011	892,39	2015	07	892,39	0,00
Replicador de portas - adaptador CA e cabo N.129611203216	2011	2011	98,40	2015	07	98,40	0,00
Suporte monitor p/ utilização porta N. CNORM361149410CN0771	2011	2011	74,00	2015	07	74,00	0,00
Suporte monitor p/ utilização porta N. CNORM361149410CN07542011-06	2011	2011	74,00	2015	07	74,00	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.OW416K7287213719HM	2011	2011	159,90	2015	07	159,90	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.OW416K728721371AUM	2011	2011	159,90	2015	07	159,90	0,00
Computador Portátil DELL LATITUDE E6220 N.2T7ZWP1	2011	2011	1 217,70	2015	07	1 217,70	0,00
Replicador de portas - adaptador CA e cabo N.1296115N3340	2011	2011	104,55	2015	07	104,55	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.CN07PGVR7444515K3765	2011	2011	173,43	2015	07	173,43	0,00
Módulo memória 4GB p/ DELL LATITUDE E5420	2012	2012	34,91	2015	07	34,91	0,00
Módulo memória 4GB p/ DELL LATITUDE E6220	2012	2012	34,91	2015	07	34,91	0,00
Computador DELL OPTIPLEX 790 SF N.H1MS25J	2011	2011	614,52	2015	10	614,52	0,00
Computador DELL OPTIPLEX 790 SF N.32MS25J	2011	2011	614,52	2015	10	614,52	0,00
Computador DELL OPTIPLEX 790 SF N.92MS25J	2011	2011	614,52	2015	10	614,52	0,00
Computador DELL OPTIPLEX 790 SF N.C2MS25J	2011	2011	614,52	2015	10	614,52	0,00
Computador DELL OPTIPLEX 790 SF N.23MS25J	2011	2011	614,52	2015	10	614,52	0,00
Computador DELL OPTIPLEX 790 SF N.13MS25J	2011	2011	614,52	2015	10	614,52	0,00
Computador DELL OPTIPLEX 790 SF N.G2MS25J	2011	2011	614,52	2015	10	614,52	0,00
Computador DELL OPTIPLEX 790 SF N.74MS25J	2011	2011	614,52	2015	10	614,52	0,00
Computador DELL OPTIPLEX 790 SF N.34MS25J	2011	2011	614,52	2015	10	614,52	0,00
Computador DELL OPTIPLEX 790 SF N.H3MS25J	2011	2011	614,52	2015	10	614,52	0,00
Computador DELL OPTIPLEX 790 SF N.84MS25J	2011	2011	614,52	2015	10	614,52	0,00
<b>A transportar</b>			<b>82 177,02</b>			<b>82 177,02</b>	<b>0,00</b>

**MAPA DOS ABATES**  
**AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES**  
**Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2015**

( Em euros )

8

Descrição do Ativo Imobilizado  ( 1 )	Ano		Ativo Imobilizado  Valores de aquisição ou outro valor contábilístico na falta daqueles  ( 4 )	Anos/meses dos abates		Amortizações acumuladas  2015 ( 7 )	Valor Contábilístico Atual  2015 ( 8 )
	Aquisição  ( 2 )	Utilização  ( 3 )		Ano  ( 5 )	Mês  ( 6 )		
<b>Transporte</b>			<b>82 177,02</b>			<b>82 177,02</b>	<b>0,00</b>
Computador DELL OPTIPLEX 790 SF N.D3MS25J	2011	2011	614,52	2015	10	614,52	0,00
Computador DELL OPTIPLEX 790 SF N.B3MS25J	2011	2011	614,52	2015	10	614,52	0,00
Computador DELL OPTIPLEX 790 SF N.93MS25J	2011	2011	614,52	2015	10	614,52	0,00
Computador DELL OPTIPLEX 790 SF N.83MS25J	2011	2011	614,52	2015	10	614,52	0,00
Computador DELL OPTIPLEX 790 SF N.73MS25J	2011	2011	614,52	2015	10	614,52	0,00
Computador DELL OPTIPLEX 790 SF N.D2MS25J	2011	2011	614,52	2015	10	614,52	0,00
Computador DELL OPTIPLEX 790 SF N.42MS25J	2011	2011	614,52	2015	10	614,52	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.OW416K7287215FAEFM	2011	2011	159,90	2015	10	159,90	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.OW416K7287215FACDM	2011	2011	159,90	2015	10	159,90	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.OW416K7287215FC7TM	2011	2011	159,90	2015	10	159,90	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.OW416K7287215FACAM	2011	2011	159,90	2015	10	159,90	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.OW416K7287215FC8VM	2011	2011	159,90	2015	10	159,90	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.CN04W1MD744450CB857S	2011	2011	159,90	2015	10	159,90	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.OW416K7287215FAEKM	2011	2011	159,90	2015	10	159,90	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.CZ0W416K736089AD3LGI	2011	2011	159,90	2015	10	159,90	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.OW416K7287215FATKM	2011	2011	159,90	2015	10	159,90	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.OW416K7287215FAEVM	2011	2011	159,90	2015	10	159,90	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.OW416K7287215FAC9M	2011	2011	159,90	2015	10	159,90	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.OW416K7287215FAE6M	2011	2011	159,90	2015	10	159,90	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.CN0W416K7287214QDELM	2011	2011	159,90	2015	10	159,90	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.OW416K7287215FAE3M	2011	2011	159,90	2015	10	159,90	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.OW416K7287215FAF8M	2011	2011	159,90	2015	10	159,90	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.OW416K7287215FCO4M	2011	2011	159,90	2015	10	159,90	0,00
<b>A transportar</b>			<b>89 037,06</b>			<b>89 037,06</b>	<b>0,00</b>

**MAPA DOS ABATES**  
**AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES**  
**Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2015**

( Em euros )

9

Descrição do Ativo Imobilizado  ( 1 )	Ano		Ativo Imobilizado  Valores de aquisição ou outro valor contábilístico na falta daqueles  ( 4 )	Anos/meses dos abates		Amortizações acumuladas  2015 ( 7 )	Valor Contábilístico Atual  2015 ( 8 )
	Aquisição  ( 2 )	Utilização  ( 3 )		Ano  ( 5 )	Mês  ( 6 )		
<b>Transporte</b>			<b>89 037,06</b>			<b>89 037,06</b>	<b>0,00</b>
Monitor DELL P2210 22" N.OW416K7287215FCO2M	2011	2011	159,90	2015	10	159,90	0,00
Computador Portátil DELL Latitude E5420 N.488BLQ1	2011	2011	892,39	2015	10	892,39	0,00
Computador Portátil DELL Latitude E5420 N.488GLQ1	2011	2011	892,39	2015	10	892,39	0,00
Computador Portátil DELL Latitude E5420 N.488FLQ1	2011	2011	892,39	2015	10	892,39	0,00
Replicador de portas N.CNOPW380129611203212	2011	2011	98,40	2015	10	98,40	0,00
Replicador de portas N.CNOPW380129611203258	2011	2011	98,40	2015	10	98,40	0,00
Replicador de portas N.CNOPW380129611203257	2011	2011	98,40	2015	10	98,40	0,00
Suporte monitor N.CNORM361149410CN0777	2011	2011	74,00	2015	10	74,00	0,00
Suporte monitor N.CNORM361149410CN0776	2011	2011	74,00	2015	10	74,00	0,00
Suporte monitor N.CNORM361149410CN0753	2011	2011	74,54	2015	10	74,54	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.CNOW416K728721371DNNM	2011	2011	159,90	2015	10	159,90	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.CNOW416K728721371CDM	2011	2011	159,90	2015	10	159,90	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.CNOVTTJ77287217GAD8M	2011	2011	205,00	2015	10	205,00	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.CNOVTTJ7728721B4ETOM	2011	2011	183,27	2015	10	183,27	0,00
Computador DELL OPTIPLEX 790 SF N.J1MS25J	2011	2011	614,52	2015	10	614,52	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.OW416K7287215FAC5M	2011	2011	159,90	2015	10	159,90	0,00
Computador DELL OPTIPLEX 790 SF N.63MS25J	2011	2011	614,52	2015	12	614,52	0,00
Monitor DELL P2210 22" N.OW416K7287215FACHM	2011	2011	159,90	2015	12	159,90	0,00
<b>Total</b>			<b>94 648,78</b>			<b>94 648,78</b>	<b>0,00</b>

**MAPA DOS ABATES**  
**AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES**  
**Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2015**

( Em euros )

10

Descrição do Ativo Imobilizado  ( 1 )	Ano		Ativo Imobilizado  Valores de aquisição ou outro valor contabilístico na falta daqueles  ( 4 )	Anos/meses dos abates		Amortizações acumuladas  2015  ( 7 )	Valor Contabilístico Atual  2015  ( 8 )
	Aquisição  ( 2 )	Utilização  ( 3 )		Ano  ( 5 )	Mês  ( 6 )		
<b>4291 - INSTALAÇÕES TELEFÓNICAS</b>							
Telemóvel HTC Explorer preto N.359918046459228	2011	2011	149,90	2015	01	149,90	0,00
Iphone 4S 32GB preto N.13042003939946	2012	2012	699,89	2015	01	699,89	0,00
Telemóvel HTC Explorer preto N.359918043018142	2012	2012	149,90	2015	01	149,90	0,00
Telemóvel SAMSUNG Galaxy ACE Plus N.358866044822205	2012	2012	24,60	2015	01	24,60	0,00
Telemóvel SAMSUNG Galaxy ACE Plus N.358866046726511	2012	2012	36,35	2015	01	36,35	0,00
Telemóvel SAMSUNG Galaxy ACE Plus N.358866046726529	2012	2012	36,35	2015	01	36,35	0,00
Telemóvel SAMSUNG Galaxy ACE Plus N.358866046726537	2012	2012	36,35	2015	01	36,35	0,00
Telemóvel SAMSUNG Galaxy ACE Plus N.358866046726586	2012	2012	36,35	2015	01	36,35	0,00
Telemóvel SAMSUNG Galaxy ACE Plus N.358866046726628	2012	2012	36,35	2015	01	36,35	0,00
Telemóvel SAMSUNG Galaxy ACE Plus N.358866046726636	2012	2012	36,35	2015	01	36,35	0,00
Telemóvel SAMSUNG Galaxy ACE Plus N.358866046726644	2012	2012	36,35	2015	01	36,35	0,00
Telemóvel SAMSUNG Galaxy ACE Plus N.358866046726669	2012	2012	36,35	2015	01	36,35	0,00
Telemóvel SAMSUNG Galaxy ACE Plus N.358866046726719	2012	2012	36,35	2015	01	36,35	0,00
Telemóvel SAMSUNG Galaxy ACE Plus N.358866046726818	2012	2012	36,35	2015	01	36,35	0,00
Telemóvel SAMSUNG Galaxy ACE Plus N.358866046727097	2012	2012	36,35	2015	01	36,35	0,00
Telemóvel SAMSUNG Galaxy ACE Plus N.358866046728475	2012	2012	36,35	2015	01	36,35	0,00
Telemóvel SAMSUNG Galaxy ACE Plus N.358866046728533	2012	2012	36,35	2015	01	36,35	0,00
Telemóvel SAMSUNG Galaxy ACE Plus N.358866046729689	2012	2012	36,35	2015	01	36,35	0,00
Telemóvel SAMSUNG Galaxy ACE Plus N.358866046730083	2012	2012	36,35	2015	01	36,35	0,00
Telemóvel SAMSUNG Galaxy ACE Plus N.358866046730562	2012	2012	36,35	2015	01	36,35	0,00
Telemóvel SAMSUNG Galaxy ACE Plus N.358866046730588	2012	2012	36,35	2015	01	36,35	0,00
Telemóvel SAMSUNG Galaxy ACE Plus N.358866046730737	2012	2012	36,35	2015	01	36,35	0,00
Telemóvel SAMSUNG Galaxy ACE Plus N.358866046730935	2012	2012	36,35	2015	01	36,35	0,00
<b>A transportar</b>			<b>1 714,94</b>			<b>1 714,94</b>	<b>0,00</b>

**MAPA DOS ABATES**  
**AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES**  
**Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2015**

( Em euros )

11

Descrição do Ativo Imobilizado  ( 1 )	Ano		Ativo Imobilizado  Valores de aquisição ou outro valor contabilístico na falta daqueles  ( 4 )	Anos/meses dos abates		Amortizações acumuladas  2015 ( 7 )	Valor Contabilístico Atual  2015 ( 8 )
	Aquisição  ( 2 )	Utilização  ( 3 )		Ano  ( 5 )	Mês  ( 6 )		
<b>Transporte</b>			<b>1 714,94</b>			<b>1 714,94</b>	<b>0,00</b>
Telemóvel SAMSUNG Galaxy ACE Plus N.358866046731214	2012	2012	36,35	2015	01	36,35	0,00
Telemóvel SAMSUNG Galaxy ACE Plus N.358866046731818	2012	2012	36,35	2015	01	36,35	0,00
Telemóvel SAMSUNG Galaxy ACE Plus N.358866046732626	2012	2012	36,35	2015	01	36,35	0,00
Telemóvel Blackberry Jennings 9810 N.357694047963110	2012	2012	419,91	2015	01	419,91	0,00
Iphone 4S 16GB preto N.13067008524005	2012	2012	599,89	2015	01	599,89	0,00
Iphone 4S 16GB preto N.13068002013409	2012	2012	599,89	2015	01	599,89	0,00
Iphone 4S 16GB preto N.13068002059154	2012	2012	599,89	2015	01	599,89	0,00
Iphone 4S 16GB preto N.13536007041161	2012	2012	599,89	2015	01	599,89	0,00
Iphone 4S 16GB preto N.13172001458985	2012	2012	599,89	2015	01	599,89	0,00
Iphone 4S 16GB preto N.13172003917111	2012	2012	599,89	2015	01	599,89	0,00
Iphone 4S 16GB preto N.13173009074444	2012	2012	599,89	2015	01	599,89	0,00
Telemóvel SAMSUNG Galaxy ACE Plus N.358866046735090	2012	2012	36,35	2015	01	36,35	0,00
Telemóvel SAMSUNG Galaxy ACE Plus N.358866046728251	2012	2012	36,35	2015	01	36,35	0,00
Iphone 4S 16GB preto N.13176001408452	2012	2012	24,60	2015	01	24,60	0,00
Iphone 4S 16GB preto N.13176003588772	2012	2012	24,60	2015	01	24,60	0,00
Iphone 4S 16GB preto N.13176004885268	2012	2012	24,60	2015	01	24,60	0,00
Iphone 4S 16GB preto N.13195001663197	2013	2013	0,00	2015	01	0,00	0,00
<b>Total</b>			<b>6 589,63</b>			<b>6 589,63</b>	<b>0,00</b>



**MAPA DOS ABATES**  
**AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES**  
**Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2015**

( Em euros )

12

Descrição do Ativo Imobilizado  ( 1 )	Ano		Ativo Imobilizado  Valores de aquisição ou outro valor contábilístico na falta daqueles  ( 4 )	Anos/meses dos abates		Amortizações acumuladas  2015 ( 7 )	Valor Contábilístico Atual  2015 ( 8 )
	Aquisição  ( 2 )	Utilização  ( 3 )		Ano  ( 5 )	Mês  ( 6 )		
<b>4331 - SOFTWARE</b>							
DIGIPASS GO 1 N.84561	2006	2006	89,59	2015	01	89,59	0,00
DIGIPASS GO 1 N.84562	2006	2006	89,59	2014	09	89,59	0,00
DIGIPASS GO 1 N.84563	2006	2006	89,59	2015	01	89,59	0,00
DIGIPASS GO 1 N.84564	2006	2006	89,59	2015	01	89,59	0,00
DIGIPASS GO 1 N.84566	2006	2006	89,59	2015	01	89,59	0,00
DIGIPASS GO 1 N.84567	2006	2006	89,59	2015	01	89,59	0,00
DIGIPASS GO 1 N.84568	2006	2006	89,59	2015	01	89,59	0,00
DIGIPASS GO 1 N.84569	2006	2006	89,59	2015	01	89,59	0,00
DIGIPASS GO 1 N.84570	2006	2006	89,59	2015	01	89,59	0,00
DIGIPASS GO 1 N.84571	2006	2006	89,59	2015	01	89,59	0,00
DIGIPASS GO 1 N.84572	2006	2006	89,59	2015	01	89,59	0,00
DIGIPASS GO 1 N.84573	2006	2006	89,59	2015	01	89,59	0,00
DIGIPASS GO 1 N.84574	2006	2006	89,59	2015	01	89,59	0,00
DIGIPASS GO 1 N.84575	2006	2006	89,59	2015	01	89,59	0,00
DIGIPASS GO 1 N.84576	2006	2006	89,59	2015	01	89,59	0,00
DIGIPASS GO 1 N.84577	2006	2006	89,59	2015	01	89,59	0,00
DIGIPASS GO 1 N.84578	2006	2006	89,59	2015	01	89,59	0,00
DIGIPASS GO 1 N.84579	2006	2006	89,59	2015	01	89,59	0,00
DIGIPASS GO 1 N.84580	2006	2006	89,59	2015	01	89,59	0,00
DIGIPASS GO 1 N.84581	2006	2006	89,59	2015	01	89,59	0,00
DIGIPASS GO 1 N.84582	2006	2006	89,59	2015	01	89,59	0,00
DIGIPASS GO 1 N.84583	2006	2006	89,59	2015	01	89,59	0,00
DIGIPASS GO 1 N.84584	2006	2006	89,59	2015	01	89,59	0,00
<b>A transportar</b>			<b>2 060,57</b>			<b>2 060,57</b>	<b>0,00</b>

**MAPA DOS ABATES**  
**AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES**  
**Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2015**

( Em euros )

13

Descrição do Ativo Imobilizado  ( 1 )	Ano		Ativo Imobilizado  Valores de aquisição ou outro valor contábilístico na falta daqueles  ( 4 )	Anos/meses dos abates		Amortizações acumuladas  2015 ( 7 )	Valor Contábilístico Atual  2015 ( 8 )
	Aquisição  ( 2 )	Utilização  ( 3 )		Ano  ( 5 )	Mês  ( 6 )		
<b>Transporte</b>			<b>2 060,57</b>			<b>2 060,57</b>	<b>0,00</b>
DIGIPASS GO 1 N.84585	2006	2006	89,59	2015	01	89,59	0,00
DIGIPASS GO 1 N.84586	2006	2006	89,59	2015	01	89,59	0,00
DIGIPASS GO 1 N.84587	2006	2006	89,59	2015	01	89,59	0,00
DIGIPASS GO 1 N.84588	2006	2006	89,59	2015	01	89,59	0,00
DIGIPASS GO 1 N.84589	2006	2006	89,59	2015	01	89,59	0,00
DIGIPASS GO 1 N.84590	2006	2006	89,59	2015	01	89,59	0,00
<b>Total</b>			<b>2 598,11</b>			<b>2 598,11</b>	<b>0,00</b>

O Contabilista Certificado

A Diretora Financeira

O Conselho de Administração

(Filipe Valentim)

(Jacinta Dias)

(José Figueiredo Almaça)

(Presidente)

(Filipe Aleman Serrano)

(Vice-Presidente)

(Maria de Nazaré Barroso)

( Vogal)

## Alterações Orçamentais - Despesa

Classificação económica		Alterações orçamentais					Reposições abatidas aos pagamentos	Dotações corrigidas (9)=(3)+(4)-(5)+(6)* (7)+(8)	Observações
Códigos	Descrição	Dotações iniciais	Transferências de verbas entre rubricas		Créditos especiais (aumento da despesa)	Modif. na redação da rubrica			
			Reforços	Anulações					
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(10)	
	<b>Despesas correntes</b>								
<b>01</b>	<b>Despesas com o pessoal</b>		<b>20 800</b>	<b>465 800</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>- 445 000</b>	
01 02 01	Gratificações variáveis ou eventuais	400 000	0	400 000	0	0	0	0	
01 02 04	Ajudas de custo	80 000	0	45 000	0	0	0	35 000	
01 03 05	A0 B0 Segurança Social	1 984 400	0	20 800	0	0	0	1 963 600	
01 03 09	Seguros	467 500	20 800	0	0	0	0	488 300	
<b>02</b>	<b>Aquisição de bens e serviços</b>		<b>1 124 903</b>	<b>617 000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>507 903</b>	
02 01 02	Combustíveis e lubrificantes	75 000	0	20 000	0	0	0	55 000	
02 01 21	Outros bens	25 500	6 000	0	0	0	0	31 500	
02 02 01	Encargos das instalações	149 500	29 000	0	0	0	0	178 500	
02 02 03	Conservação de bens	142 500	5 000	0	0	0	0	147 500	
02 02 04	Locação de edifícios	1 500 000	850 000	0	0	0	0	2 350 000	
02 02 06	Locação de material de transporte	270 000	0	55 000	0	0	0	215 000	
02 02 09	A0 00 Acessos à internet	5 000	0	2 000	0	0	0	3 000	
02 02 09	B0 00 Comunicações fixas de dados	100 000	27 000	0	0	0	0	127 000	
02 02 09	C0 00 Comunicações fixas de voz	119 000	0	50 000	0	0	0	69 000	
02 02 11	Representação dos serviços	20 000	10 000	0	0	0	0	30 000	
02 02 13	Deslocações e estadas	310 000	0	109 000	0	0	0	201 000	
02 02 14	A0 00 Serviços de natureza informática	90 000	0	60 000	0	0	0	30 000	
02 02 14	B0 00 Outros	365 000	0	120 000	0	0	0	245 000	
02 02 15	A0 00 Tecnologias de informação e comunicação	30 000	0	3 000	0	0	0	27 000	
02 02 15	B0 00 Outras	80 000	3 000	0	0	0	0	83 000	
02 02 16	Seminários, exposições e similares	50 000	0	10 000	0	0	0	40 000	
02 02 17	Publicidade	100 000	0	45 000	0	0	0	55 000	
02 02 19	A0 00 Equipamento informático - hardware	165 000	0	109 000	0	0	0	56 000	
02 02 20	A0 00 Serviços de natureza informática	210 597	170 403	0	0	0	0	381 000	
02 02 22	Serviços de saúde	60 000	0	34 000	0	0	0	26 000	
02 02 25	Outros serviços	59 000	24 500	0	0	0	0	83 500	
<b>04</b>	<b>Transferências correntes</b>		<b>73 500</b>	<b>416 903</b>	<b>389 403</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>46 000</b>	
04 02 02	Companhias de seguros e fundos de pensões	110 000	0	84 000	0	0	0	26 000	
04 03 05	56.90 Autoridade da Concorrência	973 508	0	332 903	389 403	0	0	1 030 008	
04 07 01	Instituições s/ fins lucrativos	168 000	12 500	0	0	0	0	180 500	
04 08 02	A0 00 Estagiários profissionais na AP	20 000	16 000	0	0	0	0	36 000	
04 09 03	Resto do Mundo- Países de terceiros e organizações Internacionais	472 000	45 000	0	0	0	0	517 000	
<b>06</b>	<b>Outras despesas correntes</b>		<b>310 000</b>	<b>29 500</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>280 500</b>	
06 02 01	Impostos e taxas	35 000	0	29 500	0	0	0	5 500	
06 02 03	Outras	30 000	310 000	0	0	0	0	340 000	
	<b>Despesas de capital</b>								
<b>07</b>	<b>Aquisição de bens de capital</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>20 000 000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>20 000 000</b>	
07 01 01	Terrenos	0	0	0	5 000 000	0	0	5 000 000	
07 01 03	Edifícios	0	0	0	15 000 000	0	0	15 000 000	
<b>09</b>	<b>Activos financeiros</b>		<b>1 000 000</b>	<b>1 000 000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	
09 02 05	Administração pública central - Estado	986 145	1 000 000	0	0	0	0	1 986 145	
09 03 05	Administração pública central - Estado	1 000 000	0	1 000 000	0	0	0	0	
	<b>TOTAL</b>		<b>2 529 203</b>	<b>2 529 203</b>	<b>20 389 403</b>	<b>0</b>	<b>0</b>		

O Contabilista Certificado

A Diretora Financeira

O Conselho de Administração

(Filipe Valentim)

(Jacinta Dias)

(José Figueiredo Almaça)

(Presidente)

(Filipe Aleman Serrano)

(Vice-Presidente)

(Maria de Nazaré Barroso)

(Vogal)

## Alterações Orçamentais - Receita

Classificação económica		Previsões iniciais	Alterações orçamentais			Previsões corrigidas (7)=(3)+(4)+(5)-(6)	Observações (8)
Códigos (1)	Descrição (2)		Créditos especiais (4)	Reforços (5)	Anulações (6)		
	<b>Receitas correntes</b>						
<b>04</b>	<b>Taxas, multas e outras penalidades</b>		<b>503 300</b>	<b>122 000</b>	<b>122 000</b>		
04 01 99	Taxas diversas	16 810 000	503 300	6 700	0	17 320 000	
04 02 01	Juros de mora	0	0	50 000	0	50 000	
04 02 02	Juros compensatórios	0	0	10 000	0	10 000	
04 02 04	Coimas e penalidades por contraordenação	0	0	30 000	0	30 000	
05 03 01	Administração pública central - Estado	90 000	0	25 300	0	115 300	
07 02 99	Outros	1 670 000	0		122 000	1 548 000	
	<b>Receitas de capital</b>						
<b>09</b>	<b>Vendas de bens de investimento</b>		<b>20 000 000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>		
09 01 04	Administração pública central - SFA	0	5 000 000	0	0	5 000 000	
09 03 04	Administração pública central - SFA	0	15 000 000	0	0	15 000 000	
<b>16</b>	<b>Saldo da gerência anterior</b>		<b>2 541 087</b>	<b>0</b>	<b>0</b>		
16 01 01	Na posse dos serviços	0	2 541 087	0	0	2 541 087	
	<b>TOTAL</b>		<b>23 044 387</b>	<b>122 000</b>	<b>122 000</b>		

O Contabilista Certificado

A Diretora Financeira

O Conselho de Administração

(Filipe Valentim)

(Jacinta Dias)

(José Figueiredo Almaça)

(Presidente)

(Filipe Aleman Serrano)

(Vice-Presidente)

(Maria de Nazaré Barroso)

( Vogal)

## Situação dos contratos

Entidade	Contrato			Visto do Tribunal de		Data do primeiro pagamento	Pagamentos na gerência			Pagamentos acumulados			Observações
	Objeto	Data	Valor	Numero do rescripto	Data		Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(12)	(13)	(14)	(15)
Amadeu H. Batista	Arrendamento	01.01.81	7 556,12	-	-	02.01.15	7 556,12	-	-	-	-	-	Armazém Pontinha
Bloomberg	Ser. Informação financeira	01.01.15	91 320,12	-	-	09.01.15	91 320,12	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
B13 Engenharia, Lda	Serv. Administração de Sistemas	01.01.15	88 929	-	-	11.02.15	88 929	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
B13 Engenharia, Lda	Serv. Apoio Base de dados	01.01.15	12 853,5	-	-	23.02.15	12 853,5	-	-	-	-	-	
Câmara Municipal de Lisboa	Deteção Aut. Incêndios Olais	01.01.15	676	-	-	16.06.15	676	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Câmara Municipal de Lisboa	Det. Aut. Incêndios Av. Rep. 76	01.01.15	675,60	-	-	16.06.15	675,60	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Caixa Gest	Serviços de aconselhamento	01.01.15	36 900	-	-	26.02.15	36 900	-	-	-	-	-	Serviço de aconselhamento
Cap Gemini	Expansão Solução de Cópias e manut.	25.03.15	92 208,18	-	-	13.01.15	92 208,18	-	-	-	-	-	Serviços de consultoria
César de Araújo	Assessoria jurídica	01.01.15	1 894,2	-	-	01.07.15	1 894,2	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Clímex, SA	Limpoeiras instalações da ASF	02.01.15	73 829,52	-	-	01.03.15	73 829,52	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Clímex, SA	Fornecimento de consumíveis de WC	02.01.15	12 848,58	-	-	01.03.15	12 848,58	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Comp³ Seguros Fidelidade Mundial	Seg. Resp. Civil	16.09.15	179,57	-	-	11.08.15	179,57	-	-	-	-	-	Apólice 6.000.559
Comp³ Seguros Fidelidade Mundial	Seg. Equip. Eletrónico	24.01.15	5 134,53	-	-	17.03.15	5 134,53	-	-	-	-	-	Apólice 4.700.820
Comp³ Seguros Fidelidade Mundial	Seguro Frota Automóvel	01.01.15	4 114,54	-	-	16.12.15	4 114,54	-	-	-	-	-	Apólice 850.000.180
Comp³ Seguros Fidelidade Mundial	Seguro Caução Tesouraria	05.04.15	44,88	-	-	03.03.15	44,88	-	-	-	-	-	Apólice 69.251
Comp³ Seguros Fidelidade Mundial	Seg. Multi. Risco Comercial	01.04.15	3 619,78	-	-	03.03.15	3 619,78	-	-	-	-	-	Apólice 5.026.000
Comp³ Seguros Fidelidade Mundial	Seguro Doença Grupo Ap. 9901949	01.01.15	173 490,39	-	-	27.04.15	173 490,39	-	-	-	-	-	Apólice nº 9901949
Comp³ Seguros Fidelidade Mundial	Seguro Doença Grupo Ap. 9901950	01.01.15	139 678,77	-	-	25.05.15	139 678,77	-	-	-	-	-	Apólice nº 9901950
Comp³ Seguros Fidelidade Mundial	Seguro Doença Grupo Ap. 9901954	01.01.15	86 399,22	-	-	25.05.15	86 399,22	-	-	-	-	-	Apólice nº 9901954
Comp³ Seguros Fidelidade Mundial	Seguro Acidentes Trabalho	01.01.15	45 649,82	-	-	17.04.15	45 649,82	-	-	-	-	-	Apólices nºs 61044443
Comp³ Seguros Fidelidade Mundial	Seguro Vida Grupo	01.01.15	61 779,04	-	-	27.04.15	61 779,04	-	-	-	-	-	Apólice nº 1105001269
Comp³ Seguros Fidelidade Mundial	Seguro Acidentes Pessoais	01.01.15	917,33	-	-	23.04.15	917,33	-	-	-	-	-	Apólice nº 500161139
Comon SA	Serv. de adequação do sitio ASF	03.02.15	6 236,10	-	-	11.02.15	6 236,10	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Comnit Technologies, Lda	Renovação Easyvista	01.01.15	3 370,20	-	-	08.10.15	3 370,20	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Convex	Manutenção software fax	01.01.15	931,05	-	-	31.03.15	931,05	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Colt Technology services	Números verdes	01.01.15	10 136,01	-	-	21.01.15	10 136,01	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Colt Technology services	Serviço de recuperação de sistemas	01.01.15	43 623,72	-	-	01.02.15	43 623,72	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
CTT - Correios de Portugal SA	Envio de correspondência	01.01.15	77 049,11	-	-	01.02.15	77 049,11	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Deloitte & Associados SROC, SA	Contrato de auditoria às contas do ISP	01.01.15	46 740	-	-	04.03.15	46 740	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Dualinfor	Manutenção multifuncionais	01.01.15	9 797,38	-	-	10.12.15	9 797,38	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Escalatur Viagens e Turismo	Viagens no país e estrangeiro	01.01.15	37 235,24	-	-	23.04.15	37 235,24	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
EDP	Fornec. Energia Elétrica	01.01.15	133 754,28	-	-	08.01.15	133 754,28	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Eulen	Serviços de vigilância instalações	01.01.15	102 408,24	-	-	26.01.15	93 031,01	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Elo	Assistência técnica	01.01.15	814,48	-	-	01.02.15	814,48	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Elo	Assistência software	01.02.15	1 723,97	-	-	02.04.15	1 723,97	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Eng.º Carlos Mimoso	Responsável técnico instalações elétricas	01.01.15	1 402,20	-	-	25.02.15	1 402,20	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
EPAL	Fornecimento Água	01.01.15	13 030,57	-	-	22.01.15	13 030,57	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
MEDIAPRESS - Sociedade Jornalística	Das assinaturas on-line do Expresso	01.01.15	199,80	-	-	01.07.15	199,80	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Finlog	Aluguer Operacional de Veículos	01.01.15	62 330,21	-	-	02.01.15	62 330,21	-	-	-	-	-	Contrato a 4 anos, o valor reflecte só o exercício
Gartner Portugal	Serviços de assessoria informática	01.01.15	34 552,75	-	-	09.10.15	34 552,75	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
GFI Portugal	Renovação Solução Watchful Rightswatch	01.01.15	4 773,63	-	-	18.09.15	4 773,63	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Grupo 8	Serviço de receção	01.01.15	18 597,60	-	-	31.01.15	18 597,60	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Huser Gestão	Arrendamento Arquivo	01.01.15	25 128	-	-	02.01.15	25 128	-	-	-	-	-	Arrendamento do Arquivo Geral do ISP
Granjair, Lda	Manut. Ar Condicionado - Lisboa	01.07.15	18 302,40	-	-	02.02.15	18 302,40	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Granjair, Lda	Manut. Ar Condicionado - Porto	30.10.15	2 673,84	-	-	10.02.15	2 673,84	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Horto do Campo Grande, Lda	Contacto Manut. Edifício Rep. 59	01.01.15	1 343,16	-	-	02.02.15	1 476	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Horto do Campo Grande, Lda	Contacto Manut. plantas Sede	01.01.15	2 952	-	-	02.02.15	2 952	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Himoinsa-Grupos Electrogénos	Manutenção gerador Av. Rep. 76	02.03.15	1 097,68	-	-	05.11.15	1 097,68	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Interfundos, SA	Arrendamento	11.09.98	16 796,52	-	-	02.01.15	16 796,52	-	-	-	-	-	Rua Júlio Dinis - Porto
AF Investimentos	Parkings	01.08.99	1 793,52	-	-	02.01.15	1 793,52	-	-	-	-	-	Gulbenkian
Iten Solutions, SA	Renovação Soft. ArcServe	01.01.15	1 129,21	-	-	15.01.15	1 129,21	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Iten Solutions, SA	Licenciamento Microsoft	01.01.15	1 998,75	-	-	23.11.15	1 998,75	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Iten Solutions, SA	Licenciamento Microsoft SLQ	01.01.15	1 622,12	-	-	30.09.15	1 622,12	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Iten Solutions, SA	Man. Impressora Xerox 776	01.01.15	849,40	-	-	27.01.15	849,40	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Iten Solutions, SA	Man. Software diverso	01.01.15	24 635,29	-	-	27.03.15	24 635,29	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Jane Rodrigues Duarte	Ensino do Inglês	02.01.15	12 764,63	-	-	11.03.15	12 764,63	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Jet Color	Aluguer de purificadores de água	01.01.15	3 802,76	-	-	27.02.15	3 802,76	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Leaseplan	Aluguer Operacional de Veículos	01.01.15	102 364,59	-	-	02.01.15	102 364,59	-	-	-	-	-	Contrato a 4 anos, o valor reflecte só o exercício
Link	Manutenção Edoclink	01.01.15	13 505,40	-	-	01.08.15	13 505,40	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Link	Manutenção Software COFAX	28.11.15	3 333,30	-	-	18.12.15	3 333,30	-	-	-	-	-	Software
Locarent	Aluguer Operacional de Veículos	01.01.15	50 956,61	-	-	02.01.15	50 956,61	-	-	-	-	-	Contrato a 4 anos, o valor reflecte só o exercício
Maquimoi, Lda	Manutenção de bombas sede	01.04.15	787,20	-	-	02.02.15	787,20	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Media Monitor	Serviço de corretores de imprensa	01.01.15	12 136,44	-	-	05.02.15	12 136,44	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Mediacare	Medicina, higiene e saúde no trabalho	01.01.15	22 002,99	-	-	09.02.15	22 002,99	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Minimal	Manutenção de Licenças	01.03.15	20 375,60	-	-	09.02.15	20 375,60	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
NÓNIO HIROSS	Manutenção Ar Condicionado	01.01.15	1 599	-	-	25.09.15	721,40	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
NORFIN	Arrendamento	27.04.15	86 678,64	-	-	02.01.15	86 678,64	-	-	-	-	-	Instalações da Av. da República, 59
Noticias Direct, Lda	12 assinaturas Diário de Notícias	01.01.15	2 940	-	-	16.03.15	2 940	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Novabase	Manutenção Winlib	01.01.15	2 996,37	-	-	28.01.15	2 996,37	-	-	-	-	-	Software
Novabase	Aquisição de serviços Solvência II	01.01.15	92 213,10	-	-	08.06.15	92 213,10	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Odis	Viagens no país e estrangeiro	01.10.15	34 680,23	-	-	06.10.15	34 680,23	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Ondiser	Manutenção UPS - Sede e Rep. 59	28.08.14	984,00	-	-	08.01.15	984,00	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Ondiser	Manutenção UPS - sala servidores	01.01.15	984,00	-	-	01.10.15	984,00	-	-	-	-	-	Prestação de serviços

## Situação dos contratos

Entidade (1)	Contrato			Visto do Tribunal de		Data do primeiro pagamento	Pagamentos na gerência			Pagamentos acumulados			Observações (15)
	Objeto (2)	Data (3)	Valor (4)	Numero do processo (5)	Data (6)	Trabalhos normais (8)	Revisão de preços (9)	Trabalhos a mais (10)	Trabalhos normais (12)	Revisão de preços (13)	Trabalhos a mais (14)		
ONI	Comunicação de voz e dados	01.01.15	53 103,61	-	-	27.01.15	53 103,61	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
OTIS	Manutenção elevadores sede	01.01.15	17 399,45	-	-	02.01.15	17 399,45	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Papiro	Manutenção Arquivo	01.01.15	819,98	-	-	07.01.15	819,98	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Portugal Telecom Prime	Comunicações de voz	01.01.15	4 824,56	-	-	27.01.15	4 824,56	-	-	-	-	-	Comunicações de voz
Postlog/ CTT Expresso	Despacho de Correio Urgente	01.01.15	10 047,58	-	-	02.02.15	10 047,58	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
PRIBERAM INFORMÁTICA, Lda.	Sistema Lexis e codinfo	01.04.15	4 306,23	-	-	13.02.15	4 306,23	-	-	-	-	-	Licenças de Software
Prosegur, Lda	Manutenção sistema de vídeo-vigilância	01.01.15	3 226,82	-	-	02.02.15	4 537,90	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
PÚBLICO - Comunicação Social, SA	12 assinaturas do jornal Público	01.01.15	2 364,00	-	-	02.02.15	4 531,00	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Randstad	Serv. de manutenção aplicacional	01.01.15	81 799,91	-	-	02.03.15	81 799,91	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Randstad	Serv. Outsourcing Manut. Desenv.	01.01.15	39 841,96	-	-	30.06.15	39 841,96	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Raso - Viagens e Turismo, SA	Viagens no país e estrangeiro	01.01.15	145 038,11	-	-	16.01.15	145 038,11	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Rebello de Sousa & Advogados Assoc	Serviços jurídicos e advocacia	07.05.15	19 926	-	-	01.11.15	15 900,83	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Reisswolf, SA	Recolha e destruição confidencial de doc.	01.01.15	4 744,50	-	-	02.02.15	4 744,50	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Segur-Fogo, Lda	Manutenção de extintores	01.01.15	4 376,98	-	-	01.06.15	4 376,98	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Soicifide	Contrato de arrendamento	02.01.08	441 143,50	-	-	02.01.15	441 143,50	-	-	-	-	-	Instalação da Av. da República, 76
Servilimpe, Lda	Brigada de apoio limpeza Av. Rep. 76	01.01.15	23 662,32	-	-	02.02.15	23 662,32	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Sr. Hans Helkner Valério	Ensino de linguas	01.01.15	23 316,40	-	-	13.02.15	23 316,40	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
The Language Company	Ensino de linguas	01.01.15	5 719,50	-	-	29.01.15	5 719,50	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Stamp Star, Lda	Ligação aos Bombeiros - Sede e Olaias	01.01.15	1 238,36	-	-	20.01.15	1 238,36	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Hewlett-Packard Portugal, Lda	Manutenção dos servidores	02.04.15	3 563,06	-	-	03.08.15	3 563,06	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Unisys	Adm. Sistemas segurança	01.01.15	50 388,30	-	-	02.02.15	50 388,30	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Unisys	Renovação Proxy (acesso à Internet)	01.01.15	14 889,15	-	-	07.04.15	14 889,15	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Vodafone	Serviço de Telecomunicações	01.01.15	45 384,96	-	-	30.01.15	45 384,96	-	-	-	-	-	Comunicações de voz
Zon TV Cabo/NOS	Internet Wireless e televisão	01.01.15	2 099,87	-	-	03.02.15	2 099,87	-	-	-	-	-	Prestação de serviços

O Contabilista Certificado

(Filipe Valentim)

A Diretora Financeira

(Jacinta Dias)

O Conselho de Administração

(José Figueiredo Almeida)  
(Presidente)(Filipe Aleman Serrano)  
(Vice-Presidente)(Maria de Nazaré Barroso)  
(Vogal)

## Formas de adjudicação

Tipo de contrato (1)	Concurso Público		Concurso limitado com prévia qualificação		Concurso limitado com apresentação de candidaturas		Concurso limitado sem apresentação de candidaturas		Por negociação com publicação prévia de anúncio		Por negociação sem publicação prévia de anúncio		Ajuste direto		Total	
	Número de contratos (2)	Valor (3)	Número de contratos (4)	Valor (5)	Número de contratos (6)	Valor (7)	Número de contratos (8)	Valor (9)	Número de contratos (10)	Valor (11)	Número de contratos (12)	Valor (13)	Número de contratos (14)	Valor (15)	Número de contratos (16)	Valor (17)
Locação	1	160.037	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	1.689.095	9	1.849.132
Empreitada de obras públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gestão de serviços públicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prestação de serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	694	2.999.142	694	2.999.142
Aquisição de bens	1	253.253	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	407	565.487	408	818.740

O Contabilista Certificado

A Diretora Financeira

O Conselho de Administração

(Filipe Valentim)

(Jacinta Dias)

(José Figueiredo Almaça)

(Presidente)

(Filipe Aleman Serrano)

(Vice-Presidente)

(Maria de Nazaré Barroso)

(Vogal)

## Aplicações em ativos de rendimento fixo

DESCRIÇÃO DO ATIVO	ENTIDADE DEVEDORA	VALOR EM 01-01-2015		VALOR EM 31-12-2015		RENDIMENTO		OBSERVAÇÕES
		VALOR NOMINAL	VALOR DE MERCADO	VALOR NOMINAL	VALOR DE MERCADO	VENCIDO E COBRADO	VENCIDO POR COBRAR	
<b>Curto Prazo</b>								
CEDIC	IGCP	4 700 000,00	4 700 000,00	6 685 000,00	6 685 000,00	15 465,02	459,51	
<b>Subtotal Curto Prazo</b>		4 700 000,00	4 700 000,00	6 685 000,00	6 685 000,00	15 465,02	459,51	
<b>Médio e Longo Prazo</b>								
O.T. outubro 3,35% 10/2015	PORTUGAL (SOBERANO)	180 000,00	184 433,40			4 733,55	0,00	Reembolso em 2015
O.T. junho 4,45% 06/2018	PORTUGAL (SOBERANO)	1 620 000,00	1 799 415,00	1 620 000,00	1 788 204,60	56 590,65	30 853,53	
CEDIM 1,97% 15/10/2015	IGCP	1 800 000,00	1 800 000,00			27 836,10	0,00	Reembolso em 2015
CEDIM 1,03% 16/10/2017	IGCP	1 352 600,00	1 352 600,00	1 352 600,00	1 352 600,00	10 606,86	2 277,18	
<b>Subtotal Médio e Longo Prazo</b>		4 952 600,00	5 136 448,40	2 972 600,00	3 140 804,60	99 767,16	33 130,71	
<b>TOTAIS</b>	<b>EUR</b>	<b>9 652 600,00</b>	<b>9 836 448,40</b>	<b>9 657 600,00</b>	<b>9 825 804,60</b>	<b>115 232,18</b>	<b>33 590,22</b>	

O Contabilista Certificado

(Filipe Valentim)

A Diretora Financeira

(Maria Jacinta Dias)

O Conselho de Administração

(José Figueiredo Almaça)

(Presidente)

(Filipe Aleman Serrano)

(Vice-Presidente)

(Maria de Nazaré Barroso)

(Vogal)





# **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**FGA - Fundo de Garantia Automóvel**



**BALANÇO**  
**FUNDO DE GARANTIA AUTOMÓVEL**  
 Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2015

(em euros)

Código contabilidade POCP	Notas	ATIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES	ATIVO LIQUIDO	ATIVO LIQUIDO	Código contabilidade POCP	Notas							
ATIVO							FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO							
					2015	2014	2015			2014				
<b>IMOBILIZADO</b>														
<b>INVESTIMENTOS FINANCEIROS</b>										<b>FUNDOS PRÓPRIOS</b>				
411	8.2.3/7	1 778 858,70	1 527 149,90	251 708,80	309 574,79	59	8.2.32	263 547 452,96	240 065 923,89					
412	8.2.39.2	43 290 157,23	1 296 420,82	41 993 736,41	37 282 728,02	88	8.2.32	28 733 352,07	23 481 529,07					
414	8.2.7	4 488 960,07	0,00	4 488 960,07	42,90	<b>TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS</b>					<b>292 280 805,03</b>	<b>263 547 452,96</b>		
414	8.2.7	13 466 751,50	0,00	13 466 751,50	0,00	<b>PASSIVO</b>								
415	8.3.5	59 152 155,96	1 906 904,09	57 245 251,87	242 888 396,33	<b>PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS</b>								
		<b>122 176 883,46</b>	<b>4 730 474,81</b>	<b>117 446 408,65</b>	<b>280 480 742,04</b>									
<b>CIRCULANTE</b>														
<b>DÍVIDAS DE TERCEIROS - CURTO PRAZO</b>										<b>PROVISÕES PARA SINISTROS</b>				
211		0,00		0,00	0,00	292+293	8.2.31	111 104 017,00	124 440 255,00					
212		0,00		0,00	0,00	297	8.2.31	13 394 303,00	15 224 836,00					
229		0,00		0,00	291,79						<b>124 498 320,00</b>	<b>139 665 091,00</b>		
251		0,00		0,00	0,00	<b>DÍVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO</b>								
24		0,00		0,00	0,00	221		68 359,09	75 712,66					
262+268	8.2.23	900 708,07	33 401,35	867 306,72	810 591,98	252		0,00	0,00					
		<b>900 708,07</b>	<b>33 401,35</b>	<b>867 306,72</b>	<b>810 591,98</b>	219		0,00	0,00					
<b>TÍTULOS NEGOCIÁVEIS</b>														
153		0,00	0,00	0,00	0,00	24		4 934,86	1 523,37					
153	8.3.5	258 000 000,00	0,00	258 000 000,00	108 000 000,00	262		0,00	0,00					
		<b>258 000 000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>258 000 000,00</b>	<b>108 000 000,00</b>	268		8 810,25	92 500,63					
<b>DEPÓSITOS E CAIXA</b>														
13		33 560 525,71		33 560 525,71	6 279 020,51						<b>82 104,20</b>	<b>169 736,66</b>		
12		63 516,16		63 516,16	229 558,12	<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS</b>								
11		814,29		814,29	895,91	273	8.2.39.1	194 649,00	185 777,86					
		<b>33 624 856,16</b>		<b>33 624 856,16</b>	<b>6 509 474,54</b>	274	8.2.39.1	103 174,62	0,00					
<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS</b>														
271	8.2.39.1	7 185 480,68		7 185 480,68	7 749 660,49						<b>297 823,62</b>	<b>185 777,86</b>		
272	8.2.39.1	35 000,64		35 000,64	17 297,64	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>					<b>124 878 247,82</b>	<b>140 020 605,52</b>		
		<b>7 220 481,32</b>	<b>0,00</b>	<b>7 220 481,32</b>	<b>7 766 958,13</b>						<b>417 159 052,85</b>	<b>403 568 058,48</b>		
<b>TOTAL DE AMORTIZAÇÕES</b>			<b>0,00</b>											
<b>TOTAL DE PROVISÕES</b>			<b>4 763 876,16</b>											
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>421 922 929,01</b>	<b>4 763 876,16</b>	<b>417 159 052,85</b>	<b>403 568 058,48</b>	<b>TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO</b>					<b>417 159 052,85</b>	<b>403 568 058,48</b>		

O Contabilista Certificado

(Filipe Valentim)

A Diretora Financeira

(Jacinta Dias)

O Conselho de Administração

(José Figueiredo Almaça)  
(Presidente)

(Filipe Aleman Serrano)  
(Vice-Presidente)

(Maria de Nazaré Barroso)  
(Vogal)

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS**  
**FUNDO DE GARANTIA AUTOMÓVEL**  
 Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2015

(em euros)

Código contas POCP	Notas	2015		2014	
<b>Custos e perdas</b>					
62	<b>Fornecimentos e serviços externos</b>		1 182 025,18		1 110 683,49
<b>Custos com o pessoal:</b>					
642	Remunerações	1 114 814,78		1 095 772,30	
644	Encargos sociais			41 641,12	
645 a 648	Pensões	42 406,75		365 160,26	
	Outros	366 041,42	1 523 262,95		1 502 573,68
63	<b>Transf. correntes concedidas e prest. sociais</b>				
	Indemnizações de sinistros		13 626 884,99		16 741 181,25
67	<b>Provisões do exercício</b>				
	Provisões p/ sinistros	62 288 915,45	8.2.31	73 384 944,78	
	Outras provisões do exercício	0,00	62 288 915,45	0,00	73 384 944,78
65	<b>Outros custos e perdas operacionais</b>		0,00		0,00
<b>( A )</b>					
68	<b>Custos e perdas financeiras</b>		<b>78 621 088,57</b>		<b>92 739 383,20</b>
	Provisões para aplic. financeiras	738 326,19	8.2.31	432 097,05	
	Outros custos e perdas financeiras	14 583,82	8.2.37	11 066,79	443 163,84
<b>( C )</b>					
69	<b>Custos e perdas extraordinárias</b>		<b>79 373 998,58</b>		<b>93 182 547,04</b>
	Perdas em investimentos financeiros	0,00		0,00	
	Outras perdas extraordinárias	18 083,89	8.2.38	18 083,89	14 463,11
<b>( E )</b>					
88	<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>79 392 082,47</b>		<b>93 197 010,15</b>
			<b>28 733 352,07</b>		<b>23 481 529,07</b>
			<b>108 125 434,54</b>		<b>116 678 539,22</b>
<b>Proveitos e ganhos</b>					
72	<b>Impostos, taxas e outros</b>				
	Empresas de seguros	21 432 220,32		21 525 397,97	
	Juros compensatórios	0,00	21 432 220,32	0,00	21 525 397,97
74	<b>Transferências e subsídios correntes obtidos:</b>				
	Reembolsos e outras		2 641 913,61		2 382 483,40
<b>( B )</b>					
78	<b>Proveitos e ganhos financeiros</b>		<b>24 074 133,93</b>		<b>23 907 881,37</b>
	Juros de aplicações financeiras	5 651 311,12	8.2.37	6 483 424,35	
	Rendimentos de participações de capital	2 851,69		16 465,56	
	Outros proveitos e ganhos financeiros	0,00	5 654 162,81	0,00	6 499 889,91
<b>( D )</b>					
79	<b>Proveitos e ganhos extraordinários</b>		<b>29 728 296,74</b>		<b>30 407 771,28</b>
	Anulação de provisões para sinistros	77 455 686,45	8.2.31	84 411 499,78	
	Anulação de provisões para investimentos	205 296,91	8.2.31	1 709 739,06	
	Outros proveitos e ganhos extraordinários	736 154,44	8.2.38	149 529,10	86 270 767,94
<b>( F )</b>					
			<b>108 125 434,54</b>		<b>116 678 539,22</b>
<b>Resumo:</b>			<b>2015</b>		<b>2014</b>
Resultados operacionais ( B ) - ( A ) =			<b>(54 546 954,64)</b>		<b>(68 831 501,83)</b>
Resultados financeiros ( D-B ) - ( C-A ) =			<b>4 901 252,80</b>		<b>6 056 726,07</b>
Resultados correntes ( D ) - ( C ) =			<b>(49 645 701,84)</b>		<b>(62 774 775,76)</b>
Resultado líquido do exercício ( F ) - ( E ) =			<b>28 733 352,07</b>		<b>23 481 529,07</b>

O Contabilista Certificado

A Diretora Financeira

O Conselho de Administração

(Filipe Valentim)

(Jacinta Dias)

(José Figueiredo Almaça)  
(Presidente)

(Filipe Aleman Serrano)  
(Vice-Presidente)

(Maria de Nazaré Barroso)  
( Vogal)

MAPA 7.1 - CONTROLO ORÇAMENTAL - DESPESA  
 FUNDO DE GARANTIA AUTOMÓVEL  
 De 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2015

(em euros)

1

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES CORRIGIDAS	CATIVOS OU CONGELADOS	COMPROMISSOS ASSUMIDOS	DESPESAS PAGAS			DIFERENÇAS			GRAU DE EXE. ORÇAMENTAL DAS DESPESAS  (12) = (8)/(3)*100
CÓDIGO	DESCRIÇÃO				ANO	ANOS ANTERIORES	TOTAL	DOTAÇÃO NÃO COMPRO.	SALDO	COMPROMISSOS POR PAGAR	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8) = (6)+(7)	(9) = (3)-(4)-(5)	(10) = (3)-(4)-(8)	(11) = (5) - (8)	(12) = (8)/(3)*100
<b>DESPESAS CORRENTES</b>											
01 01 04	Pessoal do quadro - Reg. de c. ind. de trabalho	1 011 300	0	883 361	883 361	0	883 361	127 939	127 939	0	87
01 01 06	Pessoal contratado a termo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
01 01 09	Pessoal em qualquer outra situação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
01 01 13	Subsídio de refeição	90 100	0	77 004	77 004	0	77 004	13 096	13 096	0	85
01 01 14 SF 00	Subsídios de férias	84 300	0	76 485	76 485	0	76 485	7 815	7 815	0	
01 01 14 SN 00	Subsídios de Natal	84 300	0	73 329	73 329	0	73 329	10 971	10 971	0	87
01 02 01	Gratificações variáveis ou eventuais	98 900	0	0	0	0	0	98 900	98 900	0	0
01 02 02	Horas extraordinárias	1 900	0	0	0	0	0	1 900	1 900	0	0
01 02 04	Ajudas de custo	2 500	0	500	500	0	500	2 000	2 000	0	20
01 02 06	Formação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
01 02 12	Indemnizações por cessação de funções	10 000	0	49	49	0	49	9 951	9 951	0	0
01 02 14	Outros abonos em numerário ou espécie	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
01 03 02	Outros encargos com a saúde	5 000	0	3 850	3 850	0	3 850	1 150	1 150	0	77
01 03 04	Outras prestações familiares	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
01 03 05 A0 B0	Contribuições para a Segurança Social	349 300	0	263 424	263 424	0	263 424	85 876	85 876	0	75
01 03 08	Outras pensões	123 900	0	42 407	42 407	0	42 407	81 493	81 493	0	34
01 03 09	Seguros	101 200	0	99 213	98 328	0	98 328	1 987	2 872	885	97
01 03 10	Outras despesas de segurança social	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
02 02 01	Encargos das instalações	36 000	5 400	30 366	24 132	2 366	26 498	234	4 102	3 868	74
02 02 02	Limpeza e higiene	26 000	3 900	19 988	18 561	1 427	19 988	2 112	2 112	0	77
	A Transportar	2 024 700	9 300	1 569 976	1 561 430	3 793	1 565 223	445 424	450 177	4 753	77

MAPA 7.1 - CONTROLO ORÇAMENTAL - DESPESA  
FUNDO DE GARANTIA AUTOMÓVEL  
De 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2015

(em euros)

2

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES CORRIGIDAS	CATIVOS OU CONGELADOS	COMPROMISSOS ASSUMIDOS	DESPESAS PAGAS			DIFERENÇAS			GRAU DE EXE. ORÇAMENTAL DAS DESPESAS
CÓDIGO	DESCRIÇÃO				ANO	ANOS ANTERIORES	TOTAL	DOTAÇÃO NÃO COMPRO.	SALDO	COMPROMISSOS POR PAGAR	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8) = (6)+(7)	(9) = (3)-(4)-(5)	(10) = (3)-(4)-(8)	(11) = (5) - (8)	(12) = (8)/(3)*100
	Transporte	2 024 700	9 300	1 569 976	1 561 430	3 793	1 565 223	445 424	450 177	4 753	77
02 02 03	Conservação de bens	15 000	2 250	12 592	11 792	0	11 792	158	958	800	92
02 02 04	Locação de edifícios	261 000	39 150	108 580	107 147	0	107 147	113 270	114 703	1 433	41
02 02 09 F0 00	Comunicações	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
02 02 11	Representação dos serviços	1 350	203	403	403	0	403	744	744	0	30
02 02 12 A0 00	Estágios profissionais na AP	200	30	0	0	0	0	170	170	0	0
02 02 13	Deslocações e estadas	25 000	3 750	9 167	9 167	0	9 167	12 083	12 083	0	37
02 02 14 B0 00	Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	1 250 000	187 500	995 860	995 546	0	995 546	66 640	66 954	314	80
02 02 15 B0 00	Formação	30 000	4 500	12 221	12 154	0	12 154	13 279	13 346	67	41
02 02 16	Seminários, exposições e similares	1 000	150	0	0	0	0	850	850	0	0
02 02 17	Publicidade	53 500	8 025	0	0	0	0	45 475	45 475	0	0
02 02 18	Vigilância e segurança	40 000	6 000	0	0	0	0	34 000	34 000	0	0
02 02 19	Assistência técnica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
02 02 20 C0 00	Outros trabalhos especializados	22 250	3 338	0	0	0	0	18 912	18 912	0	0
02 02 22	Serviços de saúde	7 500	0	0	0	0	0	7 500	7 500	0	0
02 02 25	Outros serviços	1 955 000	293 250	1 587 042	1 252 001	52 076	1 304 077	74 708	357 673	282 965	67
04 08 02 A0 00	Estágios profissionais na AP	5 000	0	0	0	0	0	5 000	5 000	0	0
04 08 02 B0 00	Outras	20 087 962	0	15 000 056	12 348 265	0	12 348 265	5 087 906	7 739 697	2 651 791	61
06 02 03 A0 00	Outros	40 000	0	14 651	14 602	0	14 602	25 349	25 398	49	37
06 02 03 R0 00	Reserva	662 038	662 038	0	0	0	0	0	0	0	-
	<b>TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES</b>	<b>26 481 500</b>	<b>1 219 484</b>	<b>19 310 548</b>	<b>16 312 507</b>	<b>55 869</b>	<b>16 368 376</b>	<b>5 951 468</b>	<b>8 893 640</b>	<b>2 942 172</b>	<b>62</b>

MAPA 7.1 - CONTROLO ORÇAMENTAL - DESPESA  
 FUNDO DE GARANTIA AUTOMÓVEL  
 De 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2015

(em euros)

3

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES	CATIVOS OU	COMPROMISSOS	DESPESAS PAGAS			DIFERENÇAS			GRAU DE EXE. ORÇAMENTAL DAS DESPESAS
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CORRIGIDAS	CONGELADOS	ASSUMIDOS	ANO	ANOS ANTERIORES	TOTAL	DOTAÇÃO NÃO COMPRO.	SALDO	COMPROMISSOS POR PAGAR	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8) =(6)+(7)	(9) =(3)-(4)-(5)	(10) =(3)-(4)-(8)	(11) = (5) - (8)	(12) = (8)/(3)*100
	<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>										
07 01 01	Edifícios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
09 02 01	Soc. e q. soc. não financeiras - privadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
09 02 03	Soc. financeiras - Bancos e outras inst. finan.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
09 02 05	Adm. pública - Adm. central - Estado	165 310 500	0	165 000 000	165 000 000	0	165 000 000	310 500	310 500	0	100
09 03 01	Soc. e q. soc. não financeiras - privadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
09 03 02	Soc. e q. soc. não financeiras - públicas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
09 03 03	Soc. financeiras - Bancos e outras inst. finan.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
09 03 04	Soc. financeiras - Comp. de seg. e f. pensões	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
09 03 05	Adm. pública - Adm. central - Estado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
09 03 09	Adm. pública - Adm. local - R. Autónomas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
09 03 14	Resto mundo - União Europeia - instituições	3 000 000	0	2 971 800	2 971 800	0	2 971 800	28 200	28 200	0	99
09 03 15	Resto mundo - União Europeia - Países membros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
09 03 16	Resto mundo - Países terceiros e org. interna.	3 500 000	0	3 494 050	3 494 050	0	3 494 050	5 950	5 950	0	100
09 07 01	Sociedades e q. soc. não financeiras - privadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
09 07 03	Soc. financeiras - Bancos e outras inst. finan.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
09 07 04	Soc. financeiras - Comp. de seg. e f. pensões	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
09 08 01	Sociedades e q. soc. não financeiras - privadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
	<b>A Transportar</b>	<b>171 810 500</b>	<b>0</b>	<b>171 465 850</b>	<b>171 465 850</b>	<b>0</b>	<b>171 465 850</b>	<b>344 650</b>	<b>344 650</b>	<b>0</b>	<b>100</b>

MAPA 7.1 - CONTROLO ORÇAMENTAL - DESPESA  
 FUNDO DE GARANTIA AUTOMÓVEL  
 De 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2015

(em euros)

4

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES	CATIVOS OU	COMPROMISSOS	DESPESAS PAGAS			DIFERENÇAS			GRAU DE EXE. ORÇAMENTAL DAS DESPESAS
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CORRIGIDAS	CONGELADOS	ASSUMIDOS	ANO	ANOS ANTERIORES	TOTAL	DOTAÇÃO NÃO COMPRO.	SALDO	COMPROMISSOS POR PAGAR	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8) = (6)+(7)	(9) = (3)-(4)-(5)	(10) = (3)-(4)-(8)	(11) = (5) - (8)	
	Transporte	171 810 500	0	171 465 850	171 465 850	0	171 465 850	344 650	344 650	0	100
09 08 03	Soc. financeiras - Bancos e outras inst. finan.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
09 08 04	Soc. financeiras - Comp. de seg. e f. pensões	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
09 08 14	Resto mundo - União Europeia - instituições	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
09 08 16	Resto mundo - Países terceiros e org. interna.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
09 09 06	Adm. pública - Adm. central - SFA'S	18 000 000	0	17 955 669	17 955 669	0	17 955 669	44 331	44 331	0	100
	<b>TOTAL DAS DESPESAS CAPITAL</b>	<b>189 810 500</b>	<b>0</b>	<b>189 421 519</b>	<b>189 421 519</b>	<b>0</b>	<b>189 421 519</b>	<b>388 981</b>	<b>388 981</b>	<b>0</b>	<b>100</b>
	<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>216 292 000</b>	<b>1 219 484</b>	<b>208 732 067</b>	<b>205 734 026</b>	<b>55 869</b>	<b>205 789 895</b>	<b>6 340 449</b>	<b>9 282 621</b>	<b>2 942 172</b>	<b>95</b>

O Contabilista Certificado

A Diretora Financeira

O Conselho de Administração

(Filipe Valentim)

(Jacinta Dias)

(José Figueiredo Almaça)

(Presidente)

(Filipe Aleman Serrano)

(Vice-Presidente)

(Maria de Nazaré Barroso)

(Vogal)



MAPA 7.2 - CONTROLO ORÇAMENTAL - RECEITA  
 FUNDO DE GARANTIA AUTOMÓVEL  
 De 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2015

(em euros)

1

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		PREVISÕES CORRIGIDAS	RECEITAS POR COBRAR NO INÍCIO DO ANO	RECEITAS LIQUIDADAS	LIQUIDAÇÕES ANULADAS	RECEITA COBRADA BRUTA			REEMBOLSOS E RESTITUIÇÕES		RECEITA COBRADA LIQUIDA	RECEITAS POR COBRAR NO FINAL DO ANO	GRAU DE EXEC. ORÇAMENTAL DAS RECEITAS
CÓDIGO	DESCRIÇÃO					ANO	ANOS ANTERIORES	TOTAL	EMITIDOS	PAGOS			
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9) =(7)+(8)	(10)	(11)	(12) = (9)-(11)	(13) =(4)+(5)-(6)-(9)	(14) = (12)/(3)*100
<b>RECEITAS CORRENTES</b>													
04 01 99	Taxas diversas	21 391 000	0	21 390 822	0	21 390 822	0	21 390 822	0	0	21 390 822	0	100
05 02 01	Bancos e outras instituições financeiras	72 000	0	71 119	0	71 119	0	71 119	0	0	71 119	0	99
05 03 01	Administração central - Estado	4 537 000	0	4 608 658	0	4 608 658	0	4 608 658	0	0	4 608 658	0	102
05 03 05	Administração local - R. Autónomas	0	0	438 243	0	438 243	0	438 243	0	0	438 243	0	-
05 06 01	União Europeia - Instituições	437 000	0	1 125 675	0	1 125 675	0	1 125 675	0	0	1 125 675	0	258
05 06 02	União Europeia - Países membros	1 200 000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
05 06 03	Países terceiros e org. internacionais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
05 07 01	Div. e part. lucros soc. q. s. não fin.	4 000	0	2 852	0	2 852	0	2 852	0	0	2 852	0	71
05 08 01	Div. e part. nos lucros de soc. financeira	15 000	0	13 194	0	13 194	0	13 194	0	0	13 194	0	88
05 10 04	Edifícios	104 000	0	103 175	0	103 175	0	103 175	0	0	103 175	0	99
06 08 01	Famílias - R. dos resp. por sinistros	2 750 000	0	2 635 514	0	2 635 514	0	2 635 514	0	0	2 635 514	0	96
08 01 99	Outras	311 000	0	404 033	0	404 033	0	404 033	0	0	404 033	0	130
15 01 01	Reposições não abatidas nos pagamentos	160 000	0	173 297	0	173 297	0	173 297	0	0	173 297	0	108
<b>TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES</b>		<b>30 981 000</b>	<b>0</b>	<b>30 966 582</b>	<b>0</b>	<b>30 966 582</b>	<b>0</b>	<b>30 966 582</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>30 966 582</b>	<b>0</b>	<b>100</b>

MAPA 7.2 - CONTROLO ORÇAMENTAL - RECEITA  
FUNDO DE GARANTIA AUTOMÓVEL  
De 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2015

(em euros)

2

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		PREVISÕES CORRIGIDAS	RECEITAS POR COBRAR NO INÍCIO DO ANO	RECEITAS LIQUIDADAS	LIQUIDAÇÕES ANULADAS	RECEITA COBRADA BRUTA			REEMBOLSOS E RESTITUIÇÕES		RECEITA COBRADA LIQUIDA	RECEITAS POR COBRAR NO FINAL DO ANO	GRAU DE EXEC. ORÇAMENTAL DAS RECEITAS
CÓDIGO	DESCRIÇÃO					ANO	ANOS ANTERIORES	TOTAL	EMITIDOS	PAGOS			
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9) =(7)+(8)	(10)	(11)	(12) = (9)-(11)	(13) =(4)+(5)-(6)-(9)	(14) = (12)/(3)*100
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>													
11 02 01	Sociedades e quase soc. não financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
11 02 02	Sociedades financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
11 02 03	Administração central Estado	15 000 000	0	15 000 000	0	15 000 000	0	15 000 000	0	0	15 000 000	0	100
11 03 01	Sociedades e quase soc. não financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
11 03 02	Sociedades financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
11 03 03	Administração pública - A. central - Estado	186 000 000	0	186 000 000	0	186 000 000	0	186 000 000	0	0	186 000 000	0	100
11 03 07	Administração pública - A. local - R. Autónomas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
11 03 11	Resto do mundo - União Europeia	1 047 000	0	1 076 681	0	1 076 681	0	1 076 681	0	0	1 076 681	0	103
11 03 12	Resto do mundo - P. terceiros e org. internaci.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
11 08 01	Sociedades e q. soc. não financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
11 08 02	Sociedades financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
11 09 01	Sociedades e quase sociedades não financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
11 09 02	Sociedades financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
16 01 01	Na posse do serviço	6 415 451	6 415 451	0	0	0	6 415 451	6 415 451	0	0	6 415 451	0	100
<b>TOTAL DAS RECEITAS CAPITAL</b>		<b>208 462 451</b>	<b>6 415 451</b>	<b>202 076 681</b>	<b>0</b>	<b>202 076 681</b>	<b>6 415 451</b>	<b>208 492 132</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>208 492 132</b>	<b>0</b>	<b>100</b>
<b>TOTAL DA RECEITA</b>		<b>239 443 451</b>	<b>6 415 451</b>	<b>233 043 263</b>	<b>0</b>	<b>233 043 263</b>	<b>6 415 451</b>	<b>239 458 714</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>239 458 714</b>	<b>0</b>	<b>100</b>

O Contabilista Certificado

A Diretora Financeira

O Conselho de Administração

(Filipe Valentim)

(Jacinta Dias)

(José Figueiredo Almaça)  
(Presidente)

(Filipe Aleman Serrano)  
( Vice-Presidente)

(Maria de Nazaré Barroso)  
(Vogal)

**FLUXOS DE CAIXA**  
**FUNDO DE GARANTIA AUTOMÓVEL**  
 Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2015

(em euros)

Capit.	Grup.	Recebimentos			Capit.	Grup.	Pagamentos		
		<b>SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR</b>		<b>6 509 474,54</b>			<b>DESPESAS</b>		<b>205 976 178,93</b>
		<b>Execução orçamental</b>		6 415 450,54			Despesas Orçamentais (OE)		0,00
		De dotações orçamentais (OE)	0,00				<b>Despesas orçamentais com compensação em receita própria e com ou sem transição dos saldos</b>		205 789 894,75
16	01	De receitas próprias	6 415 450,54				<b>CORRENTES</b>	<b>16 368 376,08</b>	
		Na posse do serviço	6 415 450,54		01	01	Remunerações certas e permanentes	1 110 179,00	
		Na posse do tesouro			01	02	Abonos variáveis ou eventuais	549,57	
		De receita do Estado		1 523,37	01	03	Segurança Social	408 008,42	
		De operações de tesouraria		92 500,63	02	02	Aquisição de serviços	2 486 771,61	
		Descontos em vencimentos e salários:			04	08	Transferências correntes - Famílias	12 348 265,09	
		Receitas do Estado 0,00			06	02	Diversas	14 602,39	
		<b>RECEITAS</b>		<b>233 091 560,55</b>			<b>CAPITAL</b>	<b>189 421 518,67</b>	
		Dotações orçamentais (OE)		0,00	09	02	Títulos a curto prazo	165 000 000,00	
		<b>Receitas Próprias</b>		233 043 263,11	09	03	Títulos a médio e longo prazo	6 465 850,00	
		<b>CORRENTES</b>	<b>30 966 581,68</b>		09	09	Outros ativos financeiros	17 955 668,67	
04	01	Taxas	21 390 822,46				<b>Entrega ao Tesouro em conta de receitas próprias</b>	0,00	
05	02	Juros - Sociedades financeiras	71 118,56				<b>Descontos em vencimentos e salários:</b>		
05	03	Juros - Administração pública	4 608 658,13				Receitas do Estado 0,00		
05	06	Juros - Resto do mundo	1 563 918,22				Operações de tesouraria 0,00		
05	07	Div. part. lucros de soc. Q. S. não financeiras	2 851,69				<b>Importâncias entregues ao Estado e outras entidades</b>	186 284,18	
05	08	Div. part. lucros de soc. financeiras	13 193,88				Receita do Estado	14 456,72	
05	10	Rendas	103 174,62		12	01	Operações de tesouraria	171 827,46	
06	08	Transferências correntes - Famílias	2 635 514,37				<b>SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE</b>		
08	01	Outras receitas correntes	404 032,98				Execução orçamental	33 611 111,05	
15	01	Reposições não abatidas aos pagamentos	173 296,77				De dotações orçamentais (OE)	0,00	
		<b>CAPITAL</b>	<b>202 076 681,43</b>				<b>De receitas próprias</b>	33 611 111,05	
11	02	Títulos a curto prazo	15 000 000,00				Na posse do serviço		
11	03	Títulos a médio e longo prazo	187 076 681,43				Na posse do Tesouro		
		<b>Recebido do Tesouro em conta de receitas próprias</b>		0,00			De receita do Estado	4 934,86	
		<b>Importância retidas para entrega ao Estado ou outras entidades</b>		48 297,44			De operações de tesouraria	8 810,25	
17	01	Receita do Estado	17 868,21				<b>Descontos em vencimentos e salários</b>		
17	02	Operações de tesouraria	30 429,23				Receita do Estado 0,00		
		<b>Descontos em vencimentos e salários:</b>					Operações de tesouraria 0,00		
		<b>Total Geral</b>		<b>239 601 035,09</b>			<b>Total Geral</b>	<b>239 601 035,09</b>	

O Contabilista Certificado

A Diretora Financeira

O Conselho de Administração

(Filipe Valentim)

(Jacinta Dias)

(José Figueiredo Almaça)  
(Presidente)

(Filipe Aleman Serrano)  
(Vice-Presidente)

(Maria de Nazaré Barroso)  
(Vogal)

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### FUNDO DE GARANTIA AUTOMÓVEL

Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2015

#### 8.1 – Caracterização da Entidade

8.1.1 – O Fundo de Garantia Automóvel, designado abreviadamente por FGA é gerido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

O FGA é dotado de autonomia administrativa e financeira.

A sua sede está situada na Avenida da República, n.º 76, 1600-205 Lisboa, possui uma delegação na Rua Júlio Dinis, 127-1º, 4050-323 Porto e ainda instalações na Avenida da República, nº 59, 1050-189.

O código de classificação orgânica atribuído ao FGA é o seguinte: 03 1 09 04 00.

8.1.2 – O FGA foi criado pelo Decreto-Lei n.º 408/79, nos termos do Decreto Regulamentar n.º 58/79, ambos de 25 de setembro.

Atualmente, o Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de agosto, define o âmbito de intervenção e as atribuições do FGA.

Dada a inclusão do orçamento do FGA no Orçamento do Estado, no âmbito da Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro que aprova a Lei do enquadramento orçamental, em 2015 manteve-se o modelo de apresentação de contas em POCP.

Assim, as demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios da prudência, da continuidade, do acréscimo, do custo histórico, da consistência, da não compensação de saldos, da materialidade e da substância sobre a forma.

Foram objeto de aprovação pelo Conselho de Administração da ASF os julgamentos e estimativas que afetam os montantes do Balanço, Demonstração dos Resultados por Natureza e das divulgações necessárias para uma melhor compreensão da posição financeira do FGA. Tais estimativas são baseadas na melhor informação disponível à data da apresentação das contas e em alguns casos, na avaliação que delas fazem especialistas nas matérias em questão.

São estes os casos das avaliações das provisões para riscos e encargos conforme explicita a Nota 8.2.31.

8.1.3 – A gestão do FGA é assegurada pelos órgãos da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF). A ASF é a autoridade portuguesa de supervisão de seguros e de fundos de pensões. São órgãos da ASF o Conselho de Administração, o Conselho Consultivo e a Comissão de Fiscalização, cuja constituição e respetivas atribuições estão definidas nos artigos 8.º a 29.º do Estatuto da ASF, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 1/2015, de 6 janeiro.

8.1.4 – O Fundo de Garantia Automóvel garante a reparação de danos decorrentes de acidentes rodoviários ocorridos em Portugal e originados:

- por veículo sujeito ao seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel (SORCA), com estacionamento habitual em Portugal ou matriculado em país que não tenha serviço nacional de seguros, ou cujo serviço não tenha aderido ao acordo entre serviços nacionais de seguros;
- por veículo sujeito ao SORCA, sem chapa de matrícula ou com uma chapa de matrícula que não corresponde ou deixou de corresponder à chapa de matrícula do veículo (matrícula falsa);
- por veículo não sujeito ao SORCA em razão do veículo em si mesmo, ainda que com estacionamento habitual no estrangeiro;
- por veículo sujeito ao SORCA, importado de um estado membro, por um período de 30 (trinta) dias a contar da data da aceitação da entrega pelo adquirente, mesmo que o veículo não tenha sido formalmente registado em Portugal.

O Fundo de Garantia Automóvel satisfaz, até ao limite do capital mínimo do SORCA, as indemnizações que se mostrem devidas por:

- danos corporais, quando o responsável seja desconhecido ou não beneficie de seguro válido e eficaz, ou for declarada a insolvência da empresa de seguros;
- danos materiais, quando o responsável, sendo conhecido, não beneficie de seguro válido e eficaz;
- danos materiais quando, sendo o responsável desconhecido, deva o FGA satisfazer uma indemnização por danos corporais significativos, ou o veículo causador, não beneficiando de seguro válido e eficaz, tenha sido abandonado no local do acidente e a autoridade policial confirme a sua presença no respetivo auto de notícia.

O Fundo de Garantia Automóvel exerce as funções de Organismo de Indemnização (OI) e as de Centro de Informação (CI), no âmbito da Diretiva 2000/26/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de maio de 2000, designada por Quarta Diretiva Automóvel.

Neste domínio:

- no exercício das funções de Organismo de Indemnização e nos termos previstos no Título III do Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de agosto, o FGA satisfaz indemnizações às pessoas lesadas residentes em Portugal, que tenham sido vítimas noutra Estado-Membro ou num País aderente ao Sistema Carta Verde, de acidente rodoviário causado por veículo habitualmente estacionado e segurado noutra Estado-Membro, que não o da sua residência, ou por veículo desconhecido ou relativamente ao qual não tenha sido possível identificar a Empresa de Seguros;
- no exercício das funções de Centro de Informação o FGA responde aos pedidos de informação dos utentes e dos centros de informação congéneres no que respeita à identificação de empresas de seguros, de representantes para sinistros e quando justificadamente, dos proprietários dos veículos.

## 8.1.5 – Recursos Humanos

**Identificação do responsável por Direções/ Departamentos****Fundo de Garantia Automóvel**

José Carlos Simões Ferreira Marques

**Pessoal do quadro em 31-12-15**

<b>Grupos de Categorias</b>	<b>Efetivos em 31-12-15</b>
Diretores	1
Chefias Intermédias	3
Técnicos	31
Administrativos	6
<b>Totais</b>	<b>41</b>

## 8.1.6 – Organização contabilística

O sistema de informação contabilística está centralizado na sede da ASF, com elaboração de Demonstrações Financeiras intercalares.

Os registos contabilísticos do FGA estão assentes no sistema informático ERP Minimal, abrangendo a Contabilidade Geral, Contabilidade Orçamental, Controlo de investimentos financeiros, Aquisições de Bens e serviços e Recursos Humanos.

Relativamente à utilização deste sistema de informação, para além dos manuais de procedimentos disponíveis para consulta, foram implementadas séries de validações no registo de dados cujo objetivo é a minimização dos erros por parte do utilizador.

Todos os registos efetuados na contabilidade estão apoiados por justificativos em papel, os quais são arquivados por data de lançamento em pastas de arquivo próprias.

É ainda prestada mensalmente, às entidades competentes, toda a informação prevista na legislação sobre a execução do Orçamento do Estado.

## 8.2 - NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO

### FUNDO DE GARANTIA AUTOMÓVEL

Dado o enquadramento do FGA já explicitado em 8.1, as notas ao Balanço e à Demonstração dos resultados seguem a ordem definida no Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP).

**Assim, as notas aplicáveis são as seguintes: 8.2.3, 8.2.7, 8.2.23, 8.2.29, 8.2.31, 8.2.32, 8.2.37, 8.2.38, 8.2.39, 8.3.1, 8.3.2 e 8.3.5, as outras não são aplicáveis ao FGA.**

8.2.3 – No enquadramento dado pelos princípios referenciados no ponto 8.1 foram utilizados, em 2015, os seguintes critérios valorimétricos:

#### Receita

As fontes de receita do FGA estão estabelecidas no Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de agosto, sendo maioritariamente constituídas pelo montante das contribuições que resultam da aplicação de 2,5% sobre os prémios comerciais de contratos de seguro direto processados, líquidos de estornos e anulações, da cobertura obrigatória do seguro de responsabilidade civil automóvel. Os montantes devidos ao FGA são entregues pelas empresas de seguros no mês seguinte a cada trimestre civil de cobrança.

Estas receitas são registadas na rubrica “Impostos, taxas e outros” da demonstração dos resultados.

#### Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros são registados ao custo de aquisição. As menos valias potenciais, correspondentes à diferença entre o custo de aquisição e o valor de mercado no final do exercício, são integralmente provisionadas.

8.2.7 - Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constante do balanço e nas respetivas amortizações e provisões.

#### AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO	REGULARIZAÇÕES	SALDO FINAL
<b>Provisões investimentos financeiros</b>				
Partes de capital em empresas	1 469 283,91	57 865,99	0,00	1 527 149,90
Obrigações e títulos de participação	615 960,62	680 460,20	0,00	1 296 420,82
Fundos de investimento	2 112 201,00	0,00	( 205 296,91)	1 906 904,09
<b>TOTAL</b>	<b>4 197 445,53</b>	<b>738 326,19</b>	<b>( 205 296,91)</b>	<b>4 730 474,81</b>

## ATIVO BRUTO

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS	SALDO FINAL
<b>Investimentos financeiros</b>					
Partes de capital em empresas	1 778 858,70	0,00	0,00	0,00	1 778 858,70
Obrigações e títulos de participação	37 898 688,64	6 465 850,00	1 074 381,41	0,00	43 290 157,23
Terrenos e recursos naturais	42,90	4 488 917,17	0,00	0,00	4 488 960,07
Edifícios e outras construções	0,00	13 466 751,50	0,00	0,00	13 466 751,50
Títulos de dívida pública portuguesa (OT'S)	44 848 763,47	0,00	10 848 441,37	0,00	34 000 322,10
Certificados especiais de dívidas a médio longo prazo (CEDIM)	175 000 000,00	0,00	175 000 000,00	0,00	0,00
Fundos de investimento	25 151 833,86	0,00	0,00	0,00	25 151 833,86
<b>TOTAL</b>	<b>284 678 187,57</b>	<b>24 421 518,67</b>	<b>186 922 822,78</b>	<b>0,00</b>	<b>122 176 883,46</b>

As rubricas “Terrenos e recursos naturais” e “Edifícios e outras construções” refletem a aquisição à ASF, pelo montante de 17 955 669 €, de um edifício que se encontra arrendado a esta entidade pelo prazo de oito anos.

8.2.23 – O valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas na rubrica “Outros devedores” é de 33 401,35 €.

8.2.29 - Responsabilidades por garantias prestadas:

Em investimentos financeiros - Outras aplicações financeiras, estão incluídos títulos no valor nominal de 237 738,30 €, que foram dados como garantia junto de tribunais para processos judiciais em curso, relativos a indemnizações por sinistros automóveis, cuja decisão se aguarda. A composição daquele valor é como segue:

O.T. Outubro 4,35% - 2017                      237 738,30 €

8.2.31 - Desdobramento das contas de provisões acumuladas e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício.

Código das contas	RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	SALDO FINAL
<b>291</b>	<b>Provisões para cobranças duvidosas</b>	33 401,35	0,00	0,00	33 401,35
<b>292</b>	<b>Provisões para riscos e encargos</b>				
	Para IBNR	15 224 836,00	0,00	1 830 533,00	13 394 303,00
	Para sinistros	124 440 255,00	62 288 915,45	75 625 153,45	111 104 017,00
<b>49</b>	<b>Provisões para investimentos financeiros</b>	4 197 445,53	738 326,19	205 296,91	4 730 474,81
	<b>TOTAL</b>	<b>143 895 937,88</b>	<b>63 027 241,64</b>	<b>77 660 983,36</b>	<b>129 262 196,16</b>

As provisões para riscos e encargos correspondem à estimativa das indemnizações a pagar com sinistros ocorridos e ainda não regularizados à data, à estimativa de encargos futuros de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados e não declarados (Provisão para sinistros) e à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR).



## 8.2.32 – Fundo Patrimonial - movimentos ocorridos no exercício

RUBRICAS	SALDO INICIAL Credor /(Devedor)	MOVIMENTOS DO EXERCÍCIO		SALDO FINAL Credor /(Devedor)
		DÉBITO	CRÉDITO	
Resultados transitados	240 065 923,89	0,00	23 481 529,07	263 547 452,96
Resultado líquido do exercício	23 481 529,07	23 481 529,07	28 733 352,07	28 733 352,07
<b>TOTAL</b>	<b>263 547 452,96</b>	<b>23 481 529,07</b>	<b>52 214 881,14</b>	<b>292 280 805,03</b>

## 8.2.37 - Demonstração dos resultados financeiros.

CUSTOS E PERDAS		Exercícios		PROVEITOS E GANHOS		Exercícios	
		2015	2014			2015	2014
683	Amortizações de investimentos em imóveis	0,00	0,00	781	Juros obtidos	5 651 311,12	6 483 424,35
684	Provisões para aplicações financeiras	738 326,19	432 097,05	783	Rendimentos de imóveis	0,00	0,00
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00	784	Rendimentos de participações de capital	2 851,69	16 465,56
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
688	Outros custos e perdas financeiras	14 583,82	11 066,79	787	Ganhos na alienação aplicações de tesouraria	0,00	0,00
				788	Outros proveitos e ganhos financeiros	0,00	0,00
	<b>Resultados financeiros</b>	4 901 252,80	6 056 726,07				
		<b>5 654 162,81</b>	<b>6 499 889,91</b>			<b>5 654 162,81</b>	<b>6 499 889,91</b>

## 8.2.38 - Demonstração dos resultados extraordinários.

CUSTOS E PERDAS		Exercícios		PROVEITOS E GANHOS		Exercícios	
		2015	2014			2015	2014
694	Perdas em imobilizações	0,00	0,00	794	Ganhos em imobilizações	153 858,65	4 341,75
697	Correções relativas a exercícios anteriores	18 083,89	14 463,11	796	Reduções de amortizações e provisões	77 660 983,36	86 121 238,84
698	Outros custos perdas extraordinárias	0,00	0,00	797	Correções relativas a exercícios anteriores	172 303,66	143 987,35
				798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	409 992,13	1 200,00
	<b>Resultados extraordinários</b>	78 379 053,91	86 256 304,83				
		<b>78 397 137,80</b>	<b>86 270 767,94</b>			<b>78 397 137,80</b>	<b>86 270 767,94</b>

## 8.2.39 - Outras informações, consideradas relevantes, para a melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.

## 8.2.39.1 - Acréscimos e diferimentos

Em 31 de dezembro de 2015 os saldos destas contas apresentavam a seguinte composição:

**Acréscimos de proveitos:**

Receita do 4.º trimestre de 2015 a receber em 2016	5 451 508,03 €
Juros de Obrigações	1 704 398,06 €
Juros de CEDIC'S	<u>29 574,59 €</u>
	<b>7 185 480,68 €</b>

**Custos diferidos:**

Renda do edifício Avenida da República e Seguros	<b>35 000,64 €</b>
--	--------------------

**Acréscimos de custos:**

Encargos com férias a pagar em 2016	188 622,00 €
Outros	6 027,00 €
	<b>194 649,00 €</b>

**Proveitos diferidos:**

Rendas	<b>103 174,62 €</b>
--------	---------------------

8.2.39.2 - Nos investimentos financeiros foram reconhecidas contabilisticamente apenas as perdas potenciais (menos-valias) através das provisões, em obediência ao princípio da prudência. No entanto, para informação e consequentemente melhor análise da rentabilidade, evidenciamos também no quadro seguinte os ganhos potenciais (mais-valias) e o valor global de cotação da carteira em 31 de dezembro de 2015, com as mais e menos-valias.

RUBRICAS	VALOR DE AQUISIÇÃO	PERDAS POTENCIAIS (PROVISÕES)	GANHOS POTENCIAIS	VALOR DE COTAÇÃO EM 31-12-15
<b>Curto Prazo</b>	<b>258 000 000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>258 000 000,00</b>
CEDIC's	258 000 000,00	0,00	0,00	258 000 000,00
<b>Médio e Longo Prazo</b>	<b>104 221 171,89</b>	<b>4 730 474,81</b>	<b>21 885 196,34</b>	<b>121 375 893,42</b>
Partes de capital	1 778 858,70	1 527 149,90	0,00	251 708,80
Fundos de investimento	25 151 833,86	1 906 904,09	10 830 766,74	34 075 696,51
Obrigações e títulos de participação	43 290 157,23	1 296 420,82	6 713 894,70	48 707 631,11
Títulos de dívida pública Portuguesa	34 000 322,10	0,00	4 340 534,90	38 340 857,00
<b>TOTAL</b>	<b>362 221 171,89</b>	<b>4 730 474,81</b>	<b>21 885 196,34</b>	<b>379 375 893,42</b>

**8.3 – Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução**

## 8.3.1 – Alterações orçamentais.

1 - Despesa – *Vide* anexo I2 - Receita – *Vide* anexo II

## 8.3.2 – Contratação Administrativa

1 - Situação dos contratos – *Vide* anexo III2 - Formas de adjudicação – *Vide* anexo IV

## 8.3.5 – Aplicações em ativos de rendimento fixo e variável

1 - Ativos de rendimento fixo – *Vide* anexo V2 - Ativos de rendimento variável – *Vide* anexo VI**O Contabilista Certificado****A Diretora Financeira****O Conselho de Administração**

(Filipe Valentim)

(Jacinta Dias)

(José Figueiredo Almaça)

(Presidente)

(Filipe Aleman Serrano)

(Vice-Presidente)

(Maria de Nazaré Barroso)

(Vogal)

## 1 - Despesa

Classificação económica		Dotações Iniciais	Alterações orçamentais				Reposições abatidas aos pagamentos	Dotações Corrigidas	Observações
Códigos	Descrição		Transferências de verbas entre rubricas		Créditos especiais (aumento da despesa)	Modificações na redação da rubrica			
			Reforços	Anulações					
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(3)+(4)-(5)+(6)+(7)+(8)	(10)
<b>09</b>	<b>Despesas de capital</b>								
	<b>Ativos financeiros</b>		<b>168 310 500</b>	<b>168 310 500</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>		
09 02 05	Administração pública central- Estado	15 000 000	150 310 500	0	0	0	0	165 310 500	
09 03 01	Sociedades ou quase sociedades não financeiras-privadas	10 000 000	0	10 000 000	0	0	0	0	
09 03 02	Sociedades e quase sociedades não financeiras-Públicas	10 000 000	0	10 000 000	0	0	0	0	
09 03 03	Sociedades financeiras-bancos e outras instituições financeiras	10 000 000	0	10 000 000	0	0	0	0	
09 03 05	Administração pública central- Estado	34 810 500	0	34 810 500	0	0	0	0	
09 03 14	Resto do Mundo-União europeia - Instituições	10 000 000	0	7 000 000	0	0	0	3 000 000	
09 03 15	Resto do Mundo-União europeia - Países membros	10 000 000	0	10 000 000	0	0	0	0	
09 03 16	Resto do Mundo-Países terceiros e organizações internacionais	10 000 000	0	6 500 000	0	0	0	3 500 000	
09 07 01	Sociedades e quase sociedades não financeiras-privadas	10 000 000	0	10 000 000	0	0	0	0	
09 07 03	Sociedades financeiras-bancos e outras instituições financeiras	10 000 000	0	10 000 000	0	0	0	0	
09 07 04	Sociedades financeiras-companhias de seguros e fundos de pensões	10 000 000	0	10 000 000	0	0	0	0	
09 08 01	Sociedades ou quase sociedades não financeiras-privadas	10 000 000	0	10 000 000	0	0	0	0	
09 08 03	Sociedades financeiras-bancos e outras instituições financeiras	10 000 000	0	10 000 000	0	0	0	0	
09 08 04	Sociedades financeiras-companhias de seguros e fundos de pensões	10 000 000	0	10 000 000	0	0	0	0	
09 08 14	Resto do Mundo-União europeia - Instituições	10 000 000	0	10 000 000	0	0	0	0	
09 08 16	Resto do Mundo-Países terceiros e organizações internacionais	10 000 000	0	10 000 000	0	0	0	0	
09 09 06	Administração pública central- SFA'S	0	18 000 000	0	0	0	0	18 000 000	
	<b>TOTAL</b>		<b>168 310 500</b>	<b>168 310 500</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>		

O Contabilista Certificado

(Filipe Valentim)

A Diretora Financeira

(Maria Jacinta Dias)

O Conselho de Administração

(José Figueiredo Almaça)

(Presidente)

(Filipe Aleman Serrano)  
(Vice-Presidente)(Maria de Nazaré Barroso)  
(Vogal)

## 2 - Receita

Classificação económica		Previsões iniciais	Alterações orçamentais			Previsões corrigidas	Observações
Códigos (1)	Descrição (2)		Créditos especiais (4)	Reforços (5)	Anulações (6)		
		(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(3)+(4)+(5)-(6)	(8)
<b>Receitas correntes</b>							
<b>04</b>	<b>Taxas, multas e outras penalidades</b>		<b>891 000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>		
04 01 99	Taxas diversas	20 500 000	891 000	0	0	21 391 000	
<b>05</b>	<b>Rendimentos da propriedade</b>		<b>202 000</b>	<b>46 000</b>	<b>46 000</b>		
05 02 01	Bancos e outras instituições financeiras	2 000	70 000		0	72 000	
05 03 01	Administração central - Estado	4 500 000	0	37 000	0	4 537 000	
05 06 01	União europeia- Instituições	400 000	28 000	9 000	0	437 000	
05 07 01	Dividendos e participações nos lucros de sociedades e quase - sociedades não financeiras	50 000	0	0	46 000	4 000	
05 10 04	Edifícios	0	104 000		0	104 000	
<b>06</b>	<b>Transferências correntes</b>		<b>250 000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>		
06 08 01	Famílias	2 500 000	250 000	0	0	2 750 000	
<b>08</b>	<b>Outras receitas correntes</b>		<b>236 000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>		
08 01 99	Outras	75 000	236 000	0	0	311 000	
<b>15</b>	<b>Reposições não abatidas aos pagamentos</b>		<b>110 000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>		
15 01 01	Reposições não abatidas aos pagamentos	50 000	110 000	0	0	160 000	
<b>Receitas de capital</b>							
<b>11</b>	<b>Ativos financeiros</b>		<b>15 047 000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>		
11 02 03	Administração central - Estado	0	15 000 000	0	0	15 000 000	
11 03 11	Resto do Mundo - União europeia	1 000 000	47 000	0	0	1 047 000	
<b>16</b>	<b>Saldo da gerência anterior</b>		<b>6 415 451</b>	<b>0</b>	<b>0</b>		
16 01 01	Na posse dos serviços	0	6 415 451	0	0	6 415 451	
<b>TOTAL</b>			<b>23 151 451</b>	<b>46 000</b>	<b>46 000</b>		

O Contabilista Certificado

(Filipe Valentim)

A Diretora Financeira

(Maria Jacinta Dias)

O Conselho de Administração

(José Figueiredo Almaça)

(Presidente)

(Filipe Aleman Serrano)  
(Vice-Presidente)(Maria de Nazaré Barroso)  
(Vogal)

## Situação dos contratos

Entidade	Contrato			Visto do Tribunal de Contas		Data do primeiro pagamento	Pagamentos na gerência			Pagamentos acumulados			Observações
	Objeto	Data	Valor	Número do registo	Data		Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(12)	(13)	(14)	(15)
João Carlos Silva & Associados, Sociedade de Advogados, RL	Serviços Jurídicos / Advocacia	20.02.15	200 000,00	-	-	16.01.15	163.422,48	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Pereira dos Reis e Taborda Mouzinho - Sociedade de Advogados	Serviços Jurídicos / Advocacia	20.02.15	152 500,00	-	-	23.01.15	152.255,13	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Margarida Urbano & Associados, Sociedade de Advogados, RL	Serviços Jurídicos / Advocacia	20.02.15	100 000,00	-	-	09.01.15	83.191,14	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Eduardo Frota & Sandra Galhardo - Sociedade de Advogados, RL	Serviços Jurídicos / Advocacia	17.12.12	75 000,00	-	-	09.01.15	25.440,21	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
José Macieirinha, Pedro Macieirinha e Associados - Sociedade de Advogados	Serviços Jurídicos / Advocacia	16.03.15	75 000,00	-	-	09.01.15	60.235,73	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Intrum Justitia Portugal - Consultoria e Apoio à Gestão de Contas Correntes Unipessoal, Lda	Serviços de Recuperação de Créditos	22.12.14	103 320,00	-	-	09.01.15	57.008,12	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
UON - Consultores, S.A.	Serviços de Avaliação de Dano Material e Averiguações	22.12.14	202 950,00	-	-	09.01.15	207.032,37	-	-	-	-	-	Prestação de serviços

O Contabilista Certificado

A Diretora Financeira

O Conselho de Administração

(Filipe Valentim)

(Jacinta Dias)

(José Figueiredo Alმაça)  
(Presidente)(Filipe Aleman Serrano)  
(Vice-Presidente)(Maria de Nazaré Barroso)  
(Vogal)

## Formas de adjudicação

Tipo de contrato (1)	Concurso Público		Concurso limitado com prévia qualificação		Concurso limitado com apresentação de candidaturas		Concurso limitado sem apresentação de candidaturas		Por negociação com publicação prévia de anúncio		Por negociação sem publicação prévia de anúncio		Ajuste direto		Total	
	Número de contratos (2)	Valor (3)	Número de contratos (4)	Valor (5)	Número de contratos (6)	Valor (7)	Número de contratos (8)	Valor (9)	Número de contratos (10)	Valor (11)	Número de contratos (12)	Valor (13)	Número de contratos (14)	Valor (15)	Número de contratos (16)	Valor (17)
Locação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empreitada de obras públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gestão de serviços públicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prestação de serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	748.585	7	748.585
Aquisição de bens	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

O Contabilista Certificado

A Diretora Financeira

O Conselho de Administração

(Filipe Valentim)

(Jacinta Dias)

(José Figueiredo Almaça)  
(Presidente)(Filipe Aleman Serrano)  
(Vice-Presidente)(Maria de Nazaré Barroso)  
(Vogal)

## Aplicações em ativos de rendimento fixo

## OBRIGAÇÕES E TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO

DESCRIÇÃO DO ATIVO	ENTIDADE DEVEDORA	VALOR EM 01-01-2015		VALOR EM 31-12-2015		RENDIMENTO		OBSERVAÇÕES
		VALOR NOMINAL	VALOR DE MERCADO	VALOR NOMINAL	VALOR DE MERCADO	VENCIDO E COBRADO	VENCIDO POR COBRAR	
<b>Taxa Fixa</b>								
BEI - 8% / 2016	BANCO SUPRANACIONAL BEI	354 146,51	401 237,37	354 146,51	375 908,81	28 331,72	6 295,94	
BEI 5,625% - 98/28	BANCO SUPRANACIONAL BEI	2 480 000,00	3 784 604,00	2 480 000,00	3 708 988,80	139 500,00	121 919,18	
Republica Áustria 2018	AUSTRIA (SOBERANO)	2 000 000,00	2 283 500,00	2 000 000,00	2 201 600,00	93 000,00	89 178,08	
HBOS 2015	HBOS BANK	1 000 000,00	1 008 910,00			48 750,00	0,00	Reembolso em 2015
France Gov. Bond 3,25% 04/16	FRANÇA (SOBERANO)	1 990 000,00	2 075 132,20	1 990 000,00	2 012 188,50	64 675,00	44 297,95	
German Gov. Bond DBR 4% 07/16	ALEMANHA (SOBERANO)	1 000 000,00	1 061 580,00	1 000 000,00	1 021 900,00	40 000,00	19 726,03	
France Gov. Bond FRTR 3,75% 04/21	FRANÇA (SOBERANO)	2 000 000,00	2 425 400,00	2 000 000,00	2 382 360,00	75 000,00	51 369,86	
Netherlands 4% 07/16	HOLANDA (SOBERANO)	1 000 000,00	1 061 830,00	1 000 000,00	1 023 650,00	40 000,00	18 520,55	
German Gov. Bond DBR 4% 01/37	ALEMANHA (SOBERANO)	1 000 000,00	1 528 780,00	1 000 000,00	1 484 030,00	40 000,00	39 561,64	
German Gov. Bond DBR 3,75% 01/17	ALEMANHA (SOBERANO)	2 000 000,00	2 154 200,00	2 000 000,00	2 083 660,00	75 000,00	74 178,08	
France Gov. Bond FRTR 3,75% 04/17	FRANÇA (SOBERANO)	3 000 000,00	3 262 350,00	3 000 000,00	3 160 710,00	112 500,00	77 054,79	
Espanha Gov. Bond SPGB 3,8% 01/17	ESPAÑA (SOBERANO)	1 000 000,00	1 069 350,00	1 000 000,00	1 041 180,00	38 000,00	34 772,60	
Republica Áustria 3,5% 09/21	AUSTRIA (SOBERANO)	1 000 000,00	1 213 830,00	1 000 000,00	1 191 900,00	35 000,00	10 260,27	
France Gov. Bond FRTR 4% 10/38	FRANÇA (SOBERANO)	2 000 000,00	2 868 900,00	2 000 000,00	2 801 400,00	80 000,00	14 684,93	
German Gov. Bond DBR 4,25% 07/17	ALEMANHA (SOBERANO)	1 000 000,00	1 108 480,00	1 000 000,00	1 069 280,00	42 500,00	20 958,90	
Itália Gov. Bond BTPS 4,5% 02/18	ITÁLIA (SOBERANO)	1 000 000,00	1 115 880,00	1 000 000,00	1 092 580,00	45 000,00	18 739,73	
France Gov. Bond 4,25% 2017	FRANÇA (SOBERANO)	2 000 000,00	2 240 300,00	2 000 000,00	2 165 700,00	85 000,00	15 602,74	
German Gov. Bond DBR 4,25% 07/39	ALEMANHA (SOBERANO)	2 000 000,00	3 233 560,00	2 000 000,00	3 147 660,00	85 000,00	41 917,81	
Netherlands 4% 07/18	HOLANDA (SOBERANO)	3 000 000,00	3 423 990,00	3 000 000,00	3 326 100,00	120 000,00	55 561,64	
BEI 3,5% 15/04/2016	BANCO SUPRANACIONAL BEI	1 000 000,00	1 044 900,00	1 000 000,00	1 010 530,00	35 000,00	24 931,51	
IBRD 3,875% 20/05/2019	BANCO SUPRANACIONAL IBRD	1 500 000,00	1 746 090,00	1 500 000,00	1 701 345,00	58 125,00	35 830,48	
Espanha Gov. Bond SPGB 2,75% 10/24	ESPAÑA (SOBERANO)	2 000 000,00	2 207 800,00	2 000 000,00	2 184 460,00	55 000,00	9 191,78	
ArcelorMittal 3,125% 01/2022	ARCELDORMITTAL			3 000 000,00	2 316 720,00	0,00	88 707,20	Aquisição em 2015
Bank of America Corp 1,625% 09/2022	BANK OF AMERICA CORP			3 500 000,00	3 516 730,00	0,00	16 672,95	Aquisição em 2015
<b>TOTAIS</b>	<b>EUR</b>	<b>35 324 146,51</b>	<b>42 320 603,57</b>	<b>40 824 146,51</b>	<b>46 020 581,11</b>	<b>1 435 381,72</b>	<b>929 934,64</b>	

## TÍTULOS DE DÍVIDA PÚBLICA

DESCRIÇÃO DO ATIVO	ENTIDADE DEVEDORA	VALOR EM 01-01-2015		VALOR EM 31-12-2015		RENDIMENTO		OBSERVAÇÕES
		VALOR NOMINAL	VALOR DE MERCADO	VALOR NOMINAL	VALOR DE MERCADO	VENCIDO E COBRADO	VENCIDO POR COBRAR	
<b>Curto Prazo</b>								
CEDIC	IGCP	108 000 000,00	108 000 000,00	258 000 000,00	258 000 000,00	303 943,13	29 574,59	
<b>Sub-Total Curto Prazo</b>		<b>108 000 000,00</b>	<b>108 000 000,00</b>	<b>258 000 000,00</b>	<b>258 000 000,00</b>	<b>303 943,13</b>	<b>29 574,59</b>	
<b>Médio e Longo Prazo</b>								
O.T. Abril 3,85% - 2021	PORTUGAL (SOBERANO)	10 000 000,00	11 115 800,00	10 000 000,00	11 270 500,00	288 750,00	205 684,93	
O.T. Outubro 3,35% - 2015	PORTUGAL (SOBERANO)	11 000 000,00	11 270 930,00			276 375,00	0,00	Reembolso em 2015
O.T. Outubro 4,35% - 2017	PORTUGAL (SOBERANO)	13 000 000,00	14 213 550,00	13 000 000,00	13 984 750,00	424 125,00	88 310,96	
O.T. Abril 4,10% - 2037	PORTUGAL (SOBERANO)	1 000 000,00	1 063 300,00	1 000 000,00	1 091 300,00	30 750,00	21 904,11	
O.T. Junho 4,45% 2018	PORTUGAL (SOBERANO)	4 000 000,00	4 443 000,00	4 000 000,00	4 415 320,00	133 500,00	72 784,93	
O.T. Junho 4,8% 2020	PORTUGAL (SOBERANO)	1 250 000,00	1 451 687,50	1 250 000,00	1 452 475,00	45 000,00	24 534,25	
O.T. Fevereiro 6,40% - 2016	PORTUGAL (SOBERANO)	6 080 000,00	6 485 232,00	6 080 000,00	6 126 512,00	291 840,00	255 060,16	
CEDIM 2,33% 15/10/2015	IGCP	50 000 000,00	50 000 000,00			873 750,00	0,00	Reembolso em 2015
CEDIM 2,07% 15/10/2015	IGCP	125 000 000,00	125 000 000,00			1 940 625,00	0,00	Reembolso em 2015
<b>Sub-Total Médio e Longo Prazo</b>		<b>221 330 000,00</b>	<b>225 043 499,50</b>	<b>35 330 000,00</b>	<b>38 340 857,00</b>	<b>4 304 715,00</b>	<b>668 279,34</b>	
<b>TOTAIS</b>	<b>EUR</b>	<b>329 330 000,00</b>	<b>333 043 499,50</b>	<b>293 330 000,00</b>	<b>296 340 857,00</b>	<b>4 608 658,13</b>	<b>697 853,93</b>	

O Contabilista Certificado

A Diretora Financeira

O Conselho de Administração

(Filipe Valentim)

( Maria Jacinta Dias)

(José Figueiredo Almaça)  
(Presidente)(Filipe Aleman Serrano)  
( Vice-Presidente)(Maria de Nazaré Barroso)  
(Vogal)

## Aplicações em ativos de rendimento variável

## PARTES DE CAPITAL

DESCRIÇÃO DO ATIVO	ENTIDADE DEVEDORA	VALOR EM 01-01-2015		VALOR EM 31-12-2015		RENDIMENTO		OBSERVAÇÕES
		VALOR NOMINAL	VALOR DE MERCADO	VALOR NOMINAL	VALOR DE MERCADO	VENCIDO E COBRADO	VENCIDO POR COBRAR	
Fab.Porc.Vista Alegre	VISTA ALEGRE SGPS	4 251,28	5 845,51	4 251,28	4 251,28	0,00	0,00	Ex. Portugal Telecom, SGPS, S.A.
Matrena *	MATRENA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PHAROL, SGPS S.A.	PHAROL, SGPS S.A.	5 608,50	161 524,80	5 608,50	50 663,45	0,00	0,00	
NOS, SGPS, S.A.	NOS, SGPS, S.A.	271,59	142 204,52	271,59	196 794,11	2 851,69	0,00	
<b>TOTAIS</b>	<b>EUR</b>	<b>10 131,37</b>	<b>309 574,83</b>	<b>10 131,37</b>	<b>251 708,84</b>	<b>2 851,69</b>	<b>0,00</b>	

\* Última cotação do título 30.Set.98

## OBRIGAÇÕES E TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO

DESCRIÇÃO DO ATIVO	ENTIDADE DEVEDORA	VALOR EM 01-01-2015		VALOR EM 31-12-2015		RENDIMENTO		OBSERVAÇÕES
		VALOR NOMINAL	VALOR DE MERCADO	VALOR NOMINAL	VALOR DE MERCADO	VENCIDO E COBRADO	VENCIDO POR COBRAR	
<b>Taxa Variável</b>								
Matrena/90	MATRENA	349 300,00	0,00	349 300,00	0,00	0,00	0,00	Reembolso em 2015
Somec 94/99	SOMECC	149 500,00	0,00	149 500,00	0,00	0,00	0,00	
Magellan Mortgages Plc	MAGELLAN MORTGAGES PLC	700 000,00	687 680,00	700 000,00	687 050,00	8 333,37	321,07	
Mediobanca 2018	MEDIOBANCA SPA	2 000 000,00	2 000 000,00	2 000 000,00	2 000 000,00	120 000,00	105 863,01	
Gran 2004 - 1 2A2	GRANITE MORTGAGES PLC.	76 681,41	76 103,05			203,13	0,00	
<b>TOTAIS</b>	<b>EUR</b>	<b>3 275 481,41</b>	<b>2 763 783,05</b>	<b>3 198 800,00</b>	<b>2 687 050,00</b>	<b>128 536,50</b>	<b>106 184,08</b>	

## UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO EM FUNDOS DE INVESTIMENTO

DESCRIÇÃO DO ATIVO	ENTIDADE DEVEDORA	VALOR EM 01-01-2015		VALOR EM 31-12-2015		RENDIMENTO		OBSERVAÇÕES
		VALOR NOMINAL	VALOR DE MERCADO	VALOR NOMINAL	VALOR DE MERCADO	VENCIDO E COBRADO	VENCIDO POR COBRAR	
Barclays Bond Euro Fund	BARCLAYS BANK	500 000,00	753 233,93	500 000,00	750 449,33	0,00	0,00	
FA Santander Ações Europa	SANTANDER ASSET MANAGEMENT SGFIM	5 775 000,00	5 434 279,70	5 775 000,00	5 662 278,80	0,00	0,00	
FA Santander Ações América	SANTANDER ASSET MANAGEMENT SGFIM	4 435 000,00	6 107 540,37	4 435 000,00	6 610 328,56	0,00	0,00	
Invesco Funds Pan European	INVESCO GT MANAGEMENT SA	1 419 148,90	2 513 312,70	1 419 148,90	2 699 221,21	0,00	0,00	
JP Morgan - Global Equities/Ac.global	JPMORGAN ASSET MANAGEMENT EUROPE	645 800,00	736 307,64	645 800,00	756 916,76	12 178,03	0,00	
Newton Int. Growth Fund	BNY MELLON FUND MANAGERS UK	914 606,74	1 126 429,66	914 606,74	1 283 924,94	0,00	0,00	
HSBC Global Pan Europe	HSBC INVESTMENT FUNDS (LUXEMBURGO)	1 903 240,00	1 725 907,93	1 903 240,00	1 948 159,08	1 015,85	0,00	
CaixaGest Imobiliário Internacional	CAIXAGEST SA PORTUGAL	5 500 002,97	3 387 801,97	5 500 002,97	3 593 098,88	71 118,56	0,00	
Fundo em USD	DOS SANTOS - SMITH BARNEY	3 990 383,03	8 338 520,59	3 990 383,03	9 275 787,88	0,00	0,00	
Novenergia II - Energy & Environment (S.C.A.), SICAR	NOVENERGIA II	1 000 000,00	1 447 758,95	1 000 000,00	1 495 531,08	0,00	0,00	
<b>TOTAIS</b>	<b>EUR</b>	<b>26 083 181,64</b>	<b>31 571 093,44</b>	<b>26 083 181,64</b>	<b>34 075 696,52</b>	<b>84 312,44</b>	<b>0,00</b>	

O Contabilista Certificado

A Diretora Financeira

O Conselho de Administração

(Filipe Valentim)

( Maria Jacinta Dias)

(José Figueiredo Almaça)  
(Presidente)(Filipe Aleman Serrano)  
( Vice-Presidente)(Maria de Nazaré Barroso)  
(Vogal)





# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

FAT - Fundo de Acidentes de Trabalho



**BALANÇO**  
**FUNDO DE ACIDENTES DE TRABALHO**  
 Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2015

(em euros)

Código contas POCP		Notas	ATIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES	ATIVO LÍQUIDO	ATIVO LÍQUIDO	Código contas POCP		Notas	2015	2014
	<b>ATIVO</b>		<b>2015</b>		<b>2014</b>			<b>FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO</b>		<b>2015</b>	<b>2014</b>
	<b>IMOBILIZADO</b>						<b>FUNDOS PRÓPRIOS</b>				
	<b>INVESTIMENTOS FINANCEIROS</b>						<b>PATRIMÔNIO</b>				
412	OBRIGAÇÕES E TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO	8.2.39.2	16 335 031,95	837 453,95	15 497 578,00	9 918 480,00	51	TRANSFERÊNCIA DO FUNDAP	8.2.32	61 451 739,90	61 451 739,90
415	OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS	8.2.7 e 8.3.5	63 266 036,09	94 983,03	63 171 053,06	256 548 971,65	51	TRANSFERÊNCIA DO FGAP	8.2.32	(8 533 075,44)	(8 533 075,44)
			<b>79 601 068,04</b>	<b>932 436,98</b>	<b>78 668 631,06</b>	<b>266 467 451,65</b>	51	TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADES	8.2.32	(559 721 072,23)	(559 721 072,23)
							59	RESULTADOS TRANSITADOS	8.2.32	(118 603 079,59)	16 896 197,02
	<b>CIRCULANTE</b>						88	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	8.2.32	55 427 765,97	(135 499 276,61)
	<b>DÍVIDAS DE TERCEIROS - CURTO PRAZO</b>							<b>TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS</b>		<b>(569 977 721,39)</b>	<b>(625 405 487,36)</b>
211	CLIENTES, C/C		0,00		0,00	0,00		<b>PASSIVO</b>			
212	CONTRIBUÍNTES, C/C		6 879,40		6 879,40	10 449,40		<b>PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS</b>			
213	UTENTES, C/C ( RESPONSÁVEIS DE SINISTROS )		2 152 909,86		2 152 909,86	1 909 652,26	292	PROVISÕES PARA PENSÕES	8.2.31	946 838 549,00	958 404 829,00
251	DEVEDORES PELA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO		0,00		0,00	0,00	297	PROVISÕES PARA IBNR	8.2.31	40 801 962,00	41 907 762,00
221	ADIANTAMENTO A FORNECEDORES		50,00		50,00	0,00				<b>987 640 511,00</b>	<b>1 000 312 591,00</b>
262+268	OUTROS DEVEDORES	8.2.23	75 828,48	8 884,84	66 943,64	32 519,67		<b>DÍVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO</b>			
			<b>2 235 667,74</b>	<b>8 884,84</b>	<b>2 226 782,90</b>	<b>1 952 621,33</b>	221	FORNECEDORES, C/C		0,00	2 767,50
	<b>TÍTULOS NEGOCIÁVEIS</b>						252	CREDORES P/ EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO		0,00	0,00
153	TÍTULOS DE DÍVIDA PÚBLICA		0,00	0,00	0,00	0,00	219	ADIANTAMENTOS DE CLIENTES CONT. E UTEN.		0,00	0,00
153	CERTIFICADOS ESPECIAIS DE DÍVIDA - CEDIC'S	8.3.5	312 500 000,00	0,00	312 500 000,00	100 000 000,00	24	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS		637,21	626,54
			<b>312 500 000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>312 500 000,00</b>	<b>100 000 000,00</b>	26	OUTROS CREDORES			
	<b>DEPÓSITOS E CAIXA</b>						262	REMUNERAÇÕES A LIQUIDAR		0,00	0,00
13	CONTA NO TESOURO		22 624 126,08		22 624 126,08	4 583 848,80	2689	OUTROS CREDORES		5 265,10	15 368,14
12	DEPÓSITOS À ORDEM		21 618,13		21 618,13	109 327,59	2682	SINISTROS A REEMBOLSAR		2 152 909,82	1 909 652,22
11	CAIXA		808,19		808,19	592,25				<b>2 158 812,13</b>	<b>1 928 414,40</b>
			<b>22 646 552,40</b>		<b>22 646 552,40</b>	<b>4 693 768,64</b>	273	<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS</b>			
	<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS</b>							ACRÉSCIMOS DE CUSTOS	8.2.39.1	6 504 619,27	6 596 024,12
271	ACRÉSCIMOS DE PROVEITOS	8.2.39.1	10 281 090,64		10 281 090,64	10 317 700,54				<b>6 504 619,27</b>	<b>6 596 024,12</b>
272	CUSTOS DIFERIDOS	8.2.39.1	3 164,01		3 164,01	0,00					
			<b>10 284 254,65</b>		<b>10 284 254,65</b>	<b>10 317 700,54</b>		<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>996 303 942,40</b>	<b>1 008 837 029,52</b>
	<b>TOTAL DE AMORTIZAÇÕES</b>			0,00							
	<b>TOTAL DE PROVISÕES</b>			941 321,82							
	<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>427 267 542,83</b>	<b>941 321,82</b>	<b>426 326 221,01</b>	<b>383 431 542,16</b>		<b>TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO</b>		<b>426 326 221,01</b>	<b>383 431 542,16</b>

O Contabilista Certificado

(Filipe Valentim)

A Diretora Financeira

(Jacinta Dias)

O Conselho de Administração

(José Figueiredo Almaça)  
(Presidente)

(Filipe Aleman Serrano)  
(Vice-Presidente)

(Maria de Nazaré Barroso)  
(Vogal)

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS**  
**FUNDO DE ACIDENTES DE TRABALHO**  
Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2015

(em euros)

Código contas POCP		Notas	2015		2014	
	<b>Custos e perdas</b>					
62	<b>Fornecimentos e serviços externos</b>			607 668,05		601 020,43
	<b>Custos com o pessoal:</b>					
642	Remunerações		325 799,02		342 362,88	
	Encargos sociais					
644	Pensões		10 537,21		11 792,54	
645 a 648	Outros		97 456,96	433 793,19	102 050,55	456 205,97
	<b>Transferências correntes concedidas e prestações sociais</b>					
63	Responsabilidades - seguradoras		30 593 420,36		31 135 422,85	
	Responsabilidades - pensionistas		10 409 801,40	41 003 221,76	9 917 609,31	41 053 032,16
	<b>Provisões do exercício</b>					
67	Provisões p/ responsabilidades c/ pensões	8.2.31	28 396 687,00		219 290 322,00	
	Outras provisões do exercício		0,00	28 396 687,00	0,00	219 290 322,00
65	<b>Outros custos e perdas operacionais</b>					0,00
	<b>( A )</b>					
68	<b>Custos e perdas financeiras</b>			<b>70 441 370,00</b>		<b>261 400 580,56</b>
	Provisões para aplicações financeiras	8.2.7	589 302,00		0,00	
	Outros custos e perdas financeiras	8.2.37	8 025,33	597 327,33	6 417,59	6 417,59
	<b>( C )</b>					
69	<b>Custos e perdas extraordinárias</b>	8.2.38		7 007,96		0,00
	<b>( E )</b>					
88	<b>Resultado líquido do exercício</b>	8.2.32		<b>71 045 705,29</b>		<b>261 406 998,15</b>
				<b>55 427 765,97</b>		<b>(135 499 276,61)</b>
				<b>126 473 471,26</b>		<b>125 907 721,54</b>
	<b>Proveitos e ganhos</b>					
	<b>Impostos, taxas e outros</b>					
72	Empresas de seguros		75 920 010,50		73 193 922,49	
	Coimas e penalidades por contra - ordenação		2 847 261,32	78 767 271,82	1 985 302,57	75 179 225,06
	<b>Transferências e subsídios correntes obtidos</b>					
74	Reversões reembolsos e outras			1 909 042,18		1 953 694,63
	<b>( B )</b>					
	<b>Proveitos e ganhos financeiros</b>					
78	Juros de aplicações financeiras	8.2.37	4 605 094,39		5 156 684,23	
	Rendimentos de participações de capital		0,00		0,00	
	Outros proveitos e ganhos financeiros		0,00	4 605 094,39	0,00	5 156 684,23
	<b>( D )</b>					
79	<b>Proveitos e ganhos extraordinários</b>			<b>85 281 408,39</b>		<b>82 289 603,92</b>
	Anulação de provisões para pensões	8.2.31	41 068 767,00		43 469 242,00	
	Anulação de provisões para investimentos	8.2.7	11 451,41		106 563,34	
	Outros proveitos e ganhos extraordinários	8.2.38	111 844,46	41 192 062,87	42 312,28	43 618 117,62
	<b>( F )</b>					
				<b>126 473 471,26</b>		<b>125 907 721,54</b>
<b>Resumo:</b>			<b>2015</b>		<b>2014</b>	
Resultados operacionais ( B ) - ( A ) =			<b>10 234 944,00</b>		<b>(184 267 660,87)</b>	
Resultados financeiros ( D-B ) - ( C-A ) =			<b>4 007 767,06</b>		<b>5 150 266,64</b>	
Resultados correntes ( D ) - ( C ) =			<b>14 242 711,06</b>		<b>(179 117 394,23)</b>	
Resultado líquido do exercício ( F ) - ( E ) =			<b>55 427 765,97</b>		<b>(135 499 276,61)</b>	

O Contabilista Certificado

A Diretora Financeira

O Conselho de Administração

(Filipe Valentim )

(Jacinta Dias)

(José Figueiredo Almaça)  
(Presidente)

(Filipe Aleman Serrano)  
(Vice-Presidente)

(Maria de Nazaré Barroso)  
( Vogal)

**MAPA 7.1 - CONTROLO ORÇAMENTAL - DESPESA**  
**FUNDO DE ACIDENTES DE TRABALHO**  
 De 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2015

(em euros)

1

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES CORRIGIDAS	CATIVOS OU CONGELADOS	COMPROMISSOS ASSUMIDOS	DESPESAS PAGAS			DIFERENÇAS			GRAU DE EXE. ORÇAMENTAL DAS DESPESAS  (12) = (8)/(3)*100
CÓDIGO	DESCRIÇÃO				ANO	ANOS ANTERIORES	TOTAL	DOTAÇÃO NÃO COMPRO.	SALDO	COMPROMISSOS POR PAGAR	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8) = (6)+(7)	(9) = (3)-(4)-(5)	(10) = (3)-(4)-(8)	(11) = (5)-(8)	(12) = (8)/(3)*100
<b>DESPESAS CORRENTES</b>											
01 01 04	Pessoal dos quadros - Reg. de c. ind. de trab.	328 700	0	262 502	262 502	0	262 502	66 198	66 198	0	80
01 01 06	Pessoal contratado a termo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
01 01 09	Pessoal em qualquer outra situação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
01 01 13	Subsídio de refeição	25 200	0	19 215	19 215	0	19 215	5 985	5 985	0	76
01 01 14 SF 00	Subsídios de férias	27 400	0	22 543	22 543	0	22 543	10 405	10 405	0	82
01 01 14 SN 00	Subsídios de Natal	27 400	0	21 852	21 852	0	21 852	10 405	10 405	0	80
01 02 01	Gratificações variáveis ou eventuais	38 100	0	0	0	0	0	38 100	38 100	0	0
01 02 02	Horas extraordinárias	500	0	0	0	0	0	500	500	0	0
01 02 04	Ajudas de custo	1 100	0	0	0	0	0	1 100	1 100	0	0
01 02 12	Indemnizações por cessação de funções	2 300	0	0	0	0	0	2 300	2 300	0	0
01 02 14	Outros abonos em numerário ou espécie	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
01 03 02	Outros encargos com a saúde	2 500	0	396	396	0	396	2 104	2 104	0	16
01 03 03	Subsídios familiares a crianças jovens	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
01 03 05 A0 B0	Contribuições para a Segurança Social	114 500	0	77 324	77 324	0	77 324	37 176	37 176	0	68
01 03 08	Outras pensões	40 300	0	10 537	10 537	0	10 537	29 763	29 763	0	26
01 03 09	Seguros	24 800	0	22 315	21 928	0	21 928	2 485	2 872	387	88
01 03 10	Outras despesas de segurança social	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
02 02 01	Encargos das instalações	5 000	750	0	0	0	0	4 250	4 250	0	0
02 02 02	Limpeza e higiene	5 500	825	0	0	0	0	4 675	4 675	0	0
	A Transportar	643 300	1 575	436 684	436 297	0	436 297	205 041	205 428	387	68

MAPA 7.1 - CONTROLO ORÇAMENTAL - DESPESA  
FUNDO DE ACIDENTES DE TRABALHO  
De 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2015

(em euros)

2

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES CORRIGIDAS	CATIVOS OU CONGELADOS	COMPROMISSOS ASSUMIDOS	DESPESAS PAGAS			DIFERENÇAS			GRAU DE EXE. ORÇAMENTAL DAS DESPESAS  (12) = (8)/(3)*100
CÓDIGO	DESCRIÇÃO				ANO	ANOS ANTERIORES	TOTAL	DOTAÇÃO NÃO COMPRO.	SALDO	COMPROMISSOS POR PAGAR	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8) = (6)+(7)	(9) = (3)-(4)-(5)	(10) = (3)-(4)-(8)	(11) = (5)-(8)	(12) = (8)/(3)*100
	Transporte	643 300	1 575	436 684	436 297	0	436 297	205 041	205 428	387	68
02 02 03	Conservação de bens	7 000	1 050	0	0	0	0	5 950	5 950	0	0
02 02 04	Locação de edifícios	84 000	12 600	0	0	0	0	71 400	71 400	0	0
02 02 09 F0 00	Outros serviços de comunicação	3 000	450	1 225	447	184	631	1 325	1 919	594	21
02 02 11	Representação dos serviços	2 000	300	135	135	0	135	1 565	1 565	0	7
02 02 12 A0 00	Estágios profissionais na AP	200	30	0	0	0	0	170	170	0	0
02 02 13	Deslocações e estadas	3 000	450	100	16	0	16	2 450	2 534	84	1
02 02 14 B0 00	Outros- estudos, pareceres, projetos e consultadoria	740 000	111 000	618 245	607 052	2 583	609 635	10 755	19 365	8 610	82
02 02 15 B0 00	Outros - formação	12 000	1 800	660	660	0	660	9 540	9 540	0	6
02 02 17	Publicidade	400	60	0	0	0	0	340	340	0	0
02 02 18	Vigilância e segurança	5 000	750	0	0	0	0	4 250	4 250	0	0
02 02 20 C0 00	Outros - trabalhos especializados	500	75	0	0	0	0	425	425	0	0
02 02 22	Serviços de saúde	3 000	0	0	0	0	0	3 000	3 000	0	0
02 02 25	Outros serviços	73 000	10 950	59 057	57 459	0	57 459	2 993	4 591	1 598	79
04 02 02	Companhias de seguros	37 120 000	0	30 684 825	30 684 825	0	30 684 825	6 435 175	6 435 175	0	83
04 08 02 A0 00	Estágios profissionais	7 200	0	0	0	0	0	7 200	7 200	0	0
04 08 02 B0 00	Outras	11 657 910	0	10 356 227	10 352 412	0	10 352 412	1 301 683	1 305 498	3 815	89
06 02 03 A0 00	Outras	30 000	0	8 025	8 025	0	8 025	21 975	21 975	0	27
06 02 03 R0 00	Reserva	1 292 090	1 292 090	0	0	0	0	0	0	0	0
	<b>TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES</b>	<b>51 683 600</b>	<b>1 433 180</b>	<b>42 165 183</b>	<b>42 147 328</b>	<b>2 767</b>	<b>42 150 095</b>	<b>8 085 237</b>	<b>8 100 325</b>	<b>15 088</b>	<b>82</b>

MAPA 7.1 - CONTROLO ORÇAMENTAL - DESPESA  
FUNDO DE ACIDENTES DE TRABALHO  
De 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2015

(em euros)

3

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES CORRIGIDAS	CATIVOS OU CONGELADOS	COMPROMISSOS ASSUMIDOS	DESPESAS PAGAS			DIFERENÇAS			GRAU DE EXE. ORÇAMENTAL DAS DESPESAS  (12) = (8)/(3)*100
CÓDIGO	DESCRIÇÃO				ANO	ANOS ANTERIORES	TOTAL	DOTAÇÃO NÃO COMPRO.	SALDO	COMPROMISSOS POR PAGAR	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8) = (6)+(7)	(9) = (3)-(4)-(5)	(10) = (3)-(4)-(8)	(11) = (5)-(8)	(12) = (8)/(3)*100
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>											
09 02 03	Soc. financeiras - Bancos e outras inst. finan.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
09 02 05	Adm. pública - Adm. central - Estado	212 563 900	0	212 500 000	212 500 000	0	212 500 000	63 900	63 900	0	100
09 03 01	Sociedades e q. soc. não financeiras - privadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
09 03 02	Sociedades e q. soc. não financeiras - públicas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
09 03 03	Soc. financeiras - Bancos e outras inst. finan.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
09 03 04	Soc. financeiras - Comp. de seg. e f. pensões	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
09 03 05	Adm. pública - Adm. central - Estado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
09 03 09	Adm. pública - Adm. local - R. Autónomas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
09 03 14	Resto mundo - União Europeia - instituições	2 700 000	0	2 674 350	2 674 350	0	2 674 350	25 650	25 650	0	99
09 03 15	Resto mundo - U. Europeia - Países membros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
09 03 16	Resto mundo - Países terceiros e org. interna.	3 500 000	0	3 494 050	3 494 050	0	3 494 050	5 950	5 950	0	100
09 07 01	Sociedades e q. soc. não financeiras - privadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
09 07 03	Soc. financeiras - Bancos e outras inst. finan.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
09 07 04	Soc. financeiras - Comp. de seg. e f. pensões	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
09 08 01	Sociedades e q. soc. não financeiras - privadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
	<b>A Transportar</b>	<b>218 763 900</b>	<b>0</b>	<b>218 668 400</b>	<b>218 668 400</b>	<b>0</b>	<b>218 668 400</b>	<b>95 500</b>	<b>95 500</b>	<b>0</b>	<b>100</b>

**MAPA 7.1 - CONTROLO ORÇAMENTAL - DESPESA**  
**FUNDO DE ACIDENTES DE TRABALHO**  
 De 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2015

(em euros)

4

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES CORRIGIDAS (3)	CATIVOS OU CONGELADOS (4)	COMPROMISSOS ASSUMIDOS (5)	DESPESAS PAGAS			DIFERENÇAS			GRAU DE EXE. ORÇAMENTAL DAS DESPESAS (12) = (8)/(3)*100
CÓDIGO (1)	DESCRIÇÃO (2)				ANO (6)	ANOS ANTERIORES (7)	TOTAL (8) = (6)+(7)	DOTAÇÃO NÃO COMPRO. (9) = (3)-(4)-(5)	SALDO (10) = (3)-(4)-(8)	COMPROMISSOS POR PAGAR (11) = (5)-(8)	
	Transporte	218 763 900	0	218 668 400	218 668 400	0	218 668 400	95 500	95 500	0	100
09 08 03	Soc. financeiras - Bancos e outras inst. finan.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
09 08 04	Soc. financeiras- Comp. de seg. e f. pensões	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
09 08 14	Resto mundo - União Europeia - instituições	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
09 08 16	Resto mundo - Países terceiros e org. interna.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
	<b>TOTAL DAS DESPESAS CAPITAL</b>	<b>218 763 900</b>	<b>0</b>	<b>218 668 400</b>	<b>218 668 400</b>	<b>0</b>	<b>218 668 400</b>	<b>95 500</b>	<b>95 500</b>	<b>0</b>	<b>100</b>
	<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>270 447 500</b>	<b>1 433 180</b>	<b>260 833 583</b>	<b>260 815 728</b>	<b>2 767</b>	<b>260 818 495</b>	<b>8 180 737</b>	<b>8 195 825</b>	<b>15 088</b>	<b>96</b>

O Contabilista Certificado

A Diretora Financeira

O Conselho de Administração

(Filipe Valentim)

(Jacinta Dias)

(José Figueiredo Almaça)

(Presidente)

(Filipe Aleman Serrano)

(Vice-Presidente)

(Maria de Nazaré Barroso)

(Vogal)



MAPA 7.2 - CONTROLO ORÇAMENTAL - RECEITA  
 FUNDO DE ACIDENTES DE TRABALHO  
 De 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2015

(em euros)

1

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		PREVISÕES CORRIGIDAS	RECEITAS POR COBRAR NO INÍCIO DO ANO	RECEITAS LIQUIDADAS	LIQUIDAÇÕES ANULADAS	RECEITA COBRADA BRUTA			REEMBOLSOS E RESTITUIÇÕES		RECEITA COBRADA LÍQUIDA	RECEITAS POR COBRAR NO FINAL DO ANO	GRAU DE EXEC. ORÇAMENTAL DAS RECEITAS
CÓDIGO	DESCRIÇÃO					ANO	ANOS ANTERIORES	TOTAL	EMITIDOS	PAGOS			
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9) = (7)+(8)	(10)	(11)	(12) = (9)-(11)	(13) = (4)+(5)-(6)-(9)	(14) = (12)/(13)*100
<b>RECEITAS CORRENTES</b>													
04 01 99	Taxas diversas	75 500 500	0	75 432 456	0	75 432 456	0	75 432 456	0	0	75 432 456	0	100
04 02 04	Coimas e penalidades por contraordenação	2 900 000	734	2 811 494	0	2 810 963	734	2 811 697	0	0	2 811 697	531	97
05 01 02	Privadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
05 02 01	Bancos e outras instituições financeiras	10 000	0	3 491	0	3 491	0	3 491	0	0	3 491	0	35
05 03 01	Administração central - Estado	4 800 000	0	4 776 691	0	4 776 691	0	4 776 691	0	0	4 776 691	0	100
05 03 05	Administração local - R. Autónomas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
05 06 01	União Europeia - Instituições	70 000	0	64 063	0	64 063	0	64 063	0	0	64 063	0	92
05 06 02	União Europeia -Países membros	312 000	0	312 000	0	312 000	0	312 000	0	0	312 000	0	100
05 06 03	Países terceiros e organizações internacionais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
05 07 00	Div. e part. lucros soc. q. s. não fin.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
05 08 01	Div. e part. nos lucros de soc. Fina.	5 000	0	2 998	0	2 998	0	2 998	0	0	2 998	0	60
06 01 02	Privadas	1 850 000	0	1 909 042	0	1 909 042	0	1 909 042	0	0	1 909 042	0	103
15 01 01	Reposições não abatidas nos pagamentos	1 500	0	1 215	0	1 215	0	1 215	0	0	1 215	0	81
<b>TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES</b>		<b>85 449 000</b>	<b>734</b>	<b>85 313 450</b>	<b>0</b>	<b>85 312 919</b>	<b>734</b>	<b>85 313 653</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>85 313 653</b>	<b>531</b>	<b>100</b>

**MAPA 7.2 - CONTROLO ORÇAMENTAL - RECEITA**  
**FUNDO DE ACIDENTES DE TRABALHO**  
 De 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2015

(em euros)

2

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		PREVISÕES CORRIGIDAS	RECEITAS POR COBRAR NO INÍCIO DO ANO	RECEITAS LIQUIDADAS	LIQUIDAÇÕES ANULADAS	RECEITA COBRADA BRUTA			REEMBOLSOS E RESTITUIÇÕES		RECEITA COBRADA LÍQUIDA	RECEITAS POR COBRAR NO FINAL DO ANO	GRAU DE EXEC. ORÇAMENTAL DAS RECEITAS
CÓDIGO	DESCRIÇÃO					ANO	ANOS ANTERIORES	TOTAL	EMITIDOS	PAGOS			
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9) =(7)+(8)	(10)	(11)	(12) = (9)-(11)	(13) =(4)+(5)-(6)-(9)	(14) = (12)/(3)*100
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>													
11 02 01	Sociedades e quase soc. não financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
11 02 03	Administração pública - A.central - Estado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
11 03 01	Sociedades e quase soc. não financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
11 03 02	Sociedades financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
11 03 03	Administração pública - A.central - Estado	193 500 000	0	193 500 000	0	193 500 000	0	193 500 000	0	0	193 500 000	0	100
11 03 07	Administração pública - A. local -R. Autó.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
11 03 11	Resto do mundo - União Europeia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
11 03 12	Resto do mundo - P. terceiros e org. inter.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
11 08 01	Sociedades e quase sociedades não fin.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
11 08 02	Sociedades financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
11 09 01	Sociedades e quase sociedades não financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
11 09 02	Sociedades financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
16 01 01	Na posse do serviço	4 684 044	4 684 044	0	0	0	4 684 044	4 684 044	0	0	4 684 044	0	100
<b>TOTAL DAS RECEITAS CAPITAL</b>		<b>198 184 044</b>	<b>4 684 044</b>	<b>193 500 000</b>	<b>0</b>	<b>193 500 000</b>	<b>4 684 044</b>	<b>198 184 044</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>198 184 044</b>	<b>0</b>	<b>100</b>
<b>TOTAL DA RECEITA</b>		<b>283 633 044</b>	<b>4 684 778</b>	<b>278 813 450</b>	<b>0</b>	<b>278 812 919</b>	<b>4 684 778</b>	<b>283 497 697</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>283 497 697</b>	<b>531</b>	<b>100</b>

O Contabilista Certificado

A Diretora Financeira

O Conselho de Administração

(Filipe Valentim)

(Jacinta Dias)

(José Figueiredo Almaça)  
(Presidente)

(Filipe Aleman Serrano)  
(Vice-Presidente)

(Maria de Nazaré Barroso)  
(Vogal)

**FLUXOS DE CAIXA**  
**FUNDO DE ACIDENTES DE TRABALHO**  
 Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2015

(em euros)

Capit.	Grup.	Recebimentos			Capit.	Grup.	Pagamentos		
		<b>SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR</b>		<b>4 693 768,64</b>			<b>DESPESAS</b>		<b>260 961 508,15</b>
		Execução orçamental		4 684 043,60			Despesas Orçamentais (OE)		0,00
		De dotações orçamentais (OE)	0,00				<b>Despesas orçamentais com compensação em receita própria e com ou sem transição dos saldos</b>		<b>260 818 494,69</b>
16	01	De receitas próprias	4 684 043,60				<b>CORRENTES</b>	<b>42 150 094,69</b>	
		Na posse do serviço	4 684 043,60		01	01	Remunerações certas e permanentes	326 112,14	
		Na posse do tesouro			01	02	Abonos variáveis ou eventuais	0,00	
		De receita do Estado		9 133,34	01	03	Segurança social	110 185,06	
		De operações de tesouraria		591,70	02	02	Aquisição de serviços	668 535,90	
		Descontos em vencimentos e salários:			04	02	Transferências correntes - Soc. financeiras	30 684 825,21	
		Receitas do Estado 0,00			04	08	Transferências correntes - Famílias	10 352 411,05	
		<b>RECEITAS</b>		<b>278 914 291,91</b>	06	02	Diversas	8 025,33	
		Dotações orçamentais (OE)		0,00			<b>CAPITAL</b>	<b>218 668 400,00</b>	
		<b>Receitas Próprias</b>		<b>278 813 652,79</b>	09	02	Títulos a curto prazo	212 500 000,00	
		<b>CORRENTES</b>	<b>85 313 652,79</b>		09	03	Títulos a médio e longo prazo	6 168 400,00	
04	01	Taxas	75 432 455,63		09	07	Ações e outras participações	0,00	
04	02	Multas e outras penalidades	2 811 697,77		09	08	Unidades de participação	0,00	
05	02	Juros - Sociedades financeiras	3 491,31				<b>Entrega ao Tesouro em conta de receitas próprias</b>	<b>0,00</b>	
05	03	Juros - Administração pública	4 776 690,63				<b>Descontos em vencimentos e salários:</b>		
05	06	Juros - Resto do mundo	376 062,50				Receitas do Estado 0,00		
05	08	Dividendos e participações nos lucros de sociedades financeiras	2 998,31				Operações de tesouraria 0,00		
06	01	Sociedades e quase soc. não financeiras	1 909 042,18				<b>Importâncias entregues ao Estado e outras entidades</b>	<b>143 013,46</b>	
15	01	Reposições não abatidas nos pagamentos	1 214,46				Receita do Estado	43 831,16	
		<b>CAPITAL</b>	<b>193 500 000,00</b>		12	01	Operações de tesouraria	99 182,30	
11	02	Títulos a curto prazo	0,00		12	02			
11	03	Títulos a médio e longo prazo	193 500 000,00		12	02	<b>SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE</b>	<b>22 646 552,40</b>	
		<b>Recebido do Tesouro em conta de receitas próprias</b>		<b>0,00</b>			Execução orçamental	22 644 777,73	
		<b>Importância retidas para entrega ao Estado ou outras entidades</b>		<b>100 639,12</b>			De dotações orçamentais (OE)	0,00	
		Receita do Estado	35 335,03				<b>De receitas próprias</b>	<b>22 644 777,73</b>	
17	01	Operações de tesouraria	65 304,09				Na posse do serviço	22 644 777,73	
		<b>Descontos em vencimentos e salários:</b>					Na posse do Tesouro		
		Receitas do Estado 0,00					De receita do Estado	637,21	
		Operações de tesouraria 0,00					De operações de tesouraria	1 137,46	
		<b>Descontos em vencimentos e salários</b>					<b>Descontos em vencimentos e salários</b>		
		Receita do Estado 0,00					Receita do Estado 0,00		
		<b>Total Geral</b>		<b>283 608 060,55</b>			<b>Total Geral</b>	<b>283 608 060,55</b>	

O Contabilista Certificado

A Diretora Financeira

O Conselho de Administração

(Filipe Valentim)

(Jacinta Dias)

(José Figueiredo Almaça)  
(Presidente)

(Filipe Aleman Serrano)  
(Vice-Presidente)

(Maria de Nazaré Barroso)  
(Vogal)

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### FUNDO DE ACIDENTES DE TRABALHO

Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2015

#### 8.1 – Caracterização da Entidade

8.1.1 – O Fundo de Acidentes de Trabalho, designado abreviadamente por FAT é gerido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

O FAT é dotado de autonomia administrativa e financeira.

A sua sede está situada na Avenida da República, n.º 76, 1600-205 Lisboa.

O código de classificação orgânica atribuído ao FAT é o seguinte: 03 1 09 02 00.

8.1.2 – O FAT foi criado na sequência do disposto no Art.º 39.º da Lei n.º 100/97, de 13 de setembro, encontra-se regulado pelo Decreto-Lei n.º 142/99, de 30 de abril, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 185/2007, de 10 de maio.

Encontra ainda previsão no art.º 283.º, n.º6 do Código do Trabalho e no artigo 82.º da Lei n.º 98/2009 de 4 de setembro.

Dada a inclusão do orçamento do FAT no Orçamento do Estado, no âmbito da Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro que aprova a Lei do enquadramento orçamental, em 2015 manteve-se o modelo de apresentação de contas em POCP.

Assim as demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios da prudência, da continuidade, do acréscimo, do custo histórico, da consistência, da não compensação de saldos, da materialidade e da substância sobre a forma.

Foram objeto de aprovação pelo Conselho de Administração da ASF os julgamentos e estimativas que afetam os montantes do Balanço, Demonstração dos Resultados por Natureza e das divulgações necessárias para uma melhor compreensão da posição financeira do FAT. Tais estimativas são baseadas na melhor informação disponível à data da apresentação das contas e em alguns casos, na avaliação que delas fazem especialistas nas matérias em questão.

São estes os casos das avaliações das provisões para riscos e encargos conforme explicita a Nota 8.2.3.

8.1.3 – A gestão do FAT é assegurada pelos órgãos sociais da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF). A ASF é a autoridade portuguesa de supervisão de seguros e de fundos de pensões. São órgãos da ASF o Conselho de Administração, o Conselho Consultivo e a Comissão de Fiscalização, cuja constituição e respetivas atribuições estão definidas nos artigos 8.º a 29.º do Estatuto da ASF, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 1/2015, de 6 de janeiro.

8.1.4 – O FAT tem as seguintes competências:

- a) garantir o pagamento das prestações que forem devidas por acidentes de trabalho sempre que, por motivo de incapacidade económica objetivamente caracterizada em processo judicial de insolvência ou processo equivalente, ou processo de recuperação de empresa, ou por motivo de ausência, desaparecimento ou impossibilidade de identificação, não possam ser pagas pela entidade responsável;
- b) garantir o pagamento de prémios do seguro de acidentes de trabalho das empresas que, no âmbito de um processo de recuperação, se encontrem impossibilitadas de o fazer;
- c) reembolsar as empresas de seguros dos montantes relativos às atualizações de pensões devidas por incapacidade permanente igual ou superior a 30% ou por morte, derivadas de acidente de trabalho;
- d) ressegurar e retroceder os riscos recusados de acidentes de trabalho.

Com a função de analisar e dar parecer sobre aspetos que, não constituindo atos de gestão corrente, sejam relevantes para o bom desempenho do FAT, nomeadamente analisar e dar parecer sobre as contas e o financiamento deste fundo, foi constituída a Comissão de Acompanhamento do FAT, presidida por um representante do Ministério das Finanças e integrando diversos outros representantes e personalidades da área de acidentes de trabalho.

8.1.5 – Recursos Humanos

#### **Identificação do responsável por Direções / Departamentos**

##### **Fundo de Acidentes de Trabalho**

Célia Maria Jesus Gomes Correia Matos

#### **Pessoal do quadro em 31-12-15**

<b>Grupos de Categorias</b>	<b>Efetivos em 31-12-15</b>
Diretores	1
Chefias Intermédias	3
Técnicos	6
Administrativos	1
<b>Totais</b>	<b>11</b>

8.1.6 – Organização contabilística

O sistema de informação contabilística está centralizado na sede da ASF, com elaboração de Demonstrações Financeiras intercalares.

Os registos contabilísticos do FAT estão assentes no sistema informático ERP Minimal, abrangendo a Contabilidade Geral, Contabilidade Orçamental, Controlo de investimentos financeiros, Aquisições de Bens e serviços e Recursos Humanos.

Relativamente à utilização deste sistema de informação, para além dos manuais de procedimentos disponíveis para consulta, foram implementadas séries de validações no registo de dados cujo objetivo é a minimização dos erros por parte do utilizador.

Todos os registos efetuados na contabilidade estão apoiados por justificativos em papel, os quais são arquivados por data de lançamento em pastas de arquivo próprias.

É ainda prestada mensalmente, às entidades competentes, toda a informação prevista na legislação sobre a execução do Orçamento do Estado.

## 8.2 - NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO

### FUNDO DE ACIDENTES DE TRABALHO

Dado o enquadramento do FAT já explicitado em 8.1, as notas ao Balanço e à Demonstração dos resultados seguem a ordem definida no Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP).

**Assim, as notas aplicáveis são as seguintes: 8.2.3, 8.2.7, 8.2.23, 8.2.31, 8.2.32, 8.2.37, 8.2.38, 8.2.39, 8.3.1 e 8.3.5, as outras não são aplicáveis ao FAT.**

8.2.3 – No enquadramento dado pelos princípios referenciados no ponto 8.1 foram utilizados, em 2015, os seguintes critérios valorimétricos:

#### Receita

As fontes de receita do FAT estão estabelecidas no Decreto-Lei n.º 142/1999, de 30 de abril, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 185/2007, de 10 de maio, sendo maioritariamente constituídas pelo montante das contribuições que resultam:

- da aplicação de 0,15%, a cobrar pelas empresas de seguros aos tomadores de seguros sobre os salários considerados sempre que sejam processados prémios da modalidade “Acidentes de Trabalho”;
- da aplicação de 0,85%, a suportar pelas empresas de seguros sobre o capital de remição das pensões em pagamento à data de 31 de dezembro de cada ano, bem como sobre o valor da provisão matemática das prestações suplementares por assistência de terceira pessoa, em pagamento à mesma data.

Estas receitas são registadas na rubrica “Impostos, taxas e outros” da demonstração dos resultados.

#### Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros são registados ao custo de aquisição. As menos valias potenciais, correspondentes à diferença entre o custo de aquisição e o valor de mercado no final do exercício, são integralmente provisionadas.

8.2.7 - Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço e nas respetivas amortizações e provisões.

#### AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO	REGULARIZAÇÕES	SALDO FINAL
<b>Provisões investimentos financeiros</b>				
Obrigações e títulos de participação	248 151,95	589 302,00	0,00	837 453,95
Títulos de dívida pública portuguesa (OTS)	2 743,49	0,00	(1 373,09)	1 370,40
Outros investimentos financeiros (UP)	103 690,95	0,00	(10 078,32)	93 612,63
<b>TOTAL</b>	<b>354 586,39</b>	<b>589 302,00</b>	<b>(11 451,41)</b>	<b>932 436,98</b>

## ATIVO BRUTO

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS	SALDO FINAL
<b>Investimentos financeiros</b>					
Obrigações e títulos de participação	10 166 631,95	6 168 400,00	0,00	0,00	16 335 031,95
Títulos de dívida pública portuguesa (OTS)	12 885 385,09	0,00	3 389 370,00	0,00	9 496 015,09
Certificados especiais de dívidas a médio e longo prazo (CEDIM)	240 000 000,00	0,00	190 000 000,00	0,00	50 000 000,00
Fundos de investimento	3 770 021,00	0,00	0,00	0,00	3 770 021,00
<b>TOTAL</b>	<b>266 822 038,04</b>	<b>6 168 400,00</b>	<b>193 389 370,00</b>	<b>0,00</b>	<b>79 601 068,04</b>

8.2.23 – O valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas na rubrica “Outros devedores” é de 8 884,84 €.

8.2.31 - Desdobramento das contas de provisões acumuladas e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício

Código das contas	RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	SALDO FINAL
<b>291</b>	<b>Provisões para cobranças duvidosas</b>	8 884,84	0,00	0,00	8 884,84
<b>292</b>	<b>Provisões para riscos e encargos</b>				
	Para Pensões	958 404 829,00	28 396 687,00	39 962 967,00	946 838 549,00
	Para IBNR	41 907 762,00	0,00	1 105 800,00	40 801 962,00
<b>49</b>	<b>Provisões para investimentos financeiros</b>	354 586,39	589 302,00	11 451,41	932 436,98
	<b>TOTAL</b>	<b>1 000 676 062,23</b>	<b>28 985 989,00</b>	<b>41 080 218,41</b>	<b>988 581 832,82</b>

As provisões para riscos e encargos incluem a estimativa das provisões matemáticas para pensões e do IBNR. As provisões matemáticas correspondem ao valor atual das responsabilidades com pensões, assumidas diretamente pelo FAT, e das atualizações das pensões devidas por incapacidade permanente igual ou superior a 30% ou por incapacidade inferior permanente a 30% mas com pensão anual superior a seis vezes a Remuneração Mínima Mensal Garantida (RMMG) ou por morte, das atualizações das prestações suplementares de assistência por terceira pessoa e dos duodécimos adicionais, assumidos pelas empresas de seguros e da responsabilidade do FAT.

O IBNR corresponde a uma estimativa relativa a acidentes de trabalho da responsabilidade das entidades empregadoras economicamente incapazes, ocorridos antes de 31 de dezembro de 2015 e ainda não reportados ao FAT.

8.2.32 – Fundo Patrimonial - movimentos ocorridos no exercício

RUBRICAS	SALDO INICIAL Credor/(Devedor)	MOVIMENTOS DO EXERCÍCIO		SALDO FINAL Credor/(Devedor)
		DÉBITO	CRÉDITO	
Património	(506 802 407,77)	0,00	0,00	(506 802 407,77)
Resultados transitados	16 896 197,02	135 499 276,61	0,00	(118 603 079,59)
Resultado líquido do exercício	(135 499 276,61)	0,00	190 927 042,58	55 427 765,97
<b>TOTAL</b>	<b>(625 405 487,36)</b>	<b>135 499 276,61</b>	<b>190 927 042,58</b>	<b>(569 977 721,39)</b>



## 8.2.37 - Demonstração dos resultados financeiros.

CUSTOS E PERDAS		Exercícios		PROVEITOS E GANHOS		Exercícios	
		2015	2014			2015	2014
681	Juros suportados	0,00	0,00	781	Juros obtidos	4 605 094,39	5 156 684,23
684	Provisões para aplicações financeiras	589 302,00	0,00	784	Rendimentos de participações de capital	0,00	0,00
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00
688	Outros custos e perdas financeiras	8 025,33	6 417,59	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	0,00	0,00
<b>Resultados financeiros</b>		4 007 767,06	5 150 266,64				
		<b>4 605 094,39</b>	<b>5 156 684,23</b>			<b>4 605 094,39</b>	<b>5 156 684,23</b>

## 8.2.38 - Demonstração dos resultados extraordinários.

CUSTOS E PERDAS		Exercícios		PROVEITOS E GANHOS		Exercícios	
		2015	2014			2015	2014
694	Perdas em imobilizações	0,00	0,00	794	Ganhos em imobilizações	110 630,00	2 268,25
697	Correções relativas a exercícios anteriores	7 007,96	0,00	796	Reduções de amortizações e provisões	41 080 218,41	43 575 805,34
698	Outros custos e perdas extraordinárias	0,00	0,00	797	Correções relativas a exercícios anteriores	1 214,46	40 044,03
				798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	0,00	0,00
<b>Resultados extraordinários</b>		41 185 054,91	43 618 117,62				
		<b>41 192 062,87</b>	<b>43 618 117,62</b>			<b>41 192 062,87</b>	<b>43 618 117,62</b>

8.2.39 – Outras informações, consideradas relevantes, para a melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.

## 8.2.39.1 - Acréscimos e diferimentos

Em 31 de dezembro de 2015 os saldos destas contas apresentavam a seguinte composição:

**Acréscimos de proveitos:**

Receitas de novembro e dezembro de 2015	8 833 457,99 €
Receitas provenientes da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT)	635 547,37 €
Juros de obrigações	778 817,57 €
Juros de CEDIC'S	<u>33 267,71 €</u>
	<b>10 281 090,64 €</b>

**Custos diferidos:**

Seguros	<u>3 164,01 €</u>
	<b>3 164,01 €</b>

**Acréscimos de custos:**

Responsabilidades de novembro e dezembro de 2015	6 441 706,27 €
Encargos com férias a pagar em 2016	56 886,00 €
Outros	<u>6 027,00 €</u>
	<b>6 504 619,27 €</b>

8.2.39.2 - Nos investimentos financeiros foram reconhecidas contabilisticamente apenas as perdas potenciais (menos-valias) através das provisões, em obediência ao princípio da prudência. No entanto, para informação e consequentemente melhor análise da rentabilidade, evidenciamos também no quadro seguinte os ganhos potenciais (mais-valias) e o valor global de cotação da carteira em 31 de dezembro de 2015 com as mais e menos-valias.

RUBRICAS	VALOR DE AQUISIÇÃO	PERDAS POTENCIAIS (PROVISÕES)	GANHOS POTENCIAIS	VALOR DE COTAÇÃO EM 31-12-2015
<b>Curto Prazo</b>	<b>312 500 000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>312 500 000,00</b>
CEDIC's	312 500 000,00	0,00	0,00	312 500 000,00
<b>Médio e Longo Prazo</b>	<b>79 601 068,04</b>	<b>932 436,98</b>	<b>5 206 124,71</b>	<b>83 874 755,77</b>
Fundos de investimento	3 770 021,00	93 612,63	1 617 734,41	5 294 142,78
Obrigações e títulos de participação	16 335 031,95	837 453,95	1 946 177,50	17 443 755,50
Títulos de dívida pública Portuguesa	59 496 015,09	1 370,40	1 642 212,80	61 136 857,49
<b>TOTAL</b>	<b>392 101 068,04</b>	<b>932 436,98</b>	<b>5 206 124,71</b>	<b>396 374 755,77</b>

### 8.3 – Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução

#### 8.3.1 – Alterações orçamentais.

1 - Despesa – *Vide* anexo I

2 - Receita – *Vide* anexo II

#### 8.3.5 – Aplicações em ativos de rendimento fixo e variável

1 - Ativos de rendimento fixo – *Vide* anexo III

2 - Ativos de rendimento variável – *Vide* anexo IV

**O Contabilista Certificado**

**A Diretora Financeira**

**O Conselho de Administração**

(Filipe Valentim)

( Jacinta Dias)

(José Figueiredo Almaça)

(Presidente)

(Filipe Aleman Serrano)

(Maria de Nazaré Barroso)

(Vice-Presidente)

(Vogal)

## Alterações orçamentais - Despesa

Classificação económica		Dotações Iniciais	Alterações orçamentais				Reposições abatidas aos pagamentos	Dotações Corrigidas <small>(9)=(3)+(4)-(5)+(6)-(7)+(8)</small>	Observações
Códigos	Descrição		Transferências de verbas entre rubricas		Créditos especiais (aumento da despesa)	Modificações na redação da rubrica			
			Reforços	Anulações					
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(10)	
<b>09</b>	<b>Despesas de capital</b>								
	<b>Ativos financeiros</b>		<b>162 563 900</b>	<b>162 563 900</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>		
09 02 05	Administração pública central- Estado	50 000 000	162 563 900	0	0	0	0	212 563 900	
09 03 01	Sociedades ou quase sociedades não financeiras-privadas	10 000 000	0	10 000 000	0	0	0	0	
09 03 02	Sociedades e quase sociedades não financeiras-Públicas	10 000 000	0	10 000 000	0	0	0	0	
09 03 03	Sociedades financeiras-bancos e outras instituições financeiras	10 000 000	0	10 000 000	0	0	0	0	
09 03 05	Administração pública central- Estado	20 763 900	0	20 763 900	0	0	0	0	
09 03 14	Resto do Mundo-União europeia - Instituições	10 000 000	0	7 300 000	0	0	0	2 700 000	
09 03 15	Resto do Mundo-União europeia - Países membros	18 000 000	0	18 000 000	0	0	0	0	
09 03 16	Resto do Mundo-Países terceiros e organizações internacionais	10 000 000	0	6 500 000	0	0	0	3 500 000	
09 07 01	Sociedades e quase sociedades não financeiras-privadas	10 000 000	0	10 000 000	0	0	0	0	
09 07 03	Sociedades financeiras-bancos e outras instituições financeiras	10 000 000	0	10 000 000	0	0	0	0	
09 07 04	Sociedades financeiras-companhias de seguros e fundos de pensões	10 000 000	0	10 000 000	0	0	0	0	
09 08 01	Sociedades ou quase sociedades não financeiras-privadas	10 000 000	0	10 000 000	0	0	0	0	
09 08 03	Sociedades financeiras-bancos e outras instituições financeiras	10 000 000	0	10 000 000	0	0	0	0	
09 08 04	Sociedades financeiras-companhias de seguros e fundos de pensões	10 000 000	0	10 000 000	0	0	0	0	
09 08 14	Resto do Mundo-União europeia - Instituições	10 000 000	0	10 000 000	0	0	0	0	
09 08 16	Resto do Mundo-Países terceiros e organizações internacionais	10 000 000	0	10 000 000	0	0	0	0	
	<b>TOTAL</b>		<b>162 563 900</b>	<b>162 563 900</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>		

O Contabilista Certificado

(Filipe Valentim)

A Diretora Financeira

(Maria Jacinta Dias)

O Conselho de Administração

(José Figueiredo Almaça)

(Presidente)

(Filipe Aleman Serrano)  
(Vice-Presidente)(Maria de Nazaré Barroso)  
(Vogal)

## Alterações orçamentais - Receita

Classificação económica		Previsões iniciais (3)	Alterações orçamentais			Previsões corrigidas (7)=(3)+(4)+(5)-(6)	Observações (8)
Códigos (1)	Descrição (2)		Créditos especiais (4)	Reforços (5)	Anulações (6)		
<b>Receitas correntes</b>							
<b>04</b>	<b>Taxas, multas e outras penalidades</b>		<b>8 400 000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>		
04 01 99	Taxas diversas	68 000 500	7 500 000	0	0	75 500 500	
04 02 04	Coimas e penalidades por contra-ordenação	2 000 000	900 000	0	0	2 900 000	
<b>05</b>	<b>Rendimentos da propriedade</b>		<b>203 000</b>	<b>0</b>	<b>290 000</b>		
05 02 01	Bancos e outras instituições financeiras	300 000	0		290 000	10 000	
<b>06</b>	<b>Transferências correntes</b>		<b>101 500</b>	<b>298 500</b>	<b>0</b>		
06 01 02	Privadas	1 450 000	101 500	298 500	0	1 850 000	
<b>15</b>	<b>Reposições não abatidas aos pagamentos</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>8 500</b>		
15 01 01	Reposições não abatidas aos pagamentos	10 000	0	0	8 500	1 500	
<b>Receitas de capital</b>							
<b>16</b>	<b>Saldo da gerência anterior</b>		<b>4 684 044</b>	<b>0</b>	<b>0</b>		
16 01 01	Na posse dos serviços	0	4 684 044	0	0	4 684 044	
<b>TOTAL</b>			<b>13 388 544</b>	<b>298 500</b>	<b>298 500</b>		

O Contabilista Certificado

(Filipe Valentim)

A Diretora Financeira

(Maria Jacinta Dias)

O Conselho de Administração

(José Figueiredo Almaça)

(Presidente)

(Filipe Aleman Serrano)

(Vice-Presidente)

(Maria de Nazaré Barroso)

(Vogal)

## Aplicações em ativos de rendimento fixo

## OBRIGAÇÕES E TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO

DESCRIÇÃO DO ATIVO	ENTIDADE DEVEDORA	VALOR EM 01-01-2015		VALOR EM 31-12-2015		RENDIMENTO		OBSERVAÇÕES
		VALOR NOMINAL	VALOR DE MERCADO	VALOR NOMINAL	VALOR DE MERCADO	VENCIDO E COBRADO	VENCIDO POR COBRAR	
<b>Taxa Fixa</b>								
Espanha Gov. Bond SPGB 3,8% 01/17	ESPAÑA (SOBERANO)	250 000,00	267 337,50	250 000,00	260 295,00	9 500,00	8 693,15	
France Gov. Bond FRTR 3,75% 04/17	FRANÇA (SOBERANO)	1 000 000,00	1 087 450,00	1 000 000,00	1 053 570,00	37 500,00	25 684,93	
German Gov. Bond DBR 3,75% 01/17	ALEMANHA (SOBERANO)	500 000,00	538 550,00	500 000,00	520 915,00	18 750,00	18 544,52	
Republica Austria 3,5% 09/21	AUSTRIA (SOBERANO)	500 000,00	606 915,00	500 000,00	595 950,00	17 500,00	5 130,14	
France Gov. Bond FRTR 4% 10/38	FRANÇA (SOBERANO)	1 500 000,00	2 151 675,00	1 500 000,00	2 101 050,00	60 000,00	11 013,70	
Itália Gov. Bond BTPS 4,5% 02/18	ITÁLIA (SOBERANO)	250 000,00	278 970,00	250 000,00	273 145,00	11 250,00	4 684,93	
France Gov. Bond 4,25% 2017	FRANÇA (SOBERANO)	500 000,00	560 075,00	500 000,00	541 425,00	21 250,00	3 900,68	
German Gov. Bond DBR 4,25% 07/39	ALEMANHA (SOBERANO)	500 000,00	808 390,00	500 000,00	786 915,00	21 250,00	10 479,45	
Netherlands 4% 07/18	HOLANDA (SOBERANO)	1 500 000,00	1 711 995,00	1 500 000,00	1 663 050,00	60 000,00	27 780,82	
BEI 3,5% 15/04/2016	BANCO SUPRANACIONAL BEI	1 000 000,00	1 044 900,00	1 000 000,00	1 010 530,00	35 000,00	24 931,51	
IBRD 3,875% 20/05/2019	BANCO SUPRANACIONAL IBRD	750 000,00	873 045,00	750 000,00	850 672,50	29 062,50	17 915,24	
Espanha Gov. Bond SPGB 2,75% 10/24	ESPAÑA (SOBERANO)	2 000 000,00	2 207 800,00	2 000 000,00	2 184 460,00	55 000,00	9 191,78	
ArcelorMittal 3,125% 01/2022	ARCELORMITTAL			2 700 000,00	2 085 048,00	0,00	79 828,77	Aquisição em 2015
Bank of America Corp 1,625% 09/2022	BANK OF AMERICA CORP			3 500 000,00	3 516 730,00	0,00	16 672,95	Aquisição em 2015
<b>TOTAIS</b>	<b>EUR</b>	<b>10 250 000,00</b>	<b>12 137 102,50</b>	<b>16 450 000,00</b>	<b>17 443 755,50</b>	<b>376 062,50</b>	<b>264 452,57</b>	

## TÍTULOS DE DIVIDA PÚBLICA

DESCRIÇÃO DO ATIVO	ENTIDADE DEVEDORA	VALOR EM 01-01-2015		VALOR EM 31-12-2015		RENDIMENTO		OBSERVAÇÕES
		VALOR NOMINAL	VALOR DE MERCADO	VALOR NOMINAL	VALOR DE MERCADO	VENCIDO E COBRADO	VENCIDO POR COBRAR	
<b>Curto Prazo</b>								
CEDIC	IGCP	100 000 000,00	100 000 000,00	312 500 000,00	312 500 000,00	326 907,92	33 267,71	
<b>Sub-Total Curto Prazo</b>		100 000 000,00	100 000 000,00	312 500 000,00	312 500 000,00	326 907,92	33 267,71	
<b>Médio e Longo Prazo</b>								
Consolidado 41 3,5%	GOV PORTUG CONSOLIDADO	3 820,79	1 910,40	3 820,79	3 362,30	133,68	11,14	
Consolidado 42 3%	GOV PORTUG CONSOLIDADO	2 324,40	1 813,03	2 324,40	1 696,81	69,72	11,62	
Consolidado 43 2,75%	GOV PORTUG CONSOLIDADO	748,20	426,47	748,20	463,88	20,56	0,91	
O.T. Outubro 4,35% - 2017	PORTUGAL (SOBERANO)	1 250 000,00	1 366 687,50	1 250 000,00	1 344 687,50	40 781,25	8 491,44	
O.T. Junho 4,45% 2018	PORTUGAL (SOBERANO)	2 000 000,00	2 221 500,00	2 000 000,00	2 207 660,00	66 750,00	36 392,47	
O.T. Junho 4,8% 2020	PORTUGAL (SOBERANO)	1 250 000,00	1 451 687,50	1 250 000,00	1 452 475,00	45 000,00	24 534,25	
O.T. Outubro 3,35% 2015	PORTUGAL (SOBERANO)	3 500 000,00	3 586 205,00			87 937,50	0,00	Reembolso em 2015
O.T. Fevereiro 6,40% - 2016	PORTUGAL (SOBERANO)	6 080 000,00	6 485 232,00	6 080 000,00	6 126 512,00	291 840,00	255 060,16	
CEDIM 2,25% 15/10/2015	IGCP	50 000 000,00	50 000 000,00			843 750,00	0,00	Reembolso em 2015
CEDIM 2,40% 15/10/2016	IGCP	50 000 000,00	50 000 000,00	50 000 000,00	50 000 000,00	900 000,00	189 863,01	
CEDIM 2,07% 15/10/2015	IGCP	140 000 000,00	140 000 000,00			2 173 500,00	0,00	Reembolso em 2015
<b>Sub-Total Médio e Longo Prazo</b>		254 086 893,39	255 115 461,90	60 586 893,39	61 136 857,49	4 449 782,71	514 365,00	
<b>TOTAIS</b>	<b>EUR</b>	<b>354 086 893,39</b>	<b>355 115 461,90</b>	<b>373 086 893,39</b>	<b>373 636 857,49</b>	<b>4 776 690,63</b>	<b>547 632,71</b>	

O Contabilista Certificado

(Filipe Valentim)

A Diretora Financeira

( Maria Jacinta Dias)

O Conselho de Administração

(José Figueiredo Almaça)  
(Presidente)(Filipe Aleman Serrano)  
( Vice Presidente)(Maria de Nazaré Barroso)  
(Vogal)

## Aplicações em ativos de rendimento variável

## OBRIGAÇÕES E TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO

DESCRIÇÃO DO ATIVO	ENTIDADE DEVEDORA	VALOR EM 01-01-2015		VALOR EM 31-12-2015		RENDIMENTO		OBSERVAÇÕES
		VALOR NOMINAL	VALOR DE MERCADO	VALOR NOMINAL	VALOR DE MERCADO	VENCIDO E COBRADO	VENCIDO POR COBRAR	
Taxa Variável Somec/94	SOMECSOC MET DE CONSTRU	149 500,00	0,00	149 500,00	0,00	0,00	0,00	
<b>TOTAL</b>		<b>149 500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>149 500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	

## UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO EM FUNDOS DE INVESTIMENTO

DESCRIÇÃO DO ATIVO	ENTIDADE DEVEDORA	VALOR EM 01-01-2015		VALOR EM 31-12-2015		RENDIMENTO		OBSERVAÇÕES
		VALOR NOMINAL	VALOR DE MERCADO	VALOR NOMINAL	VALOR DE MERCADO	VENCIDO E COBRADO	VENCIDO POR COBRAR	
Invesco Funds Pan European	INVESCO GT MANAGEMENT SA	85 905,87	571 207,54	85 905,87	613 459,48	0,00	0,00	
JP Morgan - Global Equities/Ac.global	JPMORGAN ASSET MANAGEMENT EUROPE	64 628,70	167 327,03	64 628,70	172 010,49	2 767,45	0,00	
Newton Int Growth Fund	BNY MELLON FUND MANAGERS UK	207 865,00	256 006,74	207 865,00	291 801,13	0,00	0,00	
HSBC Global Pan Europe	HSBC INVESTMENT FUNDS (LUXEMBURGO)	436 988,89	392 251,80	436 988,89	442 763,42	230,86	0,00	
FA Santander Ações Europa	SANTANDER ASSET MANAGEMENT SGFIM	1 375 375,00	1 267 130,78	1 375 375,00	1 320 294,16	0,00	0,00	
FA Santander Ações América	SANTANDER ASSET MANAGEMENT SGFIM	1 026 245,00	1 413 265,56	1 026 245,00	1 529 609,16	0,00	0,00	
CaixaGest Imobiliário International	CAIXAGEST SA PORTUGAL	270 002,97	166 312,02	270 002,97	176 390,34	3 491,31	0,00	
Novenergia II - Energy & Environment (S.C.A.), SICAR	NOVENERGIA II	500 000,00	723 926,97	500 000,00	747 814,60	0,00	0,00	
<b>TOTAIS</b>	<b>EUR</b>	<b>3 967 011,43</b>	<b>4 957 428,44</b>	<b>3 967 011,43</b>	<b>5 294 142,78</b>	<b>6 489,62</b>	<b>0,00</b>	

O Contabilista Certificado

A Diretora Financeira

O Conselho de Administração

(Filipe Valentim)

( Maria Jacinta Dias)

(José Figueiredo Almaça)  
(Presidente)(Filipe Aleman Serrano)  
( Vice Presidente)(Maria de Nazaré Barroso)  
(Vogal)



**RELATÓRIO E PARECER  
DA COMISSÃO  
DE FISCALIZAÇÃO**







**ASF**

Autoridade de Supervisão  
de Seguros e Fundos de Pensões

## RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

1. A Comissão de Fiscalização (CF) da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) vem apresentar, nos termos do Estatuto desta entidade, o Relatório e o Parecer sobre o Relatório de Atividade e as Contas Anuais elaborados pelo Conselho de Administração, referentes ao exercício de 2015.

Os documentos de prestação de contas integram as Contas da ASF, as Contas do Fundo de Garantia Automóvel (FGA) e as Contas do Fundo de Acidentes de Trabalho (FAT).

### **RELATÓRIO**

2. A CF acompanhou a atividade de gestão da ASF em 2015, tendo obtido informações e esclarecimentos em reuniões com o Conselho de administração (CA) e com os Responsáveis pelos Serviços, de todos tendo recebido apoio para a execução das suas tarefas, devendo salientar-se a colaboração profissional e a permanente disponibilidade da Diretora Financeira.

Neste domínio, foram objeto de análise as atas do Conselho de Administração e outros documentos, nomeadamente os respeitantes à informação financeira e contabilística.

3. A CF acompanhou a atividade desenvolvida pela ROC, através das exposições que a mesma efetuou nas reuniões, tendo em atenção os trabalhos de auditoria que são realizados pela externa Deloitte & Associados – SROC, S.A.
4. A CF apreciou também, com a devida atenção e profundidade, os relatórios e pareceres elaborados por aquela sociedade de revisores oficiais de contas, membro de uma auditora internacional, relativos às auditorias e certificações das demonstrações financeiras pela mesma realizada.

5. O Resultado Líquido da ASF no exercício de 2015 foi de 7 907 896,61 euros, tendo o do ano precedente sido de 4 844 719,64 euros.
6. No FGA, o Resultado Líquido do exercício de 2015 foi de 28 733 352,07 euros, enquanto no ano anterior havia ascendido a 23 481 529,07 euros.
7. Quanto ao FAT, o Resultado Líquido do exercício de 2015 foi de 55 427 765,97 euros, tendo sido no ano anterior de 135 499 276,61 euros negativos.
8. Em 31 de dezembro de 2015, os Fundos Próprios do FGA, integrados pelos Resultados Transitados e pelo Resultado Líquido do Exercício do ano, eram de 292 280 805,03 euros, tendo aumentado cerca de 10,9% em relação ao final de 2014.
9. Também em 31 de dezembro de 2015, os Fundos Próprios do FAT eram negativos em 569 977 721,39 euros, como resultante da transferência do património negativo do extinto Fundo de Garantia e Atualização de Pensões (FGAP), da transferência de responsabilidades, havendo apenas a compensar, parcialmente, as anteriores importâncias negativas, o valor do património transferido do extinto Fundo de Actualização de Pensões de Acidentes de Trabalho (FUNDAP) e os últimos resultados do FAT.
10. Os investimentos financeiros do FGA e do FAT estão contabilizados pelo custo de aquisição, líquido de provisões para menos-valias potenciais.

No FGA, em 31 de dezembro de 2015, o valor de aquisição dos investimentos financeiros, era de 122 176 883,46 euros, e o montante das provisões constituídas ascendia a 4 730 474,81 euros.

Relativamente ao FAT, os montantes referentes às mesmas data e rubricas eram de 79 601 068,04 euros e de 932 436 98 euros, respetivamente.

11. O Relatório de Atividade do Conselho de Administração expressa pormenorizadamente os principais factos e o desenvolvimento da gestão da ASF, do FGA e do FAT em 2015 e apresenta as perspetivas para 2016.
12. Os documentos de prestação de contas, designadamente o Relatório de Atividade e as Demonstrações Financeiras, observam as disposições legais aplicáveis e permitem compreender a situação financeira e os resultados apurados em 2015.

13. Os Resultados apurados no exercício de 2015 da ASF são aplicados:

- Reforço para reserva para equilíbrio financeiro 1 020 000,00 euros;
- Reforço para Reserva para risco de atividade 1 870 000,00 euros;
- O remanescente fica em resultados transitados 5 017 896,61 euros.

Os Resultados Líquidos do Exercício de 2015 do FGA e do FAT transitam, como habitualmente, para o ano seguinte, continuando a integrar os valores dos fundos próprios.

14. A Comissão de Fiscalização apreciou a Certificação Legal das Contas emitida pela ROC, documento que mereceu a sua concordância.

15. A execução orçamental no exercício de 2015, foi a seguinte:

<b>ASF</b>			
Receitas Totais	96%	Despesas Totais	90%
Receitas Correntes	101%	Despesas Correntes	90%
Receitas de Capital	92%	Despesas de Capital	91%

<b>FGA</b>			
Receitas Totais	100%	Despesas Totais	95%
Receitas Correntes	100%	Despesas Correntes	62%
Receitas de Capital	100%	Despesas de Capital	100%

<b>FAT</b>			
Receitas Totais	100%	Despesas Totais	96%
Receitas Correntes	100%	Despesas Correntes	82%
Receitas de Capital	100%	Despesas de Capital	100%

16. A Comissão de Fiscalização agradece a referência à sua cooperação feita pelo Conselho de Administração no seu Relatório, a qual é, naturalmente, sempre prestada sem prejuízo da independência no exercício das suas funções específicas.



**PARECER**

17. Em face do exposto, a Comissão de Fiscalização é de parecer que o Relatório de Atividade e as Contas do exercício de 2015 apresentados pelo Conselho de Administração merecem aprovação.

Lisboa, 23 de março de 2016

A Comissão de Fiscalização

---

Álvaro Pinto Correia - **Presidente**

---

Manuel de Lima Dias Martins - **Vogal**

---

Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus – **Vogal R.O.C.**



# **CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### INTRODUÇÃO

1. Examinei as demonstrações financeiras da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 31 545 236,88 euros e um total de Fundos Próprios de 20 085 402,79 euros, incluindo um Resultado Líquido de 7 907 896,61 euros), a Demonstração dos Resultados, os Mapas de Controlo Orçamental e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

### RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

### ÂMBITO

4. O exame a que procedi foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O meu exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendo que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

#### OPINIÃO

7. Em minha opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões em 31 de dezembro de 2015, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o setor público em Portugal.

#### RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também minha opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

#### ÊNFASES

9. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamo a atenção para as situações seguintes:
  - 9.1. As demonstrações financeiras da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões são objeto de auditoria pela Deloitte & Associados, SROC, que emitiu sobre as mesmas, em 23 de março de 2016, uma opinião sem reservas nem ênfases.
  - 9.2. O Fundo de Garantia Automóvel é um fundo dotado de autonomia administrativa e financeira, que funciona junto da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, a quem compete a sua gestão técnica e financeira. As demonstrações financeiras deste Fundo são objeto de auditoria pela Deloitte & Associados, SROC, que emitiu sobre as mesmas, em 23 de março de 2016, uma opinião sem reservas nem ênfases.
  - 9.3. O Fundo de Acidentes de Trabalho é um fundo dotado de autonomia administrativa e financeira, que funciona junto da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, a quem compete a sua gestão técnica e financeira. As demonstrações



---

financeiras deste Fundo são objeto de auditoria pela Deloitte & Associados, SROC, que emitiu sobre as mesmas, em 23 de março de 2016, uma opinião sem reservas e com a seguinte ênfase:

"Em 31 de dezembro de 2015 os fundos próprios do Fundo de Acidentes de Trabalho são negativos em 569.977.721 Euros, face à insuficiência de financiamento existente à data da sua constituição em 2000. Prevê-se que o equilíbrio financeiro venha a ser assegurado através das suas receitas futuras, designadamente pelo facto de as receitas anuais incluírem implicitamente uma componente destinada a fazer face às responsabilidades passadas do FAT e, em última instância, pelo Estado."

Lisboa, 23 de março de 2016



Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus





# **RELATÓRIO DOS AUDITORES**



## CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões ("Autoridade"), as quais compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2015, que evidencia um total de 31.545.237 euros e fundos próprios de 20.085.403 euros, incluindo um resultado líquido de 7.907.897 euros, a demonstração dos resultados, os mapas de controlo orçamental e a demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor público (Plano Oficial de Contabilidade Pública – "POCP"), que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Autoridade, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões em 31 de dezembro de 2015, bem como o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor público (POCP).

Lisboa, 23 de março de 2016

  
Deloitte & Associados, SROC S.A.  
Representada por Maria Augusta Cardador Francisco

## CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas do Fundo de Garantia Automóvel ("FGA"), as quais compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2015, que evidencia um total de 417.159.053 euros e fundos próprios de 292.280.805 euros, incluindo um resultado líquido de 28.733.352 euros, a demonstração dos resultados, os mapas de controlo orçamental e a demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões ("ASF") a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor público (Plano Oficial de Contabilidade Pública – "POCP"), que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Fundo de Garantia Automóvel, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

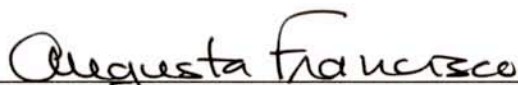
### Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração da ASF, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do Fundo de Garantia Automóvel em 31 de dezembro de 2015, bem como o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor público (POCP).

Lisboa, 23 de março de 2016



Deloitte & Associados, SROC S.A.  
Representada por Maria Augusta Cardador Francisco

## CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas do Fundo de Acidentes de Trabalho ("FAT"), as quais compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2015, que evidencia um total de 426.326.221 euros e fundos próprios negativos de 569.977.721 euros, incluindo um resultado líquido de 55.427.766 euros, a demonstração dos resultados, os mapas de controlo orçamental e a demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões ("ASF") a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor público (Plano Oficial de Contabilidade Pública – "POCP"), que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Fundo de Acidentes de Trabalho, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração da ASF, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do Fundo de Acidentes de Trabalho em 31 de dezembro de 2015, bem como o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor público (POCP).

**Ênfase**

5. Em 31 de dezembro de 2015 os fundos próprios do Fundo de Acidentes de Trabalho são negativos em 569.977.721 Euros, face à insuficiência de financiamento existente à data da sua constituição em 2000. Prevê-se que o equilíbrio financeiro venha a ser assegurado através das suas receitas futuras, designadamente pelo facto de as receitas anuais incluírem implicitamente uma componente destinada a fazer face às responsabilidades passadas do FAT e, em última instância, pelo Estado.

Lisboa, 23 de março de 2016

  
Deloitte & Associados, SROC S.A.  
Representada por Maria Augusta Cardador Francisco



**COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO  
DO FUNDO DE ACIDENTES DE TRABALHO**

**PARECER**

A Comissão de Acompanhamento do Fundo de Acidentes de Trabalho, reunida a 30 de Março de 2016, na sede da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), tendo em vista o cumprimento do disposto da alínea a) do nº 3 do Artigo 2º do Decreto-Lei nº 142/99, de 30 de abril, analisou o Relatório e Contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, do Fundo de Acidentes de Trabalho.

Considerando que:

- a) no debate havido, foram prestados, pela Sra. Dra. Jacinta Dias, Diretora Financeira da ASF, esclarecimentos complementares satisfatórios quanto às questões colocadas pelos presentes;
- b) as contas sob análise foram objeto de Relatório e Parecer da Comissão de Fiscalização da ASF, que mereceram a sua aprovação bem como de auditoria externa pela Deloitte & Associados, SROC S.A. cujos pareceres, não obstante chamarem a atenção para a questão dos fundos próprios negativos do FAT, não identificam quaisquer situações que lhes tenham merecido reservas de opinião;

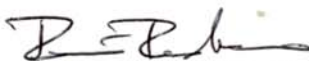
a Comissão de Acompanhamento do Fundo de Acidentes de Trabalho deliberou, por unanimidade dos presentes, emitir parecer favorável à aprovação das contas do Fundo de Acidentes de Trabalho relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.



Eng. Luís Alves Monteiro  
Presidente, Representante do Ministério das Finanças



Dr. Nuno Biscaya  
Representante das Associações Representativas das Entidades Empregadoras



Dr. Tomé Pedroso  
Representante das Associações de Empresas de Seguros



Drª. Célia Maria de Jesus Gomes Correia de Matos  
Especialista na Área dos Acidentes de Trabalho



Dr. Delfim Soares  
Especialista na Área dos Acidentes de Trabalho







**ASF**

Autoridade de Supervisão  
de Seguros e Fundos de Pensões

Av. da República, n.º 76, 1600-205 Lisboa

Tel.: (+351) 21 790 31 00

[asf@asf.com.pt](mailto:asf@asf.com.pt)

[www.asf.com.pt](http://www.asf.com.pt)